

Antonio Cardoso Façanha
Cleonice Carvalho Silva
Orleando Leite de Carvalho Dias
Organizadores

TERESINA E AS CIDADES NA REGIÃO



TERESINA

E AS CIDADES NA REGIÃO



C&A ALFA
COMUNICAÇÃO
Presidente
Luiz Carlos Ribeiro
Revisão geral
Jéssica Lopes
Projeto gráfico
Adriana Almeida

Conselho editorial

Andréa Coelho Lastória (USP/Ribeirão Preto)
Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena (UNESP/Ourinhos)
Carolina Machado Rocha Busch Pereira (UFT)
Denis Richter (UFG)
Eguimar Felício Chaveiro (UFG)
Lana de Souza Cavalcanti (UFG)
Loçandra Borges de Moraes (UEG/Anápolis)
Miriam Aparecida Bueno (UFG)
Vanilton Camilo de Souza (UFG)

Antonio Cardoso Façanha
Cleonice Carvalho Silva
Orleando Leite de Carvalho Dias
(Organizadores)

TERESINA E AS CIDADES NA REGIÃO



GOIÂNIA, GO | 2020



*Todos nós que fazemos o GERUR
dedicamos este livro à
Adalgiso Barbosa de Araújo Neto
(In memoriam).*

*Agradecemos pelo seu esforço
inicial na constituição do grupo,
bem como por ter nos
proporcionado enormes momentos
de alegria e de construção
de sonhos.*

© Autoras e autores – 2020

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei n. 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Catalogação na Fonte

Ilustração da capa: Antonio Cardoso Façanha (2020).

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

T316 Teresina e as cidades na região / Antonio Cardoso Façanha,
Cleonice Carvalho Silva, Orleando Leite de Carvalho Dias (Orga-
nizadores). – Goiânia : C&A Alfa Comunicação, 2020.
311 p.

ISBN 978-65-89324-01-0

1. Teresina. 2. Geografia. I. Façanha, Antonio Cardoso. II. Sil-
va, Cleonice Carvalho. III. Dias, Orleando Leite de Carvalho.

CDU: 913(812.2)



SUMÁRIO

Prefácio

Raimundo Jucier Sousa de Assis..... 12

I

TERESINA

1 Dinâmica e tendências da avenida principal do bairro
Parque Piauí em Teresina 20
Adalgiso Barbosa de Araújo Neto (In memoriam)

2 A expansão horizontal de Teresina e as tendências
recentes de adensamento urbano..... 41
Gracielly Portela da Silva
Francisco de Assis Veloso Filho

3 Um estudo sobre a indústria de alimentos do município
de Teresina – Piauí 56
Dannael Jadson Ribeiro Alves
Bartira Araújo da Silva Viana

4 A produção habitacional do programa Minha Casa
Minha Vida em Teresina: uma análise da infraestrutura
urbana no Residencial Orgulho do Piauí 80
Vânia Vieira Lima
Bartira Araújo da Silva Viana

| | | |
|---|--|-----|
| 5 | Produção do espaço urbano em Teresina (PI): um olhar sobre a área central. | 103 |
| | <i>Silvana de Sousa Silva</i> | |
| 6 | A regionalização no espaço intraurbano da cidade de Teresina (PI). | 123 |
| | <i>Francisco Jean da Silva Araújo</i> <i>Antonio Cardoso Façanha</i> | |
| 7 | Agentes, processos e as formas espaciais recentes na expansão urbana da zona norte de teresina | 147 |
| | <i>Poliana Santos Ferraz de Oliveira</i> | |

II

AS CIDADES NA REGIÃO

| | | |
|----|---|-----|
| 8 | A Representação Social do trabalho dos catadores de material reciclável em Esperantina (PI) | 170 |
| | <i>Cleonice Carvalho Silva</i> <i>Carlos Sait Pereira de Andrade</i> | |
| 9 | Análise multitemporal da expansão urbana de Piripiri (PI) (1985 – 2015). | 193 |
| | <i>Cassandra de Sousa Cunha</i> <i>Raimundo Lenilde de Araújo</i> | |
| 10 | Programas habitacionais em Campo Maior (PI): um estudo de caso dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II | 214 |
| | <i>Juciara Maria Santana da Silva</i> <i>Bartira Araújo da Silva Viana</i> | |

| | | |
|----|---|-----|
| 11 | Qualidade de vida na Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. | 239 |
| | <i>Rodrigo da Silva Rodrigues</i> | |
| 12 | A expansão urbana e seus impactos ambientais em Caxias (MA): análise sobre os projetos de habitação de interesse social. | 263 |
| | <i>André Wallace Balica Honorato</i> | |
| | <i>Leilson Alves do Santos</i> | |
| | <i>Lorran André de Moraes</i> | |
| 13 | Rede de integração de Teresina: análise da expansão urbana e da concentração populacional. | 283 |
| | <i>Eduarda e Silva da Cunha</i> | |
| | <i>Elayne de Silva Figueredo</i> | |
| | <i>Giovana Mira de Espindola</i> | |
| | Sobre os organizadores/autores. | 302 |
| | Sobre os autores. | 304 |

PREFÁCIO

Raimundo Jucier Sousa de Assis¹

As cidades modernas, singulares em suas construções, ligadas diretamente as formações dos territórios nacionais e das regiões que se encontram inseridas, exige do pesquisador um cuidado epistêmico e contextual ao tratar das particularidades da urbanização e dos espaços urbanos². Esse entendimento é essencial para diferenciarmos as continuidades das funções em comuns entre as cidades, marcadas pelas implantações e atrações de investimentos em infraestruturas físicas e sociais como instrumentos e estratégias constantes de modernização³. Com alguns documentos em mãos, como plantas urbanas, projetos de operações urbanas, relatórios técnicos e estatísticos, programas habitacionais ou de remoções, entre outros, torna-se possível investigar as metamorfoses do espaço urbano com esgotos, drenagens, avenidas, habitações, transportes, estruturas para os serviços, comércios, hospitais, centros

1 Professor do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. raimundojucier@ufpi.edu.br

2 SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ªed. São Paulo: Edusp, 2008.

3 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo Annablume, 2005 / VALENÇA, Márcio Moraes. *Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyneano acerca da urbanização do capital*. In SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 185-190.

educacionais e militares. É possível também avaliar o que estavam nas agendas, como projeções e metas futuras que pretendiam transformar certos fragmentos dos tecidos das cidades, mas não se materializaram nos recortes de tempos estabelecidos⁴.

A compreensão da cidade pelos mapeamentos das expansões que ocorreram recentemente, ou mesmo, que estão programadas para acontecer, torna-se fundamental para pesquisar como o Estado administra e ordena um conjunto de alianças e de conflitos entre os agentes privados que possuem diversos interesses dentro do espaço urbano e nas temáticas que envolve as reestruturação das cidades de forma ampla⁵. Dessa maneira, a cartografia dos “espaços vazios”, das “avenidas, ruas, estradas” como novos caminhos da expansão e, assim, o levantamento das diferenças do preço das terras e dos jogos especulativos nos mercados de imóveis, em que estão selecionadas para as operações urbanas, são fundamentais para se entender como os espaços novos são produzidos e disputados na cidade pelos agentes urbanos que os produzem. Faz-se necessário ainda entender como a expansão recente da cidade é orientada para os bairros populares, isto é, como os planos e os eixos de expansão miram os espaços frágeis economicamente como novas fronteiras a serem incorporadas à dinâmica da acumulação de capital⁶.

Dessa forma, a cidade que vai sendo transformada se confunde com as demolições de antigas parcelas de bairros ou de ruas, com as resistências organizadas ou cotidianas contra as expropriações urbanas, uma cidade em conflito entre uma parte da sua memória urbana que quer permanecer e outra que se pretende modernizadora. Aqui emerge a importante temática dos movimentos de resistências às reestruturações e espoliações das geografias urbanas, sendo imprescindível reconhecer as organizações sociais

4 VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano no Brasil**. São Paulo em perspectiva. Vol. 9. N.2, 1995, p. 45-51.

5 CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

6 ALVAREZ, Ricardo. **Os "vazios urbanos" e o processo de produção da cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

que lutam pela permanência, novos territórios e a restauração da cidade como obra⁷. Assim, a cidade alarga com essa perspectiva mais fontes documentais que podem ser analisadas ou inventariadas, como os documentos das associações de bairro, dos sindicatos, dos coletivos autônomos ou das representações dos sujeitos sociais que problematizam a questão da segregação socioespacial ao tratar da distribuição, rotas e preços dos transportes, do abastecimento de energia, água e esgoto, do déficit habitacional, da iluminação e segurança públicas, da disposição de escolas, hospitais, delegacias, dos preços dos aluguéis e das terras, enfim, da desigualdade espacial intraurbana e regional que constroem os fluxos e as hierarquias, dando suporte as distintas qualidades de vida em espaços também desiguais⁸.

O livro que agora temos em tela traz um conjunto de discussões e aspectos espaciais referentes a produção e ordenamento das cidades, tendo como peças empíricas para as investigações a cidade de Teresina e outras “cidades-regiões” no interior do Piauí e do Maranhão. Por um lado, a obra aborda um conjunto de análises intraurbanas, com base nas apreciações dos Planejamentos, Agendas, Programas, Estatísticas, Representações Sociais e Cartografias Urbanas que permitem inquirir sobre temas como a organização espacial, o planejamento urbano e as gestões das cidades pautados nas mudanças das formas e das funções de bairros mais antigos, ou mesmo, nas implantações de novos bairros periféricos que nascem associados à expansão da cidade com alicerce em conjuntos habitacionais. Por outro, o livro abriga uma perspectiva interurbana na medida que entende as cidades em interrelações e, assim, com poderes de influências sobre outros espaços urbanos a partir da divisão estadual, regional e nacional do trabalho, da concentração do serviço, do comércio, do transporte, da indústria da construção ou de alimentos.

7 LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

8 HARVEY, David. O direito à cidade. In **Cidades rebeldes**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 27-66.

O estudo de Adalgiso Barbosa de Araújo Neto (*In Memoriam*) (Capítulo 1), torna-se um texto essencial para apresentar como as dinâmicas e as intervenções recentes na Avenida Marechal Juarez Távora, no Bairro Parque Piauí, apresentam as tendências das modificações de uma avenida de caráter residencial para um corredor comercial em uma parcela da periferia da cidade que foi produzida pela implantação de um Conjunto Habitacional. Ainda sobre a temática da expansão horizontal de Teresina, Gracielly Portela da Silva e Francisco de Assis Veloso Filho (Capítulo 2), ao investigarem sobre o planejamento urbano moderno em Teresina, entendem que desde 2002, através da Agenda 2015, e mais recentemente, por meio da Agenda 2030, tem sido problematizado o crescimento horizontal da cidade e questionado as áreas vazias, de modo a instigar como tendência recente o adensamento urbano, tanto populacional quanto arquitetônico.

Baseado no jogo de escalas entre o local e o nacional, Dannael Jadson Ribeiro Alves e Bartira Araújo da Silva Viana (Capítulo 3) debatem sobre os atrativos e os atuais cenários que envolvem a indústria de alimentos em Teresina, questionando qual a particularidade desde setor teresinense na divisão territorial do trabalho a nível nacional e como eles participam diretamente da produção do espaço da cidade. Retomando as questões que envolvem a produção da cidade de Teresina com base na habitação, Vânia Vieira Lima e Bartira Araújo da Silva Viana (Capítulo 4) analisam como o Programa Minha Casa, Minha Vida em Teresina, em específico, no residencial orgulho do Piauí, problematiza a política habitacional recente de expansão urbana, tendo como a problemática das infraestruturas físicas e sociais.

Ainda sobre as particularidades do espaço urbano de Teresina, Silvana de Sousa Silva (Capítulo 5) investiga, a partir da análise das Agendas 2015 e 2030, a produção do espaço urbano na área central de Teresina, com ênfase para os debates voltados as orientações que as Agendas Urbanas tem para o centro da cidade. Ao pensar as diferenças internas de Teresina em um sentido mais amplo, Francisco Jean da Silva Araújo e Antonio Cardoso Façanha (Capítulo 6) propõe como instrumento interpretativo uma regionalização do espaço intraurbano da cidade, demonstrando nesse artifício

diferentes tipos de regionalização em Teresina, com base nos objetivos e critérios adotados nos planos elaborados para Teresina, apresentando com esses “modelos regionalizantes” um olhar geográfico sobre a longa duração dos projetos de organização espacial, gestão e planejamento urbano.

Em termos específicos da análise da Zona Norte de Teresina, Poliana Santos Ferraz de Oliveira (Capítulo 7) analisa a expansão recente à luz dos agentes produtores do espaço, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas e às recentes tendências de produção do tecido urbano. A investigação contribui para discutir as tendências espaciais da dinâmica de expansão das atividades comerciais para áreas periféricas e a produção do espaço em antigos vazios urbanos da Zona Norte de Teresina. Em tons ainda da análise das periferias, agora no interior do Piauí, Cleonice Carvalho Silva e Carlos Sait Pereira de Andrade (Capítulo 8) analisam a representação social do trabalho dos catadores e das catadoras de material reciclável compartilhada na localidade de Furna da Onça, em Esperantina (PI). O texto revela um grupo de excluídos que, como muitos outros nos municípios interioranos, encontram-se vulneráveis e precários em termos de inserção social nos territórios e nas cidades pequenas do nordeste brasileiro.

Na continuidade das análises das cidades no interior do Piauí, Cassandra de Sousa Cunha e Raimundo Lenilde de Araújo (Capítulo 9) contribuem com o estudo das características e alterações da expansão urbana de Piri-piri (PI) no período compreendido entre 1985-2015. Com base em imagens de satélites e no levantamento de informações documentais, os autores revelam os condicionantes e os padrões de crescimento referentes a evolução multitemporal do espaço urbano de Piri-piri (PI). Na mesma esteira, Juciara Maria Santana da Silva e Bartira Araújo da Silva Viana (Capítulo 10) analisam o processo de expansão urbana da cidade de Campo Maior a partir dos Programas Habitacionais, em específico, dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II. A investigação torna-se uma importante contribuição pelas evidências apreendidas da produção do tecido urbano da cidade articulado com a política de implantação de infraestruturas físicas e sociais.

Em estudo de fina preocupação social, Rodrigo da Silva Rodrigues (Capítulo 11) mensura a qualidade de vida nas cidades que compõe a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, sendo seu interesse apresentar um panorama dessa região. Também pautado em questões dos impactos na expansão das cidades nos dias atuais, André Wallace Balica Honorato, Leilson Alves do Santos e Lorrán André de Moraes (Capítulo 12) discutem como a expansão urbana na cidade de Caxias (MA), em específica, vinculada aos projetos de habitação de interesse social promovem o crescimento e eixos de ampliação da área urbana de Caxias (MA) promovendo impactos ambientais. Assim, no recorte temporal de 30 anos identificam os impactos interpretados e aqueles outros que já estariam agendados nos eixos da expansão urbana decorrentes da construção de conjuntos habitacionais populares na cidade.

Em texto que fecha a obra, Eduarda e Silva da Cunha, Elayne de Silva Figueredo e Giovana Mira de Espindola (Capítulo 13) buscam entender as similaridades dos contextos de expansão da malha urbana interligada a diferentes centros urbanos. As autoras destacam, assim, à Região de integração da rede urbana que parte da metrópole Fortaleza (CE) interligando à Capital Regional A Teresina, e se difunde com Capitais Sub-regionais A, Campo Maior (PI), Caxias (MA) e Timon (MA). Esse recorte espacial, delimitado em consideração a Teresina como Capital Regional A e capital do estado do Piauí, revela uma cidade com poder de influência não só em seu território como também em municípios do estado vizinho Maranhão. Nesse sentido, as autoras ensinam quantificar e comparar os padrões espaço-temporais de expansão da malha urbana em quatro cidades (Teresina (PI), Campo Maior(PI), Timon (MA) e Caxias (MA)), abrangendo dois períodos distintos (1985 e 2015), por meio da utilização de imagens dos satélites Landsat e RapidEye, visando quantificar por meio destes dados os níveis de integração desta região.

Em suma, o livro nos presenteia com um conjunto de pesquisas sobre as cidades no Nordeste, em especial Teresina e outros centros urbanos no interior do Piauí e Maranhão. O uso das fontes

ligadas diretamente ao planejamento urbano da cidade orienta o Estado como um agente central e um mediador dos outros agentes interessados na organização e na materialização das propostas que estão nos documentos como discursos. O controle do uso do solo urbano torna-se o grande desafio para pensar uma cidade que é suporte para produção de riqueza e, ao mesmo tempo, é esperança de qualidade de vida para as populações pobres que criam seus territórios na cidade de forma distinta das classes médias e dos possuidores de capital. Sem dúvidas, a leitura do livro permitirá aos estudantes, professores, geógrafos, urbanistas, engenheiros, historiadores e quem mais se sentir interessado, excelentes reflexões e provocações para mais análises e produções de conhecimento sobre as cidades e todos os desafios que urgem mais meditações para sua metamorfose em um produto coletivo mais acolhedor.

Teresina, novembro de 2020.

PARTE

I

TERESINA

1

DINÂMICA E TENDÊNCIAS DA AVENIDA PRINCIPAL DO BAIRRO PARQUE PIAUÍ EM TERESINA

Adalgiso Barbosa de Araújo Neto

(In memoriam)

Atualmente, os estudos relacionados às cidades vêm ganhando destaque dentro da sociedade. E essa importância está relacionada, principalmente, à dinâmica que as mesmas adquiriram ao longo do tempo. Tal dinâmica está relacionada diretamente ao processo de aumento populacional nas cidades e consequentemente à expansão das cidades, feita através da ocupação de áreas antes desabitadas.

Uma das principais características desse desenvolvimento é o aumento no número de moradores das cidades, resultante do processo de migração das pessoas de cidades de pequeno porte para as capitais. À medida que esse fluxo migratório se intensifica, a estrutura habitacional já existente nas cidades torna-se insuficiente para atender a nova demanda habitacional.

Assim, novos espaços distantes da Zona Central das cidades tornam-se as principais alternativas para a construção de novos imóveis residenciais, construídos para atender o crescimento do número de moradores da cidade. Nessa perspectiva, áreas limites entre o urbano e o rural passam a ser utilizadas para a instalação de novos bairros e vilas.

Em muitas cidades brasileiras, esse processo de ocupação de novas áreas territoriais aconteceu durante a década de 1970, através da

atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Entre essas cidades destaca-se Teresina, que durante esse período teve vários conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes da parte central da cidade.

Inicialmente, esses conjuntos habitacionais tinham problemas relacionados ao seu acesso e demais dificuldades estruturais, mas com o passar do tempo, e através da atuação do Estado e do capital privado, essas novas áreas adquiriram uma melhor ordenação e posteriormente uma nova dinâmica de acesso e estrutura, na qual podemos destacar a melhoria de ruas e avenidas, e o aumento na oferta de serviços para a população local.

Entre os bairros criados na década de 1970, na cidade de Teresina, destacamos o Bairro Parque Piauí que está localizado na Zona Sul da cidade de Teresina, construído durante a década de 1960 e 1970, e que com o passar dos anos tornou-se referência no setor de comércio e serviços dentro da Zona Sul da cidade de Teresina.

Essa importância destaca-se através da dinâmica que a Avenida Marechal Juarez Távora, avenida principal, transmite desde a fundação do bairro. Tal ação reflete-se na mudança de características residenciais para características comerciais que os imóveis localizados ao longo da avenida principal do bairro, vêm adquirindo.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de modificação do espaço urbano da Avenida Marechal Juarez Távora, destacando os aspectos econômicos, sociais e imobiliários que essa área vem sofrendo desde a implantação do bairro. Neste estudo, será feita uma caracterização do processo de expansão da cidade de Teresina associada à construção dos conjuntos habitacionais, além da caracterização do Bairro Parque Piauí, e uma análise específica da Avenida Marechal Juarez Távora salientando os processos de modificações, de caráter residencial para comercial.

Metodologia

Para a realização deste trabalho foram efetuadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, periódicos, monogra-

fias, dissertações de mestrado, sites especializados, observação em campo e utilização de programas de computador na área de Geoprocessamento para a elaboração de mapas.

Na parte referente às pesquisas bibliográficas utilizamos livros referentes à Geografia Urbana, além de livros que abordavam os principais conceitos da Geografia, que se aplicam ao tema abordado na pesquisa. No que concerne o tema da pesquisa foram utilizados artigos científicos específicos da área relacionados ao estudo das cidades, e em especial, aos assuntos do processo de crescimento das cidades.

Na parte de comparação do processo de transformação da área de estudo, foram utilizadas fotografias do ano de 2014, e imagens do ano de 2012, do programa *Google Earth*, onde comparamos os principais pontos em que aconteceram modificações. Além disso, fizemos visitas na área de estudo para a obtenção de fotografias do ano de 2014, que serviram para o entendimento da dinâmica que a área de estudo apresenta.

Nesta etapa da visita de campo foi realizada a quantificação do total de quadras e casas localizadas na avenida principal do Bairro Parque Piauí, ressaltando os principais usos atuais dos imóveis ali localizados, estabelecendo a porcentagem de imóveis residenciais e comerciais, e a identificação dos tipos de comércios e serviços ao longo da avenida.

Para definirmos a posição da área de estudo foi usado um mapa de localização do Bairro Parque Piauí, com os principais empreendimentos ali instalados, com enfoque nas suas principais localizações e distribuição ao longo da área de estudo, e um mapa de zoneamento do bairro. Nesta etapa foi utilizado o programa de computador da área de Sistema de Informações Geográfica (SIG) e técnicas de Geoprocessamento para a elaboração dos mapas.

Assim, através desta metodologia foram mostradas as mudanças fundamentais na avenida principal do Bairro Parque Piauí, evidenciando suas características iniciais, desde a sua construção até a dinâmica que aconteceu no tempo, e principalmente, a dinâmica

atual que está acontecendo e que influencia as demais mudanças futuras nessa área de estudo.

Cidades: crescimento urbano e produção do espaço

As cidades ao longo do tempo vêm ganhando notoriedade dentro da sociedade, muitas delas são resultado do processo de ocupação lenta e gradual de determinadas áreas, que aos poucos adquiriram estrutura e se expandiram ao longo do território. No entanto, existem outras cidades que já surgiram de forma planejada, que tiveram a escolha do local de sua implantação predeterminada e o seu espaço inicial ocupado.

Através da ação do homem, com o passar do tempo, as cidades se modificaram em todo o seu espaço urbano, destacando assim, o processo de construção de novas ruas, avenidas, novos prédios e casa residenciais. Diante disso, Carlos (2003) destaca que a paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários aspectos da história.

De tal modo, podemos notar que as cidades passaram e ainda passam por transformações profundas, sendo essas transformações, percebidas no seu espaço urbano. No entanto, algumas modificações em determinados períodos permanecem inalteradas, à medida que o tempo passa e os espaços das cidades sofrem modificações.

Essas modificações no espaço das cidades estão relacionadas ao aumento populacional, ocasionado, muitas vezes, pelas novas perspectivas econômicas de algumas cidades. Geralmente, essas cidades possuem uma economia dinamicamente intensa, se comparada às demais.

Além disso, Corrêa (2000, p. 11) caracteriza o espaço urbano como sendo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ou seja, um conjunto de símbolos e campo de lutas, constituído por diferentes usos da terra, sendo que cada um deles pode ser visto como uma forma espacial.

Mas para que o espaço urbano adquira essas características é preciso a ação de alguns atores da sociedade, os chamados agentes produtores do espaço. Com base nisso, Corrêa (2000, p. 11) destaca que:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Para completar essa característica do espaço urbano, Corrêa (2000) mostra que os agentes produtores do espaço são agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios que atuam sobre um espaço abstrato. Portanto, os agentes produtores do espaço urbano destacados por Corrêa (2000), são os seguintes: proprietários dos meios de produção, com destaque para os grandes industriais; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.

Assim, tais agentes produtores do espaço atuam em diferentes zonas das cidades, onde as suas ações podem acontecer, em alguns casos, de maneira quase que simultânea. Além do mais, a ação deles faz com que a configuração territorial da cidade sofra modificações e adquira características próprias, de acordo com a época dessas modificações.

Então através dos cinco agentes produtores, apresentados anteriormente, o espaço das cidades vai adquirindo sua configuração territorial à medida que a atuação desses agentes entra em ação. Além disso, segundo Corrêa (2000), os processos espaciais são as forças que movimentam a transformação da estrutura social, é onde o processo se efetiva espacialmente, refazendo assim, a espacialidade da sociedade.

Ainda de acordo com Corrêa (2000) esses processos espaciais são de natureza social, e trata-se de uma expressão empregada por geógrafos na tentativa da constatação do que ocorre no espaço ao longo do tempo. Assim, os processos espaciais acontecem no trans-

correr do tempo e de acordo com a dinâmica da sociedade na época em que está acontecendo.

Podemos então apontar que as cidades, muitas vezes, surgem com alguns objetivos já definidos e, em alguns casos, com sua configuração territorial também já definida. No entanto, à medida que novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais vão surgindo essas definições iniciais passam por modificações.

Entre essas modificações enfatizamos justamente a questão do número de habitantes, que como já foi mencionado anteriormente, é um dos fatores que influenciam o processo de crescimento das cidades. Deste modo, o aumento populacional e o crescimento urbano das cidades resultam em processos de modificações e produção do espaço das cidades, e podem ser visualizados em diferentes zonas das mesmas.

Evolução urbana de Teresina

A atual configuração territorial da cidade de Teresina é o resultado de vários processos e ações que vêm acontecendo desde a sua criação. Segundo Teresina (2014a) a cidade de Teresina tem suas raízes na Barra do Poti, onde, em 1760, já havia um aglomerado de casas de pescadores, canoeiros e plantadores de fumo e mandioca.

Dessa forma, como foi destacado anteriormente, a Barra do Poti serviu de base para o processo de expansão da cidade de Teresina, pois naquele período, a capital da Província do Piauí era a Vila da Mocha, atual cidade de Oeiras. De acordo com Teresina (2014a) um dos principais fatores que contribuíram para o processo de transferência da capital da Província do Piauí, da Vila da Mocha para a Vila do Poti, atual Teresina, foi devido à localização da Vila da Mocha, já que a mesma se encontrava no meio do sertão com uma distância de 30 léguas, aproximadamente 145 km de distância.

Com base nesses elementos de localização a cidade de Teresina surgiu em 1852, mais especificamente em 21 de julho desse mesmo ano, através da Resolução nº 315, publicada pela Assembleia Legislativa Provincial, que elevava a Vila Nova do Poti à categoria

de cidade (MELO; BRUNA, 2009), no entanto, a data oficial do aniversário de Teresina é dia 16 de agosto. Segundo Façanha (2004), durante os primeiros anos de fundação da cidade de Teresina, tentou-se implantar um modelo de padrão colonial, na qual se caracterizava um traçado composto de 18 quadras no sentido Norte-Sul e 12 quadras no sentido Leste-Oeste.

De acordo com Teresina (2014a) em 1860, a capital Teresina já apresentava uma área urbanizada de um quilômetro de extensão no sentido Norte-Sul: no sentido Norte, tinha como limite o largo do quartel do Batalhão, onde atualmente localiza-se o Estádio Lindolfo Monteiro. Já no sentido Sul havia como limite o “Barrocão”, atualmente Avenida José dos Santos e Silva.

No sentido Leste-Oeste esse processo de expansão urbana não seguiu a mesma intensidade do sentido Norte-Sul, pois as ruas terminavam alguns metros após a Praça da Constituição, atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca, e terminavam, também a poucos metros depois da Praça do Largo, atual Praça Saraiva. Durante esse período a Rua Grande, atual Rua Álvaro Mendes, teve papel significativo para o processo de expansão de Teresina.

Com o passar do tempo a cidade de Teresina atraiu pessoas de outras localidades, principalmente àquelas vindas das cidades do interior piauiense e também de outros estados, fazendo com que, entre os anos de 1940 e 1950, houvesse o aparecimento de novas áreas dentro da capital teresinense. Essas novas áreas surgiram nas zonas Norte, Sul, Leste e na parte central de Teresina.

Conforme Façanha (2004), a década de 1950 é considerada um “divisor de águas” no que se refere às mudanças na organização interna da cidade de Teresina, por isso podemos destacar desse período, a construção da Ponte dos Noivos sobre o Rio Poti. Essa construção ligou a Zona Leste de Teresina à Zona Central da cidade e também a outras áreas da capital. A ponte facilitou o povoamento de novos bairros nessa área, tais como o Bairro de Fátima, Jóquei, o Bairro São Cristóvão e que conseqüentemente contribuíram para a expansão física e populacional da cidade de Teresina.

Assim sendo, entre os anos de 1950 e 1980, aconteceram mudanças significativas na organização espacial interna da cidade de Teresina, pois além da construção da Ponte dos Noivos houve também a concepção de novas avenidas, como por exemplo, na Zona Sul, com a Avenida Barão de Gurguéia e a Avenida Miguel Rosa. A partir do surgimento dessas avenidas houve também a construção de conjuntos habitacionais na Zona Sul, onde podemos destacar a criação do Bairro Parque Piauí, Promorar, Bela Vista e outros.

Além de investimentos no setor habitacional e de infraestrutura urbana, a cidade de Teresina recebeu também muitos investimentos no setor industrial. Entre estes investimentos apontamos a constituição do Distrito Industrial de Teresina, localizado na Zona Sul, iniciado no final da década de 1960 e começo da década de 1970. Dessa forma, durante a década de 1970, a cidade de Teresina continuou a receber investimentos estaduais e federais, principalmente, na área habitacional resultando transformações significativas na malha urbana da capital.

Além dos investimentos por parte dos governos municipal, estadual e federal salientamos também, os investimentos do capital privado, com destaque para os produtores do espaço no âmbito do comércio, especulação imobiliária, construção de condomínios, casas e áreas de lazer.

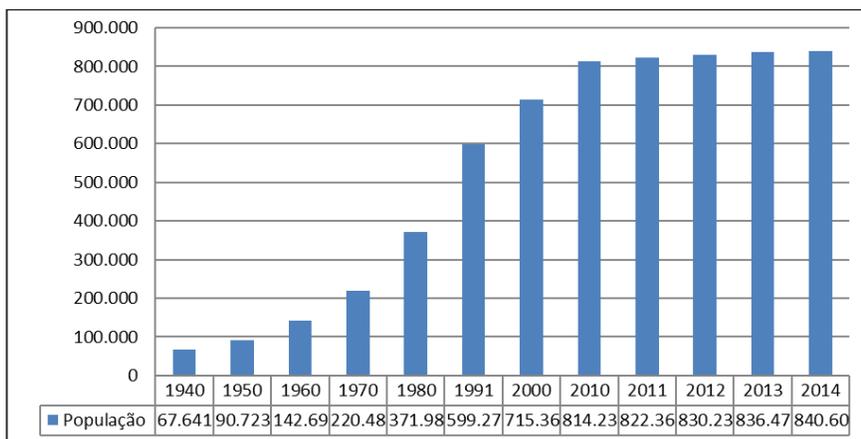
Tais investimentos públicos e privados foram acompanhados por ações do governo municipal com o objetivo de organizar a cidade de Teresina. Dentre essas ações, estão: Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Teresina (PDDI) de 1969; Primeiro Plano Estrutural de Teresina (I PET) de 1977; Segundo Plano de Estruturação de Teresina (II PET) de 1988; e Lei nº 4.423 de 16 de julho de 2013.

Deste modo, desde a sua criação, a cidade de Teresina vem passando por inúmeras ações em seu espaço urbano, com relevância para a sua organização territorial interna e, principalmente, para as alterações em seus indicadores econômicos e sociais. Em vista disso, os investimentos através do setor público e privado resultaram em um aumento populacional na cidade de Teresina, que a partir da

década de 1960, passou a atrair pessoas de vários municípios piauienses, que buscavam, sobretudo, emprego e habitação.

Essa evolução no número populacional pode ser visualizada através do gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Evolução populacional da cidade de Teresina (PI)



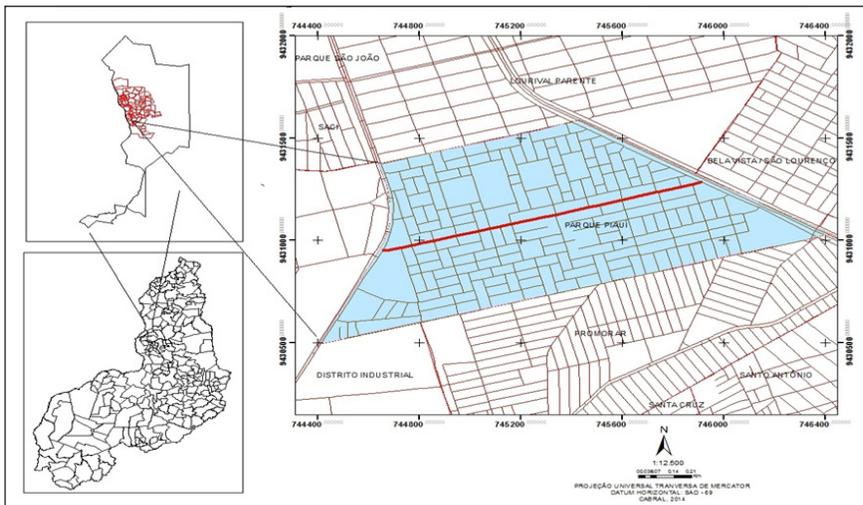
Fonte: Teresina (2014c). Organização: Adalgiso Araújo Neto (2014).

Bairro Parque Piauí e sua avenida principal: características, evolução e processos recentes

O Bairro Parque Piauí localiza-se na Zona Sul da cidade de Teresina, e compõe o total de 35 bairros daquela zona. Esse bairro é o resultado das políticas habitacionais que aconteceram durante as décadas de 1960 e 1970, na cidade de Teresina, através do Banco Nacional de Habitação (BNH) a nível nacional, e da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI) a nível local.

De acordo com Teresina (2014a), o Bairro Parque Piauí está situado na Zona Sul da cidade de Teresina, possui uma área total de 1.087 km², ocupa uma área de 110 hectares e faz limite com os bairros Lourival Parente, Promorar, Bela Vista (sendo separado apenas pela BR-316). A sua localização pode ser visualizada na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Localização do Bairro Parque Piauí na cidade de Teresina (PI)



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Lima (2014).

Segundo Teresina (2014a), o Bairro Parque Piauí foi construído no ano de 1968, durante o governo de Helvídio Nunes, mas foi no ano de 1977, durante o governo de Dirceu Arcoverde, que o bairro foi ampliado. No entanto, durante os setes primeiros anos de sua construção, a sua ocupação foi dificultada por causa da falta de infraestrutura.

Após as etapas de construção, a avenida principal do Bairro Parque Piauí passou a dividir as duas fases de implementação do bairro. O ano de 1968 corresponde a primeira etapa de construção do bairro, e o ano de 1977, corresponde a segunda etapa, que ficou conhecida como a “ampliação do Parque Piauí”.

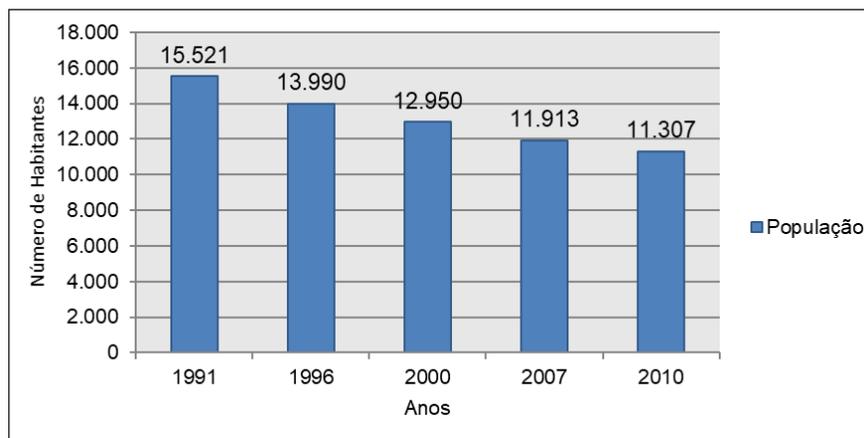
Dessa maneira, ao longo de 46 anos, desde a construção da sua primeira etapa, o Bairro Parque Piauí vem passando por várias modificações e de certa forma, vem influenciando a dinâmica da Zona Sul, especialmente nos aspectos ligados ao setor de comércio e serviços. Essas modificações resultaram em algumas alterações nos indicadores e características do Bairro Parque Piauí.

Entre esses indicadores destacamos os relacionados aos aspectos populacionais, pelos quais percebemos a princípio, que o bairro foi criado para fins de moradia, no entanto, com o passar do tempo e conseqüentemente com a expansão da Zona Sul de Teresina, algumas residências, particularmente as da avenida principal do bairro, foram transformadas em pontos comerciais fazendo com que esses moradores fossem para outros bairros.

Assim, um dos principais resultados dessas mudanças foi a respeito da relação ao número de moradores do bairro, que ao longo dos anos diminuiu. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e que Teresina (2014a) destaca, é que no ano de 1991, o bairro possuía 15.521 habitantes, no ano 2000 essa população reduziu para 12.950 habitantes, e conforme dados do Censo de 2010, o Bairro Parque Piauí possui atualmente 11.307 habitantes.

Essa dinâmica no número de moradores do Parque Piauí pode ser visualizada através do Gráfico 2.

Gráfico 2 – População do Bairro Parque Piauí



Fonte: Teresina (2014a). Organização: Adalgiso Araújo Neto (2014).

Através da análise desse gráfico notamos que entre os anos de 1991 a 2010, houve uma redução de 4.214 moradores no Parque Piauí, provocada, principalmente, pela expansão do comércio no bairro e

pela conseqüente valorização das casas para o mercado imobiliário, interessado na venda e no aluguel de pontos comerciais para lojas de diferentes atividades, e em alguns casos, de lojas que resolveram expandir filiais além da Zona Central da cidade de Teresina.

Na parte de infraestrutura, o Bairro Parque Piauí possui uma considerável proposta de infraestrutura básica para a população. Podemos citar: uma Unidade de Saúde com Ambulatório e Urgência, um Distrito Policial, um Mercado Público, 11 praças, várias vias de acesso através de ruas e da própria avenida principal do bairro, além de uma grande oferta de comércios e serviços realizados por meio da iniciativa privada.

A maior parte desses comércios e serviços localiza-se na Avenida Marechal Juarez Távora, que é a avenida principal do bairro. Essa avenida possui uma extensão de 1,30 quilômetros e tem como limites a BR-316 e a Avenida Henry Wall de Carvalho (PI-130), ela é formada por um total de 23 quadras e por 198 imóveis.

A Avenida Marechal Juarez Távora é o principal eixo de circulação de pessoas e veículos do Bairro Parque Piauí. Durante os primeiros anos de fundação do bairro, a extensão da avenida era formada em sua maioria, por imóveis residenciais, com apenas algumas áreas destinadas para a prática comercial. Com o passar do tempo, a dinâmica da Avenida Marechal Juarez Távora passou por significativas modificações, e a transformação de imóveis de características essencialmente residenciais para imóveis com características comerciais, foi inevitável.

Sendo assim, podemos dizer que a Avenida Marechal Juarez Távora teve como primeiro produtor do seu espaço, a ação do Estado através da política habitacional da época da construção do Bairro Parque Piauí, e que após esse período, sofreu a ação de produtores do espaço por intermédio do capital privado, com ênfase para a venda de imóveis residenciais para posterior transformação dos mesmos em pontos comerciais.

Um desses exemplos vem acontecendo muito durante os últimos anos. Na da Figura 2, podemos visualizar um lote no ano de

2012, localizado na quadra 3, que anteriormente era uma residência. A casa foi totalmente destruída após a sua venda para um empresário da cidade de Teresina, dando lugar a um ponto comercial.

Figura 2 – Fotografias mostrando as transformações dos imóveis no Bairro Parque Piauí



Fonte: *Google Earth* e Arquivo de Araújo Neto. Organização: Adalgiso Araújo Neto (2014).

A área do referido imóvel é um dos locais da Avenida Marechal Juarez Távora que apresenta ainda uma considerável concentração de imóveis com características residenciais. Diferentemente dessa área existem outros locais na avenida principal do bairro onde a concentração de imóveis comerciais é maior, portanto, os últimos imóveis residenciais passaram a ser substituídos por aqueles de características comerciais.

Como exemplo desse processo, mencionamos um imóvel localizado nas proximidades do Mercado Público do Bairro Parque Piauí, e que no ano de 2012, já possuía um uso misto de imóveis com um ponto comercial na parte térrea e um ponto residencial na parte superior. No entanto, no ano de 2014, após a venda desse imóvel, o mesmo passou a apresentar características exclusivamente comerciais em razão da instalação de uma Farmácia de Manipulação, com matriz na Zona Central de Teresina. Essa transformação pode ser vista na Figura 3.

Figura 3 – Fotografias mostrando as modificações de imóvel no Bairro Parque Piauí



Fonte: Google Earth e Arquivo de Araújo Neto. Organização: Adalgiso Araújo Neto (2014).

Desta feita, muitos imóveis já perderam suas características iniciais e passaram a apresentar características comerciais, embora alguns ainda mantenham a característica residencial juntamente com a instalação de pontos comerciais. Outra questão observada é a relação da permanência dos empreendimentos nos endereços da Avenida Marechal Juarez Távora, já que muitos empreendimentos permanecem ali por pouco tempo enquanto outros possuem um certo tempo situados na avenida.

Nesse processo de transformação do espaço da Avenida Marechal Juarez Távora, observamos que muitos empreendimentos comerciais, que antes se localizavam exclusivamente na Zona Central da cidade de Teresina, instalaram suas filiais nessa avenida. Entre esses empreendimentos podemos apontar as lojas de eletrodomésticos, farmácias de manipulação, laboratórios de análises clínicas e lojas diversas.

Além desses empreendimentos advindos de outras áreas, até mesmo de caráter regional e nacional, muitos comércios e serviços são ofertados pelos próprios moradores do Bairro Parque Piauí e de demais bairros vizinhos, como as lojas de malhas, de venda e aluguel de roupas, armarinhos, lojas de materiais de construção, escolas, e preparatórios de concursos e vestibulares.

Esse processo de modificação e produção do espaço ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora pode ser analisada na Figura 4, que mostra o uso dos espaços ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora.

Figura 4 – Usos da Avenida Marechal Juarez Távora



Fonte: IBGE (2010). Organização: Lima (2014).

Dessa forma, através do que é mostrado na Figura 4, conseguimos entender a predominância da utilização dos imóveis ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora para fins comerciais, e que tal utilização para essa finalidade, acontece por conta dos empreendimentos comerciais diversificados, pelos quais podemos citar, os setores ligados ao comércio varejista e de serviços diversos.

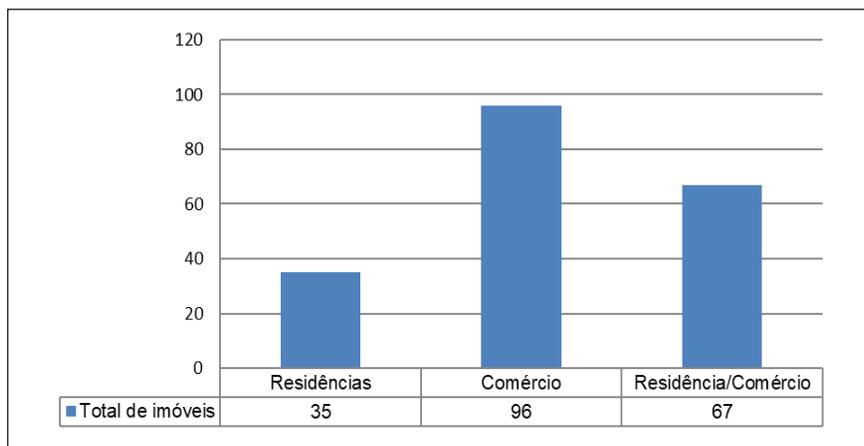
Mesmo havendo essa predominância de imóveis comerciais, os imóveis com características residenciais ainda resistem no espaço da Avenida Marechal Juarez Távora, mesmo que de maneira pouco

representativa, como também mostra a Figura 4, pois podem ser utilizadas juntamente com os imóveis de características comerciais.

Essa espacialização de tipos de utilização dos imóveis ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora acontece nos seus 198 lotes, sendo que cada quadra apresenta uma quantidade maior de imóveis destinados a utilização de comércio e serviços, e os outros para utilização residencial.

Tal constatação se deu a partir de visitas a campo, onde a contagem de quadras e o número de lotes que a Avenida Marechal Juarez Távora possui foi realizada, e o tipo de utilização que o imóvel tem na atualidade. A partir dessas observações, montamos o Gráfico 3, que mostra os imóveis por toda a extensão da avenida, de acordo com o seu tipo de utilização.

Gráfico 3 – Total de imóveis na Av. Marechal Juarez Távora de acordo com a sua utilização

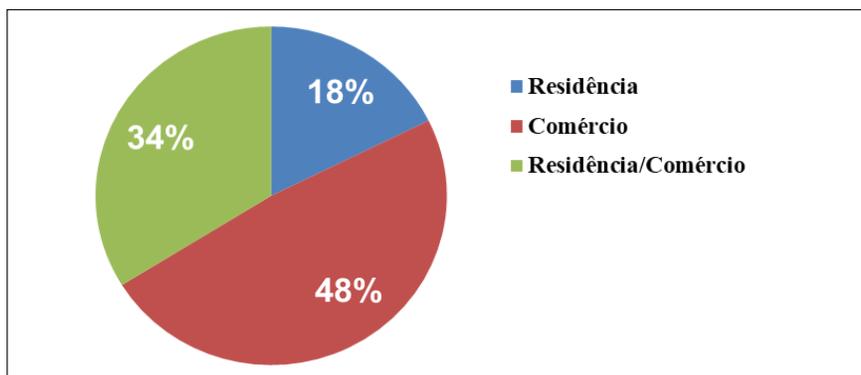


Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Adalgiso Araújo Neto (2014).

Com base na análise do gráfico anterior percebemos que os imóveis destinados somente para a utilização de comércio predominam na maior parte da Avenida Marechal Juarez Távora. Essa utilização dos imóveis para o comércio é ampliada à medida que consideramos também, a utilização dos imóveis para residência e comércio.

O Gráfico 3 nos mostra também, que os imóveis destinados apenas para uso residencial encontram-se em menor proporção ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora. Esses imóveis são complementados com os destinados ao uso misto, ou seja, de comércio e residência. A porcentagem total de utilização dos imóveis na Avenida Marechal Juarez Távora pode ser considerada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Porcentagem de utilização dos imóveis da Avenida Marechal Juarez Távora



Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Adalgiso Araújo Neto (2014).

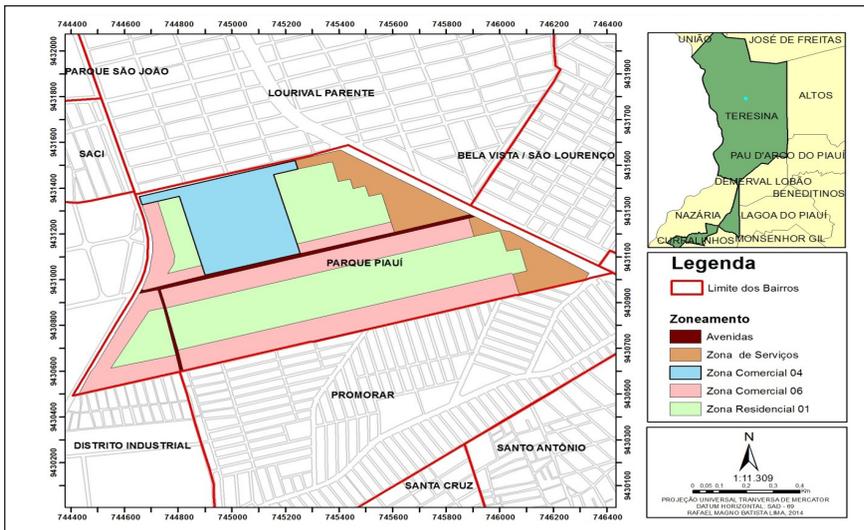
Com suporte na análise do Gráfico 4, que mostra a porcentagem de utilização dos imóveis na Avenida Marechal Juarez Távora, vemos que praticamente metade dos imóveis da avenida são utilizados atualmente para o setor de comércio. Além disso, apenas 18% dos imóveis atuais são destinados para fins residenciais, e que em 34% dos imóveis, essa utilização é feita através de comércio e residência.

Essa tendência espacial, que se observa na Avenida Marechal Juarez Távora, de transformação dos imóveis exclusivamente residenciais para imóveis com características comerciais pode ser justificada através da Lei Complementar nº 3.560 de 20 de outubro de 2006, que define as diretrizes para o uso do solo urbano da cidade de Teresina e dá outras providências.

Conforme essa lei, foi elaborado o mapa de zoneamento urbano do Bairro Parque Piauí, que mostra as atividades que podem

ser desenvolvidas dentro da área do bairro. Além disso, destacam-se nesse mapa as atividades permitidas no espaço da Avenida Marechal Juarez Távora. O mapa de zoneamento do Parque Piauí pode ser visualizado a seguir.

Figura 5 – Mapa de zoneamento do Bairro Parque Piauí, Teresina (PI)



Fonte: TERESINA (2014b). Organização: Lima (2014).

Na Figura 5, constatamos que o Bairro Parque Piauí possui quatro zonas, sendo duas delas destinadas a zona de comércio, uma no setor de residências e outra relacionada, na zona de serviços. Na parte referente à Avenida Marechal Juarez Távora, a mesma possui duas zonas comerciais e uma zona de serviços.

Assim, ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora predominam as zonas comerciais, que se caracterizam por serem áreas onde se concentram atividades diversificadas, notadamente, as de comércio e serviços. Ainda de acordo com a Figura 5, a Zona Comercial 06, ocupa a maior parte do espaço da Avenida Marechal Juarez Távora, e caracteriza-se por ser uma área situada ao longo do eixo de comércio, serviços diversificados, uso misto e habitacional.

Com relação a Zona Comercial 04, da Avenida Marechal Jua-rez Távora, a mesma possui praticamente todas as características que a Zona Comercial 06. No entanto, na área da Zona Comercial 04, não é permitida a instalação de comércios que desenvolvam ati-vidades atacadistas.

Em menor proporção e próxima a BR-316, destaca-se a Zona de Serviços da avenida principal do Bairro Parque Piauí, nesta região é permitido desenvolver atividades atacadistas, indústrias de pequeno porte, além de uso habitacional.

Conclusão

Baseado no que foi discutido neste trabalho percebemos que à medida que as cidades passam pelo processo de expansão urbana, realizado principalmente através dos agentes produtores do espaço, os bairros mais distantes tendem a apresentar características pró-prias, e que em muitos casos, adquirem características próximas das características da área central das cidades.

Entre os agentes responsáveis pelo processo de expansão das cidades mencionamos inicialmente a ação do Estado, através de políti-cas de organização do espaço, e principalmente, de políticas habitacio-nais, que resultam na ocupação de novas áreas urbanas das cidades.

Foi através da atuação do Estado, que na década de 1960 e 1970, foram construídos na cidade de Teresina vários conjuntos habitacionais distantes da região central da cidade. Entre esses empreendimentos habitacionais, construídos durante tal período, está o Bairro Parque Piauí.

Inicialmente, o bairro era predominantemente residencial, e apresentava áreas específicas para a realização de práticas comer-ciais. Mas, com o passar do tempo e com o contínuo processo de crescimento da Zona Sul da cidade de Teresina, através da constru-ção de novos bairros pelo poder público e devido à facilidade de acesso que o Bairro Parque Piauí possui, novas áreas comerciais surgiram em sua avenida principal.

A partir do surgimento desses comércios na avenida principal e consequentemente com o aumento no número de moradores da Zona Sul, a Avenida Marechal Juarez Távora apresentou um acréscimo no número de comércios em seu espaço. Esses novos comércios foram instalados juntamente com as residências, e em outros casos, passaram a ocupar o lugar que antes era ocupado pelas residências.

O processo que verificamos no Bairro Parque Piauí, resulta nos percentuais de tipo de utilização dos imóveis ao longo da Avenida Marechal Juarez Távora. Através do que foi pesquisado chegamos ao resultado de que metade dos imóveis dessa avenida são de uso exclusivo do comércio, e que apenas aproximadamente 20% dos imóveis dali, permanecem com o uso apenas residencial, destacando-se ainda, os imóveis que fazem o uso misto de residência e comércio.

Essa tendência no aumento do número de imóveis com características comerciais pode ser justificada, especialmente, com base na legislação urbanística de Teresina, de zoneamento da cidade. Segundo a mencionada lei, a Avenida Marechal Juarez Távora pode receber uma grande variedade de tipos de comércios, indústrias de pequeno porte e vários tipos de serviços públicos e privados. Em alguns casos, a utilização simultânea no lote residencial, juntamente com a dinâmica urbana da área contribuiu para que essas mudanças acontecessem, e também, para afirmar a dinâmica e as tendências verificadas na área de estudo.

Portanto, conforme o que foi pesquisado e discutido nesta pesquisa, constatamos que a Avenida Marechal Juarez Távora vem passando por constantes evoluções em seu espaço, diversas modificações em sua dinâmica territorial e consequentemente, vem sofrendo uma tendência no aumento do número de imóveis comerciais em substituição aos imóveis residenciais.

Referências

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 7. ed. Série Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 2003.
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1985. Tradução: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- FAÇANHA, Antonio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: um olhar panorâmico da cidade. *In: Desmitificando a Geografia: espaço, tempo e imagens*. Teresina: EDUFPI, 2004.
- GOOGLE EARTH. **Imagem do Bairro Parque Piauí em Teresina-PI**. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 10 set. 2014.
- IBGE. **Base de dados cartográficos da cidade de Teresina-PI**. 2010.
- LIMA, Rafael Magno Batista. **Geoprocessamento de mapas**. Teresina-PI, 2014.
- MELO, C. de C. C. J.; BRUNA, Gilda Collet. **Desenvolvimento urbano e regional de Teresina, Piauí, Brasil, e sua importância no atual quadro de influência na Rede Urbana Regional no Brasil**. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2037/245A.pdf>. Acesso em 20 mai. 2014.
- ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Teresina – Perfil dos Bairros: Parque Piauí**. Teresina, PI, 2014. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wpcontent/uploads/2014/09/PARQUE-PIAU%C3%8D.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014a.
- TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Lei Complementar Nº 3.560, de 20 de outubro de 2006. Define as diretrizes para o uso do solo urbano do Município e dá outras providências. **Diário Oficial do Município, Teresina**, 2006. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br/portalpmt/orgao/SEMPLAN/doc/20100419-329-1410-D.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.
- TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Teresina: dinâmica populacional**. Teresina, PI, 2014b. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/TERESINA-POPULA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

2

A EXPANSÃO HORIZONTAL DE TERESINA E AS TENDÊNCIAS RECENTES DE ADENSAMENTO URBANO

Gracielly Portela da Silva

Francisco de Assis Veloso Filho

Por ter sido instalada em um sítio relativamente aplainado, a cidade de Teresina, desde sua fundação, escolheu o modelo de construção arquitetônico horizontal. Posteriormente, sua dinâmica e organização interna permitiram a consolidação desse padrão horizontal.

O crescimento horizontal de Teresina pode ser explicado pela atuação do setor habitacional, que através de suas políticas, opera como força catalisadora para o processo da expansão física da cidade. E nesse sentido, gera o parcelamento do solo urbano onde o perímetro urbano é constantemente alterado, em vista do aumento nos números de bairros.

O setor habitacional em Teresina é o responsável pela configuração urbana da cidade. Sendo assim, o padrão de expansão urbana horizontal foi instaurado a partir da política de instalação dos conjuntos habitacionais distantes da área urbana consolidada, efetivado pela Companhia Habitacional do Piauí (COHAB-PI) e corroborado pela recente política do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

Tendo em vista o aspecto de planejamento urbano moderno, Teresina, desde 2002, através da Agenda 2015, e mais recentemente, por meio da Agenda 2030, passou a debater o crescimento horizon-

tal e a questionar as áreas vazias da cidade, de modo a instigar o adensamento urbano, tanto populacional quanto arquitetônico.

Nesse contexto, essa pesquisa visa debater a expansão urbana de Teresina, de modo a apontar tais momentos de extensão e evidenciar tendências recentes de adensamento.

Referencial teórico

Segunda capital do Piauí, Teresina teve em seu sítio inicial uma localização estratégica para a aproximação das áreas produtoras agrícolas e um controle maior nas dinâmicas socioeconômicas internas. Esquematizada dentro de um plano com formato de tabuleiro de xadrez e desenvolvida em torno de um centro administrativo com forte caráter funcional, voltado para a centralização das atividades comerciais e de serviços, teve uma primeira expansão compacta e lenta.

Conforme Moreira (1972), somente a partir de 1900, quando a cidade passou a se constituir como um forte polo atrativo de população é que foi possível uma expansão urbana para além dos limites iniciais. Segundo a autora, nas décadas de 1940 e 1950, a expansão foi ocasionada de forma descontínua, ora estabelecida por momentos de adensamentos, ora por espaços vazios.

A partir de 1950, em virtude das transformações ocorridas nas esferas nacional e regional, evidenciadas pelas mudanças relevantes no crescimento do setor de serviços e de uma maior concentração populacional e de empregos nas cidades brasileiras, Teresina, ao final da década, reunia a maior parte da população do estado, portanto, já se estabelecia como a principal cidade do Piauí. No entanto, foi nas décadas posteriores, que a cidade, tendo em vista seu caráter administrativo e de oferta de serviços, atraiu novos investimentos de saúde, comunicação, educação e habitação, promovendo ainda mais o seu processo de expansão urbana (MOREIRA, 1972).

Entre os anos de 1951 e 1980, a expansão de Teresina foi mais significativa em vista dos desdobramentos da conjuntura de desenvolvimento nacional, alavancada pelos processos de urbanização e

industrialização no país, e que reverberaram no Piauí ao permitirem uma maior inserção do estado, na integração nos âmbitos nacional e regional.

Diante disso, Abreu (1983, p. 15) reflete:

Através da política federal inaugurada na década de 1950 [...] Teresina tornou-se fortemente ligada, por conexões rodoviárias à região Nordeste e ao restante do país. Este fato possibilitou que a capital piauiense assumisse o papel de cidade polarizada de vasta área a seu redor.

De acordo com Lima (2002), a implantação do programa nacional de construção de rodovias impulsionou o crescimento do espaço urbano, e em função disso, a cidade consolidou-se como polo atrativo de população (Tabela 1).

Tabela 1 – Dinâmica do Crescimento Populacional de Teresina – 1940 a 2010

| Ano | População total | Incremento populacional | População urbana | | População rural | | Taxa média geométrica de crescimento anual (%) |
|------|-----------------|-------------------------|------------------|-------|-----------------|-------|--|
| | | | Nº | % | Nº | % | |
| 1940 | 67.641 | - | 34.695 | 51,29 | 32.946 | 48,71 | - |
| 1950 | 90.723 | 23.082 | 51.417 | 56,67 | 39.306 | 43,33 | 2,98 |
| 1960 | 142.691 | 51.968 | 98.329 | 68,91 | 44.362 | 31,09 | 4,63 |
| 1970 | 220.487 | 77.796 | 181.062 | 82,12 | 39.425 | 17,88 | 4,45 |
| 1980 | 377.774 | 150.287 | 339.042 | 89,75 | 38.732 | 10,25 | 5,53 |
| 1991 | 599.272 | 221.498 | 556.911 | 92,93 | 42.361 | 7,07 | 4,28 |
| 2000 | 715.360 | 116.088 | 677.470 | 94,70 | 37.890 | 5,30 | 1,80 |
| 2010 | 814.230 | 98.870 | 767.557 | 94,30 | 46.673 | 5,70 | 1,21 |

Fonte: IBGE (2010). Organização: Gracielly Portela da Silva (2016).

Conforme dados da Tabela 1, Teresina, entre os anos de 1950 e 1980, obteve altas taxas de crescimento geométrico anual, onde obtinha uma população de 90.723 no ano de 1950 para 377.774 em 1980, tendo, portanto, um incremento populacional exponencial ao longo das três décadas.

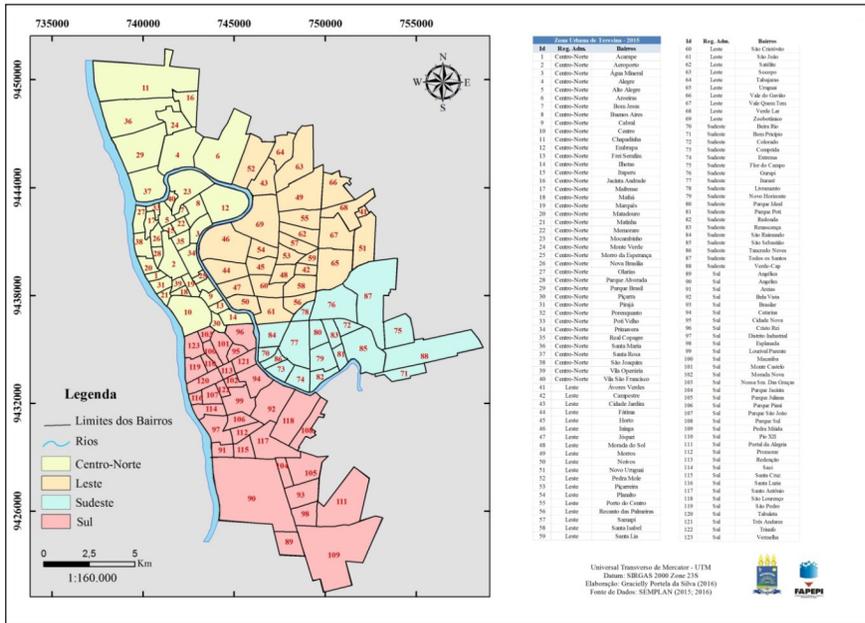
Os valores elevados do crescimento populacional nesses trinta anos, em especial, nos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, estabeleceram os maiores índices de expansão urbana de Teresina. Para Façanha (1998), o crescimento populacional nesse período foi fundamental para a configuração do atual espaço urbano teresinense. Pois, constituiu o momento de atuação da política habitacional gerida pela Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), agente local e promotor da política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH), onde foram viabilizadas as construções dos conjuntos habitacionais em Teresina, em todas as direções da capital.

Na década de 1970, segundo Lima (2010), a expansão de Teresina tornou-se mais visível, em virtude do aumento da rede viária com base no prolongamento e na pavimentação de avenidas, promovendo assim, uma maior interligação entre todas as regiões da cidade.

Na década seguinte, o crescimento horizontal da cidade já estava consolidado, tendo na política habitacional, o principal indutor desse tipo de crescimento. Ao final da década, no ano de 1988, com a intenção de institucionalizar uma organização interna de Teresina, foi elaborado o II Plano Estrutural de Teresina (II PET), que dividiu o espaço urbano em 108 bairros, subdivididos em cinco administrações regionais (Norte, Centro, Sul, Leste e Sudeste).

No período recente, de 1990 a 2015, Teresina cresceu na medida em que a política habitacional promoveu a expansão da produção habitacional para as áreas mais periféricas da capital. O que de fato tem contribuído para o crescimento do espaço físico da cidade, em face do aumento de 11 novos bairros e 11 decretos de leis que alteraram o perímetro urbano da cidade, tendo o último, estabelecido uma organização interna com 123 bairros (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do espaço urbano atual de Teresina



Fonte: SEMPLAN (TERESINA, 2015; 2016). Elaboração: Gracielly Portela da Silva (2016).

No contexto recente de Teresina, o crescimento do espaço urbano foi realizado mais timidamente, em vista da redução do incremento populacional e da intensificação do adensamento urbano, que em decorrência do avanço do processo de descentralização dos serviços de infraestrutura e atividades comerciais, passou a ser mais evidente.

Especificamente após a Agenda 2015 de Teresina e através da Agenda 2030, a cidade colocou em xeque o urbanismo moldado no crescimento horizontal, e passou a estimular o adensamento urbano, de forma a proporcionar maior eficiência no sistema de mobilidade, na oferta e aproveitamento do equipamento social público, infraestrutura urbana e dos empreendimentos habitacionais.

E através disso, Teresina visa possibilitar a efetivação do exercício de planejamento com a gestão do espaço urbano em um esforço para a construção de uma cidade integrada, socioeconomicamente justa e ambientalmente sustentável.

Metodologia

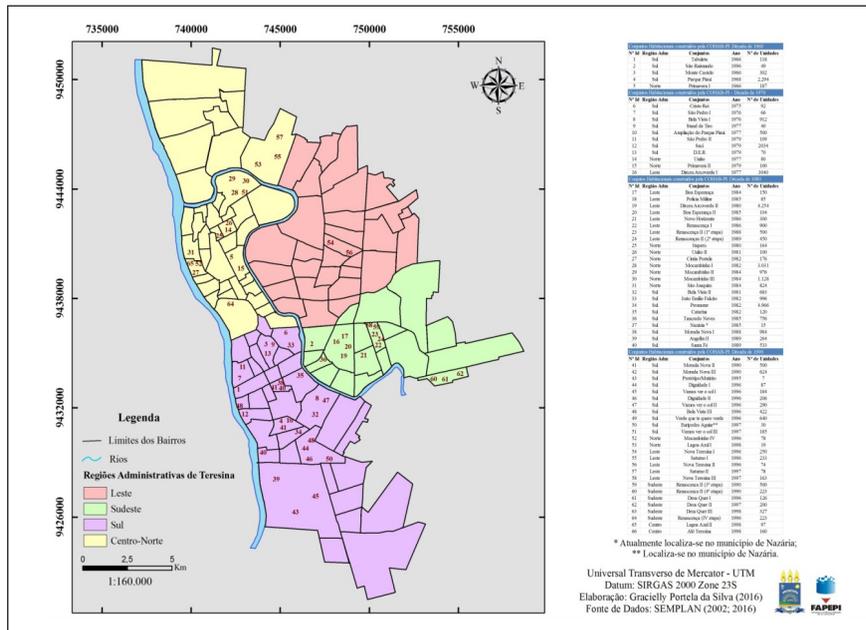
Em termos metodológicos, esse trabalho apresentou duas etapas: a primeira, constituiu-se de uma revisão da base teórica sobre a cidade de Teresina, dedicada a abordar os debates que debruçaram sobre a expansão da cidade e o levantamento de indicadores populacionais, com destaque para o quantitativo demográfico de cada bairro, com a finalidade de elaboração do mapa temático da evolução de densidade urbana de Teresina.

A segunda etapa constituiu, em vista, uma melhor visualização espacial, a elaboração de mapas com aportes das geotecnologias com a intenção de espacializar os indicadores populacionais no espaço urbano atual de Teresina, a partir de dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina (PI).

Resultados e discussões

O setor habitacional é responsável direto pela expansão urbana de Teresina. Desde a segunda metade da década de 1960 até 2001, foram construídas 42.039 unidades habitacionais em todas as direções de Teresina (TERESINA, 2002), e isso, gerou um acelerado processo de urbanização, fator que contribuiu para a expansão da cidade de forma horizontal (Figura 2).

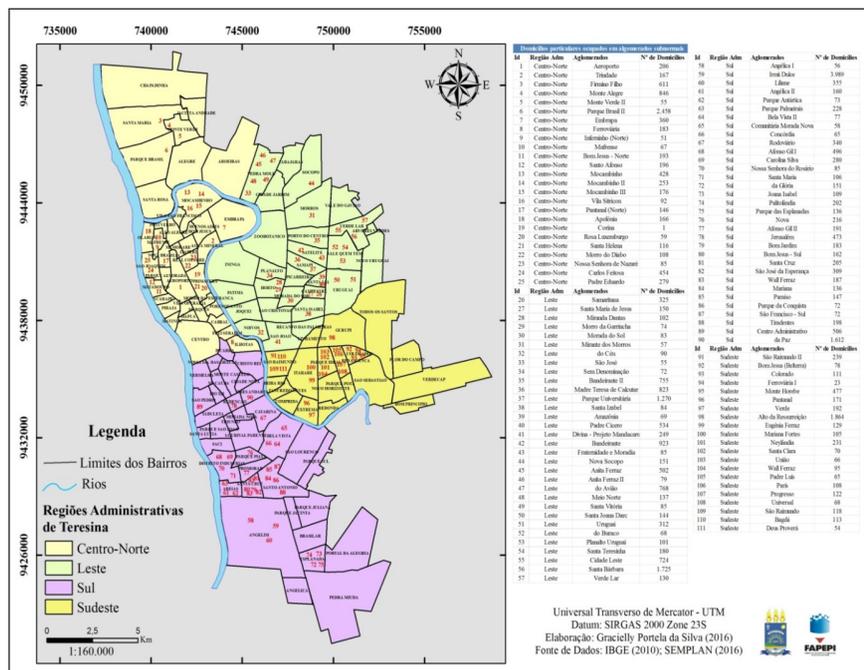
Figura 2 – Mapa de localização dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI



Fonte: SEMPLAN (TERESINA, 2002; 2016). Elaboração: Gracielly Portela da Silva (2016).

Conforme a cidade se expandia em direção à periferia, mediante as construções dos conjuntos habitacionais, “geralmente localizados em glebas distantes do Centro ou mesmo fora do perímetro urbano” (LIMA, 2007, p. 258), grandes vazios urbanos foram construídos, possibilitando o aparecimento de aglomerados subnormais (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de localização dos aglomerados subnormais por bairros de Teresina



Fonte: IBGE (2010); SEMPLAN (TERESINA, 2016). Elaboração: Gracielly Portela da Silva (2016).

A localização dos aglomerados subnormais orienta-se pela lógica da necessidade, que conforme Lima (2003, p. 50):

“[...] apresenta uma tendência de localização próxima aos conjuntos habitacionais, áreas estas que oferecem, em tese, maiores acessos a serviços urbanos, mesmo que tais núcleos se localizem nas franjas da cidade, ou seja, na nova periferia [...]. Ela se redesenha, também pela ocupação de vazios urbanos e pelo adensamento de áreas já habitadas, em virtude da construção, mesmo em escala reduzida, de novos conjuntos habitacionais”.

Com a extinção da COHAB-PI, a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí (ADH-PI), no ano de 2007, passou a gerenciar os recursos financeiros no setor habitacional. Dos anos 2000 até o período atual, os conjuntos habitacionais e residenciais em Teresina foram construídos com financiamentos do Governo

Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mediante o gerenciamento da Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como órgão gestor estadual, a ADH-PI, responsável pela política habitacional, e ainda, tendo o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) como o maior meio de oferta de moradia para a população na capital piauiense.

No presente contexto, o setor habitacional segue a mesma lógica da política habitacional da segunda metade da década de 1960. Em Teresina, a promoção habitacional ainda é efetivada nos bairros mais afastados da área central consolidada, objetivando assim uma desarticulação das políticas do setor habitacional federal e estadual com o planejamento e gestão do poder municipal.

Nesse sentido, o perímetro urbano constantemente ultrapassa os limites municipais, induzido pelo crescimento físico e horizontal da cidade. Tendo em vista esse cenário de expansão horizontal, as políticas públicas do governo local não conseguem acompanhar o crescimento físico de Teresina, portanto, não são capazes de atender satisfatoriamente a população que reside na periferia da cidade.

A expansão urbana horizontal firmada em Teresina foi fortemente influenciada pela política urbana que optou por moradias horizontais, como as realizadas pela extinta COHAB-PI e como as atuais, promovidas pelo PMCMV e ADH-PI, que intensificam a produção de novas habitações de interesse social na cidade, e dessa forma, favorecem o surgimento de bairros cada vez mais distantes da área consolidada.

Esse tipo de expansão urbana revela também a falta de um planejamento estratégico e integrado entre os setores governamentais que gerenciam a cidade. O setor habitacional de Teresina apresenta um crescimento urbano com um perfil, no qual as unidades habitacionais se “proliferam”, sem atender, na maioria dos casos, um planejamento urbano prévio, motivo que tem impulsionado o crescimento físico urbano e o número de aglomerados subnormais.

Embora seja perceptível, o crescimento urbano físico de Teresina, a partir da década de 1990, passou a apresentar atenuados

momentos de expansão. E um dos motivos que contribuíram categoricamente para tal situação foi à redução evidente do incremento populacional nas décadas seguintes.

Os Censos Demográficos, a partir de 1991, revelam nitidamente, a diminuição do incremento populacional no espaço urbano de Teresina (Tabela 2). Verificou-se uma média geométrica anual de 4,28% em 1991, passando por uma média de 1,80% em 2000, para uma de 1,21%, em 2010 (IBGE, 2010). Dessa forma, e de maneira oposta à ampla expansão urbana verificada nas décadas anteriores, a partir de 1991, a expansão urbana de Teresina foi menor, sendo constatada uma maior concentração da população nos bairros mais antigos, em especial, naqueles que foram resultantes da atuação da COHAB-PI.

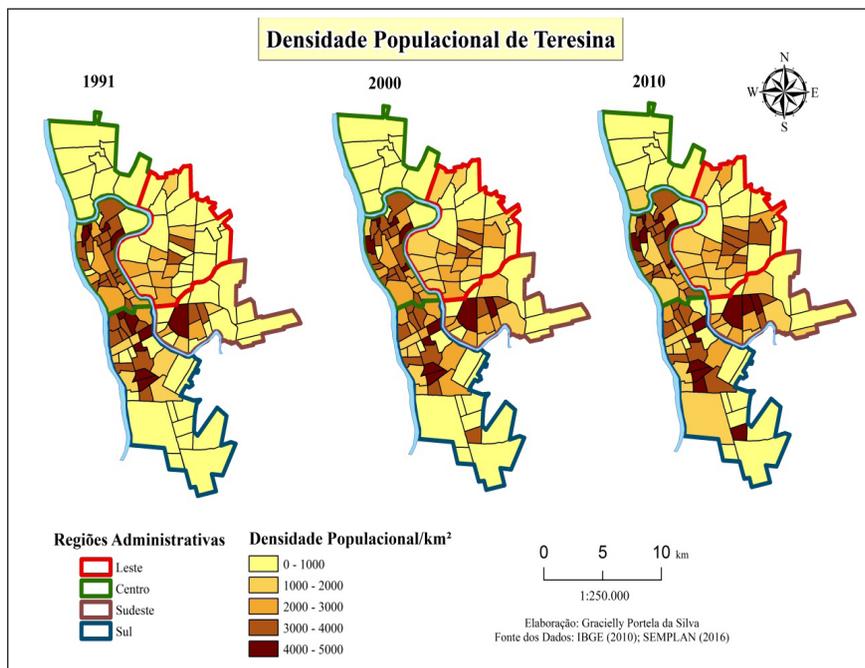
Tabela 2 – Dinâmica Populacional de Teresina a partir de 1991

| Ano | População total | Incremento populacional | População urbana | | População rural | | Taxa média geométrica de crescimento anual (%) |
|------|-----------------|-------------------------|------------------|-------|-----------------|------|--|
| | | | Nº | % | Nº | % | |
| 1991 | 599.272 | 221.498 | 556.911 | 92,93 | 42.361 | 7,07 | 4,28 |
| 2000 | 715.360 | 116.088 | 677.470 | 94,70 | 37.890 | 5,30 | 1,80 |
| 2010 | 814.230 | 98.870 | 767.557 | 94,30 | 46.673 | 5,70 | 1,21 |

IBGE (2010). Organização: Gracielly Portela da Silva (2016).

A espacialização quantitativa da população por bairros (Figura 4) demonstra que grande porcentagem da população está adensada nos bairros mais antigos da capital, naqueles que já são dotados de infraestrutura e apresentam uma oferta consolidada de serviços, transportes e empregos. Enquanto que, os bairros mais recentes, nas extremidades do perímetro urbano, encontram-se pouco adensados, pois, além de serem bairros formados há pouco tempo, também, contam com pouca infraestrutura, embora, alguns deles sejam constantemente alvos de empreendimentos do PMCMV.

Figura 4 – Mapa da evolução da densidade populacional em Teresina nas últimas três décadas



Fonte: IBGE (2010); SEMPLAN (TERESINA, 2016). Elaboração: Gracielly Portela da Silva (2016).

Embora Teresina demonstre sinais de adensamento populacional em detrimento da expansão física, a densidade média da cidade ainda é extremamente baixa, de apenas 584,94 hab./km² (IBGE, 2010), mesmo considerando outras capitais nordestinas semelhantes (Tabela 3).

Tabela 3 – Densidade populacional em cidades nordestinas

| Cidades | População | Densidade (hab./km ²) |
|-------------|-----------|-----------------------------------|
| São Luís | 1.014.837 | 1.215,69 |
| Natal | 803.739 | 4.805,24 |
| João Pessoa | 723.515 | 3.421,28 |
| Maceió | 932.748 | 1.854,1 |
| Aracaju | 571.149 | 3.140,65 |
| Teresina | 814.230 | 584,94 |

Fonte: IBGE (2010). Organização: Gracielly Portela da Silva (2016).

Apenas recentemente, frente às demandas de planejamento sustentável e o modelo urbano de cidade compacta e multifuncional, é que a cidade de Teresina passou a questionar seu padrão de crescimento urbano horizontal e disperso. E dentro desse contexto, tendências da gestão urbanística priorizam o adensamento populacional e arquitetônico para um aproveitamento mais satisfatório do uso e da ocupação do solo e das infraestruturas.

Uma das premissas utilizadas para o desenvolvimento urbano compacto de Teresina foi o enfoque em seu caráter policêntrico, que almeja o desenvolvimento de atividades concorrentes ou complementares ao centro primaz. Com isso, se objetiva proporcionar maior eficiência no sistema de mobilidade, nas ofertas e aproveitamento dos equipamentos sociais públicos, infraestruturas urbanas e dos empreendimentos habitacionais. E assim, possibilitar a efetivação do exercício de planejamento com a gestão do espaço urbano, em um esforço para a construção de uma cidade integrada, socioeconomicamente justa e ambientalmente sustentável.

A gestão urbana de Teresina, proposta pela Agenda 2030, vem ao encontro do moderno planejamento urbano, que propõe um novo padrão de uso e ocupação do solo de forma adensada e modelo vertical de habitação, em detrimento da dispersão urbana. Passando, portanto, a questionar o espalhamento da malha urbana e a ter como empecilhos, os vazios urbanos.

A pauta de adensamento urbano, também esteve presente no Fórum Teresina Participativa, em abril de 2017, onde foi discutida a revisão e a atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), bem como, a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021. Dentre as propostas está a necessidade do adensamento do espaço urbano, para assim aperfeiçoar a melhoria da mobilidade urbana.

Nessa perspectiva, a cidade de Teresina, para os próximos anos, deve dar prioridade à construção de habitações em áreas com infraestrutura já implantada e eleger o modo vertical de habitações para um aproveitamento mais satisfatório do uso e ocupação do solo e das infraestruturas urbanas, e com isso, frear a expansão horizontal da cidade, e assim, promover o adensamento urbano de Teresina.

Considerações finais

Por ter sido instalada em uma posição privilegiada, em um sítio estratégico e dotar de um caráter administrativo e polar nas ofertas de atividades comerciais e de serviços, a cidade de Teresina recebeu um grande contingente populacional desde a sua fundação.

Em especial, a partir da década de 1970, a cidade recebeu maiores fluxos migratórios em face do aumento das atividades econômicas e da expansão da infraestrutura básica, resultando em um maior crescimento do seu espaço urbano.

Em razão desse incremento populacional, a política habitacional teve um papel preponderante para a expansão física da cidade ao construir grandes conjuntos habitacionais populares em localidades mais afastadas da área central de Teresina. Tais medidas ocasionaram a elevação do valor do solo urbano nas áreas centrais, além de acarretar uma expansão urbana sem planejamento e ampliar o aparecimento de aglomerados subnormais, haja vista que a população de baixa renda ocupou as áreas vazias localizadas, em grande parte, entre a área consolidada da cidade e os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI.

A política habitacional promovida pela COHAB-PI, gerou um cenário local onde grande parte da população vivia em conjuntos habitacionais, especialmente, a partir da década de 1990, quando houve uma ampliação do número de conjuntos em Teresina. Entre as décadas de 2000 e 2010, o crescimento do espaço urbano de Teresina foi reduzido, em face do processo de adensamento populacional e residencial, particularmente presente nos bairros que sofreram intervenções federais e estaduais.

Entre as décadas de 1990 e 2010, o crescimento do espaço urbano de Teresina foi realizado mais timidamente, em face da redução do incremento populacional e da intensificação do adensamento urbano. Em decorrência do avanço do processo de descentralização dos serviços de infraestrutura, das atividades comerciais e do melhoramento no setor de transporte, o adensamento populacional na cidade passou a ser mais evidente, sendo mais característico nos bairros com maior infraestrutura urbana.

No contexto recente de Teresina, a evolução urbana da cidade passou a questionar o modelo de crescimento horizontal e estimulou o adensamento urbano, visando promover uma estruturação urbana compacta, em detrimento do espalhamento populacional e habitacional em bairros muitos afastados da área urbana consolidada.

Nesse sentido, Teresina, a partir de 1990, evidencia-se como uma cidade que aos poucos vem optando pelo adensamento urbano, em troca do espalhamento de habitações em bairros afastados da área central. Embora o aumento da oferta de habitação promovida pelo Governo Federal, na periferia da cidade, a análise quantitativa demonstrou que a população residente, especialmente, a partir dos anos 2000, encontra-se adensada nas áreas consolidadas, notavelmente nos bairros mais antigos da capital, ou seja, naqueles que já possuem uma boa rede de infraestrutura básica, de serviços e comércio, e que nas décadas anteriores receberam intervenções federais e estaduais na produção de habitações. Portanto, para os próximos anos, a cidade de Teresina deverá buscar uma organização interna cada vez mais compacta, ao invés de uma urbanização dispersa.

Referências

ABREU, Irlane Gonçalves de. **O crescimento da Zona Leste de Teresina: um caso de segregação?** (Dissertação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade.** 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 1998.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. *In: Scientia et Spes*, ICF, Teresina, n. 2, ano 1, p. 181-206, 2002.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela Cohebe: uma história de luta por habitação popular.** Teresina: EDUFPI. Recife: Bagaço, 2010.

LIMA, Antonia Jesuíta de. Políticas urbanas, governos locais e segregação socioespacial: alcances e limites das novas intervenções públicas. *In: LIMA, Antônia Jesuíta de (org.). Cidades Brasileiras: atores, processos e gestão pública*, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. A cidade de Teresina. *In: Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 230, ano 31, p. 3-185, set./out., 1972.

TERESINA. **Agenda de Teresina 2015.** Plano estratégico de desenvolvimento sustentável: a cidade que queremos: Habitação. PMT/SEMPLAN: Teresina, 2002. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2016.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Dinâmica População.** PMT/SEMPLAN: Teresina, 2016. Disponível em: [http:// semplan.teresina.pi.gov.br/](http://semplan.teresina.pi.gov.br/). Acesso em: 5 ago. 2016.

TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLAN). Disponível em: [http:// semplan.teresina.pi.gov.br/](http://semplan.teresina.pi.gov.br/). Acesso em: 5 ago. 2016.

UM ESTUDO SOBRE A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE TERESINA – PIAUÍ

Dannael Jadson Ribeiro Alves

Bartira Araújo da Silva Viana

O presente artigo, proveniente de pesquisas desenvolvidas durante o Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), visa destacar o tema “Indústria de alimentos em Teresina”. Estando o estudo baseado neste tema, percebemos, com fundamento em uma pesquisa mais generalizada, que se trata de um segmento historicamente relevante no território brasileiro.

Leituras como a de Birchall (2004), que retrata este setor industrial no Brasil, e as pesquisas da Fundação CEPRO (MARTINS, 2003), que abordam os setores econômicos do Piauí, ajudam nesta constatação. Ambas as leituras, referentes ao século passado, demonstram que tanto na realidade estadual quanto na realidade nacional, a produção de alimentos apresenta historicamente uma representatividade considerável, que permite situá-la como um dos principais ramos da indústria no Brasil e no Piauí.

Em razão disso é que o tema foi escolhido, especialmente, pela curiosidade de se descobrir se a nível municipal, o ramo de produção alimentícia apresenta destaque, tanto quanto demonstra em território nacional e estadual. A Geografia, linha de conhecimento pertencente ao trabalho, será colocada de modo interdisciplinar com duas outras áreas do saber: a Economia e a História.

Com a Economia, esta linha estará situada como Geografia Econômica, mais particularmente na subárea de Geografia das Indústrias. Já com a História, a Geografia também precisará interagir no trabalho, utilizando acontecimentos ou eventos determinantes para a ocorrência da produção industrial no espaço a ser considerado.

Para tanto, o artigo precisou contar com um questionamento que oferecesse condições de melhor desenvolvimento do estudo proposto. Com aporte nisso, a pergunta do questionamento foi: De que forma a indústria de alimentos está presente na capital do Piauí, Teresina, considerando os pontos de vista histórico, espacial e econômico, e os desafios e atrativos que a mesma contém? Esta pergunta, mesmo necessitando de uma contextualização histórica, não poderia deixar de contemplar os tempos recentes, a partir dos atuais cenários que envolvem a indústria alimentícia em Teresina.

Mediante a pergunta-chave do problema é possível enfatizar algumas questões relacionadas ao tema: a) Como a indústria de alimentos está presente historicamente em Teresina? b) Qual a participação da indústria alimentícia para a economia teresinense? c) Como se encontram espacializadas, empresas ou empreendimentos industriais alimentícios em Teresina? d) Que desafios a indústria de alimentos em Teresina enfrenta? e) Quais atrativos a indústria de alimentos encontra no município?

São essas importantes perguntas que servem para aprofundarmos os conhecimentos ligados à produção alimentícia teresinense. E a partir destas perguntas, foram formuladas prováveis respostas (hipóteses) para elas:

a) A indústria de alimentos se mantém historicamente como uma das principais do setor em Teresina.

b) A indústria de alimentos é um segmento do setor secundário com destaque econômico na região Nordeste, assim como no Piauí e em Teresina.

c) Os empreendimentos industriais, incluindo os alimentícios, estão situados principalmente nos Polos ou Distritos Industriais Norte e Sul de Teresina.

d) A indústria alimentícia em Teresina enfrenta muitos desafios, como a deficiência da infraestrutura viária, e a questão energética que também é preocupante, pois oferece uma energia elétrica local de baixa qualidade.

e) Os incentivos fiscais e a existência de um amplo mercado consumidor seriam fatores atrativos para que os empreendimentos industriais alimentícios permaneçam em Teresina

Essa importante pesquisa apresenta contribuições acadêmicas, e pode ser útil no compartilhamento de informações, no presente momento, a respeito da indústria de alimentos local, bem como se tornar uma futura fonte de bibliografia, consulta e estudo por parte da comunidade acadêmica e da sociedade interessada no assunto.

Quanto aos objetivos do artigo, eles estão divididos, em pontos gerais e específicos. O ponto geral, consiste em: a) compreender a presença e os atuais cenários que envolvem a indústria de alimentos em Teresina, considerando os aspectos históricos, espaciais e econômicos, os desafios e atrativos. Já os específicos, são: a) destacar a indústria de alimentos brasileira e os aspectos territoriais, populacionais e econômicos do município de Teresina (Piauí); b) discorrer sobre o perfil da indústria alimentícia teresinense, por meio de sua presença histórica, espacial e econômica, além dos desafios e atrativos que a cercam.

O desenvolvimento do artigo está dividido em três partes. A seção “Referencial teórico: a indústria alimentícia em contexto”, se divide nas seguintes subseções: “Indústria alimentícia: características do setor no Brasil”, que enfatiza algumas características relacionadas à produção industrial alimentícia no país, identificando registros históricos e atuais de sua presença em território nacional. Já a subseção “Aspectos territoriais, populacionais e econômicos do município de Teresina (Piauí)” traz dados e informações que nos permite conhecer um pouco da realidade teresinense.

A terceira seção, “Metodologia adotada”, mostra realmente a proposta de estudo do trabalho. A seção menciona o método de pesquisa, os tipos de pesquisa, os recursos e as fontes empregadas,

inclusive, exemplificando algumas das fontes de consulta que foram importantes para o desenvolvimento do projeto.

A seção “Resultados e discussões: o perfil da indústria alimentícia de Teresina (Piauí)” se fragmenta em duas subseções: “Contextualizando a presença da atividade pela capital piauiense” e “Os atuais cenários da indústria de alimentos em Teresina”. A primeira subseção utiliza o traçado histórico deste ramo industrial em território teresinense. Em relação a segunda, ela faz um retrato da participação econômica dos espaços em que a atividade se concentra e dos desafios e atrativos que a mesma convive a nível local.

Referencial teórico: a indústria alimentícia em contexto

De forma que o estudo sobre a indústria de alimentos teresinense tenha embasamento, essa seção visa destacar características que envolvem o referido setor a nível nacional. Também procura identificar alguns aspectos relacionados ao município de Teresina, foco da presente pesquisa (aspectos territoriais, populacionais e econômicos).

Indústria alimentícia: características do setor no Brasil

Ao enfatizarmos a indústria alimentícia, tema escolhido pela proposta da pesquisa, é válido mencionar o seu papel no Brasil. Para retratar o setor, conhecimentos geográficos serão unidos aos históricos e econômicos, de forma que atenda ao propósito de destacar as características da produção alimentícia nacional.

Observamos no estudo que os diversos segmentos industriais oscilaram entre momentos positivos e negativos ao longo das décadas no Brasil. Nacionalmente, considerando a indústria de alimentos, podemos dizer que constantemente esteve entre as mais influentes do setor.

Birchal (2004) enfatiza que a produção alimentícia vivenciou uma fase bastante positiva nos anos correspondentes à primeira metade do século XX. Por volta dos anos 1920, o setor de alimentos

correspondia a 20% da atividade industrial brasileira. Em 1939, era o que proporcionava a maior arrecadação, e em 1950, junto com a indústria têxtil, se destacou como um dos principais segmentos industriais a nível nacional.

O mesmo autor menciona que o ramo alimentício já convivia com uma redução em sua produtividade ainda nos anos de 1920. Mas, diferentemente de outros segmentos industriais, permaneceu como um dos setores fundamentais, já que sofria uma retração pequena.

Nos anos de 1960 e 1970, o ritmo de produção de alimentos ainda era significativo, entretanto, subsetores como o farmacêutico, químico e o metalúrgico conseguiram superá-lo (BIRCHAL, 2004). Foi a partir da segunda metade da década de 1980, que o ramo industrial de alimentos iniciou sua recuperação.

Naquela época e na década seguinte (1990), o Brasil atravessou um processo de abertura econômica. Diante desse contexto, o setor alimentício se expandiu consideravelmente. Costa Júnior (2009) o descreveu como um segmento que passou de pequeno porte e com capitais internos para um de capital estrangeiro.

Outros pesquisadores, ao fazerem a análise do setor alimentício no período citado, seguem a mesma linha de pensamento, caracterizando-o por uma internacionalização da produção brasileira a partir do avanço das transnacionais. Conforme estudos referentes ao histórico da fabricação de alimentos no país, “ao final dos anos de 1990, a indústria alimentícia constituía-se no maior parque industrial brasileiro [...]” (MCKINSEY, 1999, p. 211, citado por BIRCHAL, 2004, p. 57-58).

Uma das razões que contribuíram para esse cenário envolveu o processo de fusões e aquisições de empresas, que se tornaram frequentes no país, a partir dos anos de 1990. Com 269 transações de um total de 2.308, o setor de alimentos, bebidas e fumo se configurou como o principal setor a vivenciar este fenômeno, dentre todos os demais segmentos produtivos brasileiros (KPMG, 2001, citado por COSTA JÚNIOR, 2009).

No contexto, apresentado pela indústria de alimentos no país, durante a última década do século XX, notamos seu reflexo para os anos posteriores. Em termos de participação no mercado brasileiro, a mesma se dividiu entre as de oligopólio (poucas empresas que controlam a maior parte do mercado) e as de concorrência ampla (que envolve uma numerosa quantidade de empresas que concorrem entre elas).

Em se tratando do segmento alimentício, conforme Bradesco (2017), muitas das empresas possuem micro ou pequeno porte no Brasil, com o restante sendo composto por empresas de médio e grande porte. Estas últimas, por sua vez, tendem a apresentar um alcance mundial, que demonstra a diversificação quanto ao tamanho das unidades e ao nível produtivo que cada uma pode oferecer.

Considerando a representação da atividade nos dias atuais, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) indica a indústria de alimentos, ao lado da de bebidas e tabaco, como “[...] o mais expressivo ramo da indústria de transformação [...]” (IEDI, 2018, p. 6). Em 2016, a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) apontou o segmento alimentício na condição daquele que mais gerou empregos diretos na indústria de transformação, atingindo a marca de 1,6 milhões de postos de trabalho e um número superior a 35 mil empresas atuantes no setor, por todo o país.

Apesar da concentração regional e da diversificação da quantidade de unidades e postos de trabalho da indústria de alimentos brasileira, a identificamos como uma atividade bastante heterogênea. O Sudeste concentra a maior proporção de estabelecimentos e empregos referentes ao ramo alimentício nacional, seguido pela região Sul (BRASIL; BRADESCO, 2015, citado por BRADESCO, 2017).

No estudo, a região Nordeste aparece na terceira colocação, considerando os critérios mencionados. Mesmo a região Sul estando na segunda colocação, ela se distancia do percentual do Sudeste, apontada pela pesquisa, como a região que mais concentra indústrias de produção de alimentos no Brasil.

Além desta questão, o Bradesco (2017) e a ABIA (2016) realizaram estudos que levantavam alguns indicadores produtivos da indústria de alimentos. Estatisticamente, o subsetor conseguiu faturar no mercado interno brasileiro, 76% do total produzido, com os demais 24%, parcelados entre exportações (21%) e importações (3%).

Levando em conta a produção, a indústria alimentícia é movimentada pelo setor primário, já que este setor lhe fornece a matéria-prima a ser transformada. O setor de alimentos, por outro lado, movimenta as vendas do setor terciário, atendendo os comércios varejistas e atacadistas, a exemplo da rede de supermercados.

Percebemos com isso, a interdependência que envolve os três segmentos da economia aos produtos alimentares. Ambos promovem o importante papel do crescimento produtivo nacional, influenciando um melhor desempenho do país, no que diz respeito à demanda no mercado interno e externo.

Ainda sobre a indústria de alimentos, o IEDI (2018) destacou a baixa intensidade tecnológica deste ramo industrial. Ao conectar esta informação com os estudos de Macambira (2000) e da CEPRO (MARTINS, 2003), talvez este seja um dos motivos de a atividade ficar entre as principais do setor secundário piauiense e teresinense, ainda que tenha uma concentração maior em estados e municípios não nordestinos (das regiões Sul e Sudeste).

Aspectos territoriais, populacionais e econômicos do município de Teresina (Piauí)

Teresina, capital do estado do Piauí, se caracteriza por ter sido uma das poucas capitais a serem planejadas no Brasil e a única da região Nordeste que não se localiza no litoral (TERESINA, 2015, citada por UnB, 2016). Considerando aspectos territoriais, a capital piauiense está dividida em cinco áreas de atuação, conforme as leis nº 2.960/2000 e 2.965/2000 da Prefeitura de Teresina (TERESINA, 2018).

Conforme o estudo da Prefeitura Municipal de Teresina, a mesma, conta com quatro Superintendências de Desenvolvimento Urbano: a do Centro-Norte, Leste, Sudeste e Sul, e também uma

Superintendência de Desenvolvimento Rural. Dados da UnB (2016) apontam que Teresina contém uma área territorial de aproximadamente 1.392 km².

Ilustrando o território teresinense, na Figura 1, é possível verificar a sua localização tanto a nível estadual quanto regional e nacional.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Teresina em níveis estadual, regional e nacional



Fonte: Sena (2011).

Tida muitas vezes como uma capital de localização privilegiada, Teresina exerce um importante papel de influência para os municípios piauienses, e também, em alguns trechos dos vizinhos estados do Maranhão e do Ceará. Possui uma população estimada em 861.442 habitantes, de acordo com o IBGE (2017) para o ano de 2018, número que a colocou na 21ª posição dentre os municípios mais populosos do Brasil.

Em nível estadual, Teresina se constitui como liderança urbana, populacional e econômica já há algumas décadas. Em 2002, foi regulamentada, via Decreto Federal nº 4.367, à Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, RIDE Teresina (TERESINA, 2018).

Além de Teresina, também compõem a RIDE os municípios piauienses de Altos, Beditinos, Coivaras, Curalinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D'Arco, União, Nazária e o município maranhense de Timon (TERESINA, 2018). Com a RIDE, Teresina ultrapassou 1 milhão de habitantes, diferenciando-se de metrópole, em razão de não ter todos os municípios envolvidos, presentes em uma mesma unidade federativa (SENADO, 2011).

Sobre os aspectos econômicos teresinenses, a atividade que melhor se destaca para o Produto Interno Bruto (PIB) local é a de serviços (50%), seguida pela indústria (21%), seguridade social, administração, saúde e educação pública (16%), arrecadação de impostos (13%) e agropecuária (0,1%), todas essas informações se estabelecem, levando em conta o ano de 2014, e de acordo com dados de Teresina (2018). Percebemos então que o setor de serviços no ano em questão era responsável por metade do PIB do município, demonstrando assim, a sua força em Teresina.

A quantidade de empregos e de renda gerados na capital piauiense também é liderada pelo setor de serviços, com o da indústria ocupando a segunda colocação (TERESINA, 2018). O estudo da Prefeitura registra algumas das principais atividades de cada setor econômico.

No secundário, as atividades da construção civil, alimentícia e têxtil possuem relevância, enquanto na terciária, se destacam o comércio varejista, os shoppings centers e tudo que envolve administração, saúde e educação pública, além dos empregos informais. Quanto ao setor primário, a atividade agropecuária pouco contribui na arrecadação municipal, com os dados acima, revelando uma participação quase nula, de 0,1% (TERESINA, 2018), números bastante inferiores se comparados com os demais setores.

Metodologia adotada

A metodologia da pesquisa esteve embasada na busca de referenciais bibliográficos. Segundo Diana (2018), o referencial bibliográfico pode ser conceituado como a reunião das obras que foram citadas no trabalho. Por se tratar de um tema específico da indústria local, o trabalho se serviu de algumas informações relacionadas aos produtos alimentícios, sendo que em certos momentos, foi necessária a realização de leituras sobre as diferentes atividades do ramo secundário de Teresina, extraíndo delas conhecimentos relacionados à indústria de alimentos.

Das obras utilizadas e citadas neste estudo, há artigos científicos, monografias, dissertações, sites de notícias, plataformas de pesquisa (DataViva) e órgãos oficiais, como a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Instituições, a exemplo da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) também serviram para o trabalho.

Sobre o tipo de pesquisa ela é descritiva (ressalta dados e informações consultadas no decorrer do período de desenvolvimento do estudo) e interpretativa (analisa os dados e informações coletadas). O uso de recursos, como tabelas e figuras estão presentes no texto, e permitem a contextualização dos conteúdos retratados por estes.

Dentre as fontes de pesquisa, há leituras relacionadas a indústria alimentícia no Brasil (BIRCHAL, 2004; BRADESCO, 2017).

Além delas, o artigo contou com estudos referentes ao município de Teresina (TERESINA, 2018; IBGE, 2017) e também com leituras correspondentes à indústria de alimentos local (FAÇANHA, 1998; 2003; CARVALHO, 2014; DATAVIVA, 2014; FIEPI, 2013; entre outras).

Resultados e discussões: o perfil da indústria alimentícia de Teresina (PI)

Esta seção discorrerá sobre o tema “Indústria de alimentos em Teresina”, e apresentará os resultados encontrados na pesquisa. A primeira subseção dará destaque para a presença histórica que esta atividade industrial alcançou na capital piauiense. A segunda subseção, por sua vez, mencionará os atuais cenários que envolvem o subsetor de alimentos teresinense.

Contextualizando a presença da atividade pela capital piauiense

Ao contextualizar a presença da atividade industrial de alimentos em Teresina, podemos entender como sendo referentes aos seus aspectos históricos, a evolução da atividade e o surgimento de algumas empresas fabricantes de alimentos.

O subsetor da indústria de alimentos teresinense, semelhante ao que ocorreu com os demais subsetores da indústria de transformação local, se caracterizava como produção do tipo artesanal até o período anterior a década de 1950. Esta constatação, observada por Façanha (2003) indicava que somente a partir daquela década é que a indústria em Teresina foi impulsionada.

No caso específico da indústria de alimentos, os estudos de Rodrigues (2007, citado por CUNHA, 2016a) evidenciaram que era esta indústria, nos anos de 1950, que apresentava maior relevância em Teresina. Dados do Censo Industrial de 1950 do IBGE (citado por MARTINS, 2003) mostraram que os produtos alimentares correspondiam a 45% do valor de produção e a 37% do número de estabelecimentos industriais em 1950, no Piauí.

O mesmo autor informa que Teresina contava com alguns estabelecimentos que transformavam produtos primários locais. O subsetor alimentício já despontava em Teresina, o que nos permite entender que a capital teve uma parcela importante de contribuição para o valor de produção e a quantidade de estabelecimentos referentes a este ramo industrial no estado.

Nas décadas de 1960 e 1970, o subsetor alimentício assumiu especial destaque no Piauí, motivado, entre outras razões, pela presença de estabelecimentos de maior porte em Teresina (MARTINS, 2003). O ritmo de crescimento da indústria de alimentos local se manteve praticamente constante nos anos de 1980 e 1990, com oscilações entre um ano e outro deste intervalo de tempo, caracterizando-se como uma das que mais empregavam (MACAMBIRA, 2000).

Sobre a quantidade de unidades de produção, dados de Pereira Filho (2003), referentes ao ano de 1991, mencionam os principais ramos da indústria teresinense da época. Conforme o estudioso, o ramo da construção civil era o que contava com o maior número, representado percentualmente por 25,93%. Em seguida, apareciam os segmentos de produtos alimentícios (17,91%) e metalúrgica (10,17%).

Os dados sobre os ramos do setor em Teresina, ilustram a força que continuava tendo o subsetor de alimentos, historicamente, entre os mais relevantes do município. Este cenário continuou nos anos de 2000 a 2010. Juntamente aos momentos vivenciados pela indústria alimentícia teresinense, empresas deste ramo começaram a surgir, e dentre elas, algumas podem ser destacadas.

Em 1960, a Gervásio Costa S/A (GECOSA), empresa agroindustrial produtora de óleos vegetais surgiu no mercado (FAÇANHA, 1998). Nesta mesma década, em 1963, apareceu uma nova agroindústria em Teresina, que ficou conhecida como Usina Livramento, e que detinha a marca Dureino (TAJRA; TAJRA FILHO, 1996, citado por FAÇANHA, 1998).

O ramo de bebidas, subsetor muito próximo do de alimentos e, por vezes, indicado como pertencente à mesma classificação, foi contemplado pela chegada de duas fábricas de bebidas famosas. Em

1983, foi instalada a fábrica da cerveja Antártica em Teresina, que atualmente faz parte da Ambev. Em um período próximo, foi instalada a fábrica de refrigerantes da Coca-Cola na capital piauiense (FAÇANHA, 1998). Ambas reforçaram o ramo de bebidas local, que até então não contava com a participação de marcas tão expressivas.

As indústrias de alimentos Jupi e Real foram fundadas em Teresina nos anos de 1990. A primeira, atua na produção de feijão, farinha, goma de mandioca, e teve origem no ano de 1990 (RIBEIRO, 2010), enquanto a segunda, trabalha no beneficiamento de arroz, e foi instalada em 1997 (ARROZ REAL, 2016).

Existem várias outras empresas do ramo de alimentos em Teresina, embora o estudo cite apenas algumas delas. Estas empresas estão presentes de forma expressiva no município, com um total de 270 estabelecimentos (DATAVIVA, 2014). Isso demonstra que se trata de uma atividade que não encontrou maiores dificuldades de instalação e prosseguimento de sua produção em Teresina.

Os atuais cenários da indústria de alimentos em Teresina

Tendo por finalidade retratar os cenários atuais que envolvem a indústria de alimentos, notamos ser possível realizar diferentes abordagens sobre a presença delas em Teresina. No caso, ao caracterizar o assunto, o estudo tem o propósito de indicar a participação econômica, espacialização da atividade, desafios e atrativos referentes à mesma, na capital do Piauí.

A indústria de alimentos, na atualidade, continua absorvendo importante parcela de estabelecimentos e de mão de obra teresinense, e, por conseguinte influenciando no PIB industrial. A atividade possui participação importante para a geração de empregos e de renda na indústria, contribuindo desta forma, positivamente para a economia local.

É válido afirmar que nos últimos anos o subsetor de alimentos disputou o posto de liderança industrial teresinense. Estudos de Teresina (2018) apontam o segmento de alimentos e bebidas como o de maior relevância, seguido pela produção têxtil.

Como explanado anteriormente, os estabelecimentos produtivos e a mão de obra contribuem significativamente para os números positivos da atividade industrial de alimentos. Considerando dados do Piauí e de Teresina, baseados no DataViva (2014) é possível compreender a presença dos fatores mencionados por meio da Tabela 1.

Tabela 1 – Dados sobre a indústria de alimentos do Piauí e de Teresina em 2014

| Indústria de alimentos em 2014 | Piauí | Teresina |
|--------------------------------|-------|----------|
| Total de estabelecimentos | 542 | 270 |
| Geração total de empregos | 6.920 | 4.330 |

Fonte: DataViva (2014). Organização: Dannael Jadson Ribeiro Alves (2018).

Na Tabela 1, destaca-se a grande participação que Teresina exerce na indústria de alimentos total do estado. Em estabelecimentos, a capital corresponde a praticamente metade da quantidade encontrada no Piauí, sendo 270 em Teresina, de um total de 542 no Piauí, conforme dados do DataViva (2014). Avaliando os postos de trabalho, Teresina conta com a ampla maioria dos empregos da atividade em território piauiense, sendo 4.330 empregos gerados somente na capital, de 6.920 empregos no estado do Piauí.

Cunha (2016b) comenta os números disponibilizados pela plataforma em 2014. Segundo este autor, a produção industrial de alimentos apresentou crescimento em comparação ao ano de 2013, quando a atividade contava com 40 estabelecimentos a menos em Teresina (230). Uma outra observação levantada na pesquisa de Cunha (2016b) é que para 2014, o subsetor de alimentos ultrapassou, em quantidade de estabelecimentos, o de confecções e vestuário, assumindo, portanto, a liderança deste quesito na capital piauiense.

Quanto ao número de empregos, o subsetor de alimentos foi o que mais empregou dentre as diferentes atividades industriais no ano de 2014, com cerca de 4.300 postos de trabalho (CUNHA,

2016b). Mais uma vez, o subsetor de confecções e vestuário teria ficado na segunda colocação.

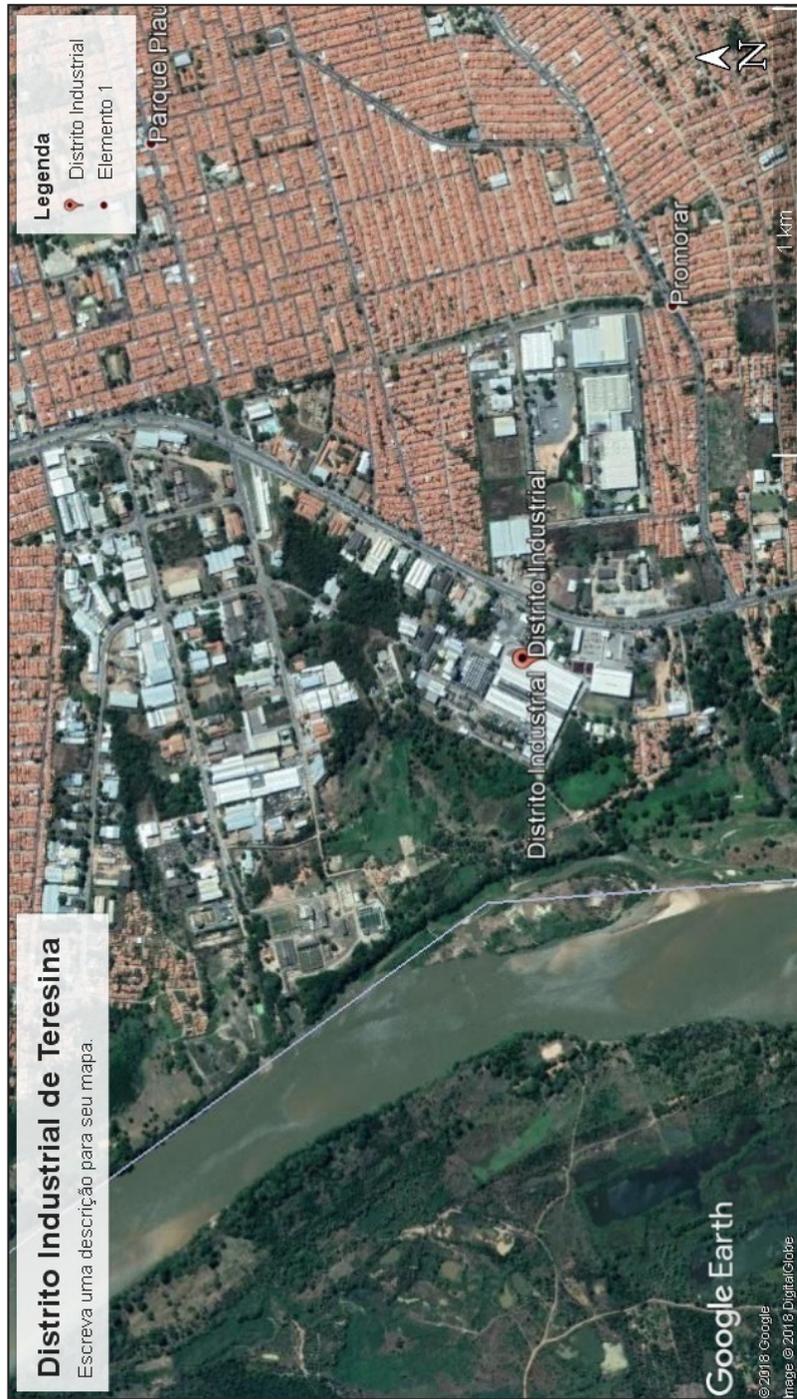
Em ambos os quesitos a indústria alimentícia ocupou a primeira colocação, com a indústria de confecções e vestuário, por vezes denominada de têxtil, vindo logo em seguida. Neste aspecto, descobrimos que os dois subsetores, já de longa data, participam de forma ativa da força econômica do setor industrial teresinense, se consolidando entre os principais segmentos da indústria de transformação do município.

Existem também importantes perspectivas a serem destacadas, que dizem respeito a espacialização da indústria alimentícia em Teresina. Apesar de possuir armazéns, sedes industriais, distribuidoras e demais tipos de estabelecimentos de fabricação e comercialização do produto por todo o município, é na região Sul, em especial, nas duas localidades industriais da região, que o subsetor está concentrado.

Trata-se, na verdade, do Distrito Industrial (Figura 2) e do Polo Empresarial Sul de Teresina (Figuras 3 e 4) que, conforme Carvalho (2014) apresentam uma fabricação de alimentos e bebidas significativa. O Distrito Industrial, por exemplo, conta com um total de 66 estabelecimentos atuantes em variados ramos da indústria. Deste total de estabelecimentos, 14 deles trabalham com a produção de bebidas e alimentos industrializados (FIEPI, 2012, citado por CARVALHO, 2014). Segundo este estudo é o segmento responsável pela maior parcela de estabelecimentos do Distrito Industrial.

O Polo Empresarial Sul apresenta 13 unidades industriais, sendo o subsetor de alimentos, o de maior relevância, com seis destas unidades (FIEPI, 2012, citado por CARVALHO, 2014). Com base nestes dados detectamos que cerca da metade dos estabelecimentos industriais do polo fabricam produtos alimentícios, mais uma vez, ilustram a força do segmento para os dois espaços da região Sul.

Figura 2 – Imagem de satélite adaptada do Distrito Industrial de Teresina



Fonte: Google Earth (2018a).

Figura 3 – Imagem de satélite adaptada do Polo Empresarial Sul de Teresina



Fonte: *Google Earth* (2018b).

Apesar de estar constantemente entre os principais ramos industriais em Teresina, o ramo alimentício também enfrenta desafios no município. A energia elétrica, por exemplo, é causa da preocupação de muitos dos investidores e empresários locais.

Figura 4 – Fotografia do acesso para o Polo Empresarial Sul de Teresina



Disponível em: www.teresina.pi.gov.br. Fonte: Carvalho (2014).

Segundo Coletta (2014), a atividade industrial vivenciava frequentes oscilações, quedas e demoras para que o serviço de energia elétrica fosse restabelecido no parque industrial teresinense. Uma energia elétrica de melhor qualidade, conexão com a *Internet* e reparos no asfaltamento foram algumas das queixas apontadas por quem apresentava empreendimentos no Polo Empresarial Sul (UCHÔA, 2017).

Os desafios que as localidades industriais teresinenses atravessam podem ser também reforçados pelo Parque Industrial de Timon, um dos municípios que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE). Em Timon, uma das principais vantagens está no potencial energético e na facilidade de deslocamentos intermodais pelo parque industrial, o que tornou a cidade maranhense alvo de recentes investimentos empresariais, conforme Uchôa (2017).

A ausência de um porto marítimo de escoamento da produção no Piauí é outro fator que deixa o estado em desvantagem se comparado aos vizinhos, já que o produto piauiense se torna menos competitivo quando comercializado para mercados fora de seu território (PORTAL AZ, [2015?], citado por VELOSO, 2015). Uma nova rede de distribuição de energia, melhorias no asfaltamento do local e o processo de duplicação da BR-316 são algumas das medidas que poderão amenizar as dificuldades vivenciadas pelos industriais (UCHÔA, 2017).

Mesmo com tantos desafios, o setor industrial, com o segmento alimentício sendo de grande relevância, possui atrativos que levam empresas a se instalarem em alguma das localidades industriais de Teresina. A FIEPI (2013) fez um estudo aprofundado sobre as potencialidades presentes no estado do Piauí. Em relação a estas potencialidades, o estudo menciona municípios variados, dando maior ênfase àqueles de grande representatividade para o estado, sendo Teresina, um exemplo disso. Sobre o potencial de Teresina para recebimento de investimentos industriais, a FIEPI (2013, p. 66) explica que:

A posição geográfica de Teresina favorece a industrialização, porque a cidade integra modais de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo. Tem ainda um mercado consumidor emergente – evidenciado no estudo da Consultoria McKinsey, publicado em agosto de 2012, pela Revista Exame, que colocou a cidade entre as dez capitais brasileiras onde o poder de consumo mais cresce.

Com base no comentário acima fica evidente a importância que os meios de transportes podem exercer para que Teresina seja vista como município geograficamente atrativo. Outro aspecto que chama atenção é o emprego do termo “mercado consumidor emergente”, que justifica o sucesso da indústria de alimentos em Teresina.

O setor terciário da capital (comércio e serviços) é o setor hegemônico da economia local, como já demonstrado em seções anteriores. O comércio teresinense se caracteriza por ser bastante forte em razão da grande demanda por parte da população. Por apresentar uma população que ultrapassa os 800 mil habitantes e

uma RIDE que supera a casa de 1 milhão de habitantes, o município se torna alvo de investimentos empresariais, atenciosos à sua necessidade de consumo. Diante deste cenário, a indústria de alimentos consegue apresentar números satisfatórios, já que conta com um mercado consumidor elevado.

A FIEPI (2013) aponta que a mão de obra numerosa e capacitada, juntamente com um mercado próprio e consolidado, fazem com que a atividade industrial vivencie uma etapa interessante de crescimento nos últimos anos em Teresina. Os incentivos fiscais (concessão de terrenos, água, rede de esgoto, energia elétrica, desconto de impostos) auxiliam no fortalecimento do setor nas localidades industriais da capital.

Na realidade específica do subsetor de alimentos, o Distrito Industrial recebe incentivos dos governos federal, estadual e municipal. Já o Polo Empresarial Sul conta com incentivos dos governos estadual e municipal de Teresina (CARVALHO, 2014). É com fundamento em alguns dos atrativos mencionados no texto que conseguimos justificar o fato de o segmento ter conseguido se manter em destaque.

Vale também enfatizar que a indústria alimentícia é classificada como de baixa intensidade tecnológica (IEDI, 2018), sendo, portanto, um segmento que consegue se desenvolver com custos mais baixos em comparação a outros tipos industriais, o que a faz ter êxito nas realidades piauiense e teresinense.

Conclusão

A proposta apresentada pela pesquisa visou destacar o tema industrial, por entendê-lo como um assunto de grande relevância para a sociedade, tratando especificamente da indústria de alimentos.

A respeito da participação desta indústria em Teresina, podemos afirmar que ela absorve importante parcela de estabelecimentos e de mão de obra, e conseqüentemente influencia o PIB industrial, possuindo assim participação decisiva na geração de empregos e renda, na capital.

As indústrias do setor alimentício teresinense localizam-se principalmente no Distrito Industrial e no Polo Empresarial Sul de Teresina. O recém-implantado Polo Empresarial Norte ainda não registra estabelecimentos que fabricam produtos alimentares.

Quanto aos desafios que o ramo industrial de alimentos enfrenta em Teresina, podemos ressaltar a necessidade de reparos no asfaltamento das vias de transporte, ausência de um porto marítimo para escoamento da produção e a baixa qualidade da energia elétrica fornecida.

Melhorias na pavimentação asfáltica das áreas próximas às localidades industriais e a duplicação da BR-316 são propostas que podem amenizar essa situação. A geração da energia elétrica também é um desafio a ser enfrentado, sendo que as novas redes de distribuição de energia tendem a contribuir na diminuição das quedas, oscilações ou demoras no restabelecimento do serviço elétrico.

Dos atrativos que o município de Teresina dispõe para a permanência de empreendimentos industriais alimentícios, podemos mencionar os incentivos fiscais e a existência de um mercado consumidor amplo na capital. Ambos sem dúvidas, cooperam para deixá-la atraente para o setor empresarial.

Não podemos ignorar os incentivos fiscais (água, rede de esgoto, energia elétrica, concessão de terrenos e redução de outros tipos de impostos) recebidos por parte dos empreendimentos situados nos Polos e no Distrito Industrial. Para empresas que atuam no Distrito Industrial, por exemplo, lhes são ofertados incentivos tanto do governo federal como dos governos estadual e municipal.

O mercado consumidor também desperta a atenção dos empreendedores, já que Teresina está entre as ditas grandes cidades do país, com uma população que ultrapassa os 800 mil habitantes. Ela é bastante influente em municípios vizinhos do Piauí e do Maranhão, o que a deixa com um número de habitantes que supera 1 milhão, considerando a sua Região Integrada.

A partir da análise dos resultados encontrados, notamos que as hipóteses da pesquisa estiveram próximas da realidade. Consta-

tamos que a indústria de alimentos em Teresina é tida como uma das principais atividades do setor secundário local, do ponto de vista de geração de empregos e de quantidade de estabelecimentos. O segmento em questão apresenta baixa intensidade tecnológica, o que o leva a apresentar custos financeiros baixos.

O mercado consumidor teresinense é elevado, consequência da população superior a 800 mil habitantes, possibilitando entender que mesmo diante de desafios, o ramo industrial de alimentos consegue obter destaque em Teresina, tanto no presente momento quanto historicamente.

Compreendemos então que a indústria de alimentos em Teresina é uma das principais atividades do setor secundário local, estando espacializada por todas as regiões de Teresina, com maior número na região Sul. Alguns desafios foram identificados, a exemplo de melhorias na rede de distribuição elétrica para as localidades industriais. Por possuir uma baixa intensidade tecnológica e um mercado consumidor elevado, a produção industrial de alimentos conseguiu obter destaque em Teresina, mesmo diante de tais desafios.

Referências

ARROZ REAL. **Indústria Real**. Teresina, 2016. Disponível em: <http://www.arrozreal.com.br/industria>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO – ABIA. **Números do Setor**, 2016. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/NumerosdoSetor2016.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. Empresa e indústria alimentícia no Brasil. **Revista de Administração da FEAD**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 55-69, 2004. Disponível em: revista.fead.br/index.php/adm/article/view/78/60. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRADESCO. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos – DEPEC. **Indústria de alimentos**, 2017. Disponível em: https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_industria_de_alimentos.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

CARVALHO, Diana dos Reis Pereira. **Políticas econômicas e incentivos locais para a indústria no estado do Piauí: uma abordagem geográfica**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

COLETTA, Ricardo Della. Por energia, empresários do Piauí migram para o vizinho Maranhão. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,por-energia-empresarios-do-piauumigram-para-o-vizinho-maranhao-imp-,1505216>. Acesso em: 04 out. 2018.

COSTA JÚNIOR, Josino Fernandes. **Políticas públicas de defesa da concorrência: o caso da Indústria Alimentícia do Brasil**. 2009. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.each.usp.br/flamori/images/TCC_Josino_2009.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

CUNHA, Francisco das Chagas Borges da. **Gestão de resíduos sólidos e responsabilidade socioambiental na indústria de confecção e vestuário de Teresina – Piauí: estudo de caso da Empresa e Indústria Granfina Modas**. 2016a. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016a.

CUNHA, Francisco das Chagas Borges da. A atividade industrial em Teresina – Piauí: principais agentes, processos e políticas em busca de uma sustentabilidade socioambiental. SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 25., 2016, Teresina. **Anais [...]**, Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016b. Disponível em: http://sis.ufpi.br/25sic/documentos/resumos/modalidade/humanas/FRANCISCO_DAS_CHAGAS_BORGES_DA_CUNHA.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

DATAVIVA, Plataforma. **Produtos alimentícios**, 2014. Disponível em: <http://www.dataviva.info/pt/industry/c10#>. Acesso em: 21 set. 2018.

DIANA, Daniela Biason Gomes. Bibliografia. **Toda Matéria**, 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/bibliografia>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... *In: Carta Cepro*, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun., 2003.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ – FIEPI. **Cadastro Industrial do Piauí 2013/2014**. Teresina, 2013.

GOOGLE EARTH. **Distrito Industrial Teresina**. [S.l.]: Google, 2018a. Disponível em: <https://www.google.com/earth>. Acesso em: 28 nov. 2018.

GOOGLE EARTH. **Polo Empresarial Sul Teresina**. 2018b. Disponível em: <https://www.google.com/earth>. Acesso em: 28 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Teresina, panorama. **IBGE Cidades**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 26 out. 2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. **A indústria de transformação no início de 2018: liderança dos ramos**

de maior intensidade tecnológica, jun. 2018. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/20180618_industria_tecn_2018T1_tTuVu6O.pdf. Acesso em: 08 set. 2018.

MACAMBIRA, Dalton Melo. Piauí: uma visão sumária da economia e da sociedade. *In: Carta CEPRO*, Teresina, v. 18, n. 1, p. 39-65, jan./jun., 2000.

MARTINS, Agenor de Sousa. Indústria, comércio e setor externo. *In: MARTINS, Agenor de Sousa. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. 3. ed. rev. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p. 131-165.

PEREIRA FILHO, Francisco. Indústria teresinense: aspectos da qualidade e da competitividade. *In: Carta CEPRO*, Teresina, v. 22, n. 2, p. 48-72, jul./dez., 2003.

RIBEIRO, Efrém. Indústria de alimentos conquista mercado e ancora novo polo industrial em Teresina. *Meio Norte*, Teresina, 2010. Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/efremribeiro/industria-de-alimentos-conquista-mercado-e-ancora-novo-polo-industrial-em-teresina-126034>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SENA, Yala. Justiça cassa Elmano Férrer e Teresina fica 24 horas sem prefeito. *UOL*, Teresina, 2011. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2011/04/30/justica-cassa-elmano-ferrer-e-teresina-fica-24-horas-sem-prefeito.htm>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SENADO. Região metropolitana fica em um só estado, Ride é mais abrangente. *Portal de Notícias*, Edição 350, Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/cidadania/edicoes/350/regiao-metropolitana-fica-em-um-so-estado-ride-e-mais-abrangente>. Acesso em: 07 abr. 2019.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento. *Plano Plurianual 2018-2021*. Teresina: SEMPLAN, 2018. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/PPA-2018-2021.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

UCHÔA, Glenda. Teresina e Timon atraem investimentos, mas se polarizam por infraestrutura. *Portal O Dia*, Teresina, 2017. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/teresina-e-timon-atraem-investimentos,-mas-se-polarizam-por-infraestrutura-309126.html>. Acesso em: 16 out. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo de Estudos de Saúde Pública – NESP. *Perfil do município de Teresina/PI: análise do acesso e da qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde*. Brasília, 2016. Disponível em: www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Teresina.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

VELOSO, Odaliana Carvalho. Indústrias do Piauí perdem competitividade por falta de porto marítimo. *Cidades na net*, Jaicós, 2015. Disponível em: <http://cidadesninet.com/news/geral/industrias-do-piaui-perdem-competitividade-por-falta-de-porto-maritimo>. Acesso em: 04 out. 2018.

4

A PRODUÇÃO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM TERESINA: *uma análise da infraestrutura urbana no Residencial Orgulho do Piauí*

Vânia Vieira Lima

Bartira Araújo da Silva Viana

A política habitacional brasileira, desenvolvida com maior ênfase a partir da segunda metade do século XX, teve forte atuação no crescimento das cidades, particularmente no crescimento horizontal. Essa realidade não se diferencia do contexto recente da política habitacional, sobretudo, diante da participação do setor privado na sua condução.

No cenário recente da política habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) ganha destaque, uma vez que é responsável pelo retorno da produção em grande escala. O programa foi anunciado em 2009, com o propósito inicial de construir um milhão de novas moradias, com foco na população de baixa renda. Em anos posteriores, foram anunciadas a segunda e a terceira etapas, objetivando a construção de dois milhões de unidades habitacionais em cada etapa.

Apesar do avanço no trato da questão habitacional, o programa continuou a exercer estruturas de atuação das políticas anteriores, visto que privilegiou a população com renda superior a três salários mínimos. Além do mais, as moradias para a faixa I são comumente localizadas nas periferias das cidades, com oferta precária de infraestrutura urbana.

Para a população de baixa em Teresina, o programa construiu 28 empreendimentos habitacionais em três regiões da cidade. As novas moradias se inserem na dinâmica nacional, pois estão localizadas na franja urbana da cidade e, em alguns casos, ultrapassam o perímetro urbano, onde os moradores passam a habitar em áreas com baixa oferta de equipamentos e serviços urbanos. Fato este, constatado ao analisarmos o Residencial Orgulho do Piauí.

Diante do exposto, o artigo objetiva analisar a produção habitacional do PMCMV em Teresina, com enfoque na problemática da infraestrutura urbana no Residencial Orgulho do Piauí. Desse modo, para a concretude do artigo, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica possibilitou a composição de referencial teórico que viabilizou a abordagem referente ao PMCMV em escala nacional e local. Na pesquisa documental, foram utilizados relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e um estudo técnico da Câmara dos Deputados sobre o PMCMV. O trabalho de campo foi realizado no Residencial Orgulho do Piauí, maior empreendimento no âmbito do PMCMV em Teresina, utilizando a entrevista como instrumento de pesquisa. Desse modo, foram realizadas 20 entrevistas com os moradores nos meses de setembro e outubro de 2018.

A partir disso, o artigo apresenta nas suas seções, a abordagem referente ao PMCMV no Brasil e em Teresina, evidenciando os problemas na infraestrutura urbana, no Residencial Orgulho do Piauí. Sendo assim, acreditamos trazer reflexões sobre a política habitacional recente desenvolvida na cidade de Teresina.

Política habitacional recente: o PMCMV em foco

Após a recessão de investimentos no setor habitacional, criou-se o PMCMV, que nasceu em um contexto que visa a minimização dos efeitos da crise mundial de 2008. Assim, a construção de habitações surgiu como uma estratégia de indução ao crescimento eco-

nômico. Além disso, o programa retoma a produção habitacional em grande escala.

Foram anunciadas três etapas que objetivavam construir cerca de cinco milhões de novas habitações. A primeira etapa, anunciada em 2009, tinha como objetivo construir um milhão de novas moradias para a população de até dez salários mínimos, sendo as faixas I e II com 400.000 cada uma e a faixa III com 200.000. Na segunda fase, anunciada em 2011, houve ampliação da meta para a faixa I e a redução dos investimentos para as demais. Já na terceira etapa do programa, a meta foi a mesma da anterior, de dois milhões de novas moradias, mas com novos limites de renda e com a implantação da faixa 1,5 (até R\$ 2.600,00), reservadas para as famílias que não se enquadravam nos critérios das demais faixas.

O programa funciona a partir de quatro modalidades principais, que são: faixa I (até três SM) com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), faixa I (até três SM) na modalidade entidades financiadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); faixas II e III (3 a 10 SM) com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o “sub 50” destinado para municípios com menos de 50 mil habitantes com a atuação de agentes financeiros privados (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). A modalidades citadas possuem estruturas operacionais diferenciadas, mas todas com influência direta do setor privado.

O programa contratou 4.692.623 unidades habitacionais até 2016, porém, foram entregues 3.418.969 unidades (BRASIL, 2017). Em termos quantitativos havia um déficit de 593.237 unidades habitacionais a serem entregues para a faixa I, 414.307 para a faixa II e 266.110 para a faixa III.

Embora o foco inicial do programa estivesse voltado para a população de baixa renda, foi a faixa II que mais contratou unidades habitacionais. Portanto, a faixa I, que era onde se concentrava o maior déficit habitacional e para onde estava destinado o maior número de recursos, não foi atendida em sua totalidade, havendo assim, uma distorção no objetivo central do programa que era

minimizar o déficit habitacional na faixa mais atingida. Entretanto, reafirmou as situações anteriores de privilégio da classe média.

Das unidades contratadas, as regiões Sudeste e Nordeste foram as que receberam o maior número, com 1.702.796 e 1.297.608 unidades (Tabela 1), respectivamente, sendo São Paulo e Bahia, os estados que foram mais contemplados nestas regiões. Nas demais regiões, totalizaram 856.939 unidades na região Sul, 532.009 no Centro-Oeste e 423.443 na Norte (BRASIL, 2017). Esta última, embora concentre o quarto maior déficit, foi a que recebeu menos contratações.

A partir de dados de Brasil (2017), verificou-se uma queda na contratação de novas habitações a partir de 2014. Esse cenário, ocorreu em detrimento da eminente crise econômica e política no Brasil, que atingiu também, o setor imobiliário, tendo em vista a sua dependência de recursos públicos. Logo, as construtoras e empreiteiras apareceram diretamente envolvidas nos escândalos de corrupção, e com isso acentuou-se a queda de crescimento e a redução de suas atividades (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Conforme enfatizado na nova Política Nacional de Habitação (PNH), a construção de moradias deveria estar atrelada a existência de equipamentos e serviços urbanos (BRASIL, 2004), no entanto, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) realizado em 11 empreendimentos, para a faixa I (até três salários mínimos) da primeira fase do programa, constatou-se que os empreendimentos não estavam seguindo esse princípio, tendo em vista a ausência ou ineficiência de tais equipamentos e serviços, como: posto de saúde, escolas, e transporte coletivo nos residenciais e em seu entorno (TCU, 2013). Portanto,

Boa parte dos empreendimentos que, devido à quantidade de moradores, constituem verdadeiros bairros ou até mesmo pequenas cidades, não dispõe de escola, creche e nem unidade básica de saúde em suas proximidades, sujeitando os seus moradores a percorrerem grandes distâncias para acessarem esses equipamentos, na maioria das vezes, incidindo em aumento substancial de gastos com transporte. Também não é raro que os moradores se deparem com a falta de comércio local e áreas de lazer e recreação (TCU, 2013, p. 42).

Tabela 1 – Unidades habitacionais contratadas e entregues do PMCMV por regiões brasileiras

| Região | Unidades contratadas | | | | Unidades entregues | | | |
|--------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|--------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Faixa I | Faixa II | Faixa III | Total | Faixa I | Faixa II | Faixa III | Total |
| Norte | 219.829 | 57.519 | 25.923 | 303.271 | 121.503 | 43.815 | 13.903 | 179.221 |
| Nordeste | 705.644 | 497.408 | 1.297.608 | 1.297.608 | 466.861 | 407.849 | 43.184 | 917.894 |
| Centro-Oeste | 150.023 | 323.729 | 58.257 | 532.009 | 92.613 | 272.220 | 32.685 | 397.518 |
| Sudeste | 492.206 | 892.158 | 318.432 | 1.702.796 | 340.428 | 694.390 | 168.067 | 1.202.885 |
| Sul | 197.801 | 568.865 | 90.273 | 856.939 | 150.861 | 507.098 | 63.492 | 721.451 |
| Total | 1.765.503 | 2.339.679 | 587.441 | 4.692.623 | 1.172.266 | 1.925.372 | 321.331 | 3.418.969 |

Fonte: Brasil (2017). Organização: Vânia Vieira Lima (2018).

As características apresentadas decorreram principalmente de sua localização periférica. A localização das habitações foi um dos pontos indicados pelo relatório do TCU (2013) e destacado por Cardoso e Aragão (2013), como ponto negativo do programa. Os autores ainda apontaram para a falta de articulação do programa com a política urbana; excessivo privilégio concedido ao setor privado; a grande escala dos empreendimentos; a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; as desigualdades na distribuição dos recursos, como fruto do modelo institucional adotado, dentre outros.

A localização periférica é encontrada majoritariamente na faixa I (FAR – até três salários mínimos) do programa, facilitada pelo poder público com o estabelecimento de valores máximos de contratação para unidades (FURTADO; KRAUSE; LIMA NETO, 2015), e aliada à ineficiência dos governos municipais na aplicação das leis de desenvolvimento e expansão urbana, que em teoria estão expressas nos planos diretores.

Os aspectos citados anteriormente são encontrados em diversas capitais e regiões metropolitanas no Brasil, conforme é apresentado por Aragão e Cardoso (2011), Furtado, Rause e Lima Neto (2015). A partir disso, constatamos que o distanciamento dos empreendimentos da área central dificulta a vida das famílias contempladas, gerando, portanto, uma série de problemas urbanos relacionados à mobilidade urbana, ao acesso às escolas, comércio e a serviços em geral, assim como ao mercado de trabalho próximo ao local de residência, conforme é destacado por Lima (2014), em Teresina. Isto evidencia a dinâmica estabelecida pelo capital privado no desenvolvimento da política de habitação.

Características gerais dos empreendimentos habitacionais do PMCMV em Teresina

Teresina encontra-se articulada com o cenário nacional, haja vista, o retorno da produção habitacional em escala superior à da década de 1990, com o PMCMV. Na cidade, o programa construiu

18.269 unidades habitacionais para o segmento até três salários mínimos, com a organização de demanda do poder municipal.

Os empreendimentos habitacionais estão distribuídos em três regiões da cidade. A região Sul, a exemplo das políticas habitacionais anteriores, concentrou o maior número, totalizando 13.876 de unidades distribuídas em 18 empreendimentos. Nesta região, destaca-se a concentração de habitações no Bairro Portal da Alegria com 8 empreendimentos (6.910 unidades), entre elas destaca-se: o Residencial Portal da Alegria VI-A (1.344 unidades) e o Residencial Portal da Alegria VI-B (1.354 unidades). Além desses empreendimentos localizados nesta região, destaca-se o maior empreendimento em unidades habitacionais, que é o Residencial Orgulho do Piauí com 1.368 (unidades) (Quadro 1).

Quadro 1 – Empreendimentos do PMCMV para a faixa I – 2011 a 2018

| Empreendimento | Região | Bairro | Ano de entrega | Nº unid. |
|----------------------------|--------|-------------------|----------------|----------|
| Res. Sigefredo Pacheco I | Leste | Vale do Gavião | 2011 | 500 |
| Res. Sigefredo Pacheco II | Leste | Vale do Gavião | 2011 | 500 |
| Res. Wilson Martins Filho | Leste | Vale do Gavião | 2011 | 455 |
| Res. Nova Alegria II | Sul | Portal da Alegria | 2011 | 500 |
| Res. Portal da Alegria III | Sul | Portal da Alegria | 2011 | 450 |
| Res. Portal da Alegria IV | Sul | Portal da Alegria | 2011 | 450 |
| Conj. Tabajaras | Leste | Pedra Mole | 2012 | 144 |
| Res. Mirian Pacheco | Leste | Vale do Gavião | 2012 | 219 |
| Res. Teresina Sul I | Sul | Angélica | 2012 | 500 |
| Res. Teresina Sul II | Sul | Angélica | 2012 | 500 |
| Res. Cidade Sul | Sul | Parque Juliana | 2012 | 250 |
| Res. Bem Viver* | Sul | Catarina | 2012 | 400 |

| Empreendimento | Região | Bairro | Ano de entrega | Nº unid. |
|-------------------------------------|--------|-------------------|----------------|---------------|
| Conj. Hab. Jorn. Paulo de T. Moraes | Norte | Aroeiras | 2012 | 263 |
| Conjunto Hab. Vila Nova | Norte | Aroeiras | 2012 | 487 |
| Res. Inglaterra | Norte | Aroeiras | 2012 | 350 |
| Res. Portal da Alegria VI-A | Sul | Portal da Alegria | 2014 | 1.344 |
| Res. Portal da Alegria VI-B | Sul | Portal da Alegria | 2014 | 1.354 |
| Res. Professor Wall Ferraz* | Sul | Pedra Miúda | 2015 | 928 |
| Res. Francisco das Chagas Oliveira* | Sul | Santo Antonio | 2015 | 400 |
| Res. Edgar Gayoso | Norte | Chapadinha | 2015 | 459 |
| Res. Orgulho do Piauí* | Sul | Pedra Miúda | 2016 | 1.368 |
| Res. Sigefredo Pacheco III* | Leste | Vale do Gavião | 2016 | 1.016 |
| Res. Judith Nunes* | Sul | Pedra Miúda | 2016 | 804 |
| Res. Bosque Sul* | Sul | Angélica | 2016 | 1.316 |
| Res. Jardins dos Ipês* | Sul | Angélica | 2016 | 720 |
| Res. Jardins do Caneleiro A* | Sul | Portal da Alegria | 2017 | 720 |
| Res. Jardins do Caneleiro B* | Sul | Portal da Alegria | 2017 | 576 |
| Res. Angicos* | Sul | Portal da Alegria | 2018 | 1.296 |
| TOTAL | | | | 18.269 |

*Conjuntos de Apartamentos.

Fonte: Lima (2014), Vieira (2017) e Teresina (2018). Organização: Vânia Vieira Lima (2018).

As demais regiões concentraram um número inferior de moradias em relação a região Sul, com cerca de 24% do total de unidades. Nesse sentido, a região Leste recebeu 2.834 novas unidades, com ênfase para o Bairro Vale do Gavião com 2.690 (unidades) e a região Norte com 1.559 (unidades). Não há empreendimentos para a faixa I do programa na região Sudeste da cidade. Cabe ressaltar que não há previsão de construções de novos empreendimentos habitacionais voltados para a população de baixa renda, conforme foi destacado por Teresina (2018).

O programa foi implantado em 2009, mas as primeiras moradias foram entregues em Teresina a partir de 2011, com maior ênfase ao ano de 2016, pois no referido ano foram entregues 5.224 unidades habitacionais na cidade. Esse número expressivo foi alcançado com a produção de moradias verticais. Após este ano, houve uma redução de moradias entregues, chegando 2017 e 2018 com 1.296 unidades entregues em cada ano.

Analisando a produção do PMCMV de 2009 a 2012, para as três faixas de renda, Passos e Lima (2017) constataram que os empreendimentos habitacionais se encontravam predominantemente na franja urbana da cidade, com diferenciação espacial entre as três faixas de renda, sendo destinada para a população com renda superior a três salários mínimos, uma localização diferenciada da população de baixa renda. Verificamos ainda, que a região Sudeste concentra a produção habitacional voltada para a faixa II e III do programa.

A partir de 2015, verificamos o predomínio de construções de apartamentos, tendo em vista que, dos 11 empreendimentos entregues a partir desse ano, apenas o Residencial Edgar Gayoso não se encaixa nesse tipo de moradia. Essa forma de habitação aumenta o custo da moradia, pois nos casos analisados o valor do condomínio é superior ao valor da prestação, logo, afeta diretamente a população de menor renda. Essa insatisfação é exposta pelos moradores do Residencial Bosque Sul, entregue em 2016, que julgam abusivo o valor do condomínio de R\$ 176,00, sendo que o valor da prestação é de R\$ 83,00 (MEIO NORTE.COM, 2017; PORTAL 45GRAUS, 2017).

As características apresentadas no cenário nacional por Cardoso, Aragão e Araújo (2011) também se manifestam em Teresina. Entre elas, estão a fragmentação dos empreendimentos habitacionais construídos em várias etapas e que formaram grandes conjuntos. Segundo os autores, esta realidade em teoria, não se enquadra nas normas descritas no programa, uma vez que limita o número de unidades construídas por empreendimento. Nesse cenário, se insere os residenciais Teresina Sul I e II, Sigefredo Pacheco I, II e III, entre outros. Além disso, há uma concentração de diferentes empreendimentos em áreas próximas, formando conglomerados de imóveis carentes de infraestrutura urbana. Nesse contexto, se encaixam os residenciais construídos no Bairro Portal da Alegria, na região Sul da cidade. Analisando essa dinâmica nas regiões metropolitanas brasileiras, Cardoso, Aragão e Araújo (2011, p. 9) apontam que

[...] no Brasil estão sendo construídos grandes blocos de conjuntos a partir do agrupamento de uma média de 3,3 empreendimentos, resultando em conjuntos habitacionais com cerca de 1.000 unidades habitacionais em média. Tais dimensões variam regionalmente. Nesta conjuntura, a Região Nordeste ganha destaque ao se constatar que estes empreendimentos são construídos em 3 ou 4 etapas, totalizando em média, mais de 1.400 Unidades Habitacionais (UH).

Os referidos autores enfatizam que o PMCMV e a Caixa Econômica Federal dispõem de legislação que prioriza a contratação de empreendimentos localizados em áreas com infraestrutura básica, providos de serviços coletivos. Entretanto, essa diretriz é aplicada apenas em teoria, pois no caso de Teresina, os empreendimentos, em sua maioria, são desprovidos desses serviços. Nesse sentido, Lima (2014) e Nascimento (2014) assinalam a pequena oferta de serviços coletivos, como transporte, educação e postos de saúde para os moradores dos residenciais localizados no Bairro Portal da Alegria, onde destaca-se a insatisfação dos moradores com os serviços descritos.

Ainda neste bairro, foi verificada a importação de modelos arquitetônicos que não levam em consideração as características locais. Assim, nessas casas, são instalados equipamentos de aquecimento de água, alimentados por energia solar. Portanto, o equipa-

mento instalado em um projeto de habitação popular situado em Teresina, cujas máximas de temperatura chegam aos 40° C em alguns períodos do ano, indicam que as habitações construídas são parte de um modelo “importado” de outras regiões onde as características climáticas tornariam tal equipamento necessário. Desse modo, fica claro o descaso da iniciativa privada com a qualidade de vida daqueles que passarão a habitar estes espaços, uma vez que este recurso poderia ser revertido na construção de espaços de socialização, lazer, entre outros (LIMA, 2014).

Cabe ressaltar que a demora na entrega dos empreendimentos ocasionou a ocupação no Residencial Jardim dos Caneleiros A e B, e Angico, em 2015, por populares. Com a saída dessas pessoas houve a deterioração dos imóveis, como danificação hidráulica, furtos de fios elétricos e focos de incêndios (APARTAMENTOS [...], 2015). As famílias já destinadas para esses residenciais foram remanejadas para o Residencial Orgulho do Piauí.

O padrão periférico do programa para a população de baixa renda, verificado nas cidades brasileiras, materializa-se em Teresina, pois a maioria dos empreendimentos foram construídos na franja urbana da cidade e em alguns casos fora do perímetro urbano, como é o caso de 8 empreendimentos (Res. Portal da Alegria III, Res. Portal da Alegria IV, Res. Portal da Alegria VI-A, Res. Portal da Alegria VI-B, Res. Jardins dos Ipês, Res. do Caneleiro A, Res. do Caneleiro B e Res. Angicos) dos 18 localizados na região Sul, sendo que esses que foram integrados ao perímetro urbano após alterações na legislação municipal, ocorridas em 2015.

Portanto, o PMCMV está produzindo novas e distantes periferias com pouca oferta de serviços públicos, sendo necessário, um deslocamento maior das pessoas para terem acesso aos serviços básicos, como educação e saúde. Tal dinâmica configura esses espaços periféricos como possibilidades para futuras expansões do capital, a partir da oferta de serviços e instalação de infraestruturas. A apropriação do capitalismo dos espaços periféricos encarece o custo de vida da população residente, e os expulsa para áreas mais distantes,

recomeçando assim, todo o processo de luta por uma moradia com serviços básicos, segundo a abordagem de Mautner (2010).

Os princípios da PNH tratam a habitação para além de uma moradia, entretanto, não é o que está ocorrendo no PMCMV em Teresina, pois as habitações destinadas para a população de baixa renda foram construídas na periferia da cidade sem infraestrutura urbana, provocando o aparecimento de diversos problemas urbanos. Esses problemas são comuns para a maioria dos empreendimentos, e reforçam a segregação socioespacial, conforme pode ser constatado no Residencial Orgulho do Piauí.

O PMCMV em Teresina: Residencial Orgulho do Piauí e a infraestrutura urbana

O Residencial Orgulho do Piauí está localizado na região Sul, no Bairro Pedra Miúda. O processo da construção do empreendimento se iniciou em novembro 2012, com assinatura do contrato da CEF com a Construtora RG Construções, com perspectiva de entrega em 15 meses. Entretanto, o sorteio final dos moradores ocorreu em novembro de 2015, após audiência pública, visto que os novos contemplados eram oriundos dos residenciais Jardins dos Ipês, Jardim dos Caneleiros A e Jardim dos Caneleiros B que foram ocupados e depredados em 2015, por populares que almejavam uma residência e não haviam sido sorteados pelo programa (CAIXA [...], 2012; AUDIÊNCIA [...], 2015). Com a desocupação, os apartamentos foram danificados e impossibilitados de serem habitados, por essa razão, houve o remanejamento dos contemplados para o Residencial Orgulho do Piauí. Após a etapa de assinatura de contrato e vistorias, as chaves dos apartamentos foram entregues em março de 2016.

O empreendimento é considerado o maior em número de unidades habitacionais no âmbito do PMCMV em Teresina, possuindo 1.368 unidades distribuídas em nove quadras, que são: quadra K, quadra T, quadra U, quadra Z 06, quadra Z 07, quadra Z 18, quadra Z 28, quadra Z 29, quadra Z 30. Cada quadra conta com 10 blocos, com exceção da quadra Z 18 que tem oito blocos.

O residencial está localizado entre áreas vazias que agregaram valor com a sua entrega. Nesse sentido, os terrenos próximos foram loteados para venda após a sua construção. Além disso, encontra-se ao lado o Residencial Eduardo Costa construído em anos anteriores pela mesma construtora para população com faixa de renda superior a três salários mínimos. Com isso, se configura uma “estratégia” para que os serviços e equipamentos urbanos chegassem até lá, logo, as casas desse residencial agregaram valor, bem como, os terrenos ao seu entorno. Sobre o processo de valorização implantado pelo PMCMV, Maricato (2018, s.p) destaca que:

Os projetos populares do Minha Casa, Minha Vida foram colocados a longas distâncias do tecido urbano consolidado. Dentro desse perímetro urbano definido pelas câmaras municipais, foram inseridas verdadeiras fazendas, que, ao passar para o perímetro urbano, mudaram de valor. Para colocar esse número gigantesco de população dos conjuntos habitacionais nas periferias urbanas houve uma extensão da rede de água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e transporte. Tudo isso custa. Essa extensão da cidade tem um preço que é pago por toda a coletividade e que agrega uma valorização das terras vazias situadas no caminho.

As moradias nesse residencial se inserem na tendência recente do PMCMV na cidade de Teresina, de construções verticais (Figura 1), logo, se cria custos adicionais para os moradores, tais como a taxa de condomínio que, muitas vezes, ultrapassa o valor da prestação mensal. Aliada às despesas adicionais, é comum os moradores apontarem a falta de privacidade nesta forma de moradia.

Figura 1 – Fotografia do tipo de moradia do Residencial Orgulho do Piauí



Fonte: Lima (2019).

Quanto à parte estrutural, alguns apartamentos foram entregues sem acabamentos, além da presença de rachaduras e vazamentos. Esses problemas apareceram nos depoimentos dos entrevistados que afirmaram que “aqui tem casa que nem terminaram. Entregaram de todo jeito [e] o pessoal querendo morar” (ENTREVISTA 3). Outro morador comentou a respeito dos vazamentos, que segundo ele “[...] não são apenas da encanação. Onde era para ser impermeabilizado está vazando água” (ENTREVISTA 2). Nesse mesmo enfoque, a entrevista 20, relata que ainda persistem os problemas citados, relacionando-os ao fato de o residencial estar todo inacabado, com destaque para as áreas externas, como as estruturas das quadras esportivas. Nessa perspectiva, o portal de notícias Jornal da Cidade (MORADORES [...], 201-?) evidencia que o residencial foi entregue com obras inacabadas e sem estrutura necessária para receber os seus moradores.

Os problemas na qualidade das construções são recorrentes nos empreendimentos do PMCMV, sobretudo, para a faixa de renda até três salários mínimos. Essa constatação foi feita pelo relatório

do TCU (2013) e ratificada pelo relatório da Controladoria Geral da União (CGU) realizado em 20 estados, uma vez que constatou que 30,8% das unidades habitacionais possuíam trincas e fissuras, 29% infiltração e 17,6% vazamentos. Em algumas situações, as falhas apontadas aparecem em um mesmo imóvel (CGU, 2016).

A insatisfação dos moradores em residir neste local, está relacionada à falta ou a ineficiência dos equipamentos e serviços urbanos ofertados. Para terem acesso a esses serviços, os moradores têm que se deslocar para o Conjunto Porto Alegre ou para bairros mais distantes, como foi descrito por grande parte dos moradores. Essa configuração faz com que os moradores queiram sair do residencial para o seu local de moradia anterior, tendo em vista que todos os entrevistados apontaram que onde moravam existiam todos os equipamentos e serviços próximos com alta acessibilidade. Assim, um dos entrevistados explica que “era uma maravilha. Pena que não pode voltar pra lá. Se pudesse voltaria por que aqui não tem nada pra gente” (ENTREVISTA 10).

Cabe ressaltar que há um número expressivo de apartamentos fechados sem os seus respectivos donos morando neles, onde segundo relatos, os mesmos foram embora ou nunca os ocuparam. Dessa maneira, não há dúvida de que o isolamento do restante da cidade contribuiu para tal fato, assim como, a ineficiência de infraestrutura urbana no local. Essa falta de inserção urbana resulta de uma política que coloca o setor privado no comando da política habitacional, sobretudo, para o segmento de menor renda.

Paralelamente aos problemas já citados segue em análise as considerações referentes às dificuldades dos moradores, no acesso aos equipamentos e serviços urbanos, enfatizando os principais obstáculos no acesso ao abastecimento de água e energia, educação, saúde, transporte público, segurança pública, bem como, a análise quanto a (in)existência de área de lazer e comercial.

O primeiro ponto refere-se ao abastecimento de água ofertado no residencial, que segundo os depoimentos, a falta de água era constante no início da ocupação. Por conta disso, os moradores fizeram um protesto em maio 2017, na BR-316, que ocasionou em

seu fechamento por quatro horas. Essa manifestação ocorreu por que os moradores estavam com problemas de falta de água havia três meses (MORADORES [...], 2017). O abastecimento agora encontra-se com poucas incidências de falta, mas os questionamentos se voltam para a qualidade da água, pois “é horrível, parece que tá bebendo sal” (ENTREVISTA 2). Outro morador comenta sobre a qualidade: “[...] Não dá pra beber, alguns bebem por que não tem como comprar água mineral todo dia, mas, às vezes, a água é muito amarela... tem muito cloro (ENTREVISTA 10)”.

Com base na manifestação exposta anteriormente, os moradores também reclamavam da energia elétrica ofertada. No entanto, as reclamações tiveram incidência maior no início da ocupação, tendo em vista que algumas das quadras, por irregularidade da instalação elétrica, não estavam recebendo energia (MORADORES [...], 2016). Atualmente, as indagações são referentes às oscilações, mas com pouca ênfase dos moradores, visto que apenas 20% apontou qualquer problema sobre a oferta de energia.

Quando questionados sobre as dificuldades de acesso à educação (creche, pré-escola, escola, entre outras) todos os entrevistados apontaram positivamente para tal problema, já que no residencial não existem escolas em nenhuma das modalidades de ensino, mas há início de construção de uma escola voltada para ensino infantil. No momento atual, os moradores mencionaram que as escolas disponíveis para os alunos são em outros bairros, geralmente no Residencial Esplanada e no Conjunto Porto Alegre.

Para minimizar a ausência de escolas no residencial foram ofertados ônibus escolares para levar e trazer os alunos, mas os moradores demonstraram desconfiança em deixar seus filhos irem no transporte escolar, por considerarem-no inseguro. Além do mais, o ônibus só é destinado aos alunos e não aos seus responsáveis, mesmo quando há alguma reunião escolar ou quando o aluno passa mal na sala de aula.

Assim, como o equipamento urbano citado anteriormente, o acesso à saúde é dificultado pela ausência de um posto, no local. Para acessar esse serviço, os moradores têm que se locomover para

o Conjunto Porto Alegre, onde está localizado o posto de saúde destinado para atender a população do residencial. Além disso, a unidade atende outras comunidades, como: o Conjunto Porto Alegre, parte dos moradores do Portal da Alegria, entre outras. Isto limita ainda mais esse acesso, dessa forma, “[...] tem que madrugar se quiser uma consulta. Eu “tô” mais de um mês correndo atrás do posto pra ver se consigo [...]” (ENTREVISTA 10).

No deslocamento diário dos moradores, o transporte público é o mais utilizado, no entanto, as reclamações são recorrentes, principalmente no que se refere a quantidade de ônibus ofertados, tendo em vista que, após as 9:00 horas o número da frota é reduzido, restando apenas dois ônibus em circulação. Este número se estende aos sábados, mas com intervalos maiores de circulação, todavia, no domingo, o número de veículos é reduzido para somente um ônibus. Sobre a quantidade de transporte público, um dos moradores mencionou que “é muito pouco [...]. Tem que sair muito cedo daqui pra chegar no serviço no horário” (ENTREVISTA 14). No domingo “[...] é péssimo, eu nem saio de casa. Merecia mais ônibus” (ENTREVISTA 1). Fora o número reduzido, a linha atende outras comunidades, como: Residencial Eduardo Costa, Residencial Judith Nunes, Portal da Alegria, Brasilar, entre outras, dessa maneira, contribui para a superlotação, sobretudo, nos horários de pico.

Ao relatarem sobre a segurança pública os participantes da pesquisa frisaram a sua ineficiência em decorrência dos constantes assaltos, conforme é comentado: “Quase todo dia tem assalto aqui nas paradas de ônibus” (ENTREVISTA 2). Os episódios de assaltos também ocorrem na parte interna do residencial, houveram casos relatados nas entrevistas, portanto, para o morador “a segurança aqui é zero [...], é péssima” (ENTREVISTA 6). A irregularidade do policiamento é comentada: “A Polícia só vem quando tem roubo de moto [...], aí a Polícia fica mais diariamente, mas avista isso... se não tiver nem passa” (ENTREVISTA 1). Para solucionar o alto índice de criminalidade seria necessário um Batalhão de Polícia, segundo os entrevistados.

Os dois últimos pontos questionados aos moradores referem-se à existência de áreas de lazer e áreas comerciais. Quanto as áreas de lazer, o residencial não dispõe de nenhuma, embora, segundo o portal de notícias Cidadeverde.com (CAIXA [...], 2012) no projeto aprovado pela CEF era prevista a construção de um *playground*. As únicas formas de lazer construídas, relatadas e constatadas na pesquisa de campo, são as de pequenas quadras esportivas. Embora o poder público não se faça presente para a realização de qualquer atividade de entretenimento, existe a iniciativa do líder comunitário na realização de eventos culturais e esportivos, tais como: participação em torneios de futebol, festa cultural no mês de julho, festa dos dias das crianças e das mães, assim como, aula de música com a participação de 39 alunos do residencial, sem incentivo público ou privado, conforme foi relatado em uma conversa informal.

Também é inexistente área comercial, assim, para realizar suas compras os moradores precisam se deslocar para outros bairros, geralmente, no transporte público. Com base nas entrevistas as compras são realizadas no Conjunto Porto Alegre, assim como no Bairro Bela Vista a cerca de 10 km de distância. A falta de comércio mais próximo contribui para o surgimento do comércio informal dentro do residencial, tendo em vista, a existência de pequenas mercearias nos apartamentos, mas conforme apontado, esse tipo de estabelecimento é apenas usado para compras urgentes, pois o valor das mercadorias é alto.

Dentre os equipamentos e serviços urbanos descritos anteriormente, os problemas relacionados ao transporte público são os mais explicitados entre os entrevistados como carente de melhorias, principalmente, quanto a oferta de mais veículos, já que a maior parte do dia só há dois veículos em circulação que atendem a esse residencial e as demais localidades. Para ter acesso às demais infraestruturas urbanas os moradores têm que se deslocar para outros bairros, concentrando-se assim, no Conjunto Porto Alegre (Figura 2) a cerca de 5 km de distância.

As dificuldades apontadas são o reflexo das ações estatais que privilegiam uma determinada classe da sociedade, logo, o que resta

para a população de baixa renda é morar em locais ambientalmente segregados, com equipamentos e serviços urbanos que não contemplem as suas necessidades diárias, conforme é evidenciado no Residencial Orgulho do Piauí.

Portanto, a política habitacional recente está reproduzindo o espaço urbano teresinense a partir do interesse do capital privado, assim, as desigualdades no acesso aos equipamentos e serviços urbanos são apenas um fator na reprodução desigual do espaço urbano, excluindo dessa maneira, uma parcela da população, sobretudo, ao direito a uma habitação digna criando mecanismos que acabam gerando a segregação socioespacial.

Figura 2 – Mapa de localização dos principais equipamentos e serviços urbanos utilizados pelos moradores do Residencial Orgulho do Piauí



Fonte: IBGE (2015). Organização: Vânia Vieira Lima (2019). Geoprocessamento: Orleando Leite de Carvalho Dias (2019).

Conclusão

Com o PMCMV a produção habitacional retorna com mais intensidade do que a verificada na década de 1990. Apesar de nacionalmente, o número de recursos estivesse voltado para a população de baixa renda, o programa até 2016, contratou o maior número de habitações para as famílias com renda superior a três salários mínimos. Além disso, os empreendimentos destinados para a população de baixa renda são comumente localizados nas periferias das cidades, onde há ausência ou ineficiência de equipamentos e serviços urbanos que contemplem as necessidades diárias dos seus respectivos moradores.

Diferentemente do cenário nacional, em Teresina, a produção de moradias concentrou-se no segmento de até três salários mínimos. Para essas famílias foram construídos 28 empreendimentos habitacionais, distribuídos em 18.269 unidades habitacionais, localizadas na região Leste, Norte e Sul. Dentre as regiões citadas, a Sul foi a que recebeu o maior número de empreendimentos.

Apesar do número expressivo de moradias, elas foram construídas predominantemente em direção a franja urbana da cidade, chegando a se localizar fora do perímetro urbano, como é o caso dos empreendimentos no Portal da Alegria. Desse modo, está contribuindo para a continuação da expansão periférica da cidade, movimento já decorrente das políticas de habitação implantadas em décadas anteriores. Esse modelo implantado favorece a construção de unidades habitacionais em áreas distantes do centro, ocasionando vazios urbanos de cunho nitidamente especulativos.

Esse fato acaba gerando uma série de problemas urbanos para a população que passa a ocupar essas novas moradias com o sonho de uma vida digna. Porém, o sonho se transforma quando essas pessoas se deparam com a realidade. Desta maneira, os moradores convivem com a precariedade nos equipamentos e serviços urbanos, tais como educação, saúde e transporte público, além de conviver diretamente com a violência. Essa constatação foi feita ao analisar o Residencial Orgulho do Piauí.

Quando se analisa os equipamentos e serviços urbanos ofertados neste residencial verificou-se problemas na oferta de água e energia elétrica, principalmente, no início da ocupação. Além disso, os moradores encontram dificuldades no acesso a escolas e a saúde, pois não existem instituições de ensino e postos de saúde em funcionamento neste local, assim, em ambos os casos, os moradores precisam se deslocar para outros bairros. Para esse deslocamento, especialmente para ir à unidade de saúde, os moradores têm que pegar o transporte público, mas conforme apontado nas entrevistas, os ônibus ofertados não atendem à demanda dos moradores devido à sua pouca quantidade, além do mais, atendem a outras comunidades, gerando assim uma superlotação.

No requisito segurança pública, os entrevistados do Residencial Orgulho do Piauí destacam a sua ineficiência em decorrência dos episódios de assaltos que ocorreram até mesmo dentro do residencial. Constatamos, ainda, que as unidades habitacionais foram entregues sem áreas de lazer e áreas comerciais. Portanto, para atender as necessidades imediatas, quanto a área comercial, surgiram na informalidade, as pequenas mercearias. Apesar disso, os moradores se deslocam para outros bairros, como o Conjunto Porto Alegre e Bela Vista para realizar suas compras, devido ao preço das mercadorias.

Diante do exposto, os problemas vivenciados pelos moradores é resultado da política habitacional que privilegia a classe média com os melhores espaços das cidades, destinando para a população de baixa renda, moradias localizadas nas periferias da cidade, onde comumente há infraestrutura urbana precária.

Referências

APARTAMENTOS do 'Minha Casa' ficam danificados após desocupação no PI. **G1 PI**. Teresina, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/06/apartamentos-do-minha-casa-ficam-danificados-apos-desocupacao-no-pi.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. **Programa Minha Casa, Minha Vida**: subsídios para a avaliação dos planos e orçamentos da política pública. Brasília: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 2017.

CAIXA firma contrato para construção de 1.368 apartamentos. **Cidadeverde.com**. 07 nov. 2012. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/117454/caixa-firma-contrato-para-construcao-de-1368-apartamentos>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim, JAENISCH, Samuel Thomas. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. *In*: CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim, JAENISCH, Samuel Thomas (org.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-48.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa, Minha Vida. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 82-104.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa, Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. *In*: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAÚJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. **Relatório de avaliação da execução de programas de governo nº 65, integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (PPA 2011/2015)**. Brasília, DF, 2016.

FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. **Deficit habitacional intrametropolitano e a localização de empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida: mensurando possibilidades de atendimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

LIMA, Vânia Vieira. **As infelicidades do Portal da Alegria: contradições da política habitacional nas dinâmicas urbanas em Teresina-PI**. 2014. 64 f. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) – Campus Clóvis Moura, Universidade Estadual do Piauí, 2014.

LIMA, Vânia Vieira. **8 fotografias color digitais**. Teresina, 2019.

MARICATO, Ermínia. Condomínios fechados são irregulares; ocupações, não, diz Ermínia Maricato. **Brasil de Fato**. [sem paginação], 23 maio 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/23/condominios-fechados-sao-irregulares-ocupacoes-nao-diz-erminia-maricato/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 245-259.

MEIO NORTE.COM. **Taxas cobradas em condomínio do Minha Casa, Minha Vida gera revolta**. Teresina, 2017. Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/agora/taxas-cobradas-em-condominio-do-minha-casa-minha-vida-gera-revolta-324259>. Acesso em: 10 maio 2018.

MORADORES dos residenciais Eduardo Costa e Orgulho do Piauí bloqueiam BR-316. **Piauí Hoje**, Teresina. 04 maio 2017. Disponível em: <http://piauihoje.com/noticias/moradores-dos-residenciais-eduardo-costa-e-orgulho-do-piaui-bloqueiam-a-br-316/>. Acesso em: 03 dez. 2018.

MORADORES reclamam da falta de energia no Residencial Orgulho do Piauí na zona Sul de Teresina. **Verdes Campos Sat**, São João. 05 abr. 2016. Disponível em: <http://www.tvverdescampossat.com/blogs/moradores-reclamam-da-falta-de-energia-no-residencial-orgulho-do-piaui-na-zona-sul-de-teresina-208512.html>. Acesso em: 03 dez. 2018.

NASCIMENTO, Marcus Rennan Monteiro do. **Impactos socioambientais do Programa Minha Casa Minha Vida no Bairro Portal da Alegria em Teresina – Piauí**. 2014. 99 f. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) – Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PORTAL 45graus. **Empresa cobra taxa e gera revolta em moradores do Bosque Sul**, Teresina, 2017. Disponível em: <https://www.45graus.com.br/geral/empresa-cobra-taxa-e-gera-revolta-em-moradores-do-residencial-bosque-sul>. Acesso em: 10 maio 2018.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH. **Dados do Programa Minha Casa, Minha Vida I, II e III**. Teresina, 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Relatório de auditoria: Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília, 2013.

VIEIRA, Ângela Oliveira. **Produção do espaço urbano, moradia e formas socioespaciais na cidade de Teresina (PI)**. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

5

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA (PI): *um olhar sobre a área central*

Silvana de Sousa Silva

A produção do espaço urbano apresenta contradições marcadas pela consecução de processos, que concorrem em larga escala para a atuação desigual dos agentes, implicando em práticas que são marcadas pelo predomínio da lógica de mercado, em detrimento da apropriação coletiva dos espaços.

Nessa perspectiva de reflexão, são encontradas nas áreas centrais das cidades, modificações em seus usos ao longo do tempo, frequentemente passando do núcleo que compõe a própria cidade, para uma área que passa a conviver com usos compreendidos como causadores de degradação, que implicam no abandono das atividades que exerceram hegemonia, em determinados períodos.

Dessa forma, pensar a área central de Teresina demanda a regressão ao processo de instalação da capital, para reconhecimento das características que integraram as dinâmicas da vida na cidade. Soma-se ainda, a abordagem do transcurso dos processos, que auxilia a elaboração de entendimentos acerca dos usos que integraram o recorte, com ênfase para a atuação dos agentes.

Do exposto, objetivamos analisar a produção do espaço urbano na área central de Teresina, a partir da abordagem crítica dos processos que são desenvolvidos no recorte, com relevância

para os debates voltados para a área central nas Agendas Urbanas elaboradas para a cidade.

Para tanto, adotamos como procedimento, a fundamentação em autores que trabalham com a perspectiva crítica da produção do espaço urbano, além da análise das Agendas 2015 e 2030 – sendo esta, a revisão do Plano Diretor de 2015 –, como subsídio para a identificação das abordagens realizadas nos planos, orientadas para a área central. Dessa forma, para o primeiro plano, foi efetuada análise das intervenções pensadas e efetivadas, e para o segundo, sobressaíram-se os levantamentos das proposições pensadas para a área central no horizonte do planejamento da cidade, ao longo de quinze anos.

Teresina: trajetória e reflexões sobre a área central

O debate ora desenvolvido, sobre as dinâmicas na área central de Teresina, com enfoque nas intervenções realizadas nesse recorte, parte de uma caracterização geral do urbano em Teresina. Assim, inicialmente, ganha relevo, o entendimento do predomínio das atividades administrativas, comerciais e de serviços em Teresina. Além disso, destaca-se o fato de que Teresina exerce influência sobre outros municípios, especialmente, os piauienses e maranhenses. Características que irão orientar o olhar sobre as dinâmicas que integram os processos na área central, uma vez que estas dinâmicas influenciam, entre outros, os usos dos serviços existentes na área central, assim como as atividades comerciais e outras formas de apropriação.

A coexistência de rodovias estabelecendo ligações entre diferentes estados e Teresina, reitera a significância assumida na distribuição da produção realizada em outros locais. Deste modo, a localização estratégica e as atividades predominantes concorrem para a identificação das características adquiridas pela região de influência da cidade, que é composta por municípios piauienses, localizados no entorno, mas também de estados como o Maranhão.

Reiterando esse papel, observamos que a localização estratégica de Teresina, sinaliza, conforme Façanha (2009, p. 76) descreve,

o crescente papel desempenhado por setores como o “[...] comércio, saúde, educação entre outros, o que a torna uma cidade que assume uma função na hierarquia urbana, não só estadual, mas regional, com fortes relações com as principais cidades dos estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco e Pará”.

Compostas as indicações iniciais, que destacam as dinâmicas de atividades que se sobressaem em Teresina, para a construção de uma abordagem crítica dos processos que se desdobram na área central, consideramos a leitura de Lefebvre (1991), para quem a produção da cidade e das relações sociais, corresponde a uma reprodução de seres humanos por seres humanos, ultrapassando a produção de objetos. Dessa forma, a cidade é obra de uma história, constituída por pessoas e grupos.

Nesse sentido, a análise da cidade não pode ser dissociada da compreensão da trajetória dos processos de produção, que nesse artigo, se faz mediante breve levantamento do processo de instalação da cidade e das funções exercidas pela área central, auxiliando a construção de entendimento acerca das transformações ocorridas nesse recorte, assim como as mutações, permanências e contradições nos usos, que contribuem para a abordagem das características de centralidades existentes, assim como os rumos assumidos pelas discussões no contexto das Agendas, que são norteadoras do planejamento e das intervenções na cidade.

O exercício de regressão, leva ao momento no qual aconteceu o processo de transferência da capital, da sede anterior em Oeiras (PI), e a decorrente instalação no ano de 1852. Esses momentos foram permeados pela coexistência de fatores estratégicos associados especialmente ao período de concorrência com as atividades desenvolvidas em Caxias (MA), portanto, o papel da dinâmica comercial se destacou como elemento preponderante entre as atividades econômicas existentes no estado, aspecto que influenciou as práticas que predominaram na área central ao longo dos anos. Fundamentando as assertivas acima, temos Castelo Branco (2002) que aponta, que no período de debates para a instalação de uma nova capital, a província do Piauí já vivenciava uma estagnação econômica que exigia a comu-

nicação com outras áreas, objetivando o desenvolvimento do setor de transportes, além das trocas comerciais e econômicas.

A transferência da capital foi antecedida pela elaboração de um modelo de plano, organizado com quadras, dispostas em forma de tabuleiro de xadrez, como subsídio para otimizar os usos, representando também, a importação de modelo utilizado no exterior que priorizava a funcionalização dos espaços. Lima (2002) destaca que o plano possuía 100 quarteirões para abrigar as atividades fundamentais da cidade, estando fora desse limite apenas o cemitério, a cadeia e um poço.

Composto pelo ordenamento das principais atividades que seriam desenvolvidas em Teresina, o recorte contou com a instalação de praças, quartel, cemitério, cadeia, mercado, o Liceu, o Teatro Santa Teresa, o Educandário de Artífices trazido de Oeiras.

Esse exercício de retomada da instalação de Teresina demonstra dentre outros, a potência assumida por àquela, que hoje é a área central, para o período, denotando que desde o início ela guardou as práticas fundamentais existentes em Teresina, constituindo em seu momento inicial, a própria cidade. Tal exercício possibilita uma progressão até os dias atuais, como subsídio para a releitura em uma perspectiva crítica das principais intervenções efetuadas na área central a partir das Agendas, considerando ainda a presença dos agentes nesse processo.

Como ocorrido em muitas cidades brasileiras, o transcorrer do tempo nos permitiu observar que as áreas centrais passaram a enfrentar situação de abandono de atividades, em detrimento a outras áreas de expansão que começaram a oferecer, por exemplo, terrenos mais baratos. Assim, versando sobre um exemplo em Teresina, Anjos e Soares (2010) trabalham com o Mercado Central destacando as décadas de 1970 e início dos anos de 1980, quando foram observados os contextos marcados pela degradação da estrutura física, além de crises econômicas que atuaram como elementos que implicavam na necessidade de busca por alternativas. Assim, tem-se a ocupação das vias, sinalizando o momento em que o comércio ambulante passou a atuar nas ruas e no entorno das praças.

O papel assumido pela área central da cidade desde a sua instalação, pode ser verificado também durante o resgate sintético dos planos elaborados para o ordenamento urbano. Nessa proposta, no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), foi acentuada a importância do setor terciário de Teresina, porém, este setor ganhou relevo no entendimento de que a cidade possuía aquilo que foi denominado no plano, como desorganização, caracterizada por práticas com objetivos conflitantes. As definições para a área central da cidade indicavam a configuração de um cenário com predomínio das atividades varejistas, que coexistiam com as residências, formando uma zona de expansão (TERESINA, 1969).

Diante das modificações requeridas pela dinâmica espacial que se configurava na cidade, no Plano Estrutural de Teresina (PET) foram elencados os atributos comerciais da cidade, especialmente quando comparada com outras cidades nordestinas. Ao descrever a síntese das principais áreas da cidade, verificamos que ao abordar a área central, as proposições afirmavam que esta continuaria “[...] sofrendo o processo de expansão através da substituição do uso residencial pelo uso comercial e de serviços nas suas áreas periféricas [...]”. Ademais foram apresentadas proposições para o Mercado Central que deveria sofrer modificações em seus usos, impedindo a concentração de veículos motorizados (TERESINA, 1977, p. 176).

As proposições do Plano de Desenvolvimento Urbano de Teresina (PDDU) para a área central consideravam as propostas para o setor terciário que concentrava oferta de empregos e a organização de políticas voltadas para o setor informal, na medida em que as atividades adquiriam expressividade. O plano se destacou pela abordagem de conjecturas para a cidade de Timon e as relações estabelecidas com Teresina, prevendo também a implantação de um ordenamento para carga e descarga nas áreas comerciais, mediado pela disponibilização de vagas para essas ações (TERESINA, 1983).

O II PET incentivou o controle do crescimento vertical na área central, associado a medidas para a implantação de paisagismo e equipamentos para apoio aos usuários, como iniciativa que

vislumbrava a humanização dos espaços e dos polos de comércio e serviços. Nesse Plano, era possível identificar ainda, ações para a promoção da descentralização, representada pela instalação de serviços em bairros distantes da área central, funcionando como medida para evitar os congestionamentos. O Plano abordava também através de suas Leis, o tombamento dos elementos culturais e históricos da cidade, com ênfase na área central (TERESINA, 1988).

Depreendemos que a área central exprimiu papel de relevo para as discussões da constituição dos Planos para a cidade, ligadas às características do patrimônio construído e concentração de serviços, que requeriam orientação para intervenções. Na análise dos processos, Melo (2002, p. 36) articula que “[...] o centro foi expandindo-se e caracterizando-se cada vez mais por uma tendência comercial, tendo sido, posteriormente, proibido, durante vários anos, o uso habitacional em novas edificações projetadas”.

No entanto, embora constituindo um espaço com múltiplas significações para os agentes em Teresina, guardando também relevância para o comércio, serviços e administração, a área central sofreu modificações em seu uso, que em muitas ocasiões, foram compreendidas por situações de conflitos entre interesses e atuação dos agentes produtores. Essas características concorreram para a efetivação de debates, orientados para modificações que visavam, especialmente, a busca pelo resgate de atratividade para a instalação de investimentos significativos para a cidade.

O exposto aponta para um recorte que acompanha o processo de constituição da cidade, e uma área central que apresentou alterações de uso mediante os processos de expansão urbana em Teresina, que apresentou ápice com a constituição de atratividade exercida por outros recortes espaciais. No entanto, é possível ressaltar, *a priori*, que a área central não perde como um todo as características de centralidade de atividades, fato verificado, por exemplo, quando se observa que ela esteve na agenda das discussões sobre as intervenções em Teresina. Sendo marcada ainda, por contradições que demandam uma abordagem crítica da produção do espaço mediada pelo trabalho com os processos que se desenvolvem na vida cotidiana.

Produção do espaço urbano, intervenções e áreas centrais: perspectivas teóricas

O entendimento dos fatores que possibilitaram a expressividade assumida pela área central como recorte capaz de agregar a centralidade de funções, assim como o olhar do Estado, mediado pelo foco nesta área, nos planos orientados para subsidiar as intervenções em Teresina, demonstra que a produção desse fragmento, apresenta expressão das contradições da produção do espaço urbano.

Buscando subsidiar essa compreensão, com ênfase para as características que integram a produção do espaço urbano, Carlos (2013) observa que este processo é marcado por uma contradição fundada pelo fato de que a realização dessa produção ocorre de forma social, mediada pela criação da totalidade da sociedade, no entanto, a apropriação se efetiva de forma privada, uma vez que os lugares de realização da vida são acessados por meio da atuação do mercado imobiliário.

Ainda conforme esta autora, o desdobramento de tal prática, envolve toda a sociedade ao apresentar a realização no plano do lugar, expondo aspectos da vida cotidiana. Nessa perspectiva, cada momento da história produz um espaço, demandando assim, a superação do entendimento da produção do espaço restrito ao plano econômico, mas aponta também, a produção do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria.

Ao trabalhar com a produção do espaço a partir da área central, Alves (2015) ressalta que as ações de transformações aparecem com as mais diferentes denominações, que atuam justificando a necessidade de intervenções, mas também, contribuem para ocultar os conflitos da apropriação do espaço. Desse modo, sob diferentes denominações, temos a busca pelas ações de transformações em áreas que são apontadas como degradadas, esvaziadas, abandonadas, dentre outras. Assim sendo, o conjunto de terminologias empregadas, procura constituir consensos sem gerar questionamentos, sendo, portanto, consideradas como necessárias para a requalificação de espaços como os centros tradicionais.

Por esse ângulo, notamos que a construção de consensos na associação entre Estado e iniciativa privada, atua dispersando o conflito entre o direito à propriedade e o direito ao uso dela por parcela da população, que verifica nesse recorte a possibilidade de moradia, trabalho e demais demandas.

Ao apresentar as dinâmicas no urbano, Spósito (2013) salienta que entre as mudanças mais importantes na estruturação do espaço urbano, está o papel da redefinição dos centros das cidades. Observamos que nos modos de produção iniciais e ao longo do processo de desenvolvimento do Capitalismo, as atividades das cidades estavam organizadas em torno de um centro principal, que em muitos casos, era o único a desempenhar o papel de centralidade.

O conjunto de intervenções em áreas centrais atuou na constituição de processos contraditórios, que implicaram na promoção do acesso desigual aos recortes espaciais que sofreram intervenções como a revitalização ou requalificação, concorrendo, por exemplo, para a constituição de processos como a gentrificação.

Na abordagem sobre as características da gentrificação, Smith (2007) defende que tanto este como a renovação e a reestruturação urbana, integram a diferenciação do espaço na escala urbana e no contexto da crise urbana, embora estes, sejam processos anteriores, atuam com a função de reservar substratos para um processo futuro de expansão. O autor observa também que as transformações políticas, sociais e culturais, assumem intensidade na área central causando implicações na vida cotidiana, mas, especialmente, estão relacionadas ao processo de desenvolvimento de uma fronteira econômica.

Smith (2007) trabalha ainda com o debate sobre o livre mercado, como contexto que levou ao abandono de propriedades localizadas nas áreas centrais, com uma desvalorização do capital que afeta as mais diversas propriedades.

Pensar a área central em uma análise crítica, demanda a compreensão do momento da acumulação no urbano, que está centrado no processo de reprodução do espaço, como um elemento fundamental no contexto da problemática do mundo moderno. Dessa

forma, a produção do espaço é, ao mesmo tempo, um momento constitutivo da vida humana, da efetivação do processo de valorização. Portanto, atua como uma condição da realização do capital, assim como da concretização do Estado como produtor de um território de dominação apontado para o espaço como algo estratégico (CARLOS, 2015).

Temos a cidade produzida como negócio, e ao mesmo tempo, a temos como instrumento de segregação. Ao ser produzida como negócio, a cidade possibilita a realização da propriedade privada, subsidiando a produção e circulação do valor e do valor de troca. Mas também, ela é produzida como uma luta pela cidade, pautada na apropriação e no uso. Nesse momento, é importante destacar o papel dos movimentos organizados e das manifestações, que ao ocuparem ruas e praças com um conjunto diversificado de reivindicações, podem ser lidos como a negação de uma cidade produzida para o lucro, indicando a existência do desejo de uma cidade produzida para as pessoas (ALVAREZ, 2015).

Esse debate é reiterado por Carlos (2011), que ao analisar a produção do espaço, constituído no processo contraditório, que compõe o valor de uso/valor de troca, que domina e assegura o processo de acumulação no espaço por meio de sua reprodução, defende que ao ser pensado como valor de troca, o espaço expressa a desigualdade, cuja manifestação está no plano da forma espacial da segregação. Além disso, estão localizados no espaço, os resíduos que surgem como capazes de apontar as virtualidades que caminham em direção contrária na prática espacial.

Observados os debates em torno da demanda por análises críticas de uma produção espacial representando cada vez mais a participação dos interesses de mercado nas intervenções que são realizadas, em muitos exemplos, com a associação entre Estado e agentes privados, culminando nas contradições do acesso desigual, torna-se relevante a compreensão dessas dinâmicas nas áreas centrais, que congregam diversidade de agentes e funções.

A proeminência na observância de características que compõem a área central, aponta que esta desenvolve um papel significa-

tivo nas cidades, na medida em que concentra formas e funções essenciais para o seu funcionamento. A vivência dos processos admite a identificação de conjunturas, que unem desde uma grande dinamicidade até situações de abandono.

Porém, a área central não perde completamente sua função, como pode ser constatado com Corrêa (2005, p. 124), ao afirmar que “[...] do ponto de vista do capital, a área central constituía na segunda metade do século XX, e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização dos lucros”. Ou seja, é a partir da (re)produção continuada que se processa nas cidades, que esse espaço ainda pode atrair atividades como às associadas ao setor terciário.

A localização desempenha papel estratégico, juntamente com a presença de um número expressivo de órgãos administrativos e outros instrumentos, que mantêm um significado preservado, mesmo com intensidades variadas e dificuldades de manutenção. Discorrendo sobre os processos do/no centro, Tourinho (2006) resalta que este se caracteriza por ser um espaço qualificado pelas dimensões simbólicas e formais, com difícil apropriação e impossibilidade de uniformização, não sendo, portanto, democrático ou homogêneo. Além disso, ele é constituído pelas identidades de lutas e diferentes organizações das sociedades.

Considerando as áreas centrais em diferentes cidades, quando pensadas as intervenções urbanas, algumas características são reconhecíveis. Nessas condições, temos as “áreas centrais tradicionais sem interesse do mercado”, que envolvem os centros tradicionais com perda de atratividade econômica, gerando, dessa forma, uma estagnação do crescimento. Além da pequena atividade econômica que potencializa a manutenção das formas dos imóveis, mas atua negativamente na conservação dos edifícios (BRASIL, 2013).

As “áreas centrais sob interesse do mercado do consumo cultural”, verificam o abandono de atividades econômicas e preservação do acervo cultural, no entanto, são objetos de especulação do mercado turístico. Complementando essas observações, são encontradas as “áreas centrais sob interesse de especulação da terra”,

onde são formados contextos de retenção de imóveis associados a usos e classes específicas, concorrendo para diferentes ofertas de trabalho que adensam o tráfego (BRASIL, 2013).

As “áreas centrais sob necessidade de readequação”, guardam demandas próprias para intervenções em infraestruturas e processos operacionais, voltadas para o atendimento do mercado. Destacam-se ainda as “centralidades com problemas estruturais” que compreendem áreas consolidadas, com concentração de produção econômica e crescimento desordenado. São identificadas também as “centralidades com conflitos sociais”, que se evidenciam pela intensa disputa entre grupos (BRASIL, 2013).

Compreendendo as conjunturas grifadas nas áreas centrais, especialmente as relacionadas aos aspectos de abandono de funções, que implicam em influências nas infraestruturas, associadas aos atributos que caracterizam os processos socioeconômicos no âmbito do recorte temporal, salientamos como fundamental, a discussão das iniciativas para intervenção e suas ações.

Percebemos que a área central engloba os resultados da produção espacial, possibilitando assim melhorias para os deslocamentos. Logo, podemos constatar também a concentração de atividades, cuja localização é mantida, mesmo com as ações de seletividade, que pressupõem o deslocamento de determinados agentes, formas e funções, caracterizando dessa forma um recorte que contém peculiaridades.

As observações relativas à origem da área central, oferecem embasamento para a construção da natureza e significado dos processos correlacionados, formando um grupo de orientações que agem em associação com a dinâmica desse espaço. Nesse direcionamento, descrevendo apontamentos sobre o Centro, Tourinho (2006) explica que ele é um espaço qualificado, especialmente se considerado os aspectos simbólicos e formais, que atuam possibilitando a continuidade temporal e a permanência no uso coletivo, permitindo a construção de imagens que o identificam com a cidade.

A coexistência de perfis é reforçada por Tourinho (2006, p. 280), quando ele diz que o Centro como metonímia da cidade contém “[...] as identidades das lutas, fracassadas ou vitoriosas, assim como dos esforços, legítimos ou ilegítimos, realizados por vários “modelos de sociedade” que já viveram, ou ainda vivem, na cidade atual [...]”.

Logo, questionamos que as características constatadas na área central, permanecem durante períodos vivenciados no urbano, e estão associadas à produção de atividades dos agentes, que delibaram nesse recorte. Essa dinâmica propicia o reconhecimento de processos desenvolvidos nos demais espaços da cidade, respaldado por elementos que imprimem singularidades.

O pensamento dessas características, em consonância com as expectativas dos agentes produtores do espaço, concorre para as observações da autora em análise, ao esboçar que o Centro se constitui como um espaço de difícil apropriação. Representando dessa forma, fator negativo para os objetivos do capital, como o imobiliário, o financeiro, o público e o privado, na medida em que seus desígnios estão relacionados à dominação do território, como aporte para auferir lucros.

Por outro lado, é necessário ressaltar que, embora a diversidade de usos possa implicar em desinteresse para o capital, o acesso à área central ainda é essencial. Os fins dessa necessidade, relacionados aos agentes produtores, concorrem para a configuração de um quadro, revelando, conforme Tourinho (2006), um Centro que dificulta a apropriação, integrado por fatores que impossibilitam a uniformização, por conseguinte, não se constitui como espaço democrático, na medida em que não é homogêneo ou cuja segregação é inexistente.

Apoiando-nos nessas observações, entendemos que a área central possui atributos que propiciam a diferenciação dos demais espaços da cidade, envolvendo as formas e relações agregadas. No entanto, a convivência de diferenças não representa a existência de harmonia, visto que podem ser encontradas contradições, cuja coexistência pode revelar conflitos, especialmente, quando se considera as questões que envolvem os usos dos equipamentos instalados.

Intervenções na área central de Teresina: agendas e características

A observação do urbano revela o contexto de fragmentação, na medida em que diferentes atividades estão dispostas em recortes particulares, mas é também articulado, pois seus componentes estão relacionados, como atos fundamentais para o seu funcionamento. Esses processos são permeados por diferentes intensidades, expressas através de ações, como os fluxos e os deslocamentos, resultantes das atividades voltadas para a ação dos agentes.

A (re)produção das relações socioespaciais no urbano possibilita o discernimento de ações canalizadas para intervenções, que objetivam a promoção de modificações nas formas e funções, conforme as preposições demandadas pelas metas dos agentes, cujas atividades interferem na dinâmica espacial.

Na reflexão sobre as transformações que eram encontradas na área central, no ano de 1997, foi realizado o Fórum de Revitalização do Centro, orientado para identificar e discutir os principais problemas existentes.

Quando pensamos na área central de Teresina, destacamos as proposições discutidas no âmbito dos planos elaborados para subsidiar algumas intervenções, para tanto, partimos das perspectivas constituídas, relativas à elaboração da Agenda 2015, na abordagem dos processos e expressividade das contradições da ação dos agentes.

Definido o Plano Diretor de Teresina, este foi denominado de Agenda 2015, pela Lei nº 3.558/2006 que assumiu a proposição de desenvolvimento das exigências impostas pela Agenda 21, que representa um planejamento estratégico. A construção do plano para Teresina envolveu a existência de contradições, principalmente na participação desigual dos agentes. Assim, Lima (2012) observa que embora o Plano Diretor fosse obrigatório pelas deliberações dos novos princípios constitucionais, Teresina ainda era ordenada pela Legislação de 1988, que não correspondia às reivindicações decorrentes das transformações resultantes da expansão urbana. Somente em agosto de 2001, foi iniciada a convocação da

sociedade, e se instalou o Congresso da Cidade, para elaboração da Agenda 2015.

Ainda segundo a autora, o plano foi inspirado no modelo adotado na cidade de Vitória (ES), e que constituía em uma decisão que desconsiderava a técnica e assumia características políticas, já que o plano concebido para essa cidade foi estruturado na gestão do mesmo partido de filiação do prefeito de Teresina.

Abordando as discussões da Agenda 2015, Campos (2011) destaca o I Congresso da Cidade que foi realizado em 2001, e que adotou cartas-convite, *outdoors*, cartazes, mala direta e notas em jornais, como instrumentos para a convocação da população. O Congresso foi o primeiro evento onde seriam somados dois Seminários Temáticos e o II Congresso das Cidades, para finalizar o processo. As propostas foram financiadas com recursos da Prefeitura Municipal e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Complementando essa constatação, Façanha (2007) defende que essa ausência de participação, auxiliou a construção de um “consenso político e social”, quando pensados os programas e projetos. Nesse contexto, a Agenda 2015, foi uma “carta de intenções” que não foi contemplada em seu curso e no documento final. Sendo assim, as diretrizes contidas no Estatuto das Cidades também não foram levadas em conta, e representaram dessa forma, apenas alguns segmentos sociais que compunham a cidade.

As atividades voltadas para a área central foram trabalhadas no âmbito do grupo de trabalho denominado “Revitalização do Centro”. Inicialmente, foi efetivada a caracterização da situação inercial, marcada por aspectos compreendidos como problemáticos e que demandariam intervenções. Desse modo, destacaram-se a presença de vendedores ambulantes, dos problemas no tráfego e na segurança. Além do exercício de carga e descarga no comércio atacadista, degradação de praças, monumentos e edifícios, poluição sonora e visual, construção de estacionamentos, mediante à demolição de importantes exemplares do patrimônio arquitetônico. Esses contextos foram associados à ausência de Legislação para o Centro e redução de investimentos (TERESINA, 2002).

Analizamos também a busca pelo reordenamento do comércio informal, para o fortalecimento das atividades dos lojistas, além das modificações nas direções do tráfego de veículos em algumas ruas para favorecer a fluidez no trânsito. Além disso, foram encontradas propostas para manutenção das formas que integram o patrimônio histórico-cultural, das praças e do Mercado Central, além de intervenções nas margens do Rio Parnaíba, mediadas pela construção de praças e a remoção dos vendedores informais.

As intervenções denotam os contextos formados por um conjunto de carências e priorizações de objetivos, implicando em reflexos nas intervenções realizadas. Assim, a interpretação demonstra as interferências realizadas e a atenção recebida pelas questões relacionadas às atividades comerciais na área central, além da configuração de ações na Praça Rio Branco, representadas pela remoção do comércio informal e o resgate de características.

Foram desenvolvidas também ações para dotar a área central de equipamentos urbanos que facilitariam o atendimento das necessidades básicas. Ilustrando os exemplares dessas intervenções, ganhou contorno, a construção de banheiros públicos e bicicletários, com acesso gratuito.

A análise dos discursos que compõem a Agenda 2015, expõe elementos da produção contraditória do espaço, na qual são elaborados planos que atendem à interesses associados à venda dos espaços para objetivos específicos, como Alves (2015) salienta que mesmo quando aparenta desvalorização, a área central possui proprietários de lotes e prédios que estabelecem limites para a desvalorização, fundamentado, posteriormente, na ideia de consenso sobre a demanda pela transformação social e econômica da área.

Complementando as atividades de elaboração de planos, tivemos o lançamento em 2015, com um horizonte de quinze anos de atuação nas intervenções em Teresina, outra Agenda, denominada Agenda 2030. A análise desta, demonstra que não foi pensado um grupo de trabalho específico para a área central, mas que esse recorte esteve presente nos debates e proposições contidas no documento. Nesse sentido, no texto de apresentação que engloba as

ações que foram efetivadas a partir da Agenda 2015, sobressai-se o reconhecimento de que as intervenções realizadas mediante os debates do Grupo de Trabalho Revitalização do Centro, culminaram na possibilidade de atração de investimentos, diversificação no setor de serviços, agindo ainda na reorganização do centro de Teresina “aliando dignidade ao comércio informal e recuperação dos seus espaços públicos, o que veio a influenciar no resgate do comércio formal que o caracteriza” (TERESINA, 2015).

Ao trabalhar com a área central, no cenário do patrimônio arquitetônico e histórico, enfocamos a abordagem sobre os congestionamentos, que estariam associados à concentração dos serviços públicos no centro da cidade, com relevância para os serviços de educação e saúde com destaque para as atividades privadas.

No comércio da área central, após as intervenções para a requalificação desta área, outras demandas surgiram, relacionadas, especialmente, às reivindicações em torno da política de tombamento do patrimônio histórico e arquitetônico que implicaram em restrições à manutenção de edificações tombadas, além do sistema de transportes, fiação da energia elétrica aérea, arborização e embelezamento das praças e dos logradouros públicos.

Ao realizarmos uma abordagem dos processos sob a ótica histórica na área central, nos anos de 1980 e 1990, percebemos o esvaziamento residencial com os imóveis sendo ocupados por pequenos estabelecimentos comerciais, escritórios e consultórios. Nesse processo, a atualidade, é marcada pela falta de interesse dos proprietários ou herdeiros, somado ao conjunto de restrições do uso e ao fato de estarem localizados em uma área de preservação do patrimônio arquitetônico e histórico. Além disso, a década de 1990, foi marcada pelo agravamento de problemas estruturais, ligados à incapacidade de suporte do aumento no fluxo de pessoas e veículos, além da presença de vendedores ambulantes e abandono de praças (TERESINA, 2015).

Após os diagnósticos, a Agenda 2030, apresentou as demandas que persistem para a área central de Teresina, e assim, foi destacada a necessidade de intervenções para melhorias no trânsito,

ações para contribuir no número de vagas para estacionamento, redução da emissão de poluentes, melhorias nas paradas de ônibus, recuperação de calçadas e iluminação pública, e incentivo ao turismo histórico.

Conclusão

A dinamicidade que caracteriza as relações desenvolvidas no espaço urbano é composta por processos que refletem, dentre outros, a atuação dos diferentes agentes sociais, mediados pela busca da contemplação de objetivos que se originam nos anseios diários.

Apoiando-se nessas características, Teresina vivenciou em sua trajetória, a constituição de planos que incorporaram questões desenvolvidas nacionalmente. Ademais, quando investigada a aplicabilidade prática, frequentemente constatamos a pequena ou ausente efetivação de proposições contidas nos documentos.

Além disso, a cidade guarda relevância ligada à localização estratégica, proporcionada pelo entroncamento rodoviário, além da influência exercida em municípios piauienses e maranhenses, com destaque para as amplas relações estabelecidas com o município de Timon (MA).

Nesse debate, quando pensados os processos elencados, destacamos a área central enquanto recorte que guarda uma reunião de elementos, imprimindo dinâmicas diversificadas, frequentemente compostas pelos exemplos das atividades desenvolvidas em outros recortes, advindo dessas particularidades, justificativas para a contemplação em planos e intervenções urbanas.

No trabalho com Teresina, tal recorte está diretamente associado à transferência da capital, quando representou a planta inicial, mas também vivenciou sucessivas modificações configuradas no processo de expansão urbana, associado ao abandono de funções. Dessa forma, o papel da área central nos contextos construídos convergiu para a abordagem do recorte por grupo específico de trabalho da Agenda 2015, aprovada como Plano Diretor da cidade.

Diante dos quadros que envolvem a Agenda 2015, foram realizadas abordagens das contradições na elaboração do referido plano, além das observações acerca da realidade constituída, a partir do reconhecimento dos processos efetivamente ensejados, e daqueles não realizados na área central.

Na consideração das estratégias, dos conflitos e das realidades, foi possível indicar que quando contemplada a área central, o desenvolvimento dos processos no âmbito da construção da Agenda 2015, demonstrou a ação desigual dos agentes que apresentaram interesses associados a esse recorte. Logo, o conjunto de ações corresponde a intervenções parciais que não contemplaram de forma articulada às demandas encontradas na área central, atuando somente para esconder problemas.

Diante das análises ensejadas, verificamos que a área central guarda centralidade na medida em que congrega com diversas atividades oferecidas por Teresina, especialmente, as atividades comerciais e os serviços. Logo, é essencial que as intervenções contemplem a diversidade de recortes e agentes, permitindo a comprovação da diversificação que integra a área central, e que também corresponde ao plano inicial da cidade e acompanha durante todos esses anos as transformações vivenciadas com a expansão urbana.

No contexto das discussões para a composição da Agenda 2030, reconhecemos a importância da revisão contínua dos planos, mas também a releitura, acompanhada pela execução prática das proposições, que se incorporem às necessidades reais e às possibilidades concretas de efetivação.

Referências

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. *In*: CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80.

ALVES, Glória. Transformações e resistências nos centros urbanos. *In*: CARLOS, Ana Fani A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 143-152.

ANJOS, Claudiana C. dos; SOARES, Rafaela R. Trajetória da Praça Marechal Deodoro. *In*: RÊGO, Ana R.; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. **Piauí: história, cultura e patrimônio**. Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010. p. 125-142.

CAMPOS, Leticia F. G. M. **Da unha de gato ao florescer do caneleiro – análise do processo de elaboração da Agenda 21 local**: Teresina Agenda 2015 – plano de desenvolvimento sustentável. 2011. 76 f. Dissertação (Mestrado Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CARLOS, Ana F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto: São Paulo, 2012. p. 53-74.

CARLOS, Ana F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In*: CARLOS, Ana Fani A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-36.

CASTELO BRANCO. Pedro V. Desejos, tramas e impasses da modernização: Teresina 1900/1930. **Scientia et Spes**, Instituto Camilo Filho, Teresina, n. 2, ano 1, p. 295-314, 2002.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FAÇANHA, Antonio C. **Desenvolvimento territorial recente em espaços sub-regionais dinâmicos no Piauí**. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FAÇANHA, Antonio C. Gestão urbana e dilemas no poder local: internidade e dispersão em Teresina (PI). **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 1, p. 77-97, 2007a. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/99/65>. Acesso em: 23 maio 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, Antonia J. de. Planos diretores e os dilemas da governança urbana no Brasil. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 362-375, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11837/8643>. Acesso em: 30 jun. 2013.

LIMA, Iracilde M. de M. F. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**, Instituto Camilo Filho, Teresina, n. 2, ano 1, p. 181-206, 2002.

MELO, Alcília A. de A. A revitalização do centro de Teresina. **Scientia et Spes**, Instituto Camilo Filho, Teresina, n. 2, ano 1, p. 35-48, 2002.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp Espaço e tempo (online)**, n. 21, p 15-31, 2007. Disponível em: //doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2007.74046. Acesso em: 30 jan. 2019.

SPOSITO, Maria E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In*: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**, 1969.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Plano Estrutural de Teresina**, 1977.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**, 1983.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina: Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Teresina, 2002.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Agenda Teresina 2030: a cidade desejada**. Teresina, 2015.

TOURINHO, Andréa de O. Centro e centralidade: uma questão recente. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; CARLOS, Ana F. A. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 227-299.

6

A REGIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO INTRAURBANO DA CIDADE DE TERESINA (PI)

Francisco Jean da Silva Araújo

Antonio Cardoso Façanha

A cidade de Teresina nasceu, em 1852, como a primeira cidade planejada do Brasil, o que implica afirmar que o planejamento urbano esteve presente na capital piauiense desde sua fundação. Desse período até os dias atuais, a cidade de Teresina passou por um longo processo de transformação em seu sítio urbano, provocado, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, quando o crescimento urbano e populacional na cidade se intensificou.

À medida que a cidade foi crescendo, espacial e demograficamente, o Poder Público Municipal interveio nesse processo de várias formas. Uma delas se deu por meio da regionalização ou dos recortes espaciais da cidade. Logo, vale questionar: Quais foram as regionalizações da cidade realizadas pela gestão municipal? Quais os objetivos e critérios foram usados para recortar e dividir o espaço urbano? Essas e outras questões delinearão o objetivo desse artigo, que visa refletir sobre o planejamento urbano de Teresina, com base no processo de regionalização da cidade.

Os procedimentos de investigação foram fundamentados na pesquisa bibliográfica e fontes pesquisadas em *websites*, referentes a estudos realizados sobre os diferentes recortes espaciais de Tere-

sina, que se delinearão ao longo do processo de urbanização da cidade, a partir de objetivos e critérios preestabelecidos.

O texto está estruturado da seguinte forma, no primeiro momento, foi feita uma breve discussão sobre o processo de regionalização dentro de uma perspectiva geográfica, contemplando nesse debate, os diferentes tipos de regionalização, como por exemplo, a regionalização como diferenciação de áreas; enquanto classificação de áreas; como instrumento de ação e como processo. No segundo momento, fez-se uma caracterização dos modelos regionais implantados ao longo do tempo na cidade, identificando os objetivos e critérios adotados em cada modelo, que representavam instrumentos de organização espacial, gestão e planejamento urbano.

Regionalização, processos, dinâmicas e tendências

Discutir regionalização é refletir sobre o espaço enquanto palco das relações sociais e econômicas. Entretanto, diante de tantas mudanças na produção e organização espacial, regionalizar o espaço sob qualquer perspectiva tem se tornado uma tarefa complexa.

A análise dessas mudanças envolve processos e dinâmicas que muitas vezes são contraditórios, e contribuem para um jogo de relações que faz do espaço um todo complexo, de difícil análise e compreensão. Quanto a discutir tais mudanças, Randolph (1991 *apud* LIMONAD, 2004, p. 54) afirma que essa dialética atual “faz com que o mundo pareça cada vez mais incompreensível”. Castro (2016, p. 59), em sua reflexão a respeito dos conceitos de região e regionalização no contexto dessas mudanças, afirma:

O atual período que vivemos (globalização) torna mais difícil apreender os múltiplos aspectos que interferem na organização do espaço e isso tem provocado uma discussão sobre o conceito de região e regionalização, suas reformulações ou até mesmo sua vitalidade dentro do atual contexto.

Assinalamos então que o ato de regionalizar envolve critérios, finalidade, escala, método de abordagem e, sobretudo, um jogo de interesse. Dentro dessa dialética, Talaska (2011 *apud* CAS-

TRO, 2016, p. 64) assegura que “o resultado do processo de regionalização depende dos métodos, critérios e características levadas em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço”.

Considerando as dimensões tempo e espaço, Costa (2014) destaca que o processo de regionalização deve observar as mudanças provocadas pelos agentes produtores do espaço ao longo da história. Para o autor, a regionalização é mais que um recorte espacial, trata-se de um recorte que precisa ponderar a dimensão tempo e espaço. Para Limonad (2004, p. 58), “a região constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos socioespaciais históricos e geograficamente localizados”.

Diante dessas considerações, entendemos a importância que os autores dão à dimensão tempo e espaço, dentro do processo de regionalização. Compreendemos que a região, enquanto produto da regionalização, ao negligenciar as mudanças resultantes de uma construção histórica que se materializa no tempo e no espaço, pode forjar a realidade em seus mais variáveis aspectos.

Avaliando que o processo de regionalização envolve uma realidade multifacetada, que implica na análise de múltiplos critérios, Pereira (2000 *apud* TALASKA, 2011) destaca quatro tipos de regionalizações: a regionalização como diferenciação de áreas; enquanto classificação de áreas; como instrumento de ação e como processo.

– *A regionalização como diferenciação de áreas* – Nessa primeira classificação, a paisagem geográfica se destaca como método de regionalização; e a região, produto da regionalização, é determinada pela paisagem geográfica. Então os princípios da região natural e cultural, contribuem, dessa forma, para caracterizá-la como área possuidora de certa homogeneidade.

– *A regionalização enquanto classificação de área* – Nesse segundo modelo, o espaço terá um número de regionalizações compatíveis com o número de classificações adotadas, ou seja, essa regionalização dá origem a várias e distintas regiões, sendo o pesquisador, o responsável por delimitar e criar as regionalizações, na medida em que setoriza determinadas áreas, de acordo com seus critérios previamente estabelecidos.

– *A regionalização é um instrumento de ação* – Essa terceira classificação, mantém uma relação direta com as teorias econômicas de desenvolvimento regional. Esse tipo de regionalização é amplamente utilizado para a descentralização administrativa, onde região torna-se sinônimo de espaço econômico, polarizado, homogêneo ou funcional.

– *A regionalização como processo* – Essa modalidade de regionalização parte da hipótese de que as desigualdades regionais são consequências de processos sociais e econômicos; convém assinalar que esses processos se encontram sujeitos a modificações em função das transformações que se dão em escala espacial e temporal.

Esses quatro modelos de regionalização demonstram que há várias formas de se pensar e regionalizar um determinado espaço, empregando critérios, escalas e interesses precisos, e não necessariamente, iguais. Para Lencioni (2014, p. 58), “[...] de fato, as regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território são inúmeras e usualmente atendem a interesses precisos [...]”.

Quanto a essas diferentes formas de regionalização, Ribeiro (2004) menciona duas facetas do processo de regionalização: a regionalização como fato e como ferramenta. Para a autora, *a regionalização como fato* está ligada, sobretudo, aos processos históricos e independe da ação hegemônica do Estado, enquanto *a regionalização como ferramenta* se caracteriza pelo planejamento conduzido pelo agente estatal em parceria ou não com os agentes privados.

A regionalização como fato consiste em uma regionalização que independe da ação e de políticas de planejamento estatal. Ela encontra-se vinculada às relações sociais de produção e reprodução que foram construídas dentro de uma escala temporal e espacial histórica. Como bem explica Ribeiro (2004, p. 195), “[...] a regionalização como fato mobiliza interpretações que tocam profundamente as condições historicamente construídas da reprodução social”.

Nesse contexto, a regionalização como fato é determinada pela dialética das dinâmicas sociais que acontecem no espaço. Essas dinâmicas envolvem uma série de fatores, como, por exemplo, aqueles relacionados às disputas pelo poder na apropriação e uso do espaço, caracterizando-o como um palco de relações complexas e contraditórias, sinônimo de lutas e conflitos sociais.

Por sua vez, a regionalização como ferramenta é caracterizada pela ação de regionalizar o espaço, conduzida pelo agente estatal, para fins de planejamento e desenvolvimento, obedecendo a critérios e interesses precisos, sejam eles sociais, ambientais, políticos ou econômicos. “[...] A regionalização como ferramenta assume forma-conteúdo, historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado” (RIBEIRO, 2004, p. 196).

Corroborando com o pensamento da autora, Couto (2009, p. 15) esclarece que “[...] a regionalização como ferramenta possui a mão forte do Estado como principal agente planejador, responsável por selecionar os indicadores, institucionalizar e criar uma unidade analítica à determinada área (região)”.

Esses dois mecanismos de regionalização envolvem dinâmicas, processos, ideologias e recursos político-administrativos. Todavia, é importante mencionar que a regionalização como ferramenta precisa estar imbricada ou alinhada com a regionalização como fato, uma vez que, ao se apropriar da regionalização como fato, o agente planejador começa a entender o dinamismo socioespacial dos lugares que se encontram imbricados em processos históricos e temporais. Para Ribeiro (2004), a regionalização como ferramenta ganha relevância na medida em que se tem conhecimento da regionalização como fato, pois é desta, que se podem buscar recursos essenciais para as ações sociais e econômicas. “A relevância da regionalização como ferramenta depende do conhecimento da regionalização como fato, já que desta advêm recursos essenciais tanto à vida como ao lucro” (RIBEIRO, 2004, p. 197).

Para Limonad (2004, p. 57), toda e qualquer forma de regionalização envolve muitos processos, ideologias e dinâmicas espaciais e temporais. No entanto, para a autora, a região, enquanto produto da regionalização, é “[...] antes de qualquer coisa uma construção social que atende interesses políticos precisos, mesmo se tratando de uma região funcional ou natural”.

Observamos, portanto, que existem várias formas de se regionalizar um mesmo território, contudo, a regionalização de um determinado lugar e as ações desenvolvidas nessas regiões estão

ligadas aos interesses dos agentes regionalizadores, responsáveis pelo planejamento, sejam eles públicos ou privados. Assim sendo, como bem destacou Limonad (2004), todas as formas de se regionalizar o espaço envolvem método, escala, espaço, tempo, ideologias, e, acima de tudo, um jogo de interesses, que nem sempre está alinhado aos princípios democráticos e sociais, uma vez que não faltam exemplos de políticas de regionalização direcionadas aos anseios de uma minoria hegemônica detentora de poder e capital.

Planejamento e regionalização: os primeiros recortes espaciais intraurbanos na cidade de Teresina

Planejamento, no seu sentido mais amplo, representa um mecanismo administrativo que possibilita conhecer a realidade em seus mais diferentes aspectos, e escolher o melhor caminho para projetar ações futuras. No cenário espacial urbano, Santos (2015, p. 133) afirma que “o planejamento é uma ferramenta importante para o ordenamento do espaço urbano, pois visa ações futuras para o melhoramento deste, considerando a qualidade de vida de seus moradores”.

Conforme Souza (2002), o ato de planejar está relacionado às ações futuras, logo, é tentar simular os desdobramentos de processos, com a finalidade de melhor se prevenir contra possíveis problemas ou, contrariamente, conhecer as potencialidades existentes em determinados espaços, procurando explorá-las, ou seja, tirar partido desses prováveis benefícios.

Por outro lado, notamos que o planejamento urbano, enquanto mecanismo estratégico dos agentes públicos, têm por finalidade, ordenar e organizar o espaço urbano das cidades, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos. Nesse sentido, essas ações futuras precisam estar voltadas para a inserção de políticas públicas, sejam elas em nível federal, estadual ou municipal, que atuem como alternativas para corrigir os problemas e dilemas das cidades, bem como formas de explorar as diversas potencialidades inerentes ao ambiente urbano.

Ao discorrer sobre como surgiu o planejamento urbano, Saboya (2008 *apud* SANTOS, 2015, p. 134) ressalta que “este surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas cidades. Essa expressão, que veio da Inglaterra e dos Estados Unidos, marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas”. Por sua vez, Santos (2015) mostra que, dentro dessa nova perspectiva, a elaboração do planejamento urbano envolve diversos profissionais, como geógrafos, engenheiros, arquitetos, economistas, juristas, entre outros profissionais.

Para a autora, esse novo modelo de planejamento urbano almeja, não um modelo de cidade ideal, onde todos os problemas são corrigidos e resolvidos, mas sim, uma cidade real, com estratégias e mecanismos capazes de resolver os problemas ao longo do tempo. Na concepção da autora, o planejamento urbano precisa entender o espaço como uma categoria não estática, linear e acabada, mas como um todo complexo, dinâmico, contraditório e contínuo, já que esse espaço está sempre em um processo de reprodução, mediado pelos agentes públicos, privados e pelos movimentos sociais.

É importante lembrar nesse debate que, embora o planejamento seja uma ferramenta imprescindível para os agentes produtores do espaço urbano, ele também apresenta contradições que estão presentes desde sua elaboração até a materialização das ações e políticas públicas.

Embora correspondendo a uma prática relevante, em diversos momentos, o planejamento urbano é composto por contradições que envolvem desde a elaboração até a concretização dos encaminhamentos traçados e o acompanhamento mediado pela gestão. Nesse contexto, as críticas realizadas convergem para a necessidade de observações detalhadas das demandas que integram parcela significativa das atividades dos agentes sociais que compõem o urbano (SILVA; FAÇANHA, 2015, p. 52).

Por esse ângulo, vemos que o planejamento urbano precisa ser construído dentro de uma perspectiva democrática, contemplando os anseios dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade

civil como um todo, e não de forma direcionada, atendendo a aspirações de determinados grupos específicos da sociedade:

[...] O planejamento urbano pode conter novas perspectivas, não restringindo o acesso aos debates somente a alguns grupos, pois o Estado também pode ser gerido por forças políticas para mudanças, assumindo importância também às propostas e lutas manifestadas pela sociedade civil (SILVA; FAÇANHA, 2015, p. 52).

Dentro dessa lógica, Façanha e Viana (2012, p. 77) destacam a importância do planejamento, como mecanismo de implementação de “[...] políticas públicas orientadas para tornar as cidades sociais e ambientais sustentáveis”. Na visão dos autores, essa concepção representa a possibilidade de garantir mudanças socioambientais que não comprometeriam os sistemas ecológicos e sociais, nos quais as comunidades urbanas se sustentam. Portanto, o planejamento urbano deve levar em consideração todos os sujeitos e processos que estão presentes nas dinâmicas urbanas.

O planejamento urbano em Teresina esteve presente desde o início da fundação da cidade, pois surgiu de forma planejada. Como bem afirma Rodrigues e Veloso Filho (2016, p. 342), “[...] o planejamento urbano foi uma atividade marcante no início da história de Teresina, mesmo antes de sua fundação, tendo em vista, que ela foi a primeira capital do Brasil a ser planejada, em 1852”.

O planejamento urbano na capital piauiense percorreu um longo caminho, tendo como ponto de partida, o surgimento do primeiro plano urbano de Teresina, denominado de primeiro “Plano de Desenvolvimento Local Integrado” (PDLI) em 1969. Na década de 1970, especificamente em 1977, surgiu o I Plano Estrutural de Teresina (I PET), que tinha a finalidade de revisar e atualizar o primeiro PLDI.

Em 1983, nasceu mais um plano, o PDDU, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina. Segundo Rodrigues e Veloso Filho (2016), esse plano não chegou a ser concluído, pois em 1988, entrou em cena o II PET, que, de acordo com os autores, consistiu em um documento composto por dez leis. No ano de 2001, foi lançada a

Agenda 2015, fundamentada no Estatuto das Cidades, e que representava um conjunto de onze leis. Em 2015, foi projetada a Agenda 2030, que tem por objetivo atualizar a Agenda 2015, e avançar em algumas perspectivas não contempladas pela primeira agenda.

Não é o objetivo desse artigo detalhar nem aprofundar a discussão sobre o conteúdo desses documentos jurídicos que contribuíram de forma significativa para se abordar os problemas, anseios sociais e potencialidades da capital piauiense. Pretendemos somente entender o processo de regionalização intraurbana da cidade, a partir do planejamento urbano, procurando identificar os objetivos e critérios usados nos diferentes modelos de regionalização do espaço urbano de Teresina.

Nesse âmbito, onde o planejamento e regionalização encontram-se imbricados no processo de gestão urbana da cidade, a região de planejamento ganha notória importância.

[...] Esta região deriva da aplicação de critérios político-administrativos instrumentalizados na atividade de planejamento. A regionalização definida a partir deste marco representa uma intencionalidade da autoridade pública que afirma uma compreensão do território a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da focalização das políticas setoriais em determinada parte do território (PERROUX, 1955 *apud* CASTRO, 2016, p. 72).

Nesta perspectiva, a regionalização do espaço urbano de Teresina representou um instrumento de organização espacial, gestão e planejamento urbano. Nesse sentido, Castro (2016) elucida que o processo de regionalização em Teresina serviu não só como instrumento para promover o ordenamento territorial da cidade, mas também como forma de classificação dos diversos recortes espaciais, alicerçadas em novas demandas demográficas e socioeconômicas surgidas com o crescimento urbano da cidade.

Ao consultar algumas publicações que versam sobre planejamento e regionalização de Teresina, como Braz e Silva (2011), Castro (2016), Rodrigues e Veloso Filho (2016), Façanha e Viana (2012) e Silva e Façanha (2015), avaliamos que a cidade, desde sua origem

até a atual conjuntura urbana, passou por vários processos de regionalização. Braz e Silva (2011), em pesquisa realizada sobre a modernização e o crescimento de Teresina, entre 1889 a 1940, afirma que a cidade teve três regionalizações nesse período, denominadas pela autora de macro-organizações urbanas.

A primeira regionalização intraurbana da cidade ocorreu na década de 1870 (Figura 1). Esse modelo tinha como objetivo sanear a cidade e combater os incêndios na capital. Na opinião de Castro (2016, p. 100), “[...] a primeira regionalização intraurbana ocorreu por volta de 1870, a partir da criação do serviço policial para combater os constantes incêndios nas habitações de palhas dos migrantes pobres e por meio de normas regulamentadoras, visando promover medidas saneadoras na cidade”.

Figura 1 – Primeiro modelo regional da cidade de Teresina (1870)



Fonte: Braz e Silva (2011). Adaptado por Castro (2016).

Confirmando as opiniões de Castro (2016), Rodrigues e Veloso Filho (2016, p. 345) também afirmam que a “[...] primeira dessas macro-organizações dividia a cidade em três distritos, e foi originada com base na necessidade de se sanear a cidade e combater incêndios no final do século XIX, o que exigia melhor organização e divisão das áreas da cidade”.

Detectamos então (Figura 1) uma expansão espacial da cidade no sentido Norte e Sul, seguindo, dessa forma, o modelo ou plano original da cidade. Observamos também, que nesse modelo regional, além de uma preocupação estética, o peso dos critérios socioeconômicos dentro dos recortes espaciais ou distritais, o que, para Castro (2016), indica um modelo marcado pela segregação socioespacial, uma vez que os distritos 1 (destaque em verde na Figura 1) e 3 (destaque em azul na Figura 1) eram constituídos por precárias condições estruturais urbanas, e habitados por pessoas de baixo poder aquisitivo; em contrapartida, o distrito 2 (destaque em rosa na Figura 1) é onde residia a elite econômica e social da cidade, local dos principais prédios públicos, equipados com a melhor infraestrutura urbana da capital.

Nesse sentido, conforme Braz e Silva (2011, p. 286), o “primeiro e o terceiro distrito constituíam a periferia da cidade, enquanto o segundo compreendia a área central e o núcleo urbano local”.

Ainda na década de 1870, surgiu mais um modelo regional na cidade (Figura 2), fundamentado em critérios religiosos e socioeconômicos. O espaço urbano da cidade foi recortado em duas freguesias: Freguesia do Amparo e Freguesia das Dores.

Dentro desse novo recorte espacial da cidade, Braz e Silva (2011) mostra que esse modelo evidencia a importância da Religião Católica na construção da capital. No entanto, essa regionalização, assim como no primeiro modelo, apoia-se em critérios sociais e econômicos, uma vez que a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo (destaque rosa na Figura 2) abrangia a área central do núcleo urbano, enquanto a Freguesia de Nossa Senhora das Dores (destaque verde na Figura 2) compreendia a parte Sul da cidade, ou seja, representava um espaço periférico que ficava em torno do núcleo central da cidade.

Figura 2 – Segundo modelo regional da cidade de Teresina (1870)

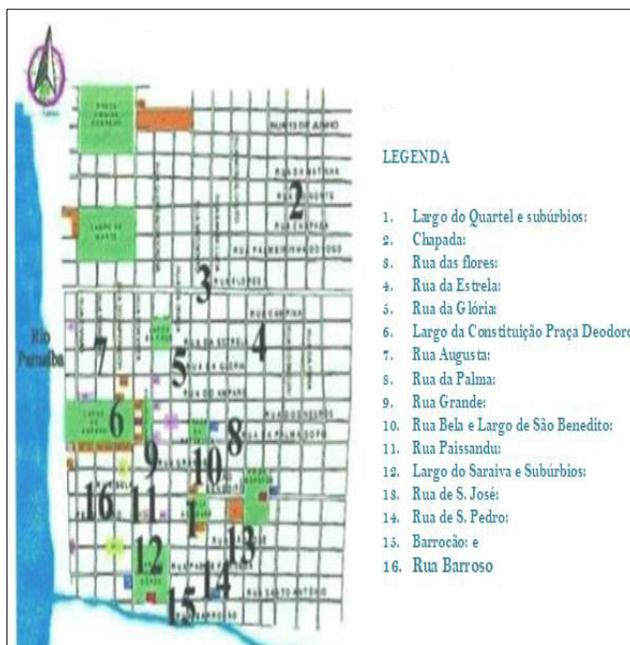


Fonte: Braz e Silva (2011). Adaptado por Castro (2016).

Trata-se de uma regionalização administrativa que, sob o manto do critério religioso da paróquia, denotava novamente a diferenciação espacial com base nos aspectos sociais e econômicos, dentro da lógica centro/periferia. Tendo em vista que a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo abriga em seus 16 quarteirões, as famílias mais ricas e os comerciantes no núcleo central da cidade, enquanto que a Freguesia das Dores é composta por famílias humildes como lavradores, concentrados principalmente, na parte Sul do núcleo urbano (CASTRO, 2016, p. 102).

No final da década de 1870, a cidade passou por mais uma proposta de regionalização espacial do seu território (Figura 3). Nesse modelo, a cidade foi regionalizada em 16 distritos, como bem destacam Rodrigues e Veloso Filho (2016, p. 347), “ao final da década de 1870, mais precisamente em 1878, dividia a cidade em 16 distritos”.

Figura 3 – Terceiro modelo regional da cidade de Teresina (1870)



Fonte: Braz e Silva (2011). Adaptado por Castro (2016).

Com base em Araújo (1975), Braz e Silva (2011) descreve o espaço urbano da cidade de Teresina, caracterizando os recortes espaciais e seus aspectos distintos. Segundo a autora, “[...] enquanto a área central tinha morfologia de planície, espaço público limpo e algumas ruas pavimentadas, a periferia apresentava topografia irregular e ruelas de chão batido, cheia de mato e buraco” (BRAZ E SILVA, 2011, p. 288).

Discorrendo sobre essas duas faces distintas do espaço urbano da cidade, Araújo (1975 *apud* CASTRO, 2016, p. 103) afirma que um dos principais responsáveis por essa diferenciação espacial na cidade “foi o elevado crescimento populacional e urbano, provocado em função da seca de 1877, no Piauí, que resultou em um intenso fluxo migratório para a capital”. Para o autor, esse fluxo desordenado de pessoas, exigiu demanda por infraestrutura básica como saneamento e segurança na periferia da cidade.

Contudo, Braz e Silva (2011) aponta que nesses três modelos de recorte espacial da cidade, tornava-se evidente o peso dos critérios econômicos e sociais nas políticas de planejamento regionais urbanos de Teresina. Castro reforça essa ideia, ao salientar que “[...] já havia um processo segregador centro/periferia, prevalecendo os critérios socioeconômicos na delimitação espacial pela intervenção estatal prioritária da região central em detrimento da periferia” (CASTRO, 2016, p. 103).

No modelo regional que recortava a cidade em 16 distritos, vimos, ainda, um maior número de regiões, sobretudo, na parte Sul da cidade, quando comparado com a primeira regionalização que tinha apenas três distritos. Essa maior divisão do espaço está relacionada à expansão urbana da cidade e conseqüentemente ao crescimento demográfico da capital, que se direcionava para a porção Norte e Sul da capital piauiense.

O crescimento urbano de Teresina e os recortes espaciais mais recentes

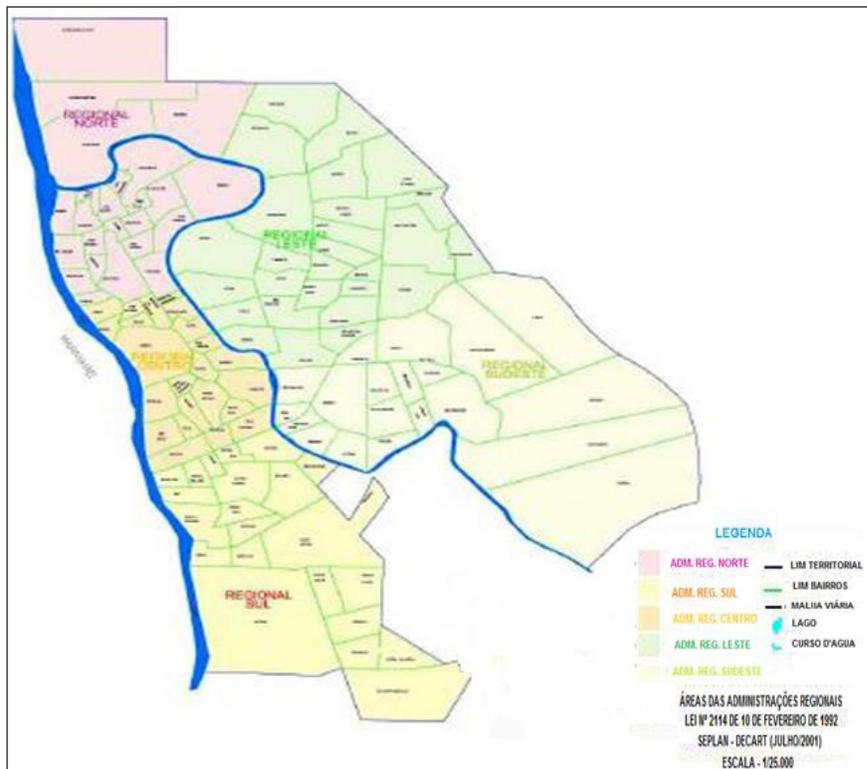
No século XX, especialmente na segunda metade, o processo de urbanização e crescimento populacional da cidade foram intensificados, exigindo, do poder público municipal, ações e políticas públicas voltadas para solucionar os dilemas e problemas urbanos que se espalhavam pelas regiões da cidade.

Façanha (2003) caracteriza muito bem esse período, ao informar que, na década de 1970, Teresina possuía uma população total de 220.487 habitantes, com uma taxa de urbanização de 82,11%, na década seguinte, a cidade somava, ao todo, uma população de 377.174 habitantes, com uma taxa de urbanização equivalente a 89,74%. Na década de 1990, o município chegou a um montante de aproximadamente 598.323 habitantes, sendo que a população urbana chegava a 92,92%. Isso mostra o crescimento urbano e demográfico da cidade, e, paralelamente a esse crescimento, surgiu à necessidade, por parte do poder público, de buscar alternativas para equipar a cidade de infraestrutura básica, como: iluminação,

água encanada, pavimentação das ruas e avenidas, melhoramento no sistema de transporte urbano, entre outras demandas.

Dentro desse contexto, na década de 1990, a Prefeitura, por meio da aprovação da “Lei Orgânica do Município” propôs mais um modelo de regionalização para a cidade, procurando organizá-la com base na descentralização administrativa. De acordo com os artigos 130 e 131 da Lei nº 2.114 de 1992, a cidade foi regionalizada em cinco regiões administrativas (Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste), conforme (Figura 4).

Figura 4 – Regionalização de Teresina (1992)



Fonte: Castro (2016).

Observamos que a terminologia usada nesse modelo regional é “região” e não “zona”, como se constata expressamente na referida lei, no art. 130.

Art. 130. O Município, para fins administrativos, dividir-se-á:

I – Dentro do perímetro urbano, em Administrações Regionais;

II – Fora do perímetro urbano, em Regiões Administrativas Rurais.

§ 1º As Administrações Regionais serão criadas e organizadas por lei específica, pelo agrupamento de bairros contíguos, respeitando-lhes os limites.

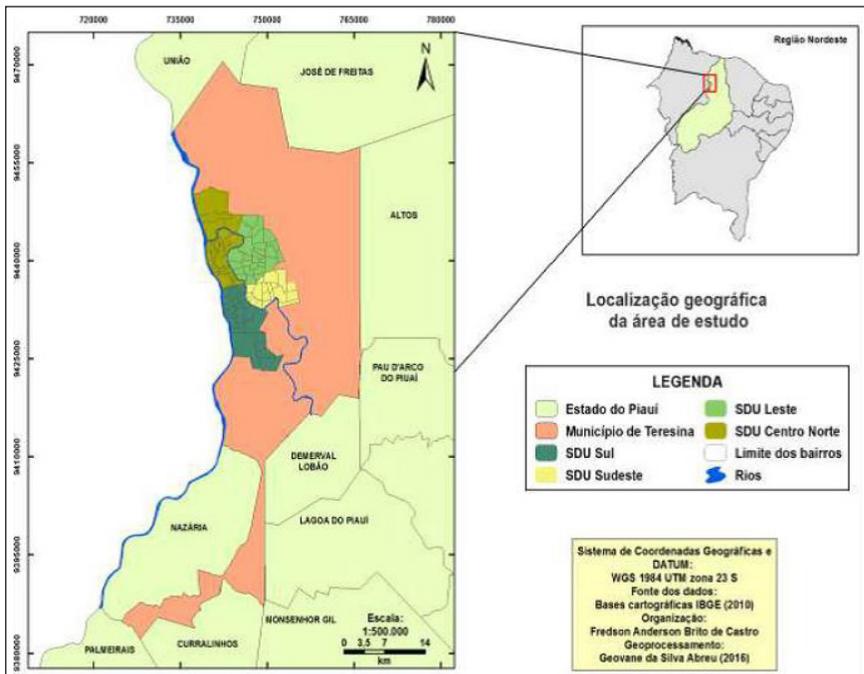
§ 2º As regiões Administrativas Rurais serão criadas e organizadas por lei específica, nas quais serão fixados os seus limites.

Essa ideia de o poder público municipal criar regiões administrativas e descentralizar a gestão da cidade é apontada por Castro (2016, p. 84) quando ele pontua que “[...] a criação do cargo de administrador regional para cada respectiva região indica a clara intenção de o legislador promover recortes espaciais, visando à descentralização administrativa”. Sendo assim, o autor ainda salienta que “as administrações regionais objetivam melhor distribuir os serviços no território da cidade, possibilitando a descentralização gradativa do serviço público municipal” (CASTRO, 2016, p. 187).

Portanto, se torna evidente, com essa proposta de regionalização, estabelecida pela “Lei Orgânica do Município de Teresina” e ratificada pela “Lei nº 2.113 de 10 de fevereiro de 1992”, a intenção clara da gestão municipal em descentralizar a cidade a partir dessa configuração espacial em cinco regiões. Deste modo, percebemos a importância da regionalização para o planejamento e gestão da cidade.

Em 2000, a gestão municipal de Teresina, buscando fortalecer a política de descentralização administrativa, propôs mais um modelo regional. Essa proposta, através da Lei nº 2.960 de 26 de dezembro de 2000, criou quatro Superintendências de Desenvolvimento Urbano, as “SDU’s”: Centro-Norte, Leste, Sudeste e Sul (Figura 5).

Figura 5 – Mapa da Regionalização das (SDU's)



Fonte: IBGE (2010); Geoprocessamento: Geovane da Silva Abreu. Organização: Fredson Anderson Brito de Castro (2016).

Segundo Façanha (2003, p. 11), essas SDU's tinham como objetivo “executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de Engenharia, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, observando um plano urbano municipal”.

Do ponto de vista da autonomia das superintendências, Castro (2016) faz uma crítica, em relação às limitações administrativas das SDU's. Para o autor, elas foram criadas com o objetivo principal de executar de forma descentralizada as políticas públicas urbanas, caracterizando-se como órgãos executores, fiscalizadores e controladores de obras e serviços urbanos. Sendo assim, “as regionalizações das SDU's, visam promover a descentralização de parte da estrutura administrativa, mas não tem o poder decisório” (CASTRO, 2016, p. 194).

Outra crítica apontada pelo referido autor está relacionada à dimensão espacial e populacional abrangidas pelas SDU's.

Enquanto em quase todas as cidades pesquisadas há uma tendência de fracionar os recortes espaciais, diminuindo o seu tamanho e população, visando promover maior eficiência da gestão e do planejamento territorial bem como melhorar a resolutividade do atendimento das demandas da coletividade, conseqüentemente facilitando o acesso da sociedade às instâncias de poder, em Teresina as quatro (SDU's) propostas, abarcam imensas áreas, cada uma com uma enorme população, o que certamente compromete a eficiência da administração e do planejamento bem como a descentralização e democratização da gestão tão propagada (CASTRO, 2016, p. 195).

Na concepção de Façanha (2003), sobre a evolução urbana de Teresina, há um dado interessante, em 1988, com a criação do II PET, a cidade ficou regionalizada em cinco regiões: Centro, Leste, Sudeste, Norte e Sul. Para tanto, criar quatro regiões e suas respectivas superintendências significou seguir na contramão do desenvolvimento urbano da cidade, uma vez que “[...] deveria haver uma regionalização mais ampla, criando as secretarias regionais ou sub-prefeituras em razão do intenso processo de expansão da cidade ocorrido na década de 1990” (FAÇANHA, 2003, p. 11).

Nesse contexto do processo de regionalização e organização espacial de Teresina, a criação do zoneamento urbano da cidade, no ano de 2006, através da Lei Municipal Complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006, ganhou destaque. Por isso, convém observarmos o zoneamento de Teresina, que tem como objetivo ordenar as formas de uso e ocupação do solo urbano da cidade, conforme art. 1º da referida lei.

Art. 1º Esta Lei Complementar define a organização do espaço urbano de Teresina, tendo em vista os seguintes objetivos:

I – Orientar a utilização do solo quanto ao uso, quanto à distribuição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas.

II – Promover uma estruturação urbana, visando melhorar a distribuição e a articulação dos polos de dinamização.

III – Preservar os elementos naturais da paisagem urbana e os sítios de valor histórico e cultural.

Segundo Lima (2010), para efeito de uso e ocupação do solo de Teresina, a cidade foi dividida em sete zonas: zonas residenciais, zonas comerciais, zonas de serviços, zonas industriais, zonas especiais, zonas de preservação ambiental e zonas de especial interesse social.

Castro (2016) observa o uso da terminologia “zonas” nessa divisão. Para o autor, essas zonas formam recortes espaciais delimitados, que se dispõem a cumprir funções específicas quanto ao uso e ocupação do solo urbano. Ele explica ainda que existe uma diferença dessa proposta em relação às outras duas divisões regionais, uma vez que tanto o modelo regional de 1992, quanto à regionalização das SDU’s usavam a terminologia “regiões” ao recortarem a cidade, e tinham caráter de descentralização administrativa. Deste modo, na visão do autor, é importante observar o uso dessas terminologias “zonas” e “região”, que, de forma geral, são usadas, muitas vezes, de maneira inadequada pela população em geral, e até por gestores municipais.

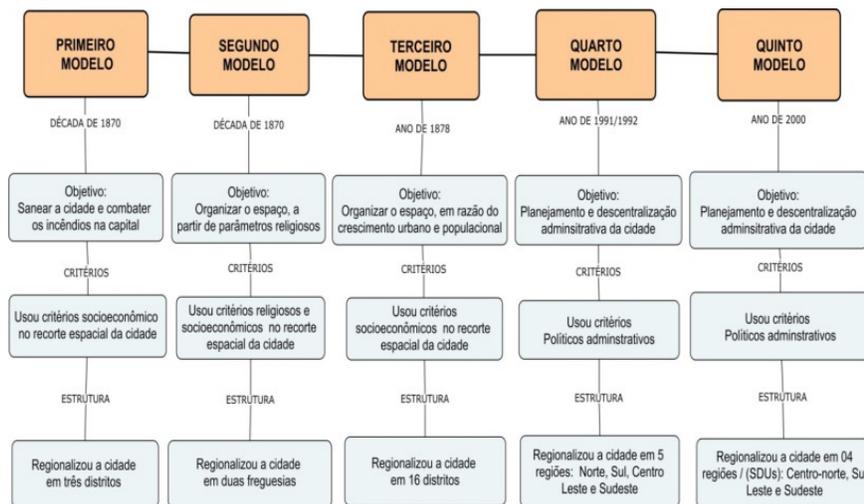
Dentro desse debate, Castro explana que “[...] quando nos referimos à “Zona” Leste ou a “Zona” Sul em Teresina, na verdade estamos falando em “regiões” administrativas, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista conceitual” (2014, p. 84).

Com base na observação valiosa do autor, entendemos que é muito comum em Teresina o uso desses termos de forma equivocada pela população em geral. No entanto, empresas, órgãos públicos e a imprensa também fazem uso ambíguo desses conceitos, que, para Castro (2011), precisam ser melhor compreendidos no contexto da organização espacial de Teresina.

Averiguamos então, diante do processo de regionalização intraurbana de Teresina, que ele esteve sempre alinhado ao planejamento urbano da cidade, desde os primeiros recortes até os modelos regionais desenvolvidos no final do século XX. Por conseguinte, esses recortes espaciais da cidade não se deram de forma aleatória, seguiram uma lógica e critérios preestabelecidos, como podemos

observar na Figura 6 que traz uma síntese dos modelos regionais implantados na cidade.

Figura 6 – Síntese da regionalização em Teresina



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Castro (2016), Façanha (2003) e Rodrigues (2015).

A partir da leitura da Figura 6, notamos que cada modelo regional tinha como principal finalidade, o planejando e a organização socioespacial de Teresina. Nesse sentido, é importante salientar que os dois últimos modelos usaram critérios semelhantes para dividir a cidade em regiões, isso se justifica, entre outras razões, pelo fato de eles se delinarem dentro de uma perspectiva política e administrativa da Prefeitura Municipal de Teresina, que procurou descentralizar a Gestão Municipal da cidade.

Conclusão

A cidade de Teresina não foi construída de forma aleatória, ela foi uma cidade planejada desde o início de sua fundação. Isto denota que o planejamento urbano foi uma ferramenta importante na história da cidade, uma vez que, Teresina foi primeira capital do Brasil a ser planejada, em 1852. Dentro desse contexto, onde o planejamento

urbano regional se encontra imbricado no processo de gestão urbana da cidade, Teresina passou por vários processos de regionalização, delineados a partir de objetivos e critérios preestabelecidos.

Nos três primeiros modelos regionais, o caráter e o peso socioeconômico na organização do espaço, se torna relevante, uma vez que era possível presenciar a relação dicotômica centro/periferia na organização espacial da cidade, destacando a região central como *locus* da elite socioeconômica, equipado como a melhor infraestrutura da cidade. Na periferia, estavam os espaços periféricos carentes de uma infraestrutura básica e habitados por famílias pobres.

Na segunda metade do século XX, tendo em vista o crescimento urbano e populacional da cidade, notou-se um esforço da Prefeitura de Teresina em regionalizar a cidade com o objetivo de descentralizar a gestão administrativa municipal. Nesse sentido, através da Lei nº 2.114 de 1992, a cidade foi regionalizada em cinco regiões administrativas (Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste) e em 2000, a gestão municipal de Teresina sugeriu mais um modelo regional, vigente até o momento. Esse novo modelo proposto pela Lei nº 2.960 de 26 de dezembro de 2000, criou quatro Superintendências de Desenvolvimento Urbano, as “SDU’s”: Centro-Norte, Leste, Sudeste e Sul, alterando os recortes espaciais da cidade, criados pela Lei nº 2.114 de 1992, na medida em que aglutinou na região Centro-Norte a “região Centro” e a “região Norte”, da regionalização anterior.

Diante desse novo contexto regional, a gestão municipal precisou refletir sobre o último modelo de regionalização administrativa que dividia a cidade em quatro regiões, tendo em vista que a população urbana da cidade continuaria crescendo, novos loteamentos, condomínios, residências, entre outros estariam sempre surgindo, e o processo de regionalização precisaria estar alinhado com tais mudanças, precisaria enfim, acompanhar esse processo. Logo, foi imprescindível pensar em uma regionalização que recortasse a cidade em espaços menores, criando, dessa forma, mais regionais administrativas ou mais subprefeituras, não optando pela redução do número de regionais, como se viu, no último modelo posto em prática, no ano de 2000.

É importante mencionar ainda que os quatro primeiros planos de Teresina, principais ferramentas norteadoras do planejamento urbano, não contemplaram nas suas diretrizes, o debate sobre o processo de regionalização da cidade. Nesse cenário, os impasses socioespaciais entre a cidade real e a cidade regionalizada, pode ser um reflexo da desarticulação entre os modelos regionais propostos e os planos diretores da cidade. Por fim, em virtude da delimitação do texto, destacamos a importância de investigarmos em que níveis ocorrem à discussão sobre o processo de regionalização da cidade, a partir da Agenda 2015 e 2030.

Referências

BRAZ E SILVA, Â. M. N. **Entre rios: a modernização e o crescimento da cidade de Teresina (1889-1940)**. 2011. 425 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

CARLOS, A. F. C. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A. F. C. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, F. A. B. **Regionalização, planejamento e gestão urbana em Teresina (PI): a cidade planejada e a cidade real**. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

COUTO, G. S. O local e o regional: experiências de planejamento e a intervenção dos atores. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás (Brasil), v. 29, n. 1, p. 151-162, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/7303>. Acesso em: 08 fev. 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, R. H. da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... *In: Carta CEPRO*, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun., 2003.

FAÇANHA, A. C. **Desmitificando a Geografia: espaço, tempo e imagem**. Teresina: EDUFPI, 2004.

FAÇANHA, A. C. Notas do estado brasileiro, do planejamento e da questão regional. **Geografia Publicações Avulsas**, Teresina, n. 23, p. 1-20, 2008.

FAÇANHA, A. C.; VIANA, B. A. da S. Planejamento e gestão urbana em Teresina (PI): notas da Agenda 2015 como plano diretor. **Revista Equador**, UFPI, v. 1, n. 1, p. 60-78, jun./dez., 2012.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LIMA, G. P. Regionalização do Piauí: estudos cronológicos. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 4, n. 2, p. 1-8, 1977.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, 1995.

NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. M. de (org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

REBÊLO, E. M. de C. G. A urbanização no Piauí. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 99-114, jan./jun., 2000.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. *et al.* **Brasil, século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

RODRIGUES, R. da S.; VELOSO FILHO, F. de A. Planejamento Urbano em Teresina. **Revista Equador**, UFPI, v. 5, n. 3 (edição especial 2), p. 340-359, 2016. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SANTOS, F. de A. **Configuração territorial do Piauí: a base mineral**. In: FAÇANHA, A. C.; CUNHA, M. A. (org.). **Piauí, desenvolvimento territorial e escala de abordagem**. Teresina: EDUFPI, 2016.

SANTOS, L. Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)**. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

SILVA, S. de S.; FAÇANHA, A. C. Planejamento urbano em Teresina (PI): apontamentos para um debate. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças (MT), v. 5, n. 2, p. 50-68, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/view/142>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TALASKA, A. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 201-215, mar.,

2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16437>. Acesso em: 7 fev. 2017.

Prefeitura Municipal de. **Lei Orgânica do município de Teresina**. Capítulo VIII da Divisão Administrativa do Município. Teresina, PI, 1991. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 17 fev. 2017.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Lei nº 2.114 de 10 de fevereiro de 1992. Altera as delimitações das Administrações Regionais de Teresina. **Diário Oficial do Município**, Teresina, PI, 1992. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 15 dez. 2014.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Lei nº 2.960 de 26 de dezembro de 2000. Cria as Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Centro-Norte, Leste-Sudeste e Sul – SDUs e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Teresina, PI, 2000. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 15 dez. 2014.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Lei complementar nº 3.560 de 20 de outubro de 2006. Define as diretrizes para o uso do solo urbano do município e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Teresina, PI, 2006. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 15 dez. 2014.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Prefeitura Municipal. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**, 1969.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Plano Estrutural de Teresina**, 1977.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **II Plano Estrutural de Teresina**, 1988.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina: Agenda 2015**. Plano de Desenvolvimento Sustentável. Teresina, 2002.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/SEMPLAN. **Planos diretores**. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 2002. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/planos-diretores-3>. Acesso em: 12 out. 2015.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Agenda 2030. **Teresina 2000 a 2010: diagnósticos – avanços – desafios**. Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina. Prefeitura de Teresina, 2013.

AGENTES, PROCESSOS E AS FORMAS ESPACIAIS RECENTES NA EXPANSÃO URBANA DA ZONA NORTE DE TERESINA

Poliana Santos Ferraz de Oliveira

O espaço urbano, produzido na atuação de diversos agentes sociais a partir de processos específicos que modificam a dinâmica socioespacial da cidade, se reconfigura no decorrer da urbanização. As redistribuições espaciais promovidas por tais agentes produtores do espaço urbano imprimem um ritmo de crescimento às cidades, alimentado por um contínuo processo de expansão urbana, que abre as periferias das cidades para a urbanização, e redefine o uso desses espaços, alterando assim, suas formas e dinâmicas. Essas áreas passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e à circulação de capitais, transformando-os em espaços úteis na aceleração de atividades que atuam intensivamente na produção do espaço, tornando-se elementos centrais para a compreensão do crescimento urbano nas cidades contemporâneas.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a expansão urbana da Zona Norte de Teresina à luz dos agentes produtores, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas e às recentes tendências espaciais. A partir disso foi estabelecido como objetivo do presente estudo discutir os agentes, processos e as formas espaciais recentes da Zona Norte de Teresina, contemplando uma interpretação a respeito das suas tendências espaciais. A proposta partiu de uma preocupação

com a expansão urbana, pensada com base na dinâmica de expansão das atividades comerciais para áreas periféricas e da produção e ocupação de vazios urbanos na Zona Norte de Teresina.

Assim, a partir das discussões propostas, a pesquisa, sustentada com o método de interpretação dialético, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que comportou a aplicação de entrevistas com lideranças comunitárias. O recorte espacial estabelecido dedicou-se à análise de três espaços da referida zona, a saber: Bairro Mocambinho, Bairro Parque Wall Ferraz e Residencial Jacinta Andrade. Quanto ao recorte temporal, consideramos o período que contempla os anos de 1982, 1997 e 2010, marcos temporais da inauguração dos três bairros estudados, e que permitiram a contextualização e a compreensão da origem e evolução das formas socioespaciais em discussão.

A produção do espaço urbano e seus agentes produtores

A produção do espaço urbano reflete o movimento de um processo complexo e dinâmico. Essa produção sempre envolve a dinamização da cidade como uma aglomeração de diversas ações dos agentes que produzem e consomem esse espaço.

Através dessa reflexão é perceptível toda a dinamização atuante, e por meio dela, também podemos compreender a sistematização desses agentes sociais que se apresentam dotados de estratégias e interesses para a produção do espaço. Dentre eles, destacam-se os promotores imobiliários, dos quais, Corrêa (2000, p. 20) denomina como o “[...] conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações, incorporações, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro”.

Ao longo da história, a produção do espaço enquanto processo, desenvolveu na sociedade a reflexão sobre o desenvolvimento do Capitalismo, para que a dinamização fosse percebida através de suas ações, atitudes ou reproduções de mercadoria. Compreender

isso é dar lugar a uma valorização do espaço que aos poucos vai redefinindo a sociedade através de toda a transformação imposta pela produção e dinamização do espaço, que não para. Segundo Corrêa (2012, p. 43), a produção do espaço urbano, diante dos mútuos processos estabelecidos

[...] firma-se como resultado da atuação dos agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Desse modo, emergindo como uma das características do espaço urbano, a fragmentação é caracterizada pela justaposição de diferentes paisagens, dinâmicas e formas de uso da terra, originando assim, um abundante mosaico urbano.

Gottdiener (2010, p. 133) explica que o espaço “recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las”. Para o autor em epígrafe, o espaço “tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo”. Nessa compreensão, o espaço é visto, então, ao mesmo tempo, como “objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reprodutor de objetos materiais e relações sociais”.

Dessa maneira, podemos estabelecer a compreensão, segundo Lefebvre (2008), de que o espaço é um produto social, resultado de uma produção que é estabelecida por uma reprodução das relações sociais. A compreensão do espaço vai além do que se tem de concreto. Lefebvre (2008 *apud* COSTA, 2012) destaca a produção do espaço, e não deste ou daquele objeto, desta ou daquela coisa, o espaço é deslocado, isto é, das coisas no espaço para a própria produção do espaço, vinculando-a à reprodução das relações sociais de produção.

O espaço aparece sendo produzido, e isso se torna contínuo, resultando nas relações sociais estabelecidas durante esse processo. Essa produção do espaço se dá através das ações que o mantém dentro do mesmo, ou seja, a reprodução das relações de produção não se restringe apenas à questão econômica, considerando que toda sociedade reproduz e produz seu próprio espaço.

Partindo dessa reflexão, entendemos que, como afirma Lefebvre (2012), o espaço é pensado em três dimensões: o percebido, o concebido e o vivido. Acerca desta concepção, Carlos (2012, p. 150) destaca que:

O espaço percebido (*L'espace perçu*) é o espaço empírico, material, que remete à experiência direta, prático-sensível. O espaço concebido (*L'espace conçu*) refere-se às representações do espaço, ao espaço planejado (da tecnocracia, dos urbanistas, por exemplo). É o espaço preparado e que no seio do modo de produção capitalista serve, na maioria das vezes, à acumulação. Por sua vez, o espaço vivido (*L'espace vécu*) é o espaço da prática cotidiana, espaço das diferenças e das possibilidades.

A produção do espaço precisa ser pensada no âmbito econômico através das relações sociais e podem levar como base, as três dimensões propostas por Lefebvre (2012). O modo de produção se relaciona ao ponto de formar novas representações no espaço alicerçadas na dinâmica do capital.

O entendimento sobre o processo de produção do espaço e seus agentes produtores permitirá a compreensão dos processos espaciais que ocorrem no espaço urbano ao longo do tempo. Com base nessa reflexão é necessário compreendermos essa valorização do espaço e sua expansão atual, em toda a malha urbana, com o intuito de repensar tal transformação a partir da análise dos agentes e processos que induzem a dispersão na Zona Norte de Teresina.

A análise aqui proposta tem como pressuposto teórico, que o espaço urbano, como fragmento do espaço geográfico, possui natureza social. Santos (1979) procura definir o espaço como reprodução total da sociedade, como matéria trabalhada. Para o autor em destaque:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 1979, p. 18).

Neste sentido, ao mesmo tempo em que o espaço figura como produto social, aparece também como produtor de relações sociais que variam no tempo para sua formação socioespacial capitalista. Portanto, o espaço urbano, no âmbito da cidade capitalista é produzido, imbuído de uma série de desigualdades que estão atreladas à produção, à circulação e ao consumo, configurando-se como um produto social resultante de ações de agentes sociais concretos (CORRÊA, 2000).

A caracterização do espaço urbano pode ser analisada com fundamento em diversos aspectos, como o social, cultural e econômico. Para isso, é preciso compreender os elementos que caracterizam esse espaço através de conceitos e características específicas ligadas à cidade, além de toda mobilização da produção econômica, que move a circulação de capital, particularidade da cidade contemporânea.

Merecem destaque, os intensos processos de organização social que se fazem presentes no espaço urbano, e que nos possibilitam a certeza dessa produção por meio das relações sociais. Corrêa (2000, p. 9) apresenta esse espaço urbano como algo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Para o autor, o espaço corresponde à “própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”.

Os estudos sobre a cidade permitem-nos construir um leque de abordagens sobre o espaço urbano, incluindo sua dinâmica de produção e reprodução social, processo complexo e atrativo, como exposto acima. Embora o espaço urbano seja hoje, marca peremptória das relações de produção capitalistas, a cidade teve sua origem anterior à existência desse modo de produção. Sposito (2008, p. 11) menciona que “a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”.

Sua origem remete à sedentarização dos grupos humanos, processo desenvolvido paulatinamente no período paleolítico. A partir de então, criamos um vínculo cada vez maior com o lugar

onde habitamos, abandonando, dessa maneira, a condição de nômades. A domesticação de animais e plantas foram passos fundamentais para a consolidação de agrupamentos humanos que se tornaram a germinação da semente da origem das cidades. Sposito (2008, p. 12) comenta que:

Se a semente fora lançada durante o paleolítico, é efetivamente no período seguinte, mesolítico, que se realiza a primeira condição necessária para o surgimento das cidades: a existência de um melhor suprimento de alimentos através da domesticação dos animais, e da prática de se reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas. Isto se deu há cerca de 15 mil anos e todo esse processo foi muito lento, porque somente três ou quatro mil anos mais tarde essas práticas se sistematizaram, através do plantio e da domesticação de outras plantas com sementes, e da criação de animais em rebanhos.

Dessa forma, entendemos, conforme explica o autor em epígrafe, o potencial de produção da cidade e absorvemos uma característica inerente a ela: o poder de atração. A cidade é uma construção humana, forma materializada a partir do conteúdo urbano produzido por relações sociais específicas. Em outras palavras, podemos dizer, concordando com Lencioni (2008), que a cidade é objeto e o urbano, fenômeno. A cidade, dessa forma, “considerada como uma realização humana, [...] sempre está em processo de construção, isto é, está sendo criada e recriada a todo o momento” (PEREIRA; PAULA, 2010, p. 3).

Este, contudo, é apenas um dos entendimentos a respeito da cidade e do urbano. Souza (2009, p. 2) destaca que, nos trabalhos de análise sobre estes conceitos, “nota-se, na atualidade, a utilização de diversas orientações teóricas e metodológicas”, tendo forte influência, as teorias vinculadas ao pensamento de Henri Lefebvre, sobretudo, as suas obras mais dedicadas diretamente à cidade e ao urbano, quais sejam: “O Direito à Cidade” e “A Revolução Urbana” (LEFEBVRE, 1999; 2001).

Com base nos referenciais lefebvreanos, Carlos (1994, p. 50) apresenta a cidade como sendo, “antes de mais nada, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o cons-

truído (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o não construído (o natural)”. Dessa maneira, a cidade se apresenta como produto histórico de relações sociais específicas e se constitui como um dos elementos mais instigantes das interações da sociedade e uma das mais destacadas realizações humanas.

Gottdiener (2010, p. 127), apresentando a perspectiva da produção do espaço de Lefebvre, concebe o espaço da seguinte forma:

[...] É uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo, uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nestes eventos (a função da ordem social).

Neste sentido, à medida que o espaço aparece em Lefebvre como algo que ultrapassa a condição de receptáculo, de palco onde as coisas acontecem, a compreensão do espaço urbano, a partir dessa orientação teórica, seguirá esta perspectiva, aparecendo não apenas como espaço de distribuição de materialidades específicas, mas como locus das possibilidades do encontro, das relações sociais e da transformação.

Sorbazo (2010, p. 58), amparado nas ideias de Lefebvre, afirma que “o urbano corresponde à morfologia social, a uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. Conforme o citado autor, a urbanização não consiste simplesmente na edificação completa do mundo ou no desaparecimento do campo ou das atividades agrícolas, fazendo referência, na verdade, ao processo de construção da sociedade urbana. A esse respeito, Lefebvre (2008, p. 26) completa que:

O urbano (abreviação de ‘sociedade urbana’) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo,

isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível [...].

Lefebvre (2008) evidencia, dessa maneira, não apenas a forma, mas o conteúdo das relações sociais, sendo este conteúdo o qualificador do urbano. Embora tal ponto de vista tenha considerável repercussão no âmbito das abordagens sobre o urbano, ainda persistem as perspectivas concentradas na forma (no espaço construído, nos objetos), e que apresentam a urbanização quase sempre restrita aos números de população e sua concentração no espaço das cidades em detrimento do campo.

A cidade, embora também pensada em grande medida no âmbito da Geografia, como produto histórico – indissociável do processo de urbanização –, aparece, em muitos casos, restrita a uma concepção limitada à materialidade, à presença de determinados objetos e vinculada a atividades de transformação industrial, ao comércio e aos serviços.

Na acepção de Corrêa (2000), os agentes sociais são capazes de fazer e refazer a cidade. Com isso, o autor descreve os seguintes agentes produtores deste espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção caracterizam-se por serem os maiores detentores do espaço da cidade, pois agem com o apoio do Estado, buscando sempre localizações favoráveis aos requisitos locacionais dos seus empreendimentos. Estes, ficam reservados aos espaços providos de maior infraestrutura na cidade, tida para eles, como um bem material submetido às suas políticas de controle do espaço, transformado em mercadoria e, desta forma, interferem diretamente nos padrões de uso e organização deste espaço da cidade. Nesse sentido, Carlos (2007, p. 27) destaca que:

A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana, inicialmente revelada no ato de

morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano.

Os proprietários fundiários atuam em busca da renda da terra e da alta valorização de seus espaços, na procura do lucro, por meio de estratégias de loteamento e em busca da especulação fundiária. Para Corrêa (2000), os proprietários fundiários sempre agem com a intenção de obter a maior renda possível de suas propriedades. Para eles, é necessário que estas propriedades gerem um alto lucro e que destaquem o uso do solo urbano no aspecto residencial, preferencialmente, o de status. Há ainda o interesse na conversão da terra rural em terra urbana, uma vez que o espaço urbano é mais valorizado que o rural, o que demonstra que os proprietários fundiários têm seus interesses voltados para o valor de troca da terra e não para o seu valor de uso.

Os promotores imobiliários atuam seletivamente e contribuem diretamente para a segregação espacial na cidade através do controle do mercado imobiliário, que é onde se dá a comercialização do loteamento do espaço, mediante a produção de habitações e monitoramento da demanda habitacional. O Estado se caracteriza principalmente por ser um agente regulador do uso do solo. Ele normatiza o uso deste espaço através de um zoneamento seguido de leis e planos que são responsáveis pelo direcionamento dos investimentos públicos neste espaço. Nessa perspectiva, Carlos (2007, p. 87) propõe que:

Também o poder político do Estado se exerce através do espaço enquanto dominação política e, neste sentido, ele se reproduz interferindo constantemente na reprodução do espaço. É assim que se normatiza o uso do espaço, bem como se produzem planos diretores, e que se direciona e hierarquiza o investimento na cidade.

Mas, ao mesmo tempo em que regula, o Estado também produz este espaço, por vezes agindo de acordo com interesses dos proprietários dos meios de produção e dos promotores imobiliários e, desta forma, acaba contribuindo para a hierarquização do mesmo, mantendo o caráter contraditório e fortalecendo as desigualdades socioespaciais da cidade. Principalmente, quando age em benefício

dos grandes proprietários de terra com o favorecimento dos equipamentos urbanos, concentrados em determinadas áreas, como a pavimentação de ruas, fornecimento de água e energia elétrica entre outros itens que valorizam o espaço. Assim sendo, Corrêa (2000, p. 35) enfatiza que:

Por ter a sua ação vinculada, sobretudo, às necessidades de acumulação do capital e à conseqüente reprodução social, o Estado age espacialmente de modo desigual, à semelhança da grande corporação. Beneficia certas frações do capital: faz-se presente através de empreiteiras, algumas delas transformadas em grandes empresas. A abertura de estradas, o seu asfaltamento, a cobrança e a transferência espacialmente desigual de impostos, as leis de uso do solo geradoras do zoneamento urbano, são, entre outros exemplos, o modo de o Estado capitalista interferir.

Por fim, destacamos os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais compostos pela população de menor poder aquisitivo da sociedade, que ocupam, resistem e reivindicam o direito à cidade frente às desigualdades sociais, concentração de renda e a indiferença do poder público, diante do jogo de interesses que se revela na produção do espaço da cidade. No entendimento de Corrêa (2000, p. 44):

Os movimentos sociais urbanos têm como origem as contradições específicas da problemática urbana, que são, de um lado, aquelas entre as necessidades coletivas de equipamentos, como habitação, transporte, saúde e cultura, e, ainda pensando em espaço, as contradições aparecem não apenas no suporte da habitação, mas também na localização relativa face ao mercado de trabalho, e, de outro lado, a lógica capitalista, que torna pouco rentável a produção destes equipamentos pelo capital privado. A contradição entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o coletivo de gestão é, por sua vez, dificultada pela natureza privada e pulverizada dos agentes econômicos, cujos interesses não se referem a todo o conjunto do espaço urbano.

Todos estes agentes atuam na organização espacial da cidade e estão envolvidos diretamente no processo de uso e ocupação do solo urbano. Sendo assim, estudar a cidade, enquanto espaço onde se expressam profundas contradições sociais, locus da sociabiliza-

ção de maior parte da população do planeta e onde se evidencia a maioria dos problemas sociais e ambientais contemporâneos, se mostra cada vez mais necessário, no sentido de formar sujeitos ativos na transformação do mundo e na construção de soluções futuras para essas problemáticas.

Agentes, processos e formas espaciais da Zona Norte de Teresina e suas transformações atuais

A expansão urbana de Teresina está relacionada a uma série de fatores de ordem histórica e econômica, ligados diretamente à dinâmica de capital, que são fundamentais para justificar e explicar o desenvolvimento e o seu crescimento a partir da produção dos conjuntos habitacionais. A Zona Norte da cidade, historicamente, passou a ser mais contemplada com a construção de unidades habitacionais só na década de 1980, fato marcante no processo histórico da cidade.

Embora a real intenção seja compreender a ação dos agentes produtores, estes são capazes de fazer uma vasta leitura de toda a área, sobretudo, das formas espaciais da área de estudo. Como já visto, o processo de descentralização se mostrou forte desde a década de 1980, época em que o comércio motivou essa aceleração, proporcionando valorizações de novos espaços da cidade e intensificando a expansão urbana.

Por sua vez, podemos destacar como elementar para o crescimento da Zona Norte de Teresina, a atuação direta desses agentes, com o surgimento de favelas, vilas e bairros que contribuíram fortemente para o crescimento da cidade, através da descentralização comercial e assumindo novas estratégias nesses novos espaços. Façanha (2003, p. 5) explica que:

Uma questão a destacar é em relação aos polos de serviço institucional, que são importantes para o entendimento da dinâmica espacial da cidade. O papel econômico das instituições federais, estaduais e municipais é expressivo, devido ao grande peso do setor administrativo na economia da cidade, além de serem grandes consumidoras de espaços, a exemplo da EMBRAPA e do Aeroporto de Teresina, na Zona Norte.

Hoje, sabemos, que a partir da expansão dessas atividades para outras áreas, o crescimento da cidade foi impulsionado pela produção de novas centralidades. Espaços antes periféricos, recentemente tornaram-se dinâmicos, apresentando-se como novas centralidades urbanas na cidade de Teresina, como é o caso dos bairros Dirceu, Parque Piauí e Mocambinho, e suas áreas de entorno imediato.

Esses bairros, aqui elencados como exemplos, representam o fortalecimento da atividade comercial em áreas periféricas de Teresina, não apenas em uma periferia do ponto de vista mais geométrico em relação ao tecido urbano desta capital, mas entendendo-se a periferia, consoante a Deák e Schiffer (2010, p. 253), como um local habitado por pobres, socialmente segregado e onde o preço da terra é baixo, mas ao mesmo tempo, como “um local mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital”, como se observa na Figura 1.

Figura 1 – Fotografia de áreas de ação do agente identificado como grupos excluídos



Fonte: Oliveira (2018).

Nessa dinâmica, a periferia passa a figurar como espaço propício para a expansão dos mercados, desencadeando assim, algumas reestruturações nesses bairros periféricos com a expansão de atividades terciárias, como o comércio. Os setores secundários e terciários criaram, na cidade, verdadeiras cadeias de lojas e de empresas que estão localizadas tanto na área central quanto nos bairros periféricos, conseguindo, deste modo, proporcionar a reprodução de capital para as áreas de atendimentos, independentemente de sua distância, viabilizando apenas suas inter-relações.

A expansão de segmentos do setor terciário em Teresina se deu inicialmente, nos primeiros anos da década de 1970, com destaque no eixo de concessionárias, concentrando-se por quase toda a Zona Sul da cidade. Os eixos em relevo, que se concentraram na Zona Norte de Teresina, foram diferentes, e estabeleceram a concentração de novos pequenos comércios que começaram a se instalar nessas áreas consideradas distantes da área central. Esse processo se intensificou ainda mais no interior dos conjuntos habitacionais, espaços já dotados de certa infraestrutura e com concentração elevada de população, agora considerada como mercado em potencial.

O Mocambinho, em vista ao que foi exposto, se enquadra nessa característica de crescimento em razão do seu setor terciário, que é um fator importantíssimo para o destaque do bairro, atualmente. Embora parte dos moradores desfrute de seus serviços, existe uma parcela que não os utiliza, preferindo o deslocamento para a utilização do mesmo serviço em outras áreas.

O bairro atualmente conta com duas principais avenidas que concentram as atividades comerciais básicas, a saber: Avenida Jornalista Josípio Lustosa e Avenida Prefeito Freitas Neto. Na Figura 2, observamos diversos empreendimentos comerciais de pequeno, médio e grande porte concentrados nessas avenidas, assim como é marcante a presença de vendedores ambulantes.

Figura 2 – Fotografia das atividades comerciais na Av. Jornalista Josípío Lustosa, Teresina, Piauí



A: Concentração de empreendimentos comerciais de diferentes portes. B: Presença de comércio ambulante. Fonte: Oliveira (2018).

Através do contexto da compreensão dos agentes produtores, detectamos o crescimento do bairro diretamente ligado pela atuação desses agentes na área, embora aconteça de alguns agentes tornarem-se imperceptíveis, o avanço do comércio e o sucesso dos empreendimentos aparecem assim como motivadores para a fixação de outras empresas dentro do Mocambinho, mesmo na condição de um bairro periférico.

Podemos perceber esses agentes produtores agindo diretamente na dinâmica do bairro Mocambinho. Suas atuações refletem na construção do bairro pela movimentação de capital nessa área. O desenvolvimento do comércio no bairro permitiu que os moradores tivessem hoje, um acesso mais fácil e flexível a uma variedade de estabelecimentos comerciais, que começaram a se estabelecer nessas novas áreas, transportando-se do centro tradicional da cidade, evitando com isso, a necessidade do deslocamento das pessoas até o mesmo.

Tais dinâmicas comerciais indicam um fortalecimento da economia no Mocambinho, uma vez que tanto os fluxos de capital quanto a criação de um mercado de trabalho local fortalecem as relações econômicas. Empreendedores residentes no bairro movimentam também o setor de comércio, consumindo produtos de outros segmentos, que se instalam no próprio bairro. A aceleração dessas trocas desencadeia um processo de desenvolvimento que

apresenta traços semelhantes aos do início de um processo de franca expansão. Entretanto, tal crescimento econômico é acompanhado de algumas contradições, como a crescente violência.

A ação do Estado no bairro é um outro agente que não podemos deixar de citar. Essa ação se apresenta com descaso a alguns estabelecimentos públicos. Para tanto, Lima (2001, p. 45) esclarece que:

É inegável a participação decisiva do Estado, através de seus agentes financeiros, na formação do espaço urbano de Teresina. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através de seus agentes promotores, de forma destacada a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB/PI), foi responsável, em grande parte, pela estruturação do espaço urbano de Teresina, a partir do momento que viabilizou a construção de vários conjuntos habitacionais.

Com a falta de manutenção perceptível por parte da ação do Estado nessa área, podemos perceber o abandono e a perda do real valor que deveria haver (Figura 3).

Figura 3 – Fotografia dos equipamentos públicos no Bairro Mocambinho



A: Ginásio Poliesportivo Pato Preto. B: Jardim Botânico.
Fonte: Oliveira (2018).

O bairro, mesmo entre as questões de seu crescimento, também conseguiu algumas melhorias no decorrer dos anos, e até hoje vem crescendo. Fato que é relatado pela atual presidente da Associação dos Moradores. Nota-se que o projeto está em total crescimento e promove

significativas transformações no bairro, além de uma relação de cuidado com a natureza, embora, esteja em meio à cidade. Na Figura 4, podemos visualizar a área do projeto no Bairro Mocambinho.

Figura 4 – Fotografia do Projeto Lagoas do Norte, Bairro Mocambinho



Fonte: Teresina (2017).

Considerando o contexto da ação dos agentes no Bairro Parque Wall Ferraz, podemos perceber que diferente do Bairro Mocambinho, apresentado o perfil precário e carente, o Parque Wall Ferraz apresenta-se como uma área de não muito investimento público percebido na ausência de diversos aspectos básicos ofertados para que a população tenha uma qualidade de moradia e de vida.

O que se observa, é que o entorno do Parque Wall Ferraz apresenta semelhante realidade, situação que contribui para o pouco crescimento econômico do bairro, situado em uma região que se mostra atualmente, nas estatísticas do relatório de Indicadores da Criminalidade pela Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI) como uma das regiões mais perigosas da Zona Norte de Teresina, a região do Bairro Santa Maria da Codipi.

Podemos identificar então, a concentração da atividade comercial do bairro na avenida principal Ministro Sérgio Mota, com a presença de comércios de pequeno e médio porte, além da presença dos comerciantes informais, como vendedores ambulantes (Figura 5).

Figura 5 – Fotografia da concentração de comércio na Avenida Ministro Sérgio Mota

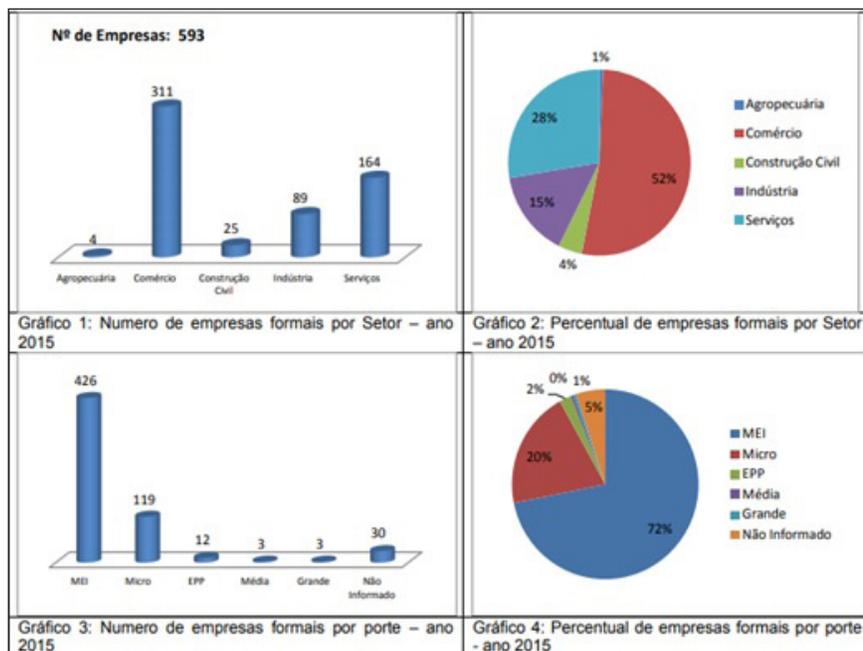


Fonte: Oliveira (2018).

Embora a tentativa de melhoria na área do Bairro Parque Wall Ferraz, possa ser compreendida, esta se caracteriza como uma área precária, tornando-se agente produtor dos grupos excluídos fortemente ativo na área. O Gráfico 1, indica a distribuição de empresas comerciais instaladas nas principais avenidas da região do Bairro Santa Maria da Codipi.

O Bairro Jacinta Andrade apresenta grande diversidade na atuação dos agentes produtores através da expansão urbana da cidade de Teresina. Apesar de ser um bairro planejado e recente, os problemas que o afetam são os mesmos de todos os bairros periféricos da cidade, como falta de abastecimento de água e de energia elétrica. Segundo Harvey (1980), “o fluxo do investimento capitalista para áreas preferenciais que não beneficia as classes mais desfavorecidas – fluxo que o Capitalismo nunca vai reverter –, só pode ser travado ou revertido pela mão do governo”, ou seja, por mais que se pense na área não há tanto investimento para a sua melhoria.

Gráfico 1 – Concentração de empresas da região do Bairro Santa Maria da Codipi



Fonte: SEBRAE (2015).

Ressaltamos, no Bairro Jacinta Andrade, a atuação de agentes produtores na área, possibilitando uma compreensão de ações que são realizadas no bairro, como também as que deixam de ser realizadas. Na Figura 7, verificamos a atuação do Estado por intermédio do investimento em programas de moradia, que destaca o agente dos grupos excluídos.

Figura 6 – Fotografia da presença do agente Estado e do agente dos grupos excluídos no Bairro Jacinta Andrade



A: Distribuição das casas do Jacinta Andrade. B: Assentamento dos Cocais no Jacinta Andrade.
Fonte: Oliveira (2018).

Considerações finais

Os resultados demonstram que a expansão urbana da Zona Norte de Teresina se efetiva ao longo do tempo pela ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano, que atuaram de modos distintos nos bairros estudados, incorporando esse espaço ao mercado imobiliário e às dinâmicas comerciais, tendo peso ainda, o papel das redefinições políticas que planejam as intervenções públicas. Nesse processo, a Zona Norte apresenta uma tendência para a consolidação da ocupação de seus espaços vazios, uma vez que as intervenções públicas quanto à política habitacional e à infraestrutura valorizaram (e seguem valorizando) a terra urbana, nessa porção da cidade de Teresina.

A expansão urbana está relacionada com a alteração da concentração de atividades em áreas centrais nas últimas décadas, viabilizando seu deslocamento para os espaços periféricos, além da transformação de novas áreas que passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e a circulação de capitais, transformando esses espaços em cenários da aceleração de atividades, que atuam intensivamente na produção do espaço e tornam-se elementos centrais para a compreensão do crescimento urbano.

Nesse contexto, a atividade comercial contribui diretamente para a produção do espaço urbano, pois por meio dela, os fluxos de capital tornam-se intensificados, fornecendo assim, transações econômicas necessárias à população envolvida e expansão da cidade.

O fortalecimento apresentado por essas atividades comerciais acaba por necessitar de novas áreas, motivando o processo de descentralização das áreas centrais. Como visto, o espaço urbano é movido por diversas desigualdades que se atrelam à movimentação do capital e do consumo, e isso motivou a reflexão sobre a expansão urbana da Zona Norte de Teresina, em busca de analisá-la à luz dos agentes produtores bem como suas formas espaciais relacionando à sua gênese, as suas dinâmicas e as recentes tendências espaciais.

A dinâmica da cidade de Teresina é movida principalmente pela circulação de capital, que é responsável por grande parte das transformações que ocorrem no espaço urbano. A Zona Norte em especial, oportuniza esclarecer as questões inerentes ao processo de expansão urbana através da atuação dos agentes produtores e das formas espaciais no decorrer dos anos, apresentando transformações nessa área. No início, ela veio timidamente e aos poucos foi indicando a ação deles, fortemente em suas áreas atuais.

Os agentes produtores e as formas espaciais encontrados na área de estudo são facilmente identificados, com destaque aos promotores imobiliários e a ação do Estado, todavia, é notória a ação dos demais agentes.

Este é o espaço concebido pelo Estado e vivido pelos moradores de cada bairro apresentado na pesquisa: Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Residencial Jacinta Andrade, bem como a constituição desses novos espaços urbanos e suas consequências sobre o mercado imobiliário, o mercado de trabalho e a qualidade de vida das populações que residem nestas áreas.

A expansão urbana da Zona Norte de Teresina se efetiva ao longo do tempo na ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano, que atuaram de modo distinto nos bairros em questão, e incorporaram esse espaço ao mercado imobiliário e às dinâmicas

comerciais, pesando ainda o papel das redefinições políticas que planejam as intervenções públicas. Nesse processo, a Zona Norte apresenta uma tendência à consolidação da ocupação de seus espaços vazios, já que as intervenções públicas quanto à política habitacional e à infraestrutura, valorizaram (e seguem valorizando) a terra urbana nessa porção da cidade de Teresina.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. **Geografia em questão**, v. 5, n. 1, p. 147-162, 2012.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina**: agentes, processos e formas. 1998. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares – Teresina. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: 21 out. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

OLIVEIRA, Poliana Santos Ferraz de. **9 fotografias color digitais**. Teresina, 2018.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2009.

SANTANA, Lucycleide Santos. **Os vazios urbanos nos centros de cidades como lugar para habitação de interesse social**: o caso de Maceió/AL. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana. São Paulo: Edusp, 2008.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-64.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

PARTE

II

AS CIDADES
NA REGIÃO

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM ESPERANTINA (PI) ¹

Cleonice Carvalho Silva

Carlos Sait Pereira de Andrade

Um dos principais problemas enfrentados atualmente em nossa sociedade refere-se à questão da geração, gestão e destinação final de resíduos sólidos produzidos pelo homem, em suas mais distintas atividades. Porém, as questões relacionadas aos resíduos não são específicas da sociedade contemporânea. Esta temática, associada ao seu gerenciamento, existe desde os tempos mais remotos. De acordo com Waldman (2010, p. 11), no período paleolítico, os homens das cavernas depositavam seus resíduos em espaços entre as rochas. Na América do Sul, os indígenas fizeram surgir um tipo de solo preto resultante dos refugos de sua vida cotidiana. Na Europa Oriental, Índia, China e em todos os espaços com histórico de atuação humana, destaca-se a atuação que os resíduos podem desempenhar na organização do espaço geográfico e na dinâmica da sociedade e de sua história.

Nas sociedades antigas, onde a sobrevivência era garantida pela caça, pesca e agropecuária, o lixo² era, em sua grande maioria, orgânico, o que representava impactos ambientais de pequena pro-

1 Artigo produzido a partir da Dissertação de Mestrado defendida em 2015, no PPGGEO da UFPI, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade.

2 Os termos *resíduos sólidos* e *lixo* serão empregados no texto, visto que o primeiro surgiu nas últimas décadas com o propósito de reduzir as adjetivações negativas atribuí-

porção, já que a produção de resíduos provinha, em grande parte, do meio rural. Com o processo de urbanização, as cidades, espaço dinâmico da sociedade contemporânea, têm como pré-requisitos a concentração de homens, máquinas, matérias-primas e, conseqüentemente, a produção desenfreada de resíduos.

Idêntico a outros fenômenos que estão vinculados à dinâmica da sociedade, o lixo possui diferentes modos de percepção: para determinados grupos sociais, grandes produtores de lixo, que desejam manter distância dos mesmos, o lixo possui significado negativo; enquanto para outros grupos, que retiram deste lixo a sua sobrevivência, o mesmo possui grande valor. Normalmente, os sujeitos que lidam com o lixo são percebidos de forma desqualificada, considerados excluídos do sistema, agregam uma posição social inferior, integrando o segmento mais baixo da sociedade na visão do capital dominante.

Diante da situação de exclusão desses sujeitos, essa pesquisa procurou analisar a representação social do trabalho de catação de material reciclável compartilhada por catadores de Furna da Onça³, em Esperantina (PI), grupo este que, como muitos, encontram-se vulneráveis às acentuadas exclusões que marcam a sociedade, de modo geral.

A investigação, que é de cunho qualitativo, insere-se no contexto de vida laboral dos catadores de material reciclável, visando revelar a representação social do trabalho destes sujeitos. O suporte teórico está ancorado nos fundamentos da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici (2011; 2012; 2013). Na Geografia, por Moraes (1999), Santos (2009), e Silva (2010). Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, observação direta, questionário socioeconômico, entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos 15 (quinze) catadores do lixão do Povoado Furna da

das à palavra *lixo*. Porém, nesta pesquisa, optamos por utilizar com maior frequência a palavra *lixo*, já que é mais usual no cotidiano dos catadores.

3 Nome dado pelos moradores ao povoado (zona rural) de Esperantina (PI), por existir material rochoso semelhante a grutas e que provavelmente serviria de esconderijo para onças.

Onça, localizado na zona rural, distante, aproximadamente, 6 km da sede municipal de Esperantina (PI), espaço de deposição do lixo produzido na cidade. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e seus conteúdos tratados com a utilização do *software* de análise de dados qualitativos NVivo 10. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob o Parecer nº 993.549, CAAE 37423114.2.0000.5214.

A Teoria da Representação Social na pesquisa em Geografia

Ao longo da história da humanidade, as diversas áreas científicas, de forma especial, as ciências humanas, na tentativa de compreender e interpretar o mundo cresceram e se desenvolveram em um compasso de mudanças, quer sejam sociais, políticas, econômicas ou culturais. A Geografia da primeira metade do século XIX, já fazia uso das representações: “Era necessário haver possibilidade de representação dos fenômenos observados, e da localização dos territórios” (MORAES, 1999, p. 36). Foi desta forma, que o termo *representação*, passou a ser empregado pela Geografia desde os seus primórdios para apresentação de dados observáveis.

Naquele momento, “a palavra indica muito mais um estudo descritivo das potencialidades nacionais e regionais que uma abordagem propriamente quantitativa para a qual inexistiam, na ocasião, os dados numéricos” (GEORGE, 1978, p. 16). Assim, as representações sempre foram impregnadas de diversos valores advindos das culturas, das sociedades, e se constituíam como uma linguagem nas mais diferentes civilizações. Com o passar do tempo, segundo o supracitado autor (p. 29), “os meios utilizados para descrever e representar a imagem da terra ampliaram e adquiriram proporções enormes. [...] É quando se põe em xeque a competência do geógrafo e surge a necessidade de uma coordenação interdisciplinar”.

As representações têm um papel fundamental na sociedade e podem ser individuais ou coletivas, pois em se tratando de manifestações imagéticas da realidade, quer sejam materiais ou imateriais, elas formam verdadeiros sistemas de interpretação do mundo

e das pessoas. A Teoria das Representações Sociais foi então desenvolvida com base nos estudos de Serge Moscovici, cuja obra inaugural, teve como título *La psychanalyse: son image et son public*, e foi publicada no ano de 1961. Moscovici procurava compreender de que forma o conhecimento psicanalítico, que antes pertencia a grupos fechados e especializados, agora passava a adquirir outros significados por parte de grupos populares.

É fundamental esclarecer em que consistem as representações sociais, termo cunhado por Serge Moscovici. Ao considerarmos os códigos científicos, é possível perceber que eles abarcam todo o comportamento humano, indicando formas de pensar, sentir e agir. Este processo está relacionado com a assimilação e com a acomodação de ideias. Podemos dizer, então, que acontece uma “releitura da realidade”, uma (re)interpretação de saberes para uma futura tomada de atitude em relação ao objeto apreendido. Este processo, por assim dizer, concerne às Representações Sociais (RS). Para o autor, a representação social pode ser definida da seguinte maneira:

A Representação Social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas pelas quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes da sua imaginação (MOSCOVICI, 2012, p. 28).

Assim, ao se pensar em um catador de material reciclável, a maioria das pessoas que desconhece o trabalho realizado por estes trabalhadores, classificam-nos, geralmente, como mendigos, desocupados, favelados. Este julgamento é resultado de processos empreendidos por parte das pessoas, de captar informações em seu cotidiano e de agir sobre estas informações.

Tal fato se torna importante para a compreensão das representações sociais, na medida em que todos os dias somos expostos às informações da ciência, e isso, conseqüentemente, abrange uma procura ou até mesmo uma adaptação dos indivíduos da sociedade por respostas para suas indagações. Desta forma, ao buscarmos compreender como as teorias científicas difundem-se em determinada cultura e transformam-se, ao mesmo tempo, em que modificam o

social e a visão que as pessoas têm de si e do cotidiano em que vivem, Moscovici (2012) objetivou apreender as relações entre os sistemas de pensamentos e as práticas sociais. Mediante um processo de socialização, uma quantidade de teorias e fenômenos tornou-se familiar a um grupo social. Os conhecimentos científicos, por intermédio da ação criadora dos atores sociais ganham um conteúdo e um estilo de pensamento dotado de uma linguagem própria.

Deste modo, não se reproduz um saber armazenado na ciência, mas se reelabora o mesmo segundo a sua própria conveniência, e de acordo com os seus meios, os materiais encontrados. É o movimento no decorrer do qual as descobertas científicas são socializadas (MOSCOVICI, 2012).

De acordo com Moscovici, as representações sociais são constituídas por três dimensões: a *informação*, o *campo de representação* ou *imagem*, e a *atitude*, (MOSCOVICI, 2012, p. 62). A primeira dimensão tem associação com a organização dos conhecimentos que o grupo possui com relação ao objeto social. Ela concretiza-se na relação dos conhecimentos do grupo. No caso dos catadores, com o trabalho que executam com o lixo, referindo-se também à forma como tal objeto penetra no mundo desses indivíduos.

A segunda dimensão, o *campo de representação* ou *imagem*, é entendida como a imagem, o modelo social com conteúdo concreto e limitado a um aspecto preciso do objeto da representação. As opiniões podem englobar o conjunto representado, não necessariamente ordenado e estruturado.

A *atitude*, por sua vez, é a terceira dimensão das representações sociais. É a ação que reflete a representação social constituída. Pode-se ter uma atitude negativa ou positiva acerca do objeto representado, e tudo isso vai depender de como a informação chegou ao indivíduo, como ela foi processada e assimilada de acordo com as suas experiências e vivências anteriores.

Vale destacar que a presença social de um objeto representacional é percebida por um sujeito em função do grupo ao qual ele

pertence, da informação que ele possui e de sua atitude a respeito deste objeto.

Representações sociais e Geografia

A Representação Social na Geografia tem uma forte vinculação à Geografia Cultural, que em suas abordagens, busca os sentidos atribuídos ao concreto e ao abstrato, dando sentido à realidade dos indivíduos em seus grupos sociais. Esta vertente da Geografia tem Carl Sauer como sua principal referência desde a década de 1920, quando ele começou a estudar e analisar os produtos e as normas culturais, focando-se em fenômenos como linguagem, crenças, religião, trabalho, entre outros, que variam ou permanecem constantes, de um lugar para outro, bem como a maneira de os seres humanos atuarem no espaço.

Desta forma, o homem é considerado como um agente, cuja cultura tem afetado a natureza. Foi através de Sauer que a Geografia norte-americana se liberou do determinismo ambiental, estabelecendo fortes ligações com a Antropologia e a História. Segundo ele, a Geografia “é concebida como o estabelecimento de um sistema crítico que engloba a Fenomenologia da paisagem, de modo a abarcar, por meio de seu significado e cores, o variado cenário terrestre” (CORRÊA, 2005, p. 266).

Assim, a Geografia Cultural é sempre sociocultural, pois é através dos processos sociais que os indivíduos, em uma sociedade, encontram semelhança entre grupos, criando uma consciência comum. Cabe a esta ciência refletir sobre os indivíduos, a sociedade, o espaço organizado, bem como os conflitos sociais.

Afinal, a Geografia é uma forma de ler e interpretar o mundo, portanto, quanto mais diversas forem estas formas, também serão diferentes as suas interpretações. Pelo processo de percepção, temos o contato com a realidade, e sua reflexão se expressa na produção de imagens possuidoras de diferentes significados. “Por este processo [...] a representação pode ser entendida também como significante, pois o

representado está ligado ao que se vê ou ao que se deixa mostrar, através da simbolização arraigada neste intermeio” (ARAÚJO, 2012, p. 88).

A Geografia faz uso de seus estudos e reflexões para identificar os símbolos e as representações dos indivíduos sobre o mundo, ou seja, das relações dos indivíduos com os acontecimentos e coisas existentes ao seu redor. Desta forma, o referido autor argumenta que a representação social surge a partir do momento em que ocorre a inter-relação do sujeito com o objeto, onde neste encontro, ocorre a interpretação do objeto por parte do sujeito, e é neste processo, que acontecem as representações.

Resíduos sólidos no mundo contemporâneo

A questão ambiental e a sua problematização começaram a surgir durante a Revolução Industrial, no século XVIII, mas no Brasil e nas diversas cidades do mundo, ganhou contornos indesejáveis após o processo de urbanização. Os problemas ambientais existiam, mas em uma escala menor. Como afirma Santos (2013, p. 82), “até recentemente, a humanidade vivia o mundo da lentidão, no qual a prática de velocidades diferentes não separava os respectivos agentes”. No entanto, o espaço geográfico começou a modificar-se, com a introdução de maquinários e da divisão social do trabalho.

Assim, o quadro atual que temos em nosso país, no que se refere a geração de lixo e a existência de catadores, começou a se configurar na sociedade moderna industrial movida pela compulsão do consumo incessante, sem ter uma atenção adequada para com os resíduos produzidos. Isso é refletido nas mais diversas partes do mundo e, de forma especial, nos países que estão na periferia da economia global (STROH, 2009).

O lixo é conceituado como “[...] todo material inútil, todo material descartado posto em lugar público, tudo aquilo que “se joga fora”, “não presta”, condição na qual são evocadas longas catilinárias devotadas à sua nocividade, periculosidade, intratabilidade, etc.” (WALDMAN, 2010, p. 18). Como é possível notar, trata-se de algo que deve ser retirado de nosso convívio, que não faz falta, cuja presença é dis-

pensável, aquilo que é indesejável. No aspecto ambiental, a questão da geração de resíduos sólidos coloca a necessidade urgente de tentarmos solucionar o referido problema.

Mesmo com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), através da Lei nº 12.305/2010, que concedeu o prazo até agosto/2014 para uma destinação ambientalmente adequada dos resíduos, a gestão do lixo, no Brasil, ainda se mostra deficitária. Em vigor desde agosto de 2010, a Lei nº 12.305, que dispõe sobre os resíduos urbanos, tem uma peça-chave: o trabalho dos catadores, essenciais para o fim dos lixões e para a implantação da coleta seletiva nos municípios, propiciando menos poluição e mais renda.

Ao reforçar o aspecto social, a lei prioriza a participação dos catadores a partir da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população.

Diante da realidade crescente da produção de lixo em toda parte habitada, surgiram e ainda surgem pessoas que retiram para sua sobrevivência, aquilo que a sociedade descarta do seu crescente consumismo. Estes sujeitos normalmente residem em espaços geográficos caracterizados como áreas de exclusão social e, como diria Santos (2009, p. 63), “espaço solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”, executando tarefas altamente insalubres.

Os catadores são os intermediários na cadeia produtiva que tornam possível recuperar parte dos recursos que podem ser reaproveitados e que estão disponíveis nos lixões das cidades brasileiras. É um intermediário importante, pois é através do seu trabalho que há o início do processo de reciclagem de lixo em nosso país e no mundo. Esses “agentes ecológicos” estão presentes em mais de 37% das capitais brasileiras e em 68% das cidades com mais de 50 mil habitantes, sempre atentos nos lixões, procurando seu objeto de desejo, “o lixo” (MAGERA, 2005).

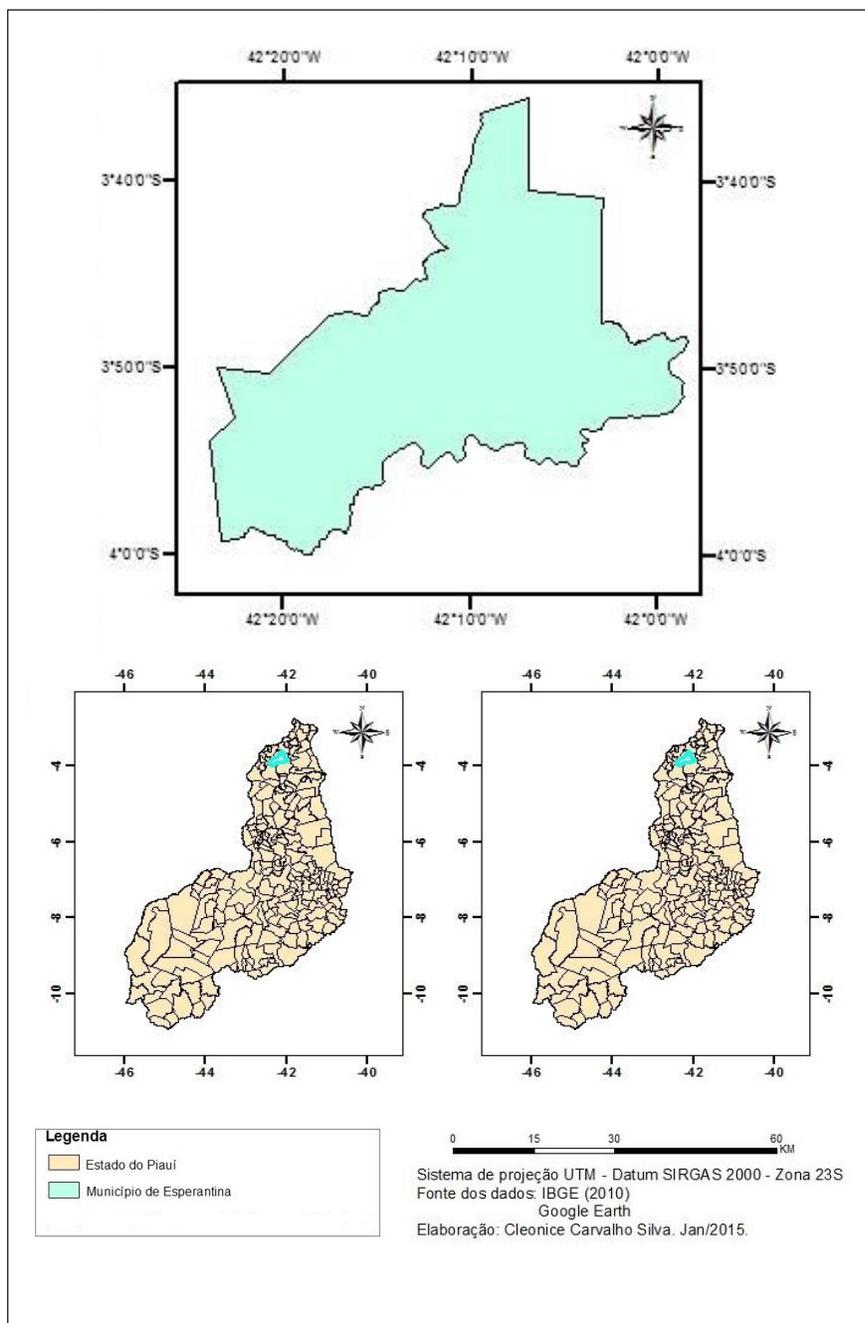
Esperantina (PI): a produção de resíduos sólidos

A população do município de Esperantina, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), é de 37.767, sendo 18.772 homens e 18.995 mulheres. A população residente de Esperantina (PI) está concentrada em maior parte na área urbana com 23.158 pessoas e na área rural com 14.609, tendência esta verificada na maioria das cidades brasileiras, que vem sofrendo amplo alargamento demográfico e expansão dos seus limites urbanos. Em 2015, a população estimada era de 38.874 habitantes.

O município de Esperantina, de acordo com o Planejamento Participativo Territorial, consolidado pela Lei Complementar nº 87 de 22 de agosto de 1987, integra os 11 territórios de desenvolvimento, fazendo parte do Território dos Cocais. Estes territórios são unidades de planejamento do Governo Estadual, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população.

Situado na mesorregião do Norte piauiense e na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, Esperantina possui área de 911,215 km² e limita-se ao Norte pelos municípios de Luzilândia e Joaquim Pires; ao Sul, pelos municípios de Barras e Batalha; a Leste, por Batalha; e a Oeste, pelos municípios de Luzilândia, Matias Olímpio e Porto. A sede municipal tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo de 3°54'08" de Latitude Sul, em sua interseção com o meridiano de 42°14'02" de Longitude Oeste, conforme mostra a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Mapa de localização do município Esperantina (PI)



Fonte: IBGE (2010). Google Earth. Elaboração: Cleonice Carvalho Silva (2015).

Em Esperantina (PI) com o fenômeno dos deslocamentos campo-cidade, de início nos anos de 1960 e 1970, o aumento da população trouxe consigo, o iminente aumento da produção de resíduos. Mas foi na década de 1990, que passaram a serem enfocadas as relações de trabalho através das novas relações contratuais, gerando processos de exclusão social e vulnerabilidade dos pobres frente ao desemprego. Diante deste cenário, surgiram os catadores que passaram a engrenar e se tornarem visíveis na vida urbana como atores das cidades brasileiras (SOUZA, 2011, p. 65-66).

Nesse contexto, também surgiu em Esperantina (PI), na década de 1990, um aumento significativo da produção de resíduos sólidos, sendo necessária a utilização de um espaço de deposição, já que os quintais das residências onde antes eram queimados ou enterrados esses resíduos, já não eram suficientes. Assim, a Prefeitura Municipal de Esperantina (PME) iniciou o trabalho de coleta de lixo no ano de 1992. Este lixo era depositado a céu aberto, no Bairro Santa Luzia, espaço utilizado por mais de nove anos e abandonado em seguida, em virtude de denúncias da população por conta da proximidade do lixão com as residências, o que provocava mau cheiro, atraía animais, insetos e porque a cidade, por apresentar crescimento populacional, necessitava possuir um aterro sanitário⁴. Posteriormente, este espaço foi desativado, sendo realizado um serviço de cobertura e terraplanagem (SILVA, 2011, p. 375).

Para a realização do serviço de coleta de lixo da cidade, foi contratada pela Prefeitura de Esperantina em 08 de janeiro de 2013, a empresa *Coleta Gestão Urbana*. Segundo o administrador da Empresa Coleta Gestão Urbana, os caminhões recolhiam, diariamente, 40.000 kg de lixo, aproximadamente.

4 O projeto do aterro sanitário foi feito, mas na prática, não funcionou. Para visualizar o projeto, ver Silva (2011).

De catadores do lixão Furna da Onça a catadores de material reciclável: a Representação Social do seu trabalho

O espaço do lixão⁵ municipal, onde é depositado o lixo que é coletado na cidade de Esperantina, fica situado no povoado Furna da Onça, zona rural, próximo aos povoados Junco e Murici, e fica a uma distância de aproximadamente 6 km da sede da empresa coletora de lixo, próxima à prefeitura da cidade, na porção Oeste do município, conforme indicado na Figura 2.

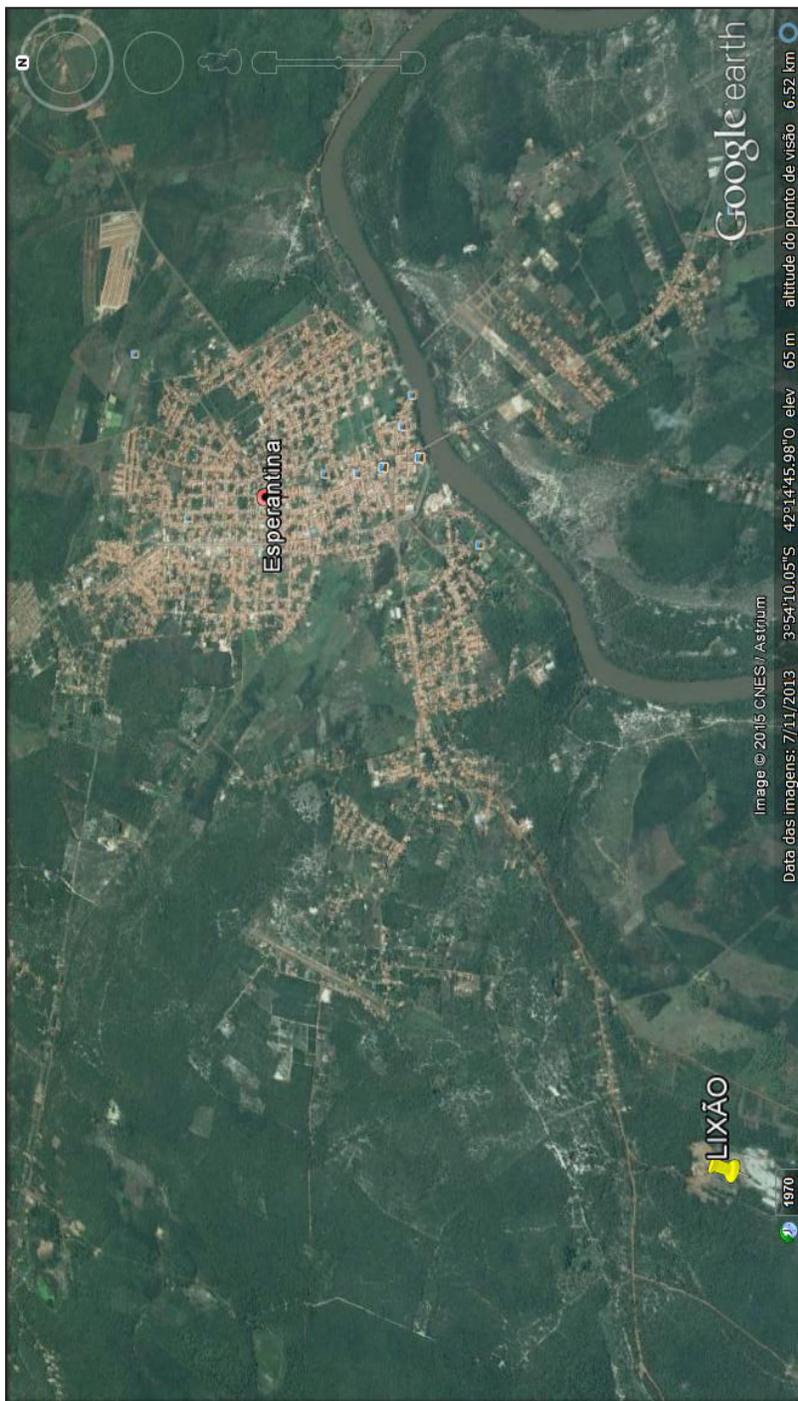
Para chegar à Furna da Onça, após sair do perímetro urbano, precisamos percorrer poucos quilômetros em uma estrada vicinal, que não dispõe de asfaltamento nem calçamento, com bastante poeira no período não chuvoso. O terreno é parcialmente rochoso, o que dificulta a ação de tratores no ato da abertura de trincheiras ou valas para a deposição de lixo, quando este se encontra acumulado em excesso. Esse espaço possui uma área de 30 hectares, sendo 15,58 efetivamente dispostos para o recebimento do lixo.

Portanto, o lixo que a população produz é coletado por uma empresa e disposto em um lixão a céu aberto, sem qualquer preocupação com as pessoas que próximas dali vivem e trabalham, tampouco com o meio ambiente. A população descarta aquilo que não lhe serve mais, sem se preocupar com a destinação final deste material.

Como afirmou Bauman (2005, p. 38), “removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e inimagináveis, por não pensarmos neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem, e as precauções falham [...]” (BAUMAN, *ibidem*, p. 38).

5 Conforme Santaella (2014), o lixão “é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos que se caracteriza pela simples descarga destes sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública”.

Figura 2 – Imagem de satélite da visão aérea do espaço do lixão, em Esperantina (PI)



Fonte: Google Earth (2014).

Os catadores de material reciclável atuam há décadas, sem nenhum respaldo legal e fazem parte de um contingente social da miséria e da exclusão social, com índices alarmantes de subnutrição, baixa escolaridade, problemas de saúde e falta de higiene, baixa renda, inexistência de serviços, de oportunidades e de exercerem o direito à cidadania (STROH, 2009).

Esta realidade também se faz presente no município de Esperantina (PI), onde alguns catadores fazem do lixão o seu meio de sobrevivência. São homens e mulheres que estão fora do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado, e que em razão disso passaram a desenvolver atividades informais. Esses atores sociais, na maioria das vezes, não se veem como desempregados, mas como pessoas que estão desenvolvendo um trabalho dotado de um sentido social.

Assim, esses trabalhadores iniciaram seu trabalho informal de catação do lixo, na verdade, de materiais recicláveis, pois tudo o que coletam é para ser reaproveitado. Eles vendem este material para empresas de Barras (PI) e Teresina (PI), pois na cidade, não existem empresas de reciclagem. Em sua jornada de trabalho, de aproximadamente 40 horas semanais, eles coletam plástico, alumínio, vidro, ferro e pneus, de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e das 14h às 18h, e no sábado, de 8h às 12h, horários bastante flexíveis, pois eles mesmos determinam sua jornada de trabalho, já que não possuem chefe.

Entretanto, o trabalho é árduo em razão da exposição ao sol escaldante. Estes trabalhadores exercem sua atividade sem nenhum tipo de conforto, e só garantem o seu sustento se recolherem bastante material: “Aqui a gente só recebe dinheiro se trabalhar, a gente pode tá morrendo de doente, os problemas de mulher mesmo, tanto faz como tanto fez, só recebe se trabalhar” (AROEIRA, informação verbal obtida em entrevista realizada com a catadora).

É neste cenário de dificuldades que os catadores realizam esse trabalho há aproximadamente nove anos, exercendo o importante papel de despoluir o meio ambiente, mesmo de forma precária e pouco conhecida, mas estão neste espaço geográfico,

trabalhando, muitas vezes, sem proteção, e expondo a sua saúde a riscos, como nos mostra a Figura 3.

Figura 3 – Fotografia dos catadores de material reciclável do povoado Furna da Onça, município de Esperantina (PI)



Fonte: Silva (2014).

Os catadores são sujeitos sociais que buscam o direito ao trabalho e à vida, desenham trajetórias que levam ao conhecimento de lugares que a cidade desconhece ou tenta esconder, para buscarem o seu sustento com materiais que a sociedade descarta e que não quer mais. O lixo que se torna um problema nas áreas urbanas e o fato de serem jogados em áreas distantes está longe de ser uma preocupação com o meio ambiente por parte da administração pública, mas sim, uma forma de vê-lo distante da cidade.

No tocante à situação econômica individual e familiar, os dados encontrados são indicadores da exclusão destes trabalhadores do mercado formal de trabalho. Na definição de Sawaia (2008, p. 9):

A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo

sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Neste complexo processo de exclusão/inclusão em que se encontram inseridos estes trabalhadores, foi constatado que as famílias têm no trabalho de recolhimento do material reciclável a sua principal fonte de sobrevivência, e que nenhum destes catadores possuam, em algum momento de suas vidas, carteira profissional assinada, ou seja, eles vivem excluídos de seus direitos principais, como previdência, férias remuneradas, décimo terceiro salário, auxílio-doença, licença-maternidade (para as mulheres), entre outros benefícios garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A renda obtida desta atividade não chega a um salário mínimo. Apenas dois destes catadores (marido e mulher) informaram obter acima de um salário mínimo, pois nesta atividade estão envolvidos também seus filhos, daí a quantidade de material coletado é maior, e faz com que ultrapassem este rendimento.

Esta variação na renda dos demais catadores também se explica pela diferença no número de horas trabalhadas, na quantidade de material reciclável encontrado por cada um e no ritmo de trabalho.

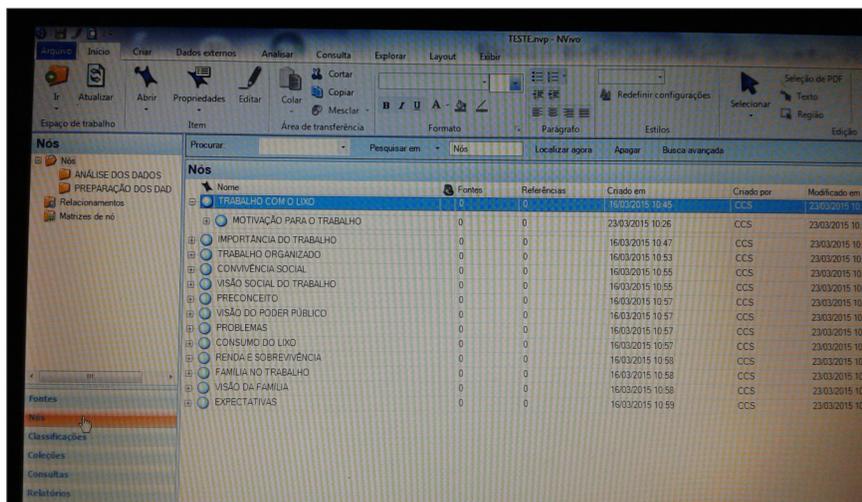
O ritmo de trabalho é um dos fatores determinantes na renda dos catadores, pois cerca de 67% chegam a trabalhar 40 horas semanais ou mais, já outros trabalham entre 11 e 30 horas, semanalmente. Esta jornada de trabalho é imposta por eles mesmos, na expectativa da obtenção de melhores rendimentos.

Alguns destes catadores procuram complementar sua renda buscando outras fontes de recursos para ajudar na sobrevivência, pois todos eles possuem uma média de quatro pessoas morando em suas casas, sejam filhos ou não, necessitando de um pouco mais de dinheiro. Apenas dois destes trabalhadores possuem aposentadoria, outros procuram trabalhar em faxinas, de vez em quando, ou dividem as despesas com os companheiros.

Na busca pela representação social do trabalho exercido pelos catadores de material reciclável de Furna da Onça, em Esperantina (PI), optamos por utilizar um procedimento metodológico, através do *software* NVivo 10, que ajuda na investigação e organização de dados, averiguando informações e estruturando-as, ajudando a encontrar as percepções dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com os sujeitos catadores de material reciclável, sobre o trabalho realizado pelos mesmos, por meio de entrevistas⁶ semiestruturadas. Foram feitas as transcrições das entrevistas pela autora da pesquisa e transportadas para o *software* NVivo 10, que possui recursos que permitem que vejamos todas as respostas dadas a cada pergunta e a partir dessas respostas seja feita a codificação (os nós), que são as categorias, conforme se verifica na Figura 4.

Figura 4 – Categorias criadas no *software* NVIVO 10 sobre o trabalho com o lixo



Elaboração: Cleonice Carvalho Silva (2015).

6 As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2014, todas gravadas com o consentimento dos catadores, sendo devidamente assinado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

De um total de 13 perguntas realizadas na entrevista, foram criadas 13 categorias. Neste texto será abordada apenas uma pergunta e as subcategorias são o resultado da fala dos sujeitos, ou seja, as representações que eles fazem de seu trabalho com o lixo. Baseadas na categoria principal, “trabalho com o lixo”, foram construídas as demais, com as suas subcategorias, sendo a primeira “motivação para o trabalho”. Na fala dos sujeitos, foram elencadas as seguintes subcategorias: satisfação, necessidade, falta de emprego, ganhar dinheiro, indicação, amizade, autonomia e meio ambiente.

A motivação para o trabalho procura compreender como estas pessoas iniciaram sua vida laboral e o que as conduziu para esta atividade, a partir da realidade cotidiana em que vivem. De acordo com suas falas⁷, podemos perceber os significados, as formas de viver e de trabalhar neste espaço geográfico do lixão. Satisfação, necessidade e falta de emprego são os principais motivadores para o trabalho com o lixo, conforme depoimento de alguns catadores, a seguir:

Foi a Amora [...] eu não tinha o que fazer, ela me botou aqui e eu estou muito satisfeita (MAMONA. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catadora).

Eu vim pra cá por causa da bondade, porque tem muita coisa boa, tem muita amizade. Essa parte aí, é uma coisa muito boa que a pessoa faz. (JUCÁ. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catador).

Eu me sinto mais à vontade, me sinto melhor do que trabalhar nas casas [...], eu trabalho na hora que eu quero e outra, nós estamos trabalhando porque também serve pro meio ambiente, aproveita muita coisa e ajuda também muito a gente na despesa da casa (AROEIRA. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catadora).

Porque eu gosto de trabalhar. Faz muito tempo que eu trabalho aqui. Porque eu não gosto de estar parada. Antes de vir pra cá eu quebrava coco (JANAGUBA. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catadora).

7 Foi realizada edição das falas dos catadores para melhorar a compreensão do texto, no entanto, não foi modificado o conteúdo das falas desses sujeitos.

Porque eu vi muitas pessoas trabalharem aqui, aí deu vontade de trabalhar aqui também. Gostei e pretendo continuar aqui (JATOBÁ. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catador).

O que me levou a trabalhar no lixão foi necessidade, precisão e conta para pagar, porque os políticos não dão emprego (ANGICO. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catador).

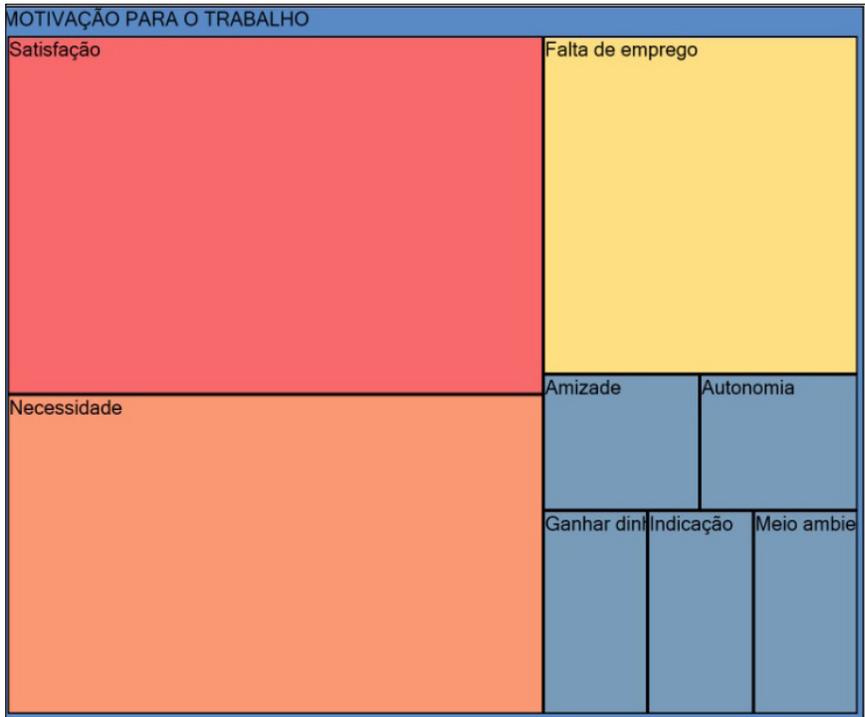
O motivo é necessidade, a gente não tem emprego, aí eu vi a Amora por aqui, aí eu vim devagarzinho, até que eu pedi pra entrar. Eu não tenho emprego de nada. Meu marido também não tem emprego de nada, só em diariazinha aqui e acolá. Eu, nada disso tinha. Então o jeito é ficar por aqui. Precisão, a gente tem necessidade das coisas, filho pra criar (MUTAMBA. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catadora).

O elemento representacional presente na categoria motivação para o trabalho com o lixo, é de satisfação, necessidade e falta de emprego. As demais falas possuem pouca significação, não sendo passíveis de uma representação do grupo. A partir dos depoimentos dos catadores, o *software* NVivo 10 criou mapas de árvore dos subnós (subcategorias), através de diagramas, de acordo com a ocorrência das palavras, ou seja, a fala que possui maior frequência fica em maior destaque. O tamanho e a cor de cada caixa representam informações selecionadas sobre a fonte, conforme a Figura 5.

Para Joffé (2013), “objetos sociais estranhos evocam medo, porque eles ameaçam o sentido de ordem das pessoas e sua sensação de controle sobre o mundo”. Uma vez assim, este processo nos ajuda a compreender porque o trabalho com o lixo, visto por muitos como trabalho não qualificado, inferior ou, ainda, que padece de uma “invisibilidade pública”⁸ pode ter outra representação para estes sujeitos.

8 Termo utilizado pelo psicólogo social Fernando Braga da Costa, em sua tese sobre retratos biográficos de dois garis, posteriormente, transformado no livro “Homens Invisíveis”.

Figura 5 – Diagrama⁹ da categoria “motivação para o trabalho” conforme frequência de ocorrência



Elaboração: Cleonice Carvalho Silva (2015).

Neste sentido, a satisfação em realizar o trabalho de recolhimento do lixo aparece com 60%¹⁰ no conteúdo representacional dos sujeitos, seguida pela necessidade (50%) e pela falta de emprego (30%), ou seja, a satisfação em realizar o trabalho prevalece, mas certamente, ela é comandada pela necessidade e pela falta de emprego.

No entanto, é preciso compreender as dificuldades que estes sujeitos enfrentam no seu dia a dia, e isso, inclui as disputas pelos

9 Diagrama produzido no *software* NVivo 10. Os quadrados e retângulos maiores indicam as falas dos catadores que possuem maior frequência, portanto, é o conteúdo da representação. Já os menores representam as falas dos catadores que possuem pouca significação.

10 Os percentuais obtidos não totalizam 100% porque as falas dos catadores são recorrentes.

espaços dentro do lixão, a precariedade das condições de vida e de trabalho. Mesmo com todas estas dificuldades, eles buscam a atividade de pegar o lixo, pois ela envolve pessoas com trajetórias de vida diferentes, mas que sempre lutaram pela sobrevivência diária. Alguns trabalharam em outras atividades, e agora se encontram no lixão, no trabalho de pegar material reciclável para a sua subsistência. Moscovici (2013, p. 40), a partir de sua Teoria das Representações Sociais, afirma que:

[...] O que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa forma que o próprio processo coletivo penetra, como fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações.

Sendo assim, as representações vão emergindo a partir da comunicação e do comportamento dos indivíduos dentro do grupo, e sofrendo influência mútua. A história destes catadores revela a preocupação constante de melhoria para suas vidas. Mesmo com a dificuldade em encontrar empregos, em virtude da falta de qualificação, estes sujeitos, às vezes, sequer procuram outras atividades, encontrando no lixão certa satisfação, como diz a catadora Palmeira: “Não tinha dinheiro pra comprar as coisas, aí eu vim trabalhar aqui. Já vim direto pra cá. Já gostei logo daqui. Não cheguei a procurar outros empregos” (PALMEIRA. Informação verbal obtida em entrevista realizada com catadora). Com relação às demais subcategorias – ganhar dinheiro, indicação, amizade, autonomia e meio ambiente –, estas não chegam a gerar um conteúdo representacional, pois não se repetem na fala dos sujeitos pesquisados.

Considerações Finais

Por intermédio desta pesquisa, procuramos discutir e refletir sobre o trabalho dos catadores de material reciclável do lixão de

Furna da Onça, em Esperantina (PI), procurando apreender as suas representações sociais.

Como resultados, percebemos a representação social do trabalho dos catadores do lixão de Furna da Onça, em Esperantina (PI), constituída pelos seguintes conteúdos: a) A valorização do trabalho, ao atribuírem aos *significados do trabalho* “satisfação”, mas também “necessidade”. Manifestaram uma dualidade de *inclusão/exclusão*, sentindo-se incluídos, quando se percebem como trabalhadores, e excluídos, quando lembram que são esquecidos pelo poder público.

Foram identificadas, no espaço geográfico do lixão, as lutas constantes e diárias pela sobrevivência de um grupo social que transforma este espaço em seu território, caracterizado pela apropriação, pelo poder, mas também pela identidade. Apropriam-se deste lugar como forma de garantir o direito de viver e de morar, mesmo com toda espécie de confinamentos e necessidades que lhes são impostas e que foram traçadas em função da classe a que pertencem.

Portanto, a representação social do trabalho, compartilhada pelos catadores de material reciclável de Furna da Onça, em Esperantina (PI), é também uma forma de conhecimento, que mesmo pautada no senso comum, é dotada de grande valor. São, pois, representações que dão conformidade à realidade vivida cotidianamente, e esta representação só existe porque estes sujeitos lidam com o objeto.

Referências

ARAÚJO, Gilvan C. Cerqueira de; JÚNIOR, Dante Flávio da C. Reis. As representações sociais no espaço geográfico. **Geo Temas**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 28 out. 2104.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. São Paulo, SP: Difel, 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/esperantina.html>. Acesso em: 29 out. 2014.

JOFFE, Hélène. *In: Textos em representações sociais*. GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas, São Paulo: Átomo, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Edição Gerard Duveen. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de: Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

PIAUI. Planejamento Participativo Territorial. Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 1987. **Diário Oficial do Estado**, Teresina, PI, 1987. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/detalhe/13144>. Acesso: 28 out. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUZA, José Amilton. **Catadores e catadoras de lixo: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente**. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

SILVA, Cleonice Carvalho. O lixo urbano em Esperantina (PI): uma leitura da realidade socioambiental. In: FAÇANHA, Antonio Cardoso; SOUSA, Mário Ângelo de Meneses (org.). **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUPFI, 2011.

SILVA, Cleonice Carvalho. **1 fotografia color digital**. Esperantina (2014).

STROH, Paula Yone (org.). **Cidade, lixo e cidadania**. Maceió: EDUFAL, 2009. p. 139.

WALDMAN, Maurício. **Lixo: cenários e desafios**. Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. São Paulo: Cortez, 2010.

ANÁLISE MULTITEMPORAL DA EXPANSÃO URBANA DE PIRIPIRI (PI) (1985 – 2015)

Cassandra de Sousa Cunha

Raimundo Lenilde de Araújo

Como marco para o crescimento das cidades pelo mundo, a Primeira Revolução Industrial gerou a concentração de pessoas e empregos, especialmente com a intensificação da urbanização em um processo que envolveu elementos econômicos, políticos, sociais e culturais, além do crescimento da população urbana em referências maiores que a população rural, o que implicou em transferência de pessoas do meio rural para as áreas urbanas, atraídas pelas atividades e possibilidades econômicas, sociais e avanços tecnológicos.

A evolução da industrialização ocasionou transformações na estrutura física, na medida em que surgiu um novo modelo de cidade, com inúmeras problemáticas urbanas: ambiente insalubre, densidade demográfica elevada e ocupação desordenada. Sposito (2000) considera que a industrialização provocou impacto sobre o urbano, com fortes transformações nos modelos da urbanização e em sua estrutura interna, o que produziu novas formas socioespaciais. Essas transformações refletem a dinâmica da humanidade, que teve papel fundamental para a aceleração do processo de urbanização. As mudanças que ocorrem em uma determinada cidade fundamentam-se em transformações com características próprias,

em função do momento, atributos e peculiaridades históricas que marcam seu desenvolvimento.

Estudar as transformações socioespaciais de uma cidade e compreendê-las é complexo, e essa temática envolve, não só os planejadores e gestores, mas, a ação de outros agentes que influenciam na dinâmica do espaço urbano associado a métodos e ferramentas que possibilitem o monitoramento das mudanças espaciais urbanas, constituindo-se como instrumentos para o planejamento urbano.

O avanço tecnológico nas ciências espaciais, especialmente no Sensoriamento Remoto e nos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), aliado ao uso de equipamentos e sistemas de informação, desenvolvimento de produtos e serviços, obtenção de informações utilizadas pela sociedade e poder público possibilitou o registro e análise dessas mudanças socioespaciais, que favoreceu o monitoramento de processos de transformação ambiental e a complexidade da expansão do espaço urbano. A utilização das imagens de satélites obtidas por Sensoriamento Remoto permite visualizar e avaliar a análise multitemporal e favorece o estudo do acompanhamento e a alteração da expansão urbana, segundo Foresti (1986).

Com relação à sua definição, para Moraes (2002), o Sensoriamento Remoto pode ser entendido como o conjunto de atividades que permite a obtenção de informações que compõem a superfície terrestre sem a necessidade de contato com elas. Essas atividades envolvem a detecção, a aquisição e a análise da energia eletromagnética emitida ou refletida, registrada pelos sensores e transformadas em sinais elétricos transmitidos para estações de recepção na Terra. Essa energia que é transmitida para os sensores é denominada energia eletromagnética ou radiação eletromagnética e, utiliza como principal fonte, a luz natural do Sol. Os sinais enviados para essas estações são convertidos em dados, na forma de gráficos, tabelas ou imagens.

Conforme Meneses e Almeida (2012), o Sensoriamento Remoto é considerado como uma das bem-sucedidas tecnologias de coleta de dados para o levantamento e monitoramento dos recursos terrestres em escala global. Sua primeira aplicação foi para

uso militar. Foi desenvolvida uma câmera fotográfica com disparador automático que pudesse fotografar toda uma área, a fim de ter como reconhecimento, as posições e infraestrutura das forças militares inimigas ainda no século XIX.

Nesse contexto, o uso das tecnologias para a análise multitemporal, tem o objetivo de mostrar a dinâmica do espaço urbano com a identificação dos condicionantes que influenciaram cada cenário que predominou na época, a partir do panorama histórico, econômico e social, bem como tendências e padrões de crescimento bastante úteis para ações voltadas para o crescimento das cidades.

A realidade do espaço urbano de Piri-piri, cidade localizada a Leste de Teresina, no Piauí, provocou questionamentos que se tornaram norteadores desta pesquisa, como por exemplo: Quais foram as mudanças ocorridas entre as décadas de 1980 a 2010, que influenciaram às mudanças espaciais na cidade? Quais são os vetores de expansão que influenciaram o crescimento do perímetro urbano? Com base nessas questões, tivemos como objetivo, realizar uma análise das características e alterações da mancha urbana de Piri-piri (PI) no período compreendido entre 1985 e 2015, por meio de imagens de satélites e levantamento de informações referentes à evolução multitemporal do espaço urbano de Piri-piri (PI).

Geotecnologias aplicadas aos estudos urbanos

Com o avanço das Geotecnologias, o estudo voltado para o monitoramento do espaço urbano ganhou destaque com o Sensoriamento Remoto, que permitiu a geração de imagens que registram com maior precisão, os elementos da superfície terrestre. A importância do mapeamento do crescimento urbano através do imageamento multitemporal é imprescindível para a análise do entendimento das ocupações urbanas e seu planejamento.

A cobertura multitemporal das imagens proporcionou o acompanhamento da mancha urbana e dos problemas ambientais decorrentes de sua expansão, atualização da malha urbana e interpretação da tendência do crescimento, assim explica Foresti (1988). As aplica-

ções de Sensoriamento Remoto, segundo Kurkdjian (1993 *apud* Souza, 2012) para análise no espaço urbano ocorrem em duas linhas: a) uma delas é a relação do sistema urbano com o meio físico que lhe envolve, e está associada a estudos de Geologia e Geomorfologia, no sentido de expansão urbana, adensamento urbano, entre outros; b) a outra linha é o espaço intraurbano que envolve informações que são capazes de identificar o tipo de uso do solo, vazios urbanos, sistema viário, regularização fundiária, áreas verdes, entre outros.

Pisani e Zmitrowicz (1992) consideram a utilização das imagens de satélites como fundamentais no processo de planejamento e detecção dos limites urbanos, pois permitem a análise de grandes áreas e auxiliam no desenvolvimento da infraestrutura urbana e conservação da paisagem. As técnicas de leitura e acompanhamento das mudanças urbanas podem ser conduzidas e verificadas por meio da periodicidade das passagens dos satélites. Isto, possibilitou a identificação de novos loteamentos, características do solo, dos vazios urbanos, vegetação, entre outras mudanças físicas, o que tornou mais eficiente a atuação de agentes responsáveis pelo planejamento urbano e controle da ocupação urbana.

Os avanços tecnológicos e a produção de imagens favorecem aos diversos usos, juntamente com a tecnologia de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), que permitiu seu uso nos estudos urbanos, intraurbanos, entre outros. Nesse sentido:

A dinâmica inerente ao espaço urbano impõe a necessidade de se trabalhar com uma visão sistêmica de conjunto. A representação de elementos espaciais que se interligam e ao mesmo tempo são identificáveis individualmente, traz consigo a valorização da Cartografia Temática como elemento de comunicação visual das análises e das propostas para as questões urbanas. A representação cartográfica é resultado de processos e síntese de dados, retratando a realidade e favorecendo diagnósticos e intervenções (MOURA, 1994, p. 51).

Na mesma linha de argumentação, Lombardo e Machado (1996) confirmam que as técnicas de Sensoriamento Remoto constituem-se em possibilidades significativas para os estudos urbanos, que requeiram a atualização e ordenação dos dados para o planejamento territo-

rial, visualizados por meio de mapas temáticos. Na análise da evolução da mancha urbana, as imagens de satélite são imprescindíveis no acompanhamento do dinamismo da expansão dos limites urbanos e da cobertura temporal das imagens espaciais, pois permite o monitoramento da mancha urbanizada com a informação global e atualizada do tecido urbano e sua tendência de crescimento.

Florenzano (2002) afirma que o processo da urbanização tem provocado impactos negativos na qualidade de vida da população e as técnicas de Sensoriamento Remoto contribuem para a análise e elaboração que pode subsidiar o planejamento urbano e o uso do solo das áreas urbanas. No rápido processo de expansão urbana das cidades brasileiras, surgiu a importância de técnicas de acompanhamento e planejamento de novas áreas. Segundo Alves *et al.* (2009), com a utilização de técnicas convencionais de obtenção de dados, como levantamento de campo e monitoramento aerofotogramétrico tradicional, o estudo de áreas urbanas se tornou oneroso, por isso, é indispensável a utilização das imagens de satélites, pois elas proporcionam repetitividade, visão sinótica e cobertura de áreas externas. Com o avanço das tecnologias e do desenvolvimento de novos sensores, foi aperfeiçoado a obtenção imagens e o aumento da precisão das informações dos dados.

A confrontação dos resultados obtidos nos estudos de áreas urbanas, segundo Fuckner (2007), permite definir padrões espaciais de crescimento. A integração entre os condicionantes físicos e as variáveis econômicas refina a interpretação dos padrões de crescimento urbano, o que pode ocorrer de forma compacta ou dispersa.

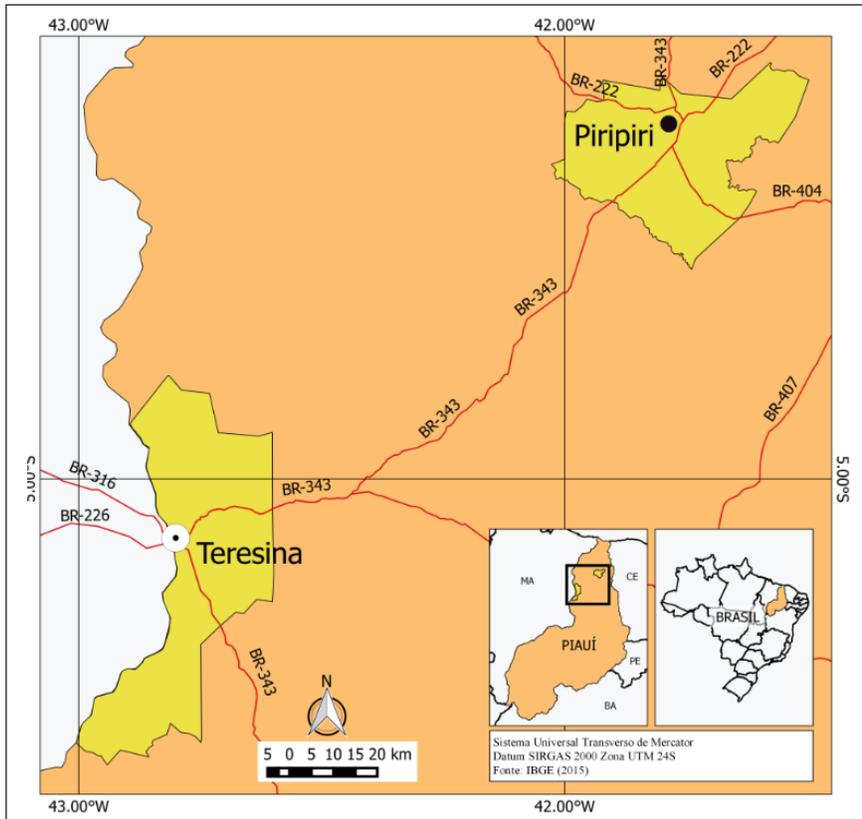
Sousa (2015) assegura que as Geotecnologias são consideradas suportes tecnológicos para o trabalho no processo de planejamento e organização, e associa o mapeamento dos problemas urbanos com informações físicas, demográficas, geográficas, topográficas e de infraestrutura com a gestão urbana.

Os dados obtidos por sensores remotos representados por imagens de satélites serviram de base para a compreensão da dinâmica do espaço urbano da cidade de Piri-piri através da análise e a caracterização da evolução da mancha urbana.

Área de estudo

Piripiri é um município do Estado do Piauí, cuja sede se localiza a 160 km ao Leste de Teresina, capital do Estado, com acesso por meio da rodovia BR-343 (Figura 1). Em termos demográficos é o quarto município do Estado e reúne uma população estimada no ano de 2020, de 63.787 habitantes, logo após Teresina, Parnaíba e Picos com 868.075, 153.482 e 78.431, respectivamente. Situa-se a 18 km do Parque Nacional de Sete Cidades, importante ponto turístico do Estado do Piauí. As coordenadas geográficas de sua sede são: 4°12'00" de Latitude Sul e 41°46'29" de Longitude Oeste e a altitude média é de 170 metros (IBGE, 2018).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Piripiri (PI) 2020



Fonte: IBGE (2015). Adaptado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

Organização espacial de Piripiri (PI)

No início de sua colonização, o Estado do Piauí tinha como principais características grandes áreas produtivas ao longo do Rio Parnaíba e seus afluentes, com produção de buriti, carnaúba, babaçu e com a expansão de terras e fazendas de gado surgiu a pecuária extensiva, que se tornou uma atividade econômica de grande importância para o desenvolvimento do Estado do Piauí (SANTOS, KRUEL, 2009).

Há registros dessas fazendas de gado na região que viria ser Piripiri, antes mesmo de sua fundação. Foi o padre Francisco Domingos de Freitas que se instalou na região na década de 1840, e entre os anos de 1855 e 1860, o referido padre mandou lotear as terras da fazenda, e fez doação de lotes a quem quisesse edificar (PIRIPIRI, 2016).

Em 1874, Peripery foi elevada à categoria de vila, período de instabilidade tanto política quanto econômica. Nesse período, o investimento era voltado para área de transporte, construção de ferrovias e portos, o que contribuiu timidamente para incentivar a economia piauiense. Em 4 de julho de 1910, o governador Antonino Freire da Silva, elevou a vila à categoria de cidade, nesse tempo o Piauí se encontrava com uma economia deficitária, baseada no extrativismo, como principal alicerce econômico. Os principais produtos eram o látex, o algodão, a cera de carnaúba e o gado.

Durante o século XX, o Brasil foi marcado por um intenso processo de industrialização. Em algumas regiões, houve a explosão demográfica na busca de melhores condições de vida e, como consequência, o aumento populacional e demanda por serviços na cidade. No Piauí, as transformações da sociedade também se intensificaram nesse período. Segundo Rebelo (1987 *apud* SANTANA, 2011), entre os anos de 1940 e 1970, aconteceu o processo de urbanização do Estado, intensificado a partir de 1950, devido às transformações sociais, políticas e econômicas que se desenrolaram em todo o país. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), houve a reorganização do espaço industrial brasileiro onde a economia

ganhou novos rumos, favoreceu o mercado para o capital internacional e a implantação dessas indústrias em locais com infraestrutura.

Para os políticos e economistas dos anos de 1950 e 1960, o crescimento industrial do Piauí deveria ter em sua base o setor agropecuário, uma vez que era evidente a dependência das atividades econômicas ligadas à pecuária e à agricultura para o crescimento econômico do Piauí. Santana (2011, p. 30) afirma que:

Sem uma economia primária não se pode pensar seriamente em manter indústrias no Piauí. Esta foi a conclusão a que chegaram, ontem, líderes empresariais piauienses que se reuniram na diretoria de O DIA para iniciar uma análise da atual situação do Estado. Para os empresários, a redenção econômica do Piauí só poderá ocorrer com o fortalecimento da agropecuária – a economia primária – indispensável para implantação da economia secundária – as indústrias.

Para Castelo Branco (2006), apesar do crescimento da lavoura, entre as décadas de 1940 e 1970, a abertura de estradas ocasionou a circulação de mercadorias e impulsionou à agricultura na época, ela era totalmente voltada para o próprio consumo da população, a chamada agricultura de subsistência, e segundo Mendes (2003), as culturas tradicionais, consideradas de menor valor, tiveram no Piauí uma participação relativamente maior, se comparadas às culturas voltadas para o mercado externo.

O processo de urbanização do Piauí se tornou diferenciado, embora o Estado tenha entrado no processo de crescimento facilitado pela expansão das estradas, e da instalação e ampliação das linhas férreas, que vieram no início do século XX. A ideia de impor dinamismo à rede de cidades, crescimento, urbanização, facilidade e rapidez no escoamento de mercadorias, trouxe uma grande novidade: a ferrovia. A cidade que abrigava uma estação ferroviária tornava-se, muitas vezes, centro coletor e comercial de sua região. Segundo Ferreira (2010), a partir da inauguração da Estação Ferroviária de Piri-piri, em 1937 que, até então, se localizava em uma área isolada da cidade, a dinâmica de fluxos proporcionada pela linha férrea começou a influenciar o crescimento urbano, gerou o pro-

gresso econômico e social à cidade, além de benefícios da modernidade, na época.

Nas décadas entre 1950 e 1970, a cidade passou por transformações no cenário urbano com a abertura de novas vias, reformas nas calçadas, alinhamento de edificações, nivelamento e delimitação de ruas, construção de canteiros centrais, investimentos e construções de escolas. Em 1960, houve investimento voltado para o combate à seca, com a construção do Açude Caldeirão, que propiciou um melhor abastecimento de água para a cidade (FERREIRA, 2010).

A presença de pequenos centros produtivos e, principalmente, de comércio e de serviços, foram os principais atrativos do aumento da concentração de mão de obra nessas atividades. E foi só a partir da década de 1980, que a população urbana representou quantidade superior à população rural, situação que se consolidou nos anos seguintes.

No começo dos anos 2000, Piripiri passou por um processo de transformação social, com a chegada do ensino superior e da expansão urbana, influenciada pela política de habitação e inclusão social, desenvolvida por ações do Governo Federal. No levantamento feito em 2017, a cidade já contava com o ensino superior representado pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); em 2010, com o ensino técnico e tecnológico ofertado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); o ensino privado na cidade é representado pela Christus Faculdade do Piauí (CRIS-FAPI), inaugurada em 2006, e um polo da UNOPAR, Universidade Norte do Paraná, cujas atividades se iniciaram em 2010, com a oferta de vinte e cinco cursos de graduação à distância.

A partir de 2009, Piripiri passou por significativas transformações em sua estrutura urbana, por meio da implantação de conjuntos habitacionais oriundos da nova política habitacional existente no país, junto com infraestrutura necessária para atendimento da demanda dos moradores dos novos conjuntos. A expansão de áreas loteadas em Piripiri, de acordo com a pesquisa de campo, configura eixos de expansão tanto em sentido Leste como Oeste e Norte. Essa condição foi reforçada com a aprovação da Lei

nº 819/2015 de 02 de julho de 2015, que fixou o novo perímetro urbano do município e os seus limites, ampliando-os ainda mais. Piripiri conta, até o levantamento feito na pesquisa de campo realizada no ano de 2017, com 3.038 unidades habitacionais contratadas entre 2009 e 2014, distribuídas em 12 conjuntos habitacionais em área urbana, com forte concentração da construção de unidades habitacionais na direção Norte da cidade. Os empreendimentos com maior quantitativo de unidades habitacionais são os que estão localizados em áreas de expansão urbana, próximos às vias de acesso da entrada da cidade, que possibilitou a implantação de novas habitações, loteamentos e construções.

Como um fenômeno perceptível na cidade de Piripiri, a construção de loteamentos também se configurou como uma expressão no espaço urbano e o processo de produção capitalista alterou a paisagem da cidade, com a expansão de áreas existentes e a constituição de novas formas de moradias inseridas na malha urbana. Foram identificados sete loteamentos regularizados segundo obtenção de dados junto ao Cartório, com um total de 1.335.447,01 m² de área construída e 1.422 lotes espalhados pela cidade. Os loteamentos estão inseridos dentro do perímetro urbano da cidade e diferentemente dos conjuntos habitacionais, que predominam na porção Norte, distante do centro urbano, os loteamentos estão em uma boa localização, com infraestrutura, equipamentos e serviços que servem como estratégia de valorização do empreendimento.

Metodologia

Inicialmente, foi feito o levantamento bibliográfico, com pesquisa de autores e trabalhos acadêmicos que versam sobre a mesma temática e procedimentos metodológicos. Além do levantamento bibliográfico, foi estruturada uma base cartográfica a partir de dados e informações obtidos da administração pública municipal de Piripiri (secretarias de Assistência Social, Infraestrutura, Obras), além de órgãos com atuação federal (IBGE, CAIXA) e, em paralelo à busca de dados foi feita a aquisição, tratamento de imagens e produção dos mapas. Para isso foram utilizadas imagens multitemporais dos sen-

sores TM do satélite LANDSAT-5 e OLI do LANDSAT-8 da cidade de Piripiri (PI), disponíveis no catálogo de imagens do INPE.

Na elaboração da análise da mancha urbana da cidade de Piripiri (PI) foram utilizados os seguintes materiais:

- Carta topográfica com curvas de nível com equidistância de 20 m do município de Piripiri, digitalizadas na escala 1:100.000;
- Imagens de satélite Landsat-5 TM, resolução espacial de 30 m, em composição colorida RGB 543, de 19/08/1985;
- Imagens de satélite Landsat-5 TM, resolução espacial de 30 m, em composição colorida RGB 543, de 15/08/1995;
- Imagens de satélite Landsat-5 TM, resolução espacial de 30 m, em composição colorida RGB 543, de 10/08/2005;
- Imagens de satélite Landsat-8 OLI, resolução espacial de 30 m, em composição colorida RGB 654, de 30/03/2015.
- Software QGIS 2.8, utilizado para o processamento digital das imagens e para a edição dos mapas.

A princípio, as imagens dos satélites foram selecionadas, no site do INPE, tomando por base, a área urbana do município. Após a seleção, as imagens foram georreferenciadas, ou seja, apoiadas em coordenadas geográficas a partir da carta topográfica digital para que os demais mapas pudessem estar espacialmente referenciados. O georreferenciamento tem a função de reorganizar os *pixels* da imagem em relação a um determinado sistema de projeção cartográfica, cujo objetivo é o de minimizar as distorções geométricas causadas pelo movimento da Terra e do satélite, pela curvatura da Terra, pela largura da faixa imageada, etc., bem como por erros panorâmicos ou radiométricos, causados pelo tamanho dos *pixels* fora do nadir (visada na perpendicular), resultantes de falhas instrumentais e limitações próprias do processo de imageamento.

O levantamento dos dados em campo foi realizado de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, e as atividades obedeceram a

uma sistemática. Foi feito, primeiramente, um reconhecimento geral da cidade. Depois de reconhecida, foram realizadas marcações de pontos com a utilização de GPS dos principais objetos e limites espaciais julgados necessários no primeiro momento. Como percepção inicial, foi observada a quantidade expressiva de unidades habitacionais e loteamentos na cidade que influenciou no direcionamento da pesquisa, em sequência, foram realizados registros fotográficos, identificação de seus respectivos equipamentos públicos e ida ao Cartório.

A partir de toda a metodologia aqui descrita, foi elaborada a análise do crescimento urbano da cidade de Piripiri para o período compreendido entre 1985 e 2015, em conjunto com os resultados relativos às imagens de satélites. Nesta pesquisa, a dinâmica espacial foi estudada sob o recorte temporal de 30 anos, no interstício dos anos de 1985, 1995, 2005 e 2015. A técnica que viabilizou a observação e a avaliação dos elementos da paisagem foi o uso de dados obtidos por sensores remotos representados por imagens de satélite, que permitiu a visualização e atualização do crescimento das áreas urbanas.

Análise multitemporal através das imagens de satélites Landsat-5 e Landsat-8

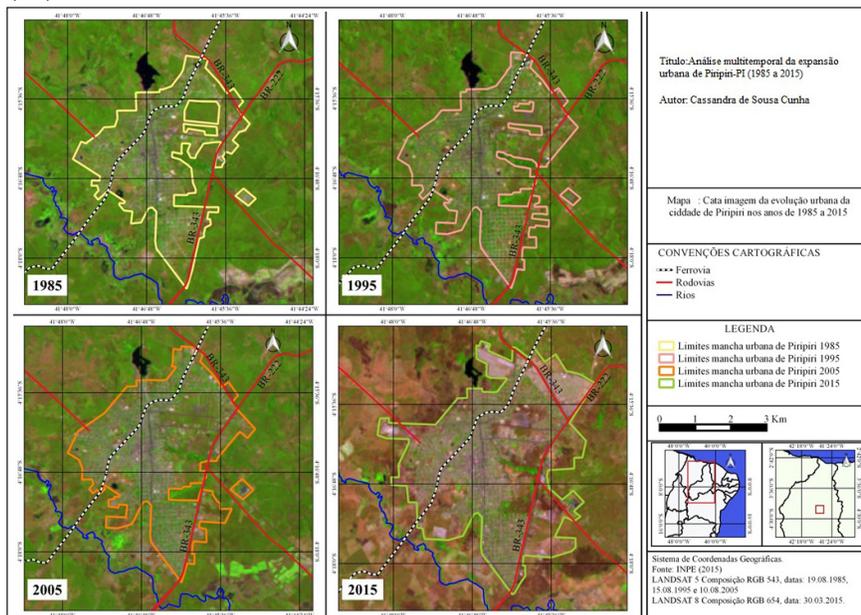
A dinâmica urbana foi identificada e interpretada com o auxílio do QGIS 2.8, que possibilitou a análise conjunta dos produtos cartográficos, e fez compreender as transformações espaciais detectadas por meio dos mapeamentos de diferentes épocas, com as observações visuais dos mapas e encontram-se expressas no decorrer da discussão.

A carta imagem de 1985 (Figura 2), permitiu observar o crescimento da mancha urbana no sentido de Oeste para Sul da cidade, a considerar como ponto de formação da cidade, os arredores da Igreja Matriz. Também foram percebidas expressivas áreas, ainda não ocupadas, no espaço da cidade e áreas residenciais dispersas pelo território já às margens das BR-343 e BR-222. A topografia

relativamente plana da cidade nos fez perceber a ausência de um padrão espacial de crescimento urbano, que permitiu com que a cidade crescesse em todas as direções. A carta imagem do ano de 1995 (Figura 2), apresentou a menor concentração de vazios urbanos se comparada à do ano de 1985. Foi percebido nos sentidos de Oeste para Sul a ampliação dos bairros já existentes e o adensamento da área central. Ao longo da BR-343, no sentido Leste, verificamos maior área com solo exposto, com supressão da vegetação, e que em imagens de anos mais recentes, apresentaram unidades comerciais e residenciais.

Ao longo da década de 1990, houve uma inércia na atividade urbana e poucas transformações no cenário urbano. A partir dos anos 2000, a cidade de Piripiri voltou a ter uma dinâmica considerável e refletida em seu espaço urbano. Na carta imagem do ano de 2005 (Figura 2), visualizamos um panorama urbano com permanência de um leve adensamento de suas áreas centrais e um contorno urbano desordenado, com predominância de crescimento para o sentido Leste, embora tenha sido observado, um crescimento para Oeste, e timidamente para o sentido Norte (Figura 2). Os sentidos Norte e Leste da cidade se tornaram objetos de expansão urbana suscetíveis à ação das atividades de valorização imobiliária no entorno dos eixos rodoviários no sentido da BR-343 e BR-222. Podemos afirmar então, que a tendência de expansão urbana de Piripiri começou a se concretizar efetivamente durante os anos 2000, com a expansão para o sentido Norte. Tal fato mostrou que, embora a princípio os conjuntos populares sejam edificados nas periferias das cidades, com o decorrer do tempo e a expansão do tecido urbano, eles se incorporaram ao mesmo, com ampliação do perímetro urbano, conforme carta imagem do ano de 2015 (Figura 2).

Figura 2 – Carta imagem da evolução urbana da cidade de Piripiri (PI) nos anos de 1985 a 2015.



Fonte: Imagens de satélites, INPE (2015). Adaptado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

Na área central detectamos poucos vazios urbanos com apresentação de uma região mais densa assim como na direção Oeste e o complemento de alguns bairros. Em termos de área e porcentagem, foi possível perceber a alteração da mancha urbana da cidade ao longo dos anos, com crescimento tímido nas quatro primeiras décadas estudadas, com destaque para um percentual considerável de crescimento nos anos recentes, conforme Tabela 1, obtida segundo dados elaborados da Figura 3.

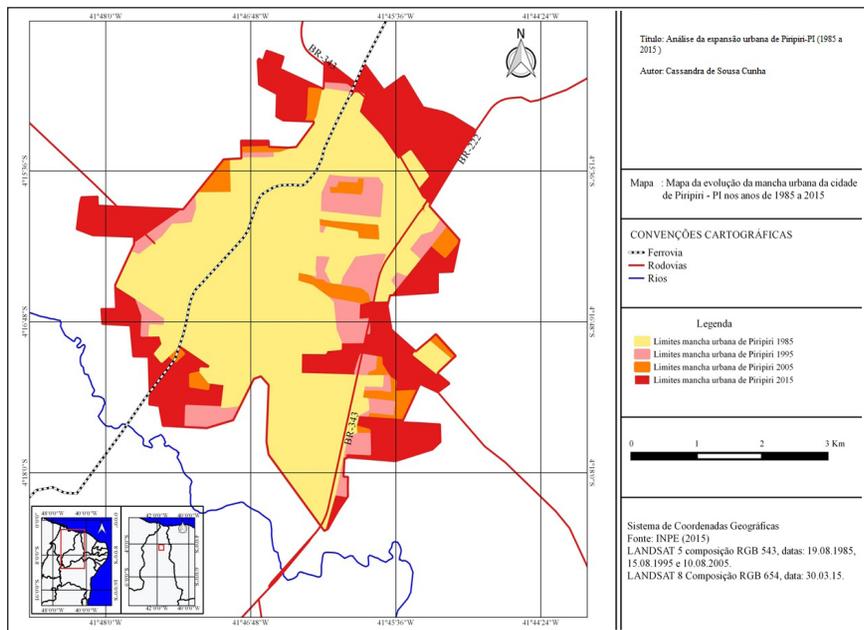
Tabela 1 – Área (km²) e crescimento (%) da mancha urbana de Piripiri (1985-2015)

| Cidade | Área da mancha urbana (km ²) | | | | Crescimento da mancha urbana (%) | | |
|----------|--|------|------|------|----------------------------------|-----------|-----------|
| | 1985 | 1995 | 2005 | 2015 | 1985-1995 | 1995-2005 | 2005-2015 |
| Piripiri | 12,7 | 14,9 | 16,0 | 22,0 | 17,32 | 7,38 | 37,5 |

Fonte: Imagens de satélite, INPE (2015). Adaptado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

O crescimento da mancha urbana da cidade de Piripiri, do ano de 1985 para o ano de 1995, cresceu apenas um percentual de 17,32%. Quando analisamos a mancha urbana da década referente ao ano de 1995 para 2005, constatamos que este foi um crescimento bastante pequeno, correspondendo apenas a 7,38% de crescimento, comprovado quando visualizamos a mancha urbana desse período. O período que apresenta maior percentual é o compreendido entre os anos de 2005 e 2015, quando foi analisada a diferença da área da mancha urbana em km². Em termos percentuais esse crescimento corresponde a um valor expressivo de 37,5% (Figura 3).

Figura 3 – Mapa da evolução da mancha urbana da cidade de Piripiri (PI) nos anos de 1985 a 2015



Fonte: Imagens de satélites, INPE (2015). Adaptado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

Em contraponto ao crescimento da mancha urbana que se intensificou mais nas duas primeiras décadas do século XXI, notamos um crescimento populacional mais lento e linear. Com a consideração da população total, rural e urbana de Piripiri e como referência os dados

dos anos de 1980, a população total naquele ano era de 55.095, com a rural totalizando 25.633 e urbana com 29.462 habitantes. Na década seguinte, no ano de 1991, a população total obteve um crescimento somando 63.162, com a população rural somando 23.821 e urbana com um total de 39.341 habitantes. No ano de 2000, a população total obteve um leve declínio em relação a de 1991, porém, contou com aumento da população na área urbana. A população total era de 60.154, com a rural de 16.617 e a urbana com 43.537. O número de habitantes chegou a um total de 61.834 em 2010, com aumento tanto na área urbana quanto na rural, 44.540 e 17.294 de habitantes respectivamente. Em termos percentuais, a população rural no ano de 1980, correspondia a 46,52% e a urbana a 53,18 %, no ano de 1991, a população rural era de 37,71 % e a população urbana de 62,29%, no ano de 2000, a população rural e urbana correspondeu a 27,62 % e 72,38%, e em 2010, correspondeu a 27,96% e 73,04%, respectivamente, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – População total, rural e urbana de Piripiri entre 1980 e 2010

| Censo | População total | População rural | Percentual da pop. rural % | População urbana | Percentual da pop. urbana % |
|-------|-----------------|-----------------|----------------------------|------------------|-----------------------------|
| 1980 | 55.095 | 25.633 | 46,52 | 29.462 | 53,48 |
| 1991 | 63.162 | 23.821 | 37,71 | 39.341 | 62,29 |
| 2000 | 60.154 | 16.617 | 27,62 | 43.537 | 72,38 |
| 2010 | 61.834 | 17.294 | 27,96 | 44.540 | 73,04 |

Fonte: IBGE, SIDRA (2016). Elaborado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

Com a análise no quantitativo populacional e no percentual da população urbana da cidade, identificamos que o período de maior dinâmica populacional foi entre os anos de 1980 e 1991, o que correspondeu a um crescimento de 29,10%. À medida que os anos avançaram esse percentual desacelerou. Entre os anos de 1991 e 2000, seu percentual de crescimento correspondeu a 10,66 % e entre os anos de 2000 e 2010, representou 2,30%, conforme Tabela 3.

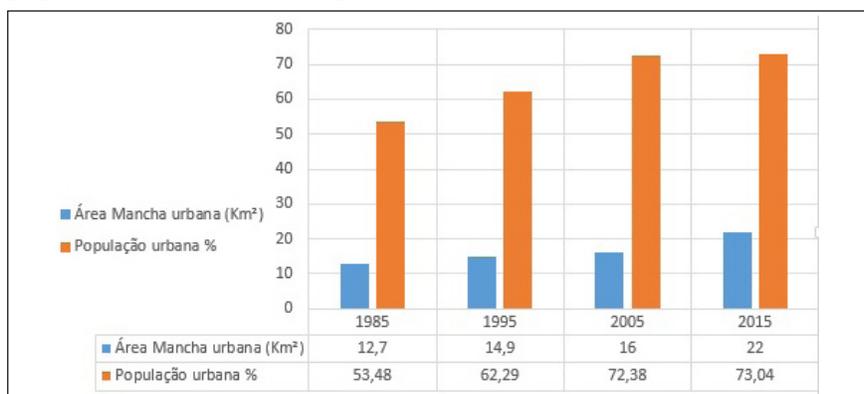
Tabela 3 – Crescimento (%) da população urbana de Piri-piri (PI)

| Cidade | Crescimento (%) da população urbana de Piri-piri | | |
|------------------|--|-----------|-----------|
| | 1980-1991 | 1991-2000 | 2000-2010 |
| Piri-piri | 29,10 | 10,66 | 2,30 |

Fonte: IBGE, SIDRA (2016). Elaborado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

Esses dados nos permitem concluir que não há uma relação direta do crescimento da mancha urbana da cidade de Piri-piri, com o seu crescimento populacional, ou seja, o entendimento da ampliação do perímetro urbano junto a edificação das unidades habitacionais construídas na cidade não está ligado ao crescimento demográfico, uma vez que a comparação entre as informações demonstra que não há correlação direta entre os mesmos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Comparativo entre a evolução da mancha urbana e a população urbana de Piri-piri (1985-2015)



Fonte: Imagens de satélites, INPE (2015). Adaptado por Cassandra de Sousa Cunha (2017).

Com a utilização das informações e a relação entre os dados, embora os anos analisados da população urbana e o crescimento da mancha urbana não sejam exatamente os mesmos, foi utilizada como parâmetro, a década relacionada a esses anos. Portanto, foi possível estabelecer o comparativo entre a implantação dos conjuntos habita-

cionais e o crescimento populacional, compreendendo assim, que o acontece em Piripiri é o reflexo da demanda de moradia que visa atender a um déficit habitacional existente na cidade, além de uma política habitacional voltada para a melhoria e qualificação das habitações.

Conclusão

Findadas as discussões acerca da pesquisa, percebemos que existe muito ainda a ser investigado sobre a realidade urbana de Piripiri e as questões teóricas que a envolvem. O desenvolvimento da pesquisa nos proporcionou muito mais do que atender ao objetivo planejado, mas, a inclinação para novas possibilidades de investigação de seu contexto, suas particularidades e suas implicações socioespaciais.

O objetivo da pesquisa foi analisar a multitemporalidade da expansão urbana de Piripiri com a utilização das imagens de satélites para compreensão visual das transformações espaciais ao longo dos anos. Ao analisarmos as imagens foi possível perceber as alterações e modificações do limite urbano bem como o crescimento das áreas urbanizadas. Com a elaboração dos mapas dos limites da mancha urbana da cidade foi possível visualizar o período de transformações e mudanças espaciais, entre os anos de 1985 a 2015.

Toda essa análise das transformações nos direcionou para o levantamento de dados relacionado à produção de habitação em Piripiri. Esses dados foram associados à distribuição territorial das unidades no espaço urbano da cidade. Assim, foi a partir de 2009, com a criação do PMCMV e a participação da cidade de Piripiri no programa habitacional, que a transformação do espaço aumentou significativamente devido as obras de habitação e infraestrutura urbana, como pavimentação, energia e água. O desenvolvimento da malha urbana da cidade, tem preponderado sobre a porção Norte, com a implantação de conjuntos habitacionais e loteamentos, e cada vez mais a mancha urbana da cidade se tornou crescente. A classificação quantitativa dos conjuntos habitacionais do

PMCMV foi de fundamental importância para o entendimento da demanda habitacional existente na cidade, fato que fora constatado pelo levantamento de unidades contratadas.

A construção de conjuntos habitacionais se expande gradualmente em áreas distantes e periféricas de centros urbanos, sendo a maioria dos conjuntos atendidos por uma população que não possuía casa própria, vivia de aluguel ou mantinha algum tipo de benefício. Seu crescimento é o reflexo do contexto econômico, político e social, que foi fundamental para o estímulo da produção e atendimento ao déficit habitacional nas camadas menos favorecidas. Por sua vez, os loteamentos se inserem em áreas estratégicas, com atrativos que agregam valor ao empreendimento, direcionados para uma parcela da população com outro perfil de renda, diferenciando-se pela estrutura, localização e interesse social presentes nessas áreas, aliada ainda à conjuntura política e econômica do país, estratégias de expansão e reprodução do capital, que implicou na urbanização de novas áreas e favoreceu seu crescimento horizontal e alterou a configuração do seu perímetro urbano. Nesse contexto, a paisagem urbana de Piri-piri (PI), está em constante transformação, com o ganho de novas configurações espaciais, investimentos nessas novas áreas, subsidiados pelas políticas públicas que conferem no espaço urbano novas formas de moradia.

Muitas outras questões podem ser levantadas, a partir de dados que foram obtidos e de questões discutidas em torno do objeto da presente pesquisa. Acreditamos ter cooperado para alimentar o debate ora apresentado, e na possibilidade deste trabalho permitir contribuições para o meio acadêmico.

Referências

ALVES, Cláudia Durand *et al.* Análise orientada ao objeto no mapeamento de áreas urbanas com imagens Landsat. **Boletim de Ciências Geodésicas**, v. 15, n. 1, p. 120-141, 2009.

CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. **Histórias e Memórias do Colégio Agrícola de Teresina (1954 a 1976)**: formando líderes para a construção do novo e para a

implacável destruição do arcaico. 2006.135 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

FERREIRA, José de Arimateia Isaías. **Trilhando novos caminhos: a cidade de Piripiri e as mudanças proporcionadas pela chegada da ferrovia – 1930-1950.** 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Imagens de satélite para estudos ambientais.** São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em Sensoriamento Remoto.** São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

FORESTI, Celina. Impacto ambiental da expansão urbana no setor oeste da área metropolitana de São Paulo: Análise através de dados e técnicas de Sensoriamento Remoto. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 1988. Natal, RN, **Anais [...]**, Natal, 1988. v. 1, p. 124-130.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades: Histórico do município de Piripiri-PI. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220840&search=piauipi|piripiri>. Acesso em: jul. 2015.

KURKDJIAN, Maria de Lourdes Neves de Oliveira. **Aplicações de Sensoriamento Remoto ao planejamento.** In. SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 1993, Cartagena, Anais [...], Cartagena: SELPER, 1993.

LOMBARDO, Magda Adelaide; MACHADO, Reinaldo Paul Pérez. Aplicação das técnicas de Sensoriamento Remoto e sistemas de informações geográficas nos estudos urbanos. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 10, p. 5-11, 1996

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENESES, Paulo Roberto; ALMEIDA, Tati de. **Introdução ao processamento de imagens de Sensoriamento Remoto.** Brasília: Editoras UnB – Embrapa Cerrados, 2012. p. 266.

MORAES, Elisabete Caria de. **Fundamentos de Sensoriamento Remoto.** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2002.

MOURA, Ana Clara Mourão. Tendências recentes nos estudos urbanos e o papel da Cartografia Temática. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, Ed. PUC-MG, n. 1, ano 1, p. 23-25, 1993.

PIRIPIRI (PI). Prefeitura, 2016. **O município.** Disponível em: <http://www.piripiri.gov.br/v2/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PISANI, Maria Augusta Justi; ZMITROWICZ, Witold. **Sensoriamento Remoto via orbital aplicado aos estudos urbanos**. Boletim técnico da escola politécnica da USP. São Paulo: EPUSP, 1992. p. 14.

SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A constituição da rede escolar e a prática das professoras primarias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**, 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2011.

SANTOS, Gervasio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. ZODÍACO, 2009.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Íris de Marcelhas e. INPE. **Sensoriamento Remoto Orbital aplicado a estudos urbanos**. 2012. 32 f. Disponível em: <http://mtc-m16d.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2012/02.28.13.46/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

PROGRAMAS HABITACIONAIS EM CAMPO MAIOR (PI): *um estudo de caso dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II*

Juciara Maria Santana da Silva

Bartira Araújo da Silva Viana

O sonho de adquirir casa própria “digna” é o desejo de qualquer habitante, pois a moradia está relacionada com os recursos financeiros de cada família. No entanto, ela não é ofertada de forma igualitária para todos, pois a maioria das pessoas não possui capital para adquirir uma moradia decente.

Diante disso, é preciso que as políticas públicas de habitação sejam implementadas, desde o âmbito nacional, estadual e municipal para suprir a carência da criação de moradia digna para a população. A partir do século XX, destacaram-se as políticas habitacionais do Banco Nacional de Habitação – BNH (1964-1986), que tinham a função de promover e facilitar a construção e a aquisição da casa própria, especialmente, para a população de baixa renda.

Entretanto, no final da década de 1980, presenciamos um intenso processo de municipalização das políticas habitacionais que representou uma ruptura em relação à prática desenvolvida no período da existência do Banco (1964-1986), visto que nessa época, os programas e recursos eram centralizados. Perante essa situação, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que buscava criar fluxos de recursos para a habitação e estruturar os mecanismos de gestão para a implantação de uma política habitacional no país.

Já no ano de 2003, observamos o início de um movimento sistemático na construção de uma política habitacional mais estável, pois este reforçava o papel estratégico das administrações locais, mas propunha a sua articulação institucional e financeira com outros níveis de governo, no âmbito do SNHIS.

Na esfera da política habitacional do Piauí, a oferta de habitação se caracterizava pela produção habitacional da Companhia Estadual de Habitação do Piauí (COHAB – PI), entre 1963 e 2007, o órgão tinha a função de ser o agente financeiro e promotor do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

No ano de 2007, a produção de moradias, no estado do Piauí, passou a ser feita pela Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH), mas também por outros órgãos, entre eles os municípios e entidades sem fins lucrativos com financiamento público. Dessa forma, a ADH passou a ser responsável pela política habitacional pública no Piauí, condicionada aos programas e linhas de financiamento do Governo Federal.

Com a sistematização e integração do SNHIS com os órgãos estaduais e municipais no âmbito da articulação financeira e institucional de políticas e programas habitacionais públicos de interesse social, a cidade de Campo Maior (PI) presenciou o maior programa habitacional com a construção de dois conjuntos habitacionais: Renascer I com 300 casas e Renascer II com 250 casas, em meados de 2008 e 2013, respectivamente. Contudo, Campo Maior ainda tem um déficit de aproximadamente 4.000 moradias.

Diante do exposto, o motivo pelo qual levou a elaboração do presente trabalho partiu da necessidade de analisarmos os aspectos espaciais, sociais, econômicos, bem como a expansão urbana, a começar pela construção dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II, sendo este um trabalho importante pela sua contribuição e compreensão da problemática habitacional no Piauí, especialmente, em Campo Maior.

Norteados por esses questionamentos, o trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos socioeconômicos e ambientais

decorrentes das construções dos conjuntos habitacionais: Renascer I e Renascer II, em Campo Maior. Seus fins específicos são: a) Discorrer o perfil socioeconômico dos habitantes que são beneficiados pelos programas habitacionais; b) Discutir a expansão urbana da cidade, a partir da construção dos dois conjuntos; c) Diagnosticar a questão habitacional na cidade de Campo Maior através de um estudo de caso dos conjuntos Renascer I e Renascer II. Diante do elucidado, é um direito de todos, possuir uma moradia própria, entretanto, averiguamos que, principalmente, a população de baixa renda não tem o acesso a essa moradia tanto pela ausência de operacionalização e efetivação dos programas habitacionais, quanto pela coordenação na distribuição de casas para essa população.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho se deu em algumas etapas. A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico para a elaboração da fundamentação teórica e metodológica, a mesma foi baseada em pesquisas bibliográficas onde foram consultados diversos livros, artigos científicos, monografias, dissertações e *websites* que tratam da questão urbana e habitacional, no âmbito da organização das cidades.

Com relação aos principais aportes teóricos contemplados destacamos os estudos de Sousa (2008), Sposito (2004), Jacobi (2004), Carlos (2001), Maricato (1997) e Corrêa (1989) que tratam do espaço geográfico e urbano, na perspectiva de cidade, produção e reprodução socioespacial, bem como planejamento e gestão urbana, além dos impactos socioambientais urbanos relacionados à questão habitacional.

Quanto à questão de habitação, no Brasil, à luz de vários referenciais, nos fundamentamos nos estudos de Krause e Lima Neto (2013), Santos Júnior e Montandon (2011), Lima (2010), Fernandes (2004), Castro (2008), Bonduki (1998) entre outros, no âmbito da produção de moradias por meio de programas habitacionais, bem como, na função social e gestão democrática da cidade, como tam-

bém em obras que tratam do plano diretor e do Estatuto da Cidade. E por fim, no sentido de demonstrar os dados referentes ao crescimento urbano e habitacional no Brasil, foram consultados os portais eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP).

O segundo momento constituiu-se na realização da coleta de dados através de fontes documentais nos órgãos competentes do município, como a Prefeitura Municipal de Campo Maior, assim como foram realizadas entrevistas junto aos funcionários da Secretaria Municipal de Habitação com o objetivo de analisarmos de forma mais sistemática a implantação desses conjuntos, pela análise dos Programas Habitacionais e do Plano Diretor Participativo de Campo Maior.

O terceiro momento foi efetivado mediante questionários aplicados por método de amostragem, com a apresentação de 50 questionários, divididos em 25 para cada conjunto, com fundamentos em trabalhos de campo, envolvendo os moradores dos conjuntos Renascer I e II, visando ainda verificar qual é o perfil socioeconômico e ambiental desses sujeitos e se eles atendem aos requisitos dos programas habitacionais, bem como detectar as principais necessidades desses moradores no espaço urbano campo-maiorense.

Em relação aos dados socioeconômicos de cada família foram pesquisadas informações referentes à composição familiar, o trabalho, a renda e a escolaridade. Cumpre destacar que foram analisados dados referentes a cada membro da família, priorizando as informações relacionadas à mãe, já que é ela a titular da casa, e no caso desses programas habitacionais a residência geralmente está no nome dela. Foram avaliados também dados do pai/cônjuge, já que esses dois são os que mais contribuem na renda da casa, uma vez que, a maioria dos moradores pesquisados afirma que os filhos não trabalham.

Os procedimentos utilizados nessa pesquisa envolveram aspectos da Geoestatística, como o método de amostragem, que é o processo ou técnica de escolha de amostra adequada, para análise de um todo. Também foi utilizado um processo para obtenção de dados aplicáveis a um conjunto denominado universo ou popula-

ção, por meio do exame de uma parte deste conjunto intitulada amostra, ou seja, uma Amostragem Probabilística, que dentro desse segmento, caracteriza-se como uma amostra aleatória simples na qual cada unidade de amostragem é um grupo, ou conglomerado, de elementos (TRIOLA, 2008).

Também foi realizada a construção de tabelas estatísticas objetivando dimensionar a atividade socioeconômica e ambiental realizada na cidade de Campo Maior, assim como foram selecionados mapas, fotografias e imagens de satélites do município, visando compreender aspectos espaciais e ambientais dos conjuntos habitacionais.

Campo Maior em contexto: resultados e discussão

Devido ao significativo avanço da expansão urbana de Campo Maior, como a construção dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II, através de programas habitacionais financiados pelo Governo Federal, o espaço urbano campo-maiorense tem presenciado impactos socioeconômicos e ambientais que serão discutidos na seção a seguir.

Caracterização de Campo Maior (PI)

Campo Maior está localizado na mesorregião Centro-Norte piauiense, na microrregião de Campo Maior, tendo como área 1.680,3 Km², índice de IDH 0,656, uma população, segundo o Censo de 2010, de 45.177 habitantes, densidade demográfica de 26,89 hab./km² (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP/IBGE, 2015).

Entre 2000 e 2010, a população de Campo Maior cresceu a uma taxa média anual de 0,57%, enquanto o total do Brasil foi 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 74,82% para 74,20%. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,37%. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 72,21% para 74,82%, segundo a Tabela 1 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP/IBGE, 2015).

Tabela 1 – População total, por gênero, rural/urbana – Campo Maior (PI)

| População | Pop. (1991) | % do total (1991) | Pop. (2000) | % do total (2000) | Pop. (2010) | % do total (2010) |
|-----------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|
| População total | 44.109 | 100,00 | 42.673 | 100,00 | 45.177 | 100,00 |
| Homens | 21.245 | 48,16 | 20.740 | 48,60 | 21.781 | 48,21 |
| Mulheres | 22.864 | 51,84 | 21.933 | 51,40 | 23.396 | 51,79 |
| Urbana | 31.853 | 72,21 | 31.928 | 74,82 | 33.521 | 74,20 |
| Rural | 12.256 | 27,79 | 10.745 | 25,18 | 11.656 | 25,80 |

Fonte: IBGE (2010a).

Quanto à renda mensal da população de Campo Maior, segundo a Tabela 2, para os que recebem até 1 salário mínimo, a proporção foi de 47,25% (18.301). Para os que ganham de 1 a 2, e 2 a 5 salários mínimos, o percentual foi de 8,83% (3.423) e 5,25% (2.037), respectivamente. Já àqueles que recebem entre 10 a 20 ou mais de 20 salários mínimos, a proporção foi de 0,32% (126) e 0,08% (34), nesta ordem. Já para a população declarada sem rendimento a percentagem foi de 36,90% (14.292).

Tabela 2 – Pessoas de dez anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal – Campo Maior (PI), 2010

| Muni- cípio | Pessoas de dez anos ou mais de idade | | | | | | | |
|----------------|--------------------------------------|---|------------------|------------------|-------------------|--------------------|---------------|-------------------------|
| | Total (1) | Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (2) | | | | | | |
| | | Até 1 | Mais de 1 a 2 | Mais de 2 a 5 | Mais de 5 a 10 | Mais de 10 a 20 | Mais de 20 | Sem rendi- mento (3) |
| Campo Maior | 38.727 | 18.301 | 3.423 | 2.037 | 512 | 126 | 34 | 14.292 |
| % | 100 | 47,25 | 8,83 | 5,25 | 1,32 | 0,32 | 0,08 | 36,90 |

Fonte: IBGE (2010b).

Campo Maior ocupava a 2.986ª posição em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.985 (53,64%) municípios estão em situação melhor e 2.579 (46,34%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios do Piauí, Campo Maior ocupa a 7ª posição, dessa forma 6 (2,68%) municípios estão em situação melhor e 217 (96,88%) municípios estão em situação pior ou igual (IBGE, PERFIL DOS MUNICÍPIOS, 2011).

Município do estado do Piauí, Campo Maior está localizado no Meio Norte do Brasil. A cidade foi criada através de Carta Régia em 19 de junho de 1761, e instalada um ano depois, já com o atual nome. Em 28 de dezembro de 1889, foi elevada à categoria de cidade. Nesse período de tempo, de vila à cidade, mesmo em um processo lento e gradual, Campo Maior passou por transformações na esfera política, econômica e social. Atualmente, são visíveis as mudanças nos seus aspectos físicos onde muito de seus velhos edifícios já não existem mais, pois atenderam as exigências de modernização (IBGE, 2010c). Em relação à origem da cidade, Alves Filho (2011, p. 2) afirma que:

Instalada a fazenda com rebanho bovino deslocado das províncias de Pernambuco e Bahia, Bernardo de Carvalho e Aguiar iniciou a povoação, com a construção da Igreja, inaugurada com a celebração da primeira Santa Missa, pelo Padre Tomé de Carvalho no dia 12 de novembro ano de 1712, tendo Santo Antônio de Pádua, padroeiro. A Igreja foi elevada à condição de Catedral no dia 12 de junho de 1976. Em torno da Igreja outras fazendas foram se instalando e o povoamento aumentando, tendo como fazenda principal a Bitorocara. Portugueses da família Carvalho chegavam para investirem na agricultura e na pecuária (ALVES FILHO, 2011, p. 2).

A expansão urbana de Campo Maior (PI), atualmente vivencia um “boom”, desde a sua instalação em torno da construção da Igreja de Santo Antônio, se expandindo, basicamente, com as construções de conjuntos e residências de habitação, principalmente, na porção Noroeste e Sudoeste da cidade, onde havia muitos “vazios urbanos”. Diante dessa realidade de expansão urbana, percebeu-se a necessidade da implantação de infraestruturas, como pavimentação, saneamento básico, serviços públicos: postos de saúde, cre-

ches, escolas, áreas de lazer, assim como também, serviços privados: mercados, farmácias, padarias e entre outros.

A questão habitacional em Campo Maior: estudo de caso dos conjuntos Renascer I e Renascer II

Com o aval da Constituição de 1988, os municípios tiveram uma maior autonomia na formulação de suas diretrizes de planejamento urbano e na condução do processo de gestão dos centros, que de acordo com Fernandes (2004), reconheceu os direitos ao planejamento, ao meio ambiente equilibrado e à participação da gestão das cidades. Assim como acordou também, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 que de forma explícita contribuiu para a promoção da integração entre o Direito Urbanístico e o Direito Ambiental.

Sob essa ótica, presenciamos em Campo Maior (PI), nos últimos anos, uma forte expansão urbana, no caso dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II, entre os anos 2008 e 2013. O primeiro conjunto foi contemplado com um total de trezentas (300) casas e o segundo com duzentas e cinquenta (250), direcionadas para famílias de baixa renda.

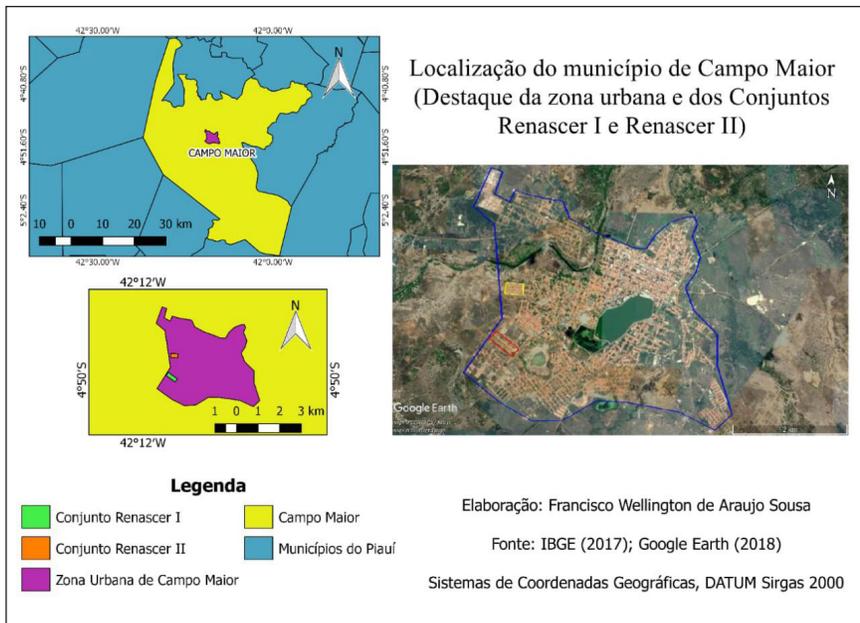
De acordo com Lima (2010) sempre houve uma segregação socioespacial quanto à questão da moradia no Brasil. No entanto, assistimos no país, uma forte descentralização das políticas urbanas, sendo a habitação parte integrante das preocupações dos municípios, na atualidade.

Com a construção dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II (Figura 1), em áreas relativamente distantes do centro da cidade, principalmente, na porção Noroeste e Sudoeste de Campo Maior, houve deslocamento das famílias que ali habitavam, anteriormente, em áreas de riscos, como foi o caso dos moradores do Renascer II, sendo preciso fazer uma avaliação socioeconômica e ambiental da realidade desses dois conjuntos.

Caracterização do Conjunto Renascer I

Entre os anos de 2007 e 2008, foi inaugurado o Conjunto Renascer I, destinado para as famílias de baixa renda. Na época, as famílias faziam o cadastro na Prefeitura do Município, e, por conseguinte, em meados de 2006, as famílias sorteadas participavam de reuniões promovidas pela Prefeitura, com o objetivo de informá-los sobre o andamento da construção do conjunto, como também, esclarecer as dúvidas frequentes dos beneficiários.

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Campo Maior (PI), com destaque para a Zona Urbana e dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II



Fonte de Dados: IBGE (2017). Organização: Juciara Maria Santana da Silva (2019). Geoprocessamento: Francisco Wellington de Araújo Sousa (2019).

Para avaliar os aspectos socioeconômicos e ambientais, tanto do Conjunto Renascer I (Figura 2) quanto do Conjunto Renascer II foi feito um estudo de caso, com a aplicação de questionários, primeiramente, com os moradores do Renascer I, adotando como metodologia de Amostragem Probabilística por Conglomerados. Essa metodologia, possibilita calcular a probabilidade de todos os moradores do conjunto, havendo a possibilidade de determinar os conglomerados e, a partir disso, escolher de forma aleatória, os elementos questionados.

Nessa metodologia, cada quadra do conjunto foi chamada de conglomerado, então, em consequência disso, foram identificados de forma aleatória, os elementos (domicílios) onde seriam aplicados os questionários. Devemos destacar que todas as quadras foram contempladas, sendo 11 quadras que compõem o Conjunto Renascer I, nomeadas assim: A, F, J, N, E, L, O, I, H, M e G. Como pode ser visto na Figura 2, aérea do conjunto que destaca a distribuição das casas.

Figura 2 – Fotografia da visão panorâmica do Conjunto Habitacional Renascer I em Campo Maior (PI)



Fonte: campomaioremfoco.com.br (2015).

O questionário, para os dois conjuntos, está dividido da seguinte maneira: dados socioeconômicos da família (composição familiar, trabalho, renda e escolaridade); forma de acesso ao imóvel; avaliação do imóvel, sociabilidade, participação, organização e avaliação do entorno, respectivamente.

No que se refere aos dados socioeconômicos foram estudados cada membro da família, mas, foi analisada, prioritariamente a mãe, que é a titular da casa, já que nesses programas habitacionais, a moradia é registrada no nome da mulher, como também, o pai/cônjuge, pois os dois são os que mais contribuem na renda da casa.

Em relação à quantidade de membros por família, no Conjunto Renascer I, as famílias entre 3-4 membros são maiores, representando 52% (13) do total de moradores questionados, e em contrapartida, famílias com até 2 membros são menores, com 16% (4), já as famílias constituídas entre 5-7 representam 32% (8). Notamos então que as famílias são relativamente grandes, possuindo mais de quatro membros, evidenciando desta forma, que o tamanho da casa em que moram não é adequado, pois é relativamente pequena, composta de uma sala, uma cozinha, dois quartos e um banheiro.

Quanto ao grau de escolaridade da mãe e do pai/cônjuge, constatamos que o grau de instrução que prevalece, tanto para as mães quanto para os pais/cônjuges, é o Ensino Fundamental incompleto, representando 36% (9) das mães e 47,05% (8) dos pais/cônjuges, do total de moradores questionados. Não obstante, as famílias que concluem o Ensino Médio, representam 16% (4) das mães, a maioria donas de casa, e 5,88% (1) de pais/cônjuges que trabalham, também, em empregos eventuais.

Já as mães que concluíram o Ensino Superior 8% (2), representam mães (titulares das casas) todas professoras, e os pais/cônjuges 5,88% (1); 23,55% (4) representam pais/cônjuges sem nenhum grau de instrução. Ressalvando que nos dois conjuntos, das 25 famílias questionadas, apenas 17 vivem com pai ou cônjuge, sendo que 32% das famílias são constituídas por mães solteiras (8).

Em relação à situação de trabalho/ocupação observamos que 44% (11) são de mães do lar (donas de casa), a maioria delas vive com os pais de seus filhos ou companheiros, e esses, em grande parte, trabalham fazendo “bicos”. As mães que trabalham eventualmente (bico) constituem 36% (9) do total de moradores questionados, a maioria são mães solteiras. Já os pais/cônjuges representam 58,82% (10), evidenciando que são os que têm menores graus de instrução.

As mães assalariadas contabilizam 12% (3), e 23,53% (4) representam pais/cônjuges, pois mesmo com pouca instrução, eles trabalham em cerâmicas e depósitos de construção, no carregamento de materiais. No entanto, 17,65% (3) constituem pais/cônjuges aposentados e 8% (2) constituem as mães com aposentadoria.

Em relação à renda mensal, as famílias do Conjunto Renascer I que recebem menos de 1 salário representam 60% (15) do total de moradores questionados, já as famílias que recebem até 1 salário mínimo constituem 28% (7), e as que recebem de 2-4 salários mínimos somam 12% (3). Diante do explicitado, confirmamos que as famílias são de baixa renda, e basicamente têm apenas o necessário para sua sobrevivência, logo muitas não possuem condições de financiarem uma moradia.

Quando as famílias foram questionadas se recebem algum tipo de bolsa do governo, 64% (16) dos moradores responderam que sim, tendo como forma de rendimento, principal, a Bolsa Família para o atendimento de suas principais necessidades. No entanto, 36% (9) representam as famílias que não recebem nenhum tipo de bolsa do governo. Descobrimos, a partir da análise dos dados socioeconômicos feito aos moradores do Conjunto Renascer I, que existe uma inter-relação neste fato, quanto menor o nível de instrução, menores serão as chances de trabalho e, conseqüentemente, menor a renda da família.

Quando questionados sobre o que mais gostam no conjunto, 44% (11) do total dos moradores pesquisados, afirmaram que sentem uma grande estima pelos vizinhos. Essa informação mostra que os mesmos estão familiarizados, já que moram no conjunto desde 2007 e 2008. No entanto, 36% (9) destacaram que a sua satis-

fação está em possuir a sua casa própria, já que alegam que não tinham moradia antes.

De acordo com a Tabela 3, quando perguntamos sobre o que os moradores “menos gostam” no conjunto, 84% (21), afirmaram a falta de infraestrutura, especialmente, por que as ruas não são pavimentadas e geram muita poeira. Todos reclamaram deste problema, presente no conjunto, porque ele causa alergia e doenças respiratórias nos moradores. Por outro lado, 8% (2) destacaram a falta de lazer.

Outro problema que devemos destacar é o fato de o conjunto ter sido construído próximo ao “lixão” da cidade, desativado em meados de 2013. Os moradores relataram que quando os caminhões despejavam o lixo e faziam a limpeza de fossas sanitárias, “ficava um mau cheiro insuportável”, já que os resíduos eram despejados próximos a eles, em uma ação muito prejudicial à saúde dos moradores, no entanto, o “lixão” foi desativado e atualmente, existe um aterro sanitário à distância de 7 km da Zona Urbana.

Tabela 3 – Distribuição dos moradores do Conjunto Renascer I quanto ao grau de satisfação da moradia

| Positivo | Valor absoluto | Valor relativo (%) | Negativo | Valor absoluto | Valor relativo (%) |
|------------------------|----------------|--------------------|-------------------------|----------------|--------------------|
| Possuir a casa própria | 9 | 36% | Falta de infraestrutura | 21 | 84% |
| Tranquilidade | 4 | 16% | Falta de água | 1 | 4% |
| Dos vizinhos | 11 | 44% | Falta de lazer | 2 | 8% |
| Gosto de tudo | 1 | 4% | Muito distante | 1 | 4% |
| Total | 25 | 100% | Total | 25 | 100% |

Fonte: Pesquisa direta, setembro (2015).

Quanto ao imóvel (casa) do conjunto, os moradores responderam que o tamanho da casa não é adequado para suas famílias, já que grande parte delas é formada entre quatro e sete membros.

Devemos mencionar, que as casas são compostas de uma sala, uma cozinha, dois dormitórios e um banheiro. Os pesquisados afirmaram que não têm muito conforto em suas casas e que os materiais que foram usados para a construção delas são “de segunda”, pois em pouco tempo, as casas já apresentavam problemas, mas, apesar de todos esses relatos, eles não sentem falta do domicílio anterior, que não era deles.

Em relação ao grau de satisfação foi questionado aos moradores, se em algum momento, eles pensaram em se mudar do conjunto. Mesmo com tantos problemas 76% (19) do total afirmaram que não pensaram em se mudar do Renascer I, visto que nunca tinham possuído uma casa própria, como também não tinham outro local para morar. Em contrapartida, 24% (6) desejaram, em algum momento, se mudar do conjunto por falta de infraestrutura, a exemplo da inexistência de pavimentação nas ruas.

Quando interrogados sobre a forma de acesso ao imóvel, a maioria respondeu que são os primeiros moradores do domicílio, representando 72% (18) do total. Apenas 28% (7) não são os primeiros moradores, sendo que esses compraram as casas dos donos ou de terceiros. Nesse sentido, constatamos também, que uma casa já tinha sido vendida mais de quatro vezes.

Segundo os pesquisados, outras casas foram invadidas, inclusive, na época da conclusão das moradias, houve diversas invasões, que foi um forte motivo para que a Prefeitura acelerasse a mudança dos beneficiários para o conjunto. Os moradores também afirmaram que as casas deveriam ser entregues com piso de cerâmica, pintura e as ruas calçadas, mas à pressa para se mudarem para as casas novas foi maior, devido ao temor de as perderem na ocasião da invasão.

Em razão desse fato, muitos moradores estão insatisfeitos, visto que as ruas não foram pavimentadas. Cumpre destacar que somente em 2015, a Prefeitura pavimentou a rua principal do conjunto. Esse fato causou uma insatisfação maior, pois as pessoas que residem nas ruas que não foram calçadas, afirmam merecer a melhoria, pois “viver com poeira é muito ruim”. Relatam ainda, que devido à ausência de pavimentação das ruas secundárias das

quadras que compõem o Conjunto Renascer I, no período seco, eles vivem constantemente em contato com a poeira, e em época de chuva, as ruas ficam cheias de águas empossadas.

No entanto, Campo Maior foi contemplada com mais de 14 mil metros quadrados de calçamento, que irão permitir que aproximadamente 95% das ruas secundárias do Conjunto Renascer I sejam pavimentadas. As obras se iniciaram em janeiro desse ano e também serão contemplados, com calçamento, mais quatro bairros da cidade (PORTAL CAMPO MAIOR, 2019).

Grande parte dos moradores do Conjunto Renascer I respondeu que a Prefeitura não se comprometeu em realizar melhorias no entorno, sendo que 64% (16) respondeu que não existiu uma contrapartida, 36% (9) do total de moradores questionados responderam que sim.

As casas do conjunto foram entregues entre 2007 e 2008 para os cidadãos. Todos os domicílios são próprios, e os moradores não pagaram nenhuma prestação pelas casas. A forma de acesso ao domicílio ocorreu, primeiramente, a partir do cadastro na Prefeitura de Campo Maior, com os moradores, principalmente, os de baixa renda, que não possuíam casa. Após esta etapa foi feito o sorteio e também reuniões entre os cadastrados. O tempo entre o cadastro e o sorteio foi relativamente curto, por volta de um ano. Neste intervalo de tempo, a Caixa Econômica Federal avaliou e selecionou os cadastros feitos pela Prefeitura.

A avaliação feita com os moradores do Conjunto Renascer I mostrou que quando analisados os aspectos socioeconômicos das famílias, estes estão intimamente relacionados com o grau de escolaridade e a situação de trabalho e, conseqüentemente, a renda familiar. As famílias, em sua maioria, são relativamente numerosas, com dois ou mais filhos e o tamanho do domicílio não é adequado para elas, ou seja, carece de ampliação e acréscimo de cômodos.

As casas, em parte, apresentaram algum tipo de problema, como rachaduras, umidade, vazamentos, entre outros problemas. No entanto, os moradores estão satisfeitos com a sua nova moradia,

porquanto afirmam que “só o fato de nunca terem possuído uma moradia e agora ter uma, foi um sonho realizado”.

Quanto aos serviços públicos e comerciais oferecidos no conjunto, estes têm uma carência muito grande, por exemplo, não existe praça, não há áreas para lazer, como também, não existe uma escola que atenda a população estudantil no Renascer I, porém, cumpre citar aqui, que está sendo construída uma escola no conjunto.

Caracterização do Conjunto Renascer II

No ano de 2013, foi inaugurado o Conjunto Renascer II destinado às famílias de baixa renda e residentes em áreas de risco, como aquelas que foram afetadas pelo alagamento ocorrido na cidade de Campo Maior, no ano de 2008 e 2009, em particular, quem morava em bairros próximos aos rios, como exemplo a Vila Papi. Entre 2008 e 2009, a Prefeitura Municipal realizou cadastros com as famílias acometidas pelas enchentes na época. O processo levou, pelo menos quatro anos entre os cadastros e as entregas das novas moradias para os beneficiários.

Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, as novas moradias foram construídas através do Programa Minha Casa, Minha Vida, para famílias com renda de zero a três salários mínimos. Vale reforçar que o PMCMV passou, segundo Krause e Lima Neto (2013), a ser utilizado de modo associado às intervenções de urbanização de favelas, e no caso de desastres naturais, assim como na construção das novas unidades vinculadas à intervenção urbanística, como foi o caso do Nordeste, em decorrência das enchentes.

O PMCMV, nesta região atingida por desastres naturais, como as enchentes no ano de 2008 e 2009, abriu nova vertente, para atender as famílias atingidas com a construção de novas moradias, juntamente com a Caixa Econômica Federal. Ambos avaliaram os cadastros feitos pela Prefeitura do município, como também autorizaram a entrega do empreendimento.

No Conjunto Renascer II, há um total de oito quadras, que foram nomeadas da seguinte forma: A, B, C, D, E, F, G e H. Na fotografia

aérea (Figura 3), pode ser observada a visão panorâmica da estrutura e da distribuição das quadras do Conjunto Habitacional Renascer II.

Figura 3 – Fotografia da visão panorâmica do Conjunto Habitacional Renascer II, Campo Maior (PI)



Fonte: campomaiorefoco.com.br (2015).

Observamos que famílias de 3-4 membros predominam no Conjunto Renascer II, representando 60% (15) do total de moradores questionados. Famílias de 1-2 membros compõem 20% (5), essa realidade mostra que o tamanho das moradias não é adequado às famílias. As casas são constituídas de uma sala, dois quartos, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço. Já as famílias com 5-7 membros representam 20% (5), constando assim, que a maioria das famílias é relativamente grande para o número de cômodos ofertados.

Quanto ao grau de escolaridade das mães e dos pais/cônjuges, foram sondados que 35,29% (6) dos pais/cônjuges cursaram o Ensino Fundamental incompleto, já 40% (10) representam as mães com Ensino Fundamental incompleto. Em relação aos pais/cônju-

ges, 29,41% (5), dos moradores concluíram o Ensino Médio, e 20% (5) representaram as mães. Apesar desses dados, a maioria das mães são donas de casa.

Constatamos ainda que 12% (3) do total de entrevistados, representam as mães que concluíram Ensino Superior, a maioria delas são professoras. Já as mães e pais/cônjuges que não cursaram nenhum nível de ensino, representam 8% (2) e 5,88% (1), respectivamente. Segundo esses dados, a quantidade de pais/cônjuges é menor que a de mães, ou seja, as mães que não vivem com seus companheiros, correspondem a 32% (8) das entrevistadas.

A respeito da situação de trabalho/ocupação, o que se evidenciou foi que 60% (15) representam as mães do lar (donas de casa), já, os pais/cônjuges que sobrevivem com trabalhos eventuais, os chamados “bicos”, representam 64,71% (11) do total de moradores indagados. Em contrapartida, as mães nessa mesma situação, representam 24 % (6) do total.

Na pesquisa averiguamos que, 35,29% (6) dos pais/cônjuges são assalariados e 16% (4) representam as mães, que trabalham, principalmente, como professoras. No Conjunto Renascer II, entre as famílias questionadas, não foram encontrados pais/cônjuges e mães aposentados, diferentemente da realidade do Conjunto Renascer I.

Em relação à renda mensal das famílias, estas que recebem menos de 1 salário mínimo representam 60% (15) do total de moradores, já as famílias que recebem até 1 salário mínimo representam 36% (9) e 4% (1) àquelas que recebem entre 2-4 salários mínimos, constando que no Renascer II, a maioria das famílias recebem menos de 1 salário mínimo, assim como no Conjunto Renascer I.

Ainda, conforme relatos de moradores do Renascer II, na época do cadastro das famílias afetadas pelas enchentes, foi uma grande confusão, pois ora a Caixa Econômica exigia comprovação de renda, sendo que grande parte das cadastrados não tinha como comprovar, uma vez que tinham, apenas, o necessário para sua sobrevivência, ora não exigia a comprovação de renda, já que o PMCMV em Campo Maior (PI) se destinava para as famílias que

residiam em áreas de riscos, afetadas pelas enchentes ocorridas entre 2008 e 2009.

No que concerne ao recebimento de bolsas do governo, entre os moradores questionados, 88% (22) afirmaram que recebem algum tipo de auxílio, principalmente o Bolsa Família. Sendo que eles mantêm suas principais necessidades através dessa bolsa. Em contrapartida, 12% (3) afirmaram que não recebem nenhum tipo de bolsa do governo. Essas famílias são constituídas por mães com a ocupação de professoras e/ou pais/cônjuges trabalhando no comércio com carteira assinada.

Em relação ao grau de satisfação da moradia, 48% (12) responderam que gostam de tudo no Renascer II; 12% (3), responderam que o aspecto que se destaca é a posse da casa própria, como também, a infraestrutura. No entanto, 24% (6) do total responderam que não gostam do Renascer II, já 4% (1) afirmaram gostam, pelo motivo da tranquilidade.

Segundo Castro (2008), o acesso a uma moradia é privilégio de alguns, e para a maioria da população esse acesso apresenta-se como um problema, pois a moradia é um bem imprescindível, sem ela é impossível a realização de necessidades básicas ou mesmo viver com dignidade. Morar é um direito de todos, porém, contrariamente, esse direito só se torna possível mediante pagamento.

De acordo com a Tabela 4, quanto aos aspectos negativos, o que prevaleceu, entre as respostas, foi a presença de críticas referentes à Estação de Tratamento de Esgoto do Conjunto Renascer II: 36% (9) do total de moradores questionados, disseram que o mau cheiro incomoda bastante o Conjunto, principalmente, a partir das 18:00 horas. Também constatamos que 24% (6) dos moradores não gostam da vizinhança; 16% (4) destacaram como aspecto negativo, a desorganização do conjunto; e 8% (2) acham que o Renascer II é relativamente distante das principais atividades econômicas da cidade, localizadas no centro.

Tabela 4 – Distribuição dos moradores do Conjunto Renascer II quanto ao grau de satisfação da moradia

| Positivo | Valor absoluto | Valor relativo (%) | Negativo | Valor absoluto | Valor relativo (%) |
|------------------------|----------------|--------------------|---------------------------------|----------------|--------------------|
| Possuir a casa própria | 3 | 12% | Desorganização no conjunto | 4 | 16% |
| Tranquilidade | 1 | 4% | Vizinhos | 6 | 24% |
| Infraestrutura | 3 | 12% | Estação de Tratamento de Esgoto | 9 | 36% |
| Não gosto de nada | 6 | 24% | Gosto de tudo | 4 | 16% |
| Gosto de tudo | 12 | 48% | Muito distante | 2 | 8% |
| Total | 25 | 100% | Total | 25 | 100% |

Fonte: Pesquisa direta, outubro (2015).

Ainda em relação ao grau de satisfação dos moradores, foi interpelado, se em algum momento os moradores já pensaram em se mudar do Renascer II: 60% (15) afirmaram que não pensam em se mudar do conjunto, pois os mesmos não têm outro local para sua moradia. Assim, estão satisfeitos, pois nunca haviam possuído uma moradia digna, até mesmo aqueles que alegaram já ter pensado em se mudar do conjunto.

Certificamos também que 40% (10) dos moradores já desejaram se mudar do conjunto, por não estarem contentes com suas casas e por desavenças com os vizinhos. Ainda quando entrevistados, foi perguntado se após a mudança para o conjunto, algum membro da família mudou de trabalho, a resposta foi unânime, 100% (25), posto que, afirmaram que continuam realizando os mesmos trabalhos.

Quando questionados sobre a forma de acesso ao imóvel, todas as famílias declararam que são os primeiros moradores do domicílio. Porém, no Programa Minha Casa, Minha Vida os resi-

dentos pagam pelo imóvel por meio de prestações, mesmos os de baixa renda, que vivem basicamente do Bolsa Família, diferentemente da realidade do Conjunto Renascer I.

Para famílias de baixa renda, a prestação paga é de R\$ 25,25, representando 68% (17) do total de moradores averiguados. As pessoas que pagam R\$ 27,00 equivalem 16% (4), e as famílias que pagam R\$ 31,30 e R\$ 55,00 correspondem a 8% (2) e 8% (2), respectivamente.

No referente às melhorias do entorno, realizadas pela Prefeitura, 64% (16) afirmaram que a Prefeitura se comprometeu em realizar investimentos na área, pelo motivo de todas as ruas das quadras serem calçadas. Em contrapartida, 36% (9), asseguraram que a Prefeitura não se comprometeu em fazer melhorias no entorno, pelo fato de não haver ainda áreas de lazer no Renascer II.

A respeito da avaliação do imóvel, foi interrogado se o tamanho do domicílio é adequado para a família, 56% (14) do total de moradores, disseram que o tamanho não é adequado para as suas famílias, porque os cômodos das casas são muito pequenos, principalmente a cozinha; já 44% (11) afirmaram que o tamanho da casa é adequado.

A avaliação feita no Conjunto Renascer II evidencia que as famílias são de baixa renda, e têm apenas a Bolsa Família como principal fonte de rendimento. Em relação aos aspectos socioeconômicos, estes estão intimamente relacionados, pois quanto menor o grau de instrução das mães e pais/cônjuges, menor será as oportunidades de emprego e, conseqüentemente, menor será a renda das famílias. Os moradores do Conjunto Renascer II têm uma carência muito grande, no que concerne à infraestrutura, visto que não existem praças, UBS/Posto de Saúde, creches, farmácias, mercados/supermercados, padarias, entre outros.

Após o exposto concluímos que o papel do lugar é determinante, pois ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, assim como constatamos que as oportunidades não são as mesmas para a população da cidade, ou seja, o lugar interfere no valor do indivíduo e no próprio exercício da cidadania.

Considerações finais

A pesquisa analisou os impactos socioeconômicos e ambientais de conjuntos habitacionais construídos através de programas habitacionais que contribuem para a redução do déficit de moradias em Campo Maio (PI), a partir de estudo de caso dos conjuntos habitacionais Renascer I e Renascer II.

Os objetivos da pesquisa foram confirmados quando avaliamos que a população residente nos conjuntos Renascer I e Renascer II, enfrentam dificuldades de várias ordens, como a distância dos conjuntos, para a realização das principais atividades comerciais presentes no centro da cidade, como também dificuldades de acesso à escola, creche para os filhos, atendimento médico, serviços em geral, tais como, comércio, farmácia, padaria. Vale enfatizar também que não existem áreas de lazer, como praças, para os moradores dos referidos conjuntos.

No que tange aos aspectos socioeconômicos, percebemos que tanto no Conjunto Renascer I quanto no Renascer II, grande parte dos beneficiários é de baixa renda, e a maioria recebe o auxílio do Bolsa Família. Mas existem também famílias que não são de baixa renda, com rendimentos entre 4 e 7 salários mínimos, nos dois conjuntos habitacionais. Acerca do grau de escolaridade, prevalecem os moradores que cursaram até o Ensino Fundamental incompleto.

As famílias são relativamente grandes, possuindo entre 4 e 7 membros, dessa forma, o tamanho da casa não é adequado para elas, e por isso, precisam de algum tipo de obra, como ampliação ou acréscimo de cômodos. Analisamos também que as moradias apresentaram diversos problemas, como rachaduras, vazamentos, umidade, entre outros problemas dessa ordem.

Quanto aos aspectos ambientais, o conjunto habitacional Renascer I foi construído próximo ao “lixão” de Campo Maior, desativado em meados de 2103, momento em que foi criado um aterro sanitário. Nesse contexto, apuramos o desconforto criado aos moradores em decorrência do mau cheiro nas mediações do conjunto. No período de chuvas, a água escoava pelo lixão levando detritos e deje-

tos para as ruas das quadras mais próximas desse local, pois estas não são calçadas e terminam por acumular água, causando problemas de saúde pública, prejudicando, principalmente, as crianças que brincam ali e que são vulneráveis às doenças.

Em relação ao conjunto habitacional Renascer II, no que se refere aos aspectos ambientais, os moradores vivem constantemente com o mau cheiro da Estação de Tratamento de Esgoto, existente no conjunto, especialmente, no final da tarde. Também devemos ressaltar que o mesmo foi construído próximo ao curso do Rio Surubim, e que os moradores já reivindicaram aos órgãos públicos a remoção da estação, alegando que esta, foi construída muito próxima das casas do Renascer II.

Diante do exposto, faz-se necessário repensarmos uma política que considere a satisfação dos moradores desprovidos de recursos financeiros quanto às questões habitacionais, não somente à provisão de unidades residenciais, mas considerando mecanismos de inclusão social, como o acesso a serviços básicos de saúde e educação, entre outros. Assim, cada família poderá reconstruir seu novo espaço, com seus anseios e valores, adaptando suas necessidades ao novo lugar, na luta pela sobrevivência e pelo direito à cidade.

A presente pesquisa acerca da questão habitacional de Campo Maior é de grande importância para a população dos conjuntos, como também, para os demais habitantes, em relação ao espaço urbano, no que se refere não só ao acesso a uma moradia, mas desfrutar de todos os serviços de infraestrutura, saúde e educação que são direitos imprescindíveis para a dignidade humana.

Referências

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

BRASIL. **Programa Nacional de Capacitação das Cidades**: modulo básico. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Projeto Moradia**. [2007?]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/promoradia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CAMPO MAIOR, Prefeitura Municipal de. **Plano Local de Habitação e Interesse Social**: Segunda Audiência Pública para a Aprovação do Diagnóstico. Campo Maior, 2015.

CAMPOMAIOREMFOCO.COM.BR. **02 fotografias color digital**. 2015. Disponível em: <http://campomaioremfoco.com.br/campo-maior-tem-um-deficit-de-4-mil-moradias-apesar-dos-avancos.html>. Acesso em: 29 maio 2015.

CAMPOMAIOREMFOCO.COM.BR. **Portal de Campo Maior**. Disponível em: http://www.portaldecampomaior.com.br/_p/index.php/2016-01-29-01-56-39/4912-renascer-i-tera-95-de-ruas-calcadas-prefeito-visita-inicio-da-obra-neste-domingo. Acesso em: 30 abr. 2019.

CAMPO MAIOR, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor Participativo do município de Campo Maior**. Lei nº 6 de 11 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.campomaior.pi.gov.br/media/documents/2015/08/leiorganica_GkXGkpq.pdf. Acesso em: 25 mar. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Maria Amábili Alves de. Produção Habitacional, Inclusão Social e Cidadania: uma análise do papel exercido pelo poder público local. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (org.). **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para análise dos entremeios da cidade. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CHAVES, Celson Gonçalves. **Urbanização em Campo Maior**. Campo Maior: Edição do Autor, 2007.

FERNANDES, Edésio. Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica. In: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2004. p. 99-127.

FILHO ALVES, João. Origem de Campo Maior – PI. In: CAMPPELLI, Raulino (org.). **Almanaque de Campo Maior**, 2011. Disponível em: <http://blog.clickgratis.com.br/almanaquedecampomaior/page2/&thisy=&thism=&thisd=>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Dados socioeconômicos de Campo Maior** – PI, 2015. Disponível em: www.fjp.mg.gov.br. Acesso em: 25 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Sinopse do Censo Demográfico de 2010, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Piui.pdf. Acesso: 10 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010. Características da População e dos Domicílios – 2010: Resultados do Universo. Tabela 4.9.7.1, 2010b**. Disponível em: <http://www>.

ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm. Acesso: 10 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Campo Maior**, 2010c. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Municípios, 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/>. Acesso em: 28 set. 2015.

JACOBI, Pedro. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. *In*: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2004. p. 169-184.

KRAUSE, Cleandro; KRAUSE, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. Minha Casa, Minha Vida, nosso crescimento onde fica a política habitacional? **Ipea**: texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 21 maio 2015.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **Gestão urbana e política de habitação social**: análise de uma experiência de urbanização de favelas. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/campo-maior_pi. Acesso: 10 set. 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. *In*: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: IPPUR, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da. **Política habitacional brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SOUZA, Marcele Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à estatística**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE TERESINA¹

Rodrigo da Silva Rodrigues

A Constituição Federal de 1988, entre diversos avanços, propôs a construção de mecanismos para a promoção de um maior desenvolvimento econômico nas diversas realidades do país. Um destes instrumentos foi a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDEs) que, segundo Azevedo e Alves (2010), teve sua criação ligada ao objetivo de articular as ações da União em um mesmo complexo social e geoeconômico, com vistas ao desenvolvimento regional e à redução das desigualdades. Especificamente, a possibilidade da criação das RIDEs ocorre quando há municípios de mais de um estado federado, com condições de integração, sendo previstas no artigo 43 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Existem no Brasil, atualmente, três RIDEs, a saber: a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (constituída pelo Distrito Federal, 29 municípios do estado de Goiás e quatro municípios do estado de Minas Gerais), a Região Integrada de Desenvolvimento Petrolina-Juazeiro (constituída por quatro municípios de Pernambuco e quatro municípios da Bahia) e ainda, a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (constituída por 14 municípios do Piauí e o município de Timon, no Maranhão), que é o objeto de estudo deste trabalho.

1 Esta pesquisa apresenta parte dos resultados da tese de doutorado do autor.

Por mais que a RIDE da Grande Teresina objetive o desenvolvimento e a redução de suas desigualdades regionais, além de promover a integração e a unificação dos serviços públicos comuns aos entes federados que compõem a Região Integrada, harmonizando os programas e projetos de interesse dos municípios com os planos regionais de desenvolvimento, o que se percebe pela experiência empírica entre aqueles que vivenciam a realidade da área de estudo, como o autor deste trabalho, é que a criação da RIDE, em si, não trouxe grandes avanços no que tange ao desenvolvimento econômico, à qualidade de vida e à redução das desigualdades internas na área de estudo.

Este texto tem como objetivo, portanto, mensurar a qualidade de vida nas cidades da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. No que concerne aos procedimentos metodológicos, realizamos pesquisa bibliográfica, além de consulta ao índice mencionado. Também foram elaborados tabelas e mapas para melhor visualização (e comparação) dos resultados.

Primeiramente, faremos uma breve apresentação da RIDE da Grande Teresina, sua construção legal e caracterização demográfica, para num segundo momento, apresentarmos o panorama da qualidade de vida nos municípios que a constituem, a partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

A Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) tiveram suas criações previstas no artigo 43 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) para a articulação das ações da União em um mesmo complexo social e geoeconômico, tendo como principal objetivo, promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades, especificamente, em aglomerações urbanas que contenham municípios de mais de um estado federado, em condições de integração. Quando criadas, as RIDEs ficam sob responsabilidade de coordenação e administração dos Conselhos Administrativos e

de suas Secretarias Executivas, que são incorporadas à estrutura do Ministério da Integração Nacional (MI)², atualmente, Ministério do Desenvolvimento Regional.

No Brasil, existem atualmente, três RIDEs: a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no estado de Goiás, e dos municípios de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no estado de Minas Gerais), criada pela Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto nº 2.710 de 04 de agosto de 1998, alterada pelo Decreto nº 3.445 de 04 de maio de 2000, e Decreto nº 4.700 de 20 de maio de 2003 (BRASIL, 2013a). O Decreto nº 7.469 de 05 de maio de 2011, revogou os anteriores, dando novas interpretações legais à RIDE do Distrito Federal e entorno. Por fim, a Lei Complementar nº 163 de 14 de junho de 2018, incluiu mais 12 municípios.

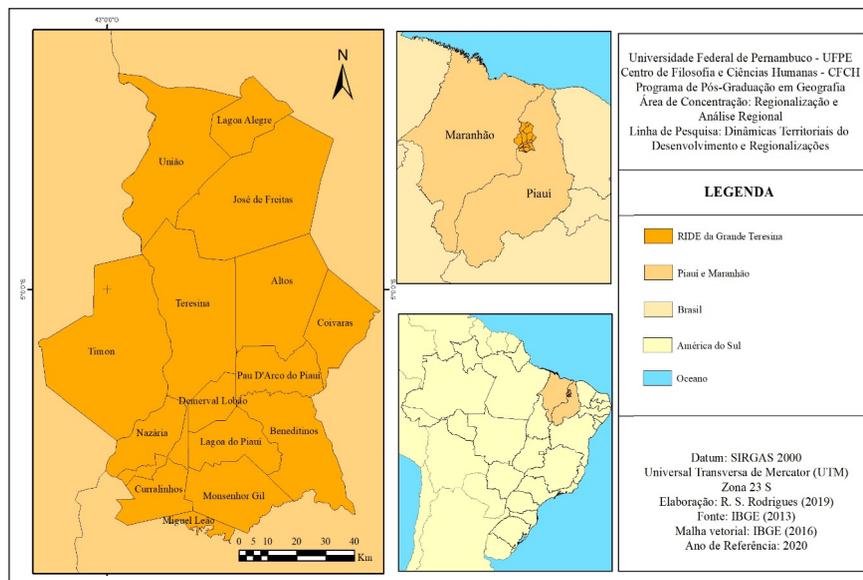
A Região Integrada de Desenvolvimento Petrolina-Juazeiro (constituída pelos municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, e pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no estado da Bahia), foi criada pela Lei Complementar nº 113 de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366 de 09 de setembro de 2002 (BRASIL, 2013b).

Por fim, temos a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (constituída pelos municípios piauienses de Altos, Benedictinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Frei-

2 O Ministério da Integração foi fundido com o Ministério das Cidades em 1º de janeiro de 2019, em observância à Medida Provisória nº 870, que deu origem ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

tas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D'Arco, União, Nazária, Teresina, e ainda, o município de Timon, no Maranhão). Essa região integrada foi criada pela Lei Complementar nº 112 de 19 de setembro de 2001, e foi instituída pelo Decreto nº 4.367 de 09 de setembro de 2002 (BRASIL, 2013c), objeto desta pesquisa. A RIDE da Grande Teresina teve seu lançamento no Palácio de Karnak, no dia 21 de maio de 2008, e o órgão responsável pela coordenação das ações para o desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades regionais, foi o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento, o COARIDE. Na Figura 1, podemos ver a localização da RIDE da Grande Teresina.

Figura 1 – Mapa de localização da RIDE da Grande Teresina



Fonte: IBGE (2013; 2016). Elaboração: Rodrigo da Silva Rodrigues (2019).

Apresentaremos alguns dados demográficos gerais, para uma breve caracterização da nossa área de estudo. Assim, podemos ver na Tabela 1, informações referentes à população absoluta e relativa, taxa de crescimento entre o período de 2000 a 2010, além da área dos municípios.

Tabela 1 – População absoluta, área, taxa de crescimento e densidade demográfica dos municípios da RIDE da Grande Teresina (2010)

| Município | População absoluta (2010) | Taxa de crescimento da população (2000 - 2010) | Porcentagem da pop. total do município em relação à pop. total da RIDE (%) | Área (km ²) | Densidade demográfica (hab./km ²) |
|--------------------------|---------------------------|--|--|-------------------------|---|
| Altos (PI) | 38.822 | -0,09 | 3,36 | 957,654 | 40,54 |
| Benedictinos (PI) | 9.911 | 0,23 | 0,85 | 934,843 | 12,57 |
| Coivaras (PI) | 3.811 | 0,93 | 0,33 | 485,496 | 7,85 |
| Curralinhos (PI) | 4.183 | 1,55 | 0,36 | 345,848 | 12,09 |
| Demerval Lobão (PI) | 13.278 | 0,68 | 1,14 | 216,807 | 61,24 |
| José de Freitas (PI) | 37.085 | 1,35 | 3,21 | 1.538,172 | 24,11 |
| Lagoa Alegre (PI) | 8.008 | 1,75 | 0,69 | 394,661 | 20,29 |
| Lagoa do Piauí (PI) | 3.863 | 1,14 | 0,33 | 427,325 | 9,05 |
| Miguel Leão (PI) | 1.253 | -0,99 | 0,10 | 93,412 | 13,40 |
| Monsenhor Gil (PI) | 10.333 | 0,03 | 0,89 | 567,545 | 18,17 |
| Nazária (PI) | 8.068 | 0 | 0,69 | 364,525 | 22,19 |
| Pau D'Arco do Piauí (PI) | 3.757 | 1,45 | 0,32 | 430,817 | 8,72 |
| Teresina (PI) | 814.230 | 0,77 | 70,51 | 1.391,046 | 584,94 |
| União (PI) | 42.654 | -0,09 | 3,69 | 1.173,447 | 36,35 |
| Timon (MA) | 155.460 | 2,03 | 13,46 | 1.764,612 | 89,18 |
| TOTAL | 1.154.716 | 0,14 | - | 11.086,21 | 104,15 |

Fonte: IBGE (2010). Organização: Rodrigo da Silva Rodrigues (2020).

Mediante análise da Tabela 1, percebemos que a cidade de Teresina concentra mais de 70% da população total da RIDE. Em seguida, Timon, o único município do Maranhão pertencente ao arranjo, concentra 13,46% da população total, sendo o município mais próximo de Teresina, “conurbado” com a capital piauiense (separados apenas pelo Rio Parnaíba). Pelo fato de estar localizado justamente ao lado da área central de Teresina (onde se localizam grande parte de postos de trabalho, além de estabelecimentos de ensino), a cidade de Timon possui intensa relação com a capital do Piauí, com intensos fluxos demográficos para trabalho e estudo (SILVA, 2019a; 2019b).

Além dos dois municípios mencionados, os municípios de Altos e José de Freitas, com 38.822 e 37.085 habitantes, respectivamente, também possuem algum destaque no que tange à população absoluta (se comparados com os demais municípios da RIDE e sem contar com Teresina e Timon), porém essas quantidades representam pouco mais de 3% dos residentes da população total da RIDE, em cada uma destas cidades. Demerval Lobão e Monsenhor Gil, possuem 13.278 e 10.333 habitantes (1,14% e 0,89%) e completam os municípios com mais de 10.000 habitantes na RIDE da Grande Teresina. Todos os demais municípios concentram menos de 1% da população do arranjo institucional.

A RIDE, de modo geral, teve uma pequena taxa de crescimento de sua população entre 2000 e 2010 (apenas 0,14%), sendo que alguns dos municípios apresentaram, inclusive, taxas negativas de crescimento no período (Altos e Miguel Leão), o que indica um alto índice de emigração dessas cidades. As maiores taxas de crescimento populacional no período se verificaram nas cidades de Timon (2,03%), Lagoa Alegre (1,75%), Curralinhos (1,55%) e Pau D’Arco (1,45%). Teresina, por exemplo, ocupa apenas a 8ª posição entre os municípios da RIDE que mais aumentaram sua população no intervalo considerado. Com a exceção de Timon, esses municípios têm populações absolutas pequenas, o que, proporcionalmente, dá maior peso ao aumento das taxas de crescimento, para aumentos menores de contingentes populacionais (o que faz com que Teresina, mesmo tendo aumentado em quase 99 mil habitantes

entre 2000 e 2010, ocupe a 8ª posição, enquanto que Lagoa Alegre, a segunda cidade com maior taxa de crescimento populacional, teve um incremento de menos de 1.200 habitantes, por exemplo).

Agora que apresentamos nosso objeto de estudo, faremos uma breve explanação para mostrar um panorama de como se apresenta a qualidade de vida na área da RIDE da Grande Teresina, a partir da análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal na RIDE da Grande Teresina

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi idealizado pelo economista paquistanês MahbubulHaq, com a colaboração e inspiração nas ideias do economista Amartya Sen. Tal índice foi apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no ano de 1990. Este instrumento “[...] reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão da liberdade das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação –, e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda” (IPEA, 2013, p. 24), ou seja, o IDH está centrado em três grandes dimensões, consideradas essenciais para a qualidade de vida das pessoas: a saúde, a educação e a renda.

Os IDHs nacionais, entretanto, devem ser adequados às particularidades de cada país, de acordo com a própria ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Podemos mencionar, entre os novos indicadores que já foram acrescentados em alguns países na construção do IDH, a liberdade política, o meio ambiente, a segurança, entre outros.

Particularmente, no Brasil, em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH para a realidade nacional (uma primeira adaptação já havia ocorrido em 1998). Desta forma, com base no Censo Demográfico de 2010, foi calculado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

(IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros (o IDHM dos anos de 1991 e 2000, também foi recalculado, a partir da nova metodologia construída). O IDHM também se baseia nas mesmas três dimensões do IDH, porém, estas dimensões foram construídas a partir de mais de 200 indicadores do Censo Demográfico de 2010.

Para o cálculo do IDHM, as três dimensões referidas possuem o mesmo peso (com médias geométricas), sendo que os resultados obtidos (que variam entre 0 e 1) foram categorizados em: muito baixo (resultado entre 0 e 0,499), baixo (resultado entre 0,500 e 0,599), médio (resultado entre 0,600 e 0,699), alto (resultado entre 0,700 e 0,799) e muito alto (entre 0,800 e 1). Apresentamos, a seguir, a Tabela 2, com os resultados do IDHM e de suas três dimensões para os anos de 2000 e de 2010:

Tabela 2 – Evolução do IDHM e suas três dimensões, por município, na RIDE da Grande Teresina (2000 e 2010)

| Município | IDHM Renda (2000) | IDHM Renda (2010) | IDHM Longevidade (2000) | IDHM Longevidade (2010) | IDHM Educação (2000) | IDHM Educação (2010) | IDHM Final (2000) | IDHM Final (2010) |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| Altos (PI) | 0,487 | 0,590 | 0,672 | 0,767 | 0,233 | 0,512 | 0,424 | 0,614 |
| Benedictinos (PI) | 0,476 | 0,561 | 0,672 | 0,780 | 0,188 | 0,394 | 0,392 | 0,557 |
| Coivaras (PI) | 0,429 | 0,543 | 0,658 | 0,732 | 0,179 | 0,453 | 0,370 | 0,565 |
| Currinhos (PI) | 0,381 | 0,512 | 0,637 | 0,762 | 0,163 | 0,438 | 0,341 | 0,555 |
| Demerval Lobão (PI) | 0,483 | 0,588 | 0,673 | 0,781 | 0,289 | 0,515 | 0,455 | 0,618 |
| José de Freitas (PI) | 0,479 | 0,591 | 0,654 | 0,781 | 0,208 | 0,512 | 0,402 | 0,618 |
| Lagoa Alegre (PI) | 0,423 | 0,538 | 0,666 | 0,728 | 0,184 | 0,425 | 0,373 | 0,550 |
| Lagoa do Piauí (PI) | 0,413 | 0,548 | 0,648 | 0,778 | 0,210 | 0,464 | 0,383 | 0,583 |
| Miguel Leão (PI) | 0,478 | 0,579 | 0,708 | 0,782 | 0,206 | 0,533 | 0,412 | 0,623 |
| Monsenhor Gil (PI) | 0,471 | 0,568 | 0,661 | 0,781 | 0,274 | 0,524 | 0,440 | 0,615 |
| Nazária (PI) | 0,445 | 0,546 | 0,706 | 0,780 | 0,187 | 0,512 | 0,389 | 0,602 |
| Pau D'Arco do Piauí (PI) | 0,353 | 0,448 | 0,632 | 0,742 | 0,101 | 0,376 | 0,282 | 0,514 |
| Teresina (PI) | 0,664 | 0,731 | 0,734 | 0,820 | 0,488 | 0,707 | 0,620 | 0,751 |
| União (PI) | 0,444 | 0,542 | 0,666 | 0,781 | 0,211 | 0,453 | 0,397 | 0,577 |
| Timon (MA) | 0,521 | 0,614 | 0,656 | 0,768 | 0,322 | 0,579 | 0,479 | 0,649 |

Fonte: IBGE (2010). Organização: Rodrigo da Silva Rodrigues (2020).

Observando a Tabela 2, constatamos uma evolução nas notas do IDHM em todas as três dimensões e, conseqüentemente, no IDHM final de todos os municípios, entre os anos de 2000 e 2010. A dimensão que apresentou os maiores valores, de maneira geral, foi a Longevidade (única dimensão do IDHM em que um dos municípios aparece na categoria muito alta, no ano de 2010) e aquela que apresentou os piores valores foi a dimensão Educação.

A cidade polo da RIDE, Teresina, é a que apresenta os melhores resultados em todas as dimensões e também no IDHM final. A cidade de Timon, único município maranhense pertencente a RIDE, de modo geral, é a segunda cidade que apresenta os melhores resultados no IDHM, exceto na dimensão Longevidade, tanto em 2000 (possuindo a 5ª pior nota entre as cidades da RIDE), como em 2010 (possuindo a 6ª pior nota entre os municípios analisados). A cidade de Pau D'Arco do Piauí apresentou os piores resultados em todas as dimensões, tanto em 2000 como em 2010 (exceto na dimensão Longevidade do IDHM em 2010, quando o município de Coivaras teve um resultado pior).

Em 2010, nenhum município apresentou o IDHM muito baixo. Sete municípios apresentaram o IDHM baixo e também outros sete municípios apresentaram o resultado do IDHM médio. Teresina foi o único município que apresentou o IDHM classificado como alto (com a nota de 0,751). De modo geral, a dimensão que apresenta melhores resultados é a de Longevidade, seguida da Renda e, por fim, da Educação, em todos os municípios. Em relação à Longevidade, todos os municípios apresentaram nota no IDHM na categoria “alta”, exceto Teresina, que apresentou nota “muito alta”.

Ainda em 2010, no que se refere à dimensão Renda, um município (Pau D'Arco do Piauí) foi classificado com uma nota na categoria “muito baixa”, 12 apresentaram notas consideradas “baixas” e apenas dois entraram em categorias melhores: Timon apresentou uma nota classificada como “média” e Teresina apresentou uma nota considerada “alta”. A situação da dimensão Educação é a mais preocupante, ao passo que sete municípios da RIDE apresentaram notas nesta dimensão na categoria “muito baixa” e outros sete na

categoria “baixa”, apenas Teresina apresentou resultados melhores, estando na categoria “alta”.

Entretanto, analisar os municípios da área de estudo, enquanto uma totalidade homogênea pode acarretar uma interpretação equivocada nas diversas desigualdades existentes nos espaços intraurbanos, especialmente, nas cidades de maior porte econômico, demográfico, etc. Além disso, como o IDHM é formado a partir da média de três dimensões específicas que influenciam umas às outras, mas que não são diretamente proporcionais, podemos encontrar situações em que determinada dimensão possui um valor bem maior que outra, numa realidade que influencia o resultado geral do IDHM.

Desta maneira, analisaremos o IDHM geral na escala intraurbana das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), um recorte espacial diferente dos setores censitários e das áreas de ponderação, também baseado nos dados do Censo Demográfico de 2010, elaborado pela equipe responsável pelo Atlas IDHM Brasil. Estas foram construídas para criar áreas mais homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, do que as áreas de ponderação do IBGE, levando em consideração critérios socioeconômicos e o perfil do assentamento, como a idade e seu modelo de ocupação. Até o momento, os resultados do IDHM por UDH foram disponibilizados apenas para as RMs e RIDEs do país.

Diferente dos setores censitários, que apresentam os resultados do questionário básico do Censo Demográfico do IBGE, e das áreas de ponderação, que apresentam os resultados do questionário da amostra do Censo, definidos a partir de critérios técnicos relacionados ao processo de coleta e amostragem, as UDHs foram elaboradas com base em uma análise “espacial” das RMs e das RIDEs por meio de recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais clara³. O processo de elaboração e divulgação

3 Para obter o acesso aos dados do questionário da amostra para recortes espaciais diferentes daqueles correspondentes às áreas de ponderação, os usuários

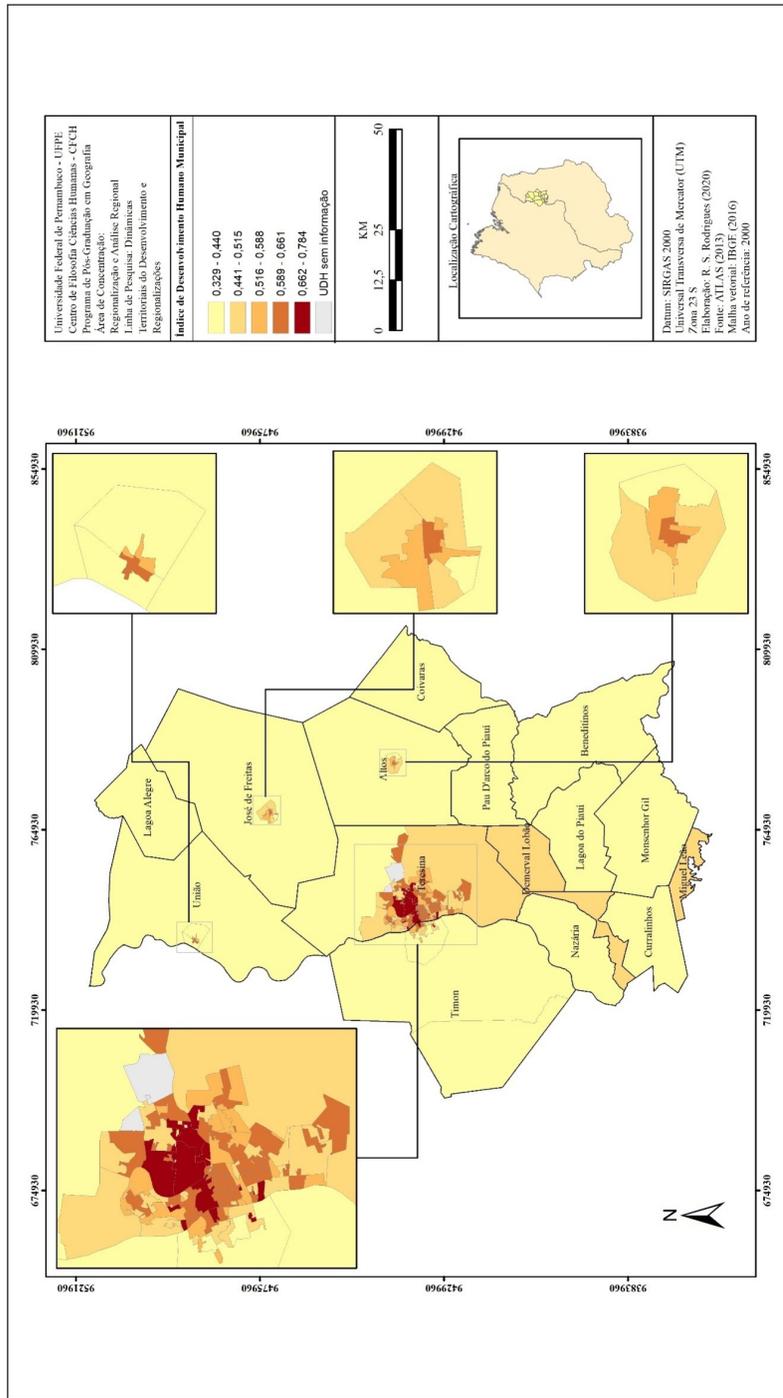
dos dados do IDHM para o recorte espacial das UDHs⁴ foi realizado em parceria com instituições e pesquisadores de cada RM e RIDE, para a validação local das informações e recortes das UDHs.

Assim, apresentamos as Figuras 2 e 3, que mostram os mapas com os resultados do IDHM por UDH, na RIDE da Grande Teresina para os anos de 2000 e 2010, com destaque para as UDHs do Arranjo Populacional de Teresina/PI (formado por Teresina-PI e Timon-MA) e dos municípios piauienses de União, José de Freitas e Altos, respectivamente (os demais municípios da RIDE não foram desmembrados em UDH, pela metodologia do IPEA). Em seguida, apresentamos também as Tabelas 3 e 4, que mostram, nesta ordem, as UDHs com os melhores e os piores resultados do IDHM na área de estudo, no ano de 2010:

devem submeter um projeto com a proposta da nova agregação para avaliação do IBGE, observando as exigências de confiabilidade estatística e obedecendo a critérios que serão rigorosamente avaliados por um comitê técnico, como por exemplo, a exigência de que cada área do novo recorte possua minimamente 400 domicílios.

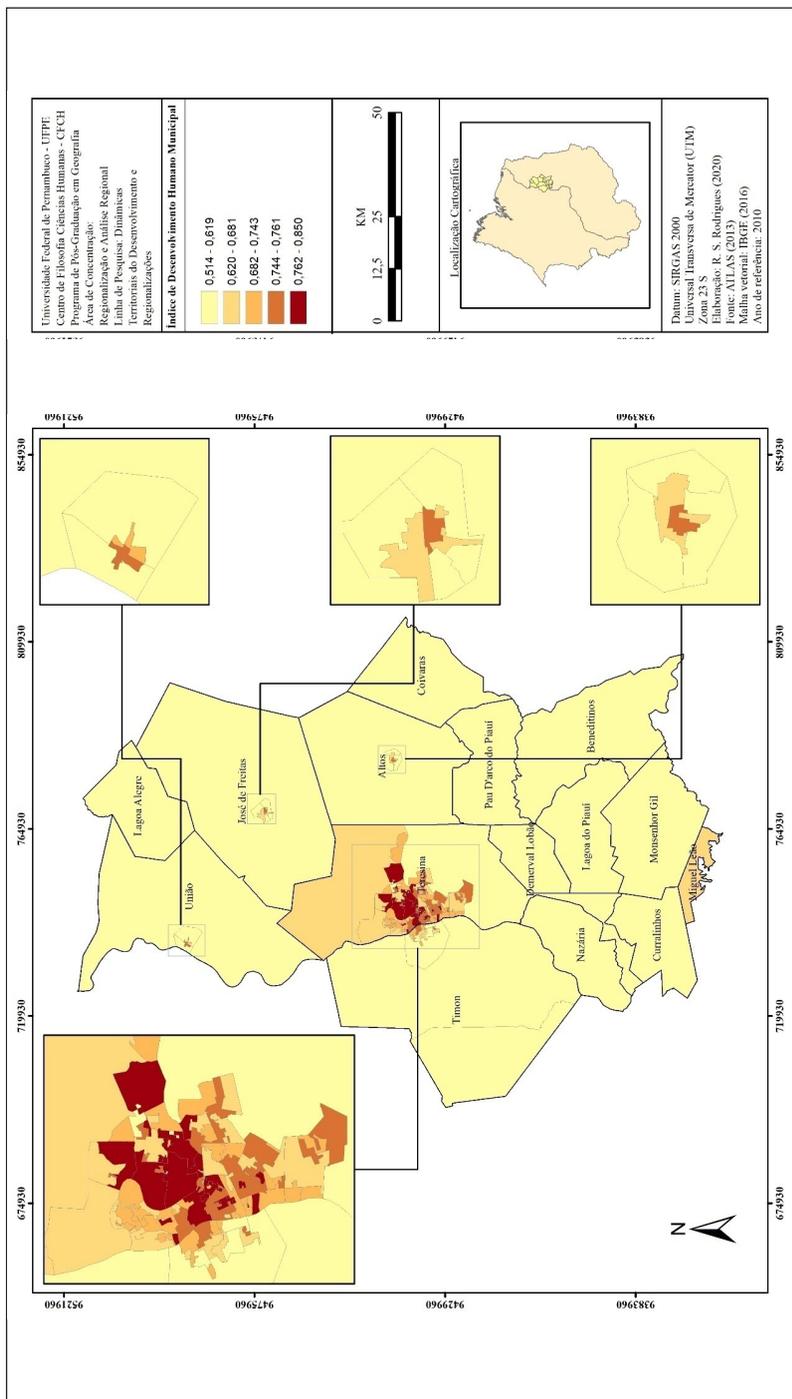
- 4 Para maior aprofundamento na metodologia de construção das UDHs nas RMs e RIDEs brasileiras e nas suas limitações, consultar o Atlas IDHM Brasil, disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>

Figura 2 – Mapa com IDHM na RIDE da Grande Teresina, por UDH (2000)



Fonte: Baseada em informações do IPEA (2020); Atlas (2013); IBGE (2016). Organização: Rodrigo da Silva Rodrigues (2020).

Figura 3 – Mapa com o IDVHM na RIDE da Grande Teresina, por UDH (2010)



Fonte: Baseada em informações do IPEA (2020); Atlas (2013); IBGE (2016). Organizado por Rodrigo da Silva Rodrigues (2020).

Tabela 3 – UDH com os melhores resultados do IDHM na RIDE da Grande Teresina (2010)

| UDH | IDHM |
|---|-------|
| Horto/São Cristóvão/Jóquei/Fátima Noivos/Morada do Sol | 0,850 |
| Zoobotânico/Ininga/Planalto/Universidade Federal do Piauí (UFPI) Campus Teresina/Condomínio Santa Marta e Santa Mônica/Horto Smile | 0,829 |
| Santa Isabel/Recanto das Palmeiras/Condomínio Morada do Sol Grand Park/Continental Residence/Condomínio Tropical Park/Condomínio Pasárgada/Condomínio Morada do Sol Grand Park/Condomínio Girassol/Condomínio Jardim Europa/Portal do Leste/Residencial Marin | 0,829 |
| Acarapé: Conjunto Acarapé/Praça Teotônio Vilela/Praça das Palmeiras | 0,813 |
| Bairro Aeroporto/Conjunto Santos Dumont/Condomínio Montserrat/Condomínio Porto Seguro/Condomínio Galileia/Senai/Praça Cristina Leite/Praça Mário Portela Basílio da Silva | 0,813 |
| Tabuleta: Condomínio Dom Avelar | 0,813 |
| São João | 0,813 |
| Uruguai: Condomínio Village Horizonte/Condomínio Ville d’Leste I Campestre: Residencial Marina | 0,813 |
| Gurupi/Condomínio Villa Inglesa/Condomínio Vila de Gales/Residencial Green House | 0,813 |
| Saci/Copren | 0,813 |
| Parque São João: Condomínio Verde que te Quero Verde | 0,813 |

Fonte: IPEA (2017, p. 31). Organização: Rodrigo da Silva Rodrigues (2020).

Tabela 4 – UDH com os piores resultados do IDHM na RIDE da Grande Teresina (2010)

| UDH | IDHM |
|---|-------|
| Pau d'Arco do Piauí | 0,514 |
| Divinópolis/Soares/Jenipapo/Vitória/Salobro/Marajá/Juá/ Bandeira/Novo Nilo/Davi Caldas/Monte Castelo/São Bernardo/ Vale do Tucunaré/Lagoa da Melancia | 0,534 |
| Altos: Anajás/Soturno/Quilombo/Sítio Novo/Zundão/Vista Alegre/Montanha/Barreiro/Brejo/Retiro/Toca da Onça/Prata | 0,536 |
| Ciana/Formosa/Triângulo/Ipê/Boa Fé/Primavera/São Sebastião/ Matadouro/Santa Inês I/Santa Inês II/Parque São Lucas/São Luís/Santo Antônio/Bethânia | 0,536 |
| Palmeirinha/Graciosa/Assentamento Alvorada/Assentamento Lembrada/Assentamento São Francisco/Viseu/Olinda/São Luiz/ Marcus/Barragem do Bezerra/Porteira Velha/Contendas/Ema Carima/Lagoa do Piripiri/São Domingos/Vila Pagã | 0,538 |
| Roncador Bambum/Castelo/Fazenda Nova/Cão Açú/Barras das Caraíbas/Pote/COHEB/Gameleira/Campo Grande/ Mundo Novo/São José dos Cacetes/Santa Maria/Santa Amélia/ Tamanduá/São Gonçalo/Laranjeiras/Piranhas/Granja Freitas | 0,541 |

Fonte: IPEA (2017, p. 31).

Podemos observar, que de modo geral, a maior parte das UDHs com valores mais altos de IDHM localizam-se na área central do município polo, Teresina. Já a maioria das UDHs que obtiveram os valores mais baixos de IDHM situam-se no entorno da área central do município polo e em todos os demais municípios da RIDE.

Em relação às desigualdades do IDHM entre as UDHs da RIDE da Grande Teresina, em termos absolutos, a diferença entre o menor e o maior IDHM, no ano de 2010, era de 0,336. No que diz respeito especificamente à cidade de Teresina, o IDHM variou entre 0,595 e 0,850, ou seja, possuía uma amplitude de 0,255. Aproximadamente 46% das UDHs apresentaram índices entre 0,703 e 0,780. Se excluirmos Teresina da análise, ou seja, se considerarmos apenas

os demais municípios da RIDE, as UDHs possuiriam IDHM entre 0,514 e 0,761, tendo, portanto, uma amplitude de 0,247.

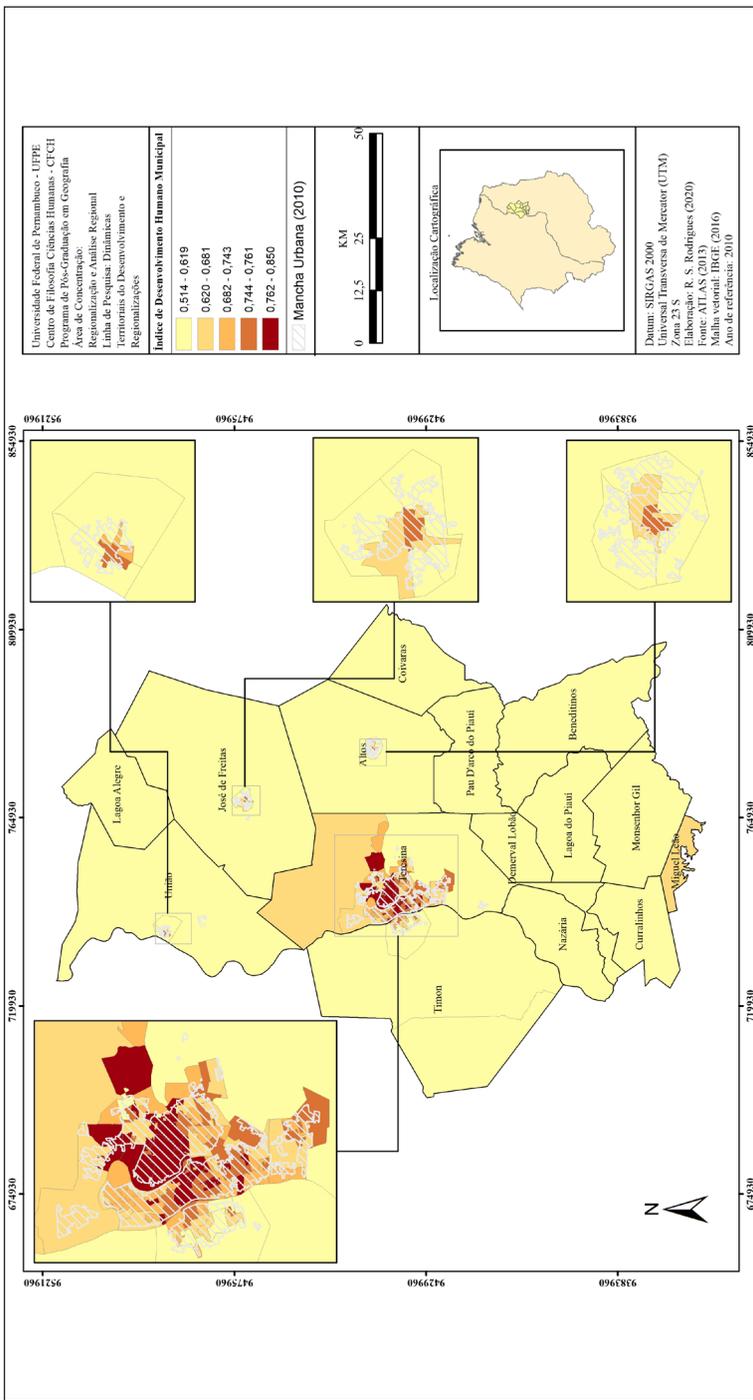
Se observarmos principalmente os mapas, perceberemos que nos municípios que foram desmembrados em UDH (Teresina, Timon, União, José de Freitas e Altos, que são aqueles que possuem os maiores contingentes populacionais), os maiores valores estão concentrados em algumas áreas. Procuramos sobrepor as manchas urbanizadas de 2010, para identificarmos, se nas áreas mais densamente construídas (consideraremos as mais urbanizadas neste trabalho) é onde os maiores valores do IDHM estão localizados.

Para tanto, fizemos o levantamento das manchas urbanas em cada município da área de estudo no ano de 2010. Para esse mapeamento, foram utilizadas imagens obtidas pelo sensor TM (ThematicMapper), a bordo do satélite LandSat-5. O método proposto para o mapeamento da mancha urbana foi o NormalizedDifferenceBuilt-Up Index (NDBI), que é obtido utilizando o infravermelho médio (0,76 - 0,90 μm) e o infravermelho próximo (1,55 - 1,75 μm), conforme a seguinte equação:

$$NDBI = \frac{(Infravermelhopróximo - Infravermelhomédio)}{(Infravermelhopróximo + Infravermelhomédio)}$$

O resultado da equação passou por processo de vetorização, onde se realizou a edição de algumas áreas em que havia a ocorrência de confusão entre a área urbana e o solo exposto. A edição foi feita com o auxílio do *software* livre *Google Earth Pro*. Assim, apresentamos a seguir, a Figura 4 com o mapa que expõe o IDHM na RIDE da Grande Teresina, por UDH, referentes ao ano de 2010, com as manchas urbanizadas sobrepostas, também referentes a este ano:

Figura 4 – Mapa do IDHM na RIDE da Grande Teresina, por UDH, com as manchas urbanizadas sobrepostas (2010)



Fonte: Baseada em informações do IPEA (2020); Atlas (2013); IBGE (2016). Organizado por Rodrigo da Silva Rodrigues (2020).

Observando o Mapa 4, centrando a análise nos cinco municípios que tiveram o espaço intramunicipal desmembrado em UDH (Teresina, Timon, União, José de Freitas e Altos), de modo geral, os resultados do IDHM no recorte espacial das UDHs na RIDE da Grande Teresina em 2010, demonstrou valores mais altos dessas dimensões relacionadas à qualidade de vida da população nas áreas urbanizadas do que no resto do território dos municípios.

Em Teresina, particularmente, por ter um número maior de UDH (que permite um maior detalhamento de possíveis valores diferenciados na área da cidade), é possível perceber desigualdades no seu espaço intraurbano, onde algumas áreas da cidade, dentro da área mapeada como mais densamente urbanizada, apresentam resultados ruins, muito próximos dos valores nos espaços rurais ou fora da área urbanizada do município, que foram mapeados nesta pesquisa. “As áreas internas das cidades diferenciam-se, assim, tanto no que tange à divisão econômica do espaço quanto à divisão social do espaço, que mantêm interdependência entre si” (CORRÊA, 2007 *apud* IBGE, 2017, p. 11).

No IDHM Longevidade, em especial, essa tendência chega a ser invertida, pois os piores resultados de toda a RIDE da Grande Teresina foram identificados, justamente, em UDHs localizadas nas áreas urbanas da cidade de Teresina. Essa variação da tendência geral se apresentou, inclusive, em diversas porções da capital piauiense, tanto na região Norte (como a UDH Mocambinho/Praça Joana d’Arc/Parque do Mocambinho/Centro de Produção do Mocambinho/Unidade Integrada de Saúde do Mocambinho AD/Unidade Escolar Pequena Rubim/Unidade Escolar Professor Felismino Freitas/Unidade Escolar Desembargador Heli Sobral/Unidade Escolar Desembargador Pedro Conde), região Sul (São Pedro/Conjunto São Pedro/Condomínio Boulevard Villa Vermelha/Faculdade Santo Agostinho/Associação dos Cegos do Piauí-ACEP) e até mesmo no região do Centro (como a UDH Centro/Frei Serafim/Cabral/Ilhotas). Estas UDHs apresentaram resultados bem inferiores aos de UDHs localizadas em áreas rurais, não só de Teresina, mas de todos os municípios da RIDE, conforme podemos ver na Tabela 5, que mostra os piores resultados desta dimensão do IDHM.

Tabela 5 – UDH com piores resultados na Dimensão Longevidade do IDHM na RIDE da Grande Teresina (2010)

| UDH | IDHM -Longevidade |
|--|----------------------|
| Vila Ferroviária | 0,681 |
| Vila da Paz/Vila Jerusalém/Três Andares | 0,681 |
| Favela da Prainha | 0,681 |
| Primavera/Real Copagri/Alto Alegre | 0,681 |
| Real Copagri: Rua Dourado/Rua Francisco Sampaio/Rua Raimundo Soares Cordeiro | 0,681 |
| Alto Alegre/Mafrense/Poti Velho/Ponte Mariano Gaioso/Castelo Branco/Lagoa dos Cachorros/Lagoa da Cerâmica | 0,681 |
| Morro da Esperança/Porenquanto/Ponte Mestre João Isidoro França | 0,681 |
| Mocambinho II/Lagoa do Mocambinho/Praça São José/Igreja São José/Ponte Leonel Brizola/Igreja Assembleia de Deus/Igreja Batista Bereana/Horta Comunitária | 0,681 |
| Embrapa/Praça Buenos Aires | 0,681 |
| Mocambinho/Praça Joana d'Arc/Parque do Mocambinho/Centro de Produção do Mocambinho/Unidade Integrada de Saúde do Mocambinho AD/Unidade Escolar Pequena Rubim/Unidade Escolar Professor Felismino Freitas/Unidade Escolar Desembargador Heli Sobral/Unidade Escolar Desembargador Pedro Conde | 0,681 |
| Porenquanto/Cabral/Parque da Cidadania | 0,681 |
| Cristo Rei: Edifício Jacarandá/Condomínio Santa Mônica/Praça Zezinho Holanda/Igreja Batista Manancial | 0,681 |
| Vila Operária/Mafuá/Marquês de Paranaguá/Matinha/Vila Militar | 0,681 |
| Vermelha/Nossa Senhora das Graças/Centro Administrativo de Teresina | 0,681 |
| São Pedro/Conjunto São Pedro/Condomínio Boulevard Villa Vermelha/Faculdade Santo Agostinho/Associação dos Cegos do Piauí (ACEP) | 0,681 |

| UDH | IDHM -Longevidade |
|--|----------------------|
| Morada Nova/Lourival Parente/Triunfo | 0,681 |
| Cristo Rei/Condomínio Residencial Cristo Rei/Montserrat Residence/Condomínio Adriana/Condomínio Solar do Poty/Condomínio Monte Castelo/Condomínio Solaris I/Condomínio Noblesse/Residencial Poeta Celso Pinheiro/Condomínio Riviera/Del Rey Residence/Portal do Cristo Rei | 0,681 |
| Macaúba: Condomínio Angical/Condomínio Dom José Freire Falcão/Estação Macaúba | 0,681 |
| Centro/Frei Serafim/Cabral/Ilhotas | 0,681 |
| Macaúba: Condomínio Hebron | 0,681 |

Fonte: IPEA (2017, p. 32).

Isso revela uma qualidade de vida ruim em determinadas porções das cidades (como nas periferias e bairros mais distantes dos centros e áreas nobres), desmistificando a ideia de que o urbano seja sinônimo de progresso, melhores condições de vida e infraestruturas, por exemplo. O urbano mantém o caráter de aglomeração ou concentração de elementos socioespaciais, aspecto que lhe é inerente (SCOTT; STORPER, 2018; STORPER; SCOTT, 2018), porém, concentra não apenas elementos “positivos”, mas também, problemas, além de agrupar desigualdades nos espaços intraurbanos das cidades.

Conclusões

Diante do exposto, percebemos uma evolução na qualidade de vida nos municípios que compõem a RIDE da Grande Teresina, mensurada a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A dimensão que apresenta melhores resultados, em 2010 (últimos resultados disponíveis) é a de Longevidade, seguida da Renda e, por fim, da Educação, em todos os municípios da RIDE, o que demonstra que a prioridade das políticas públicas nestas cidades é o de melhorar a Educação.

Teresina é a cidade que apresenta os melhores resultados em todas as dimensões e também no IDHM final, seguida por Timon. Este município, porém, apresenta resultados baixos em relação à dimensão Longevidade, tanto em 2000 como em 2010. A cidade de Pau D'Arco do Piauí é a que apresentou os piores resultados em todas as dimensões em 2000 e, em 2010, só não teve o pior resultado entre os municípios da RIDE na dimensão Longevidade, pois ficou com o segundo pior resultado, atrás da cidade de Coivaras.

De toda forma, houve uma evolução entre 2000 e 2010, na qualidade de vida: nenhum município apresentou o IDHM muito baixo; sete municípios apresentaram o IDHM baixo e também outros sete municípios apresentaram o resultado do IDHM médio. Teresina apresentou o IDHM classificado como alto (com nota de 0,751). De modo geral, a dimensão que apresentou melhores resultados é a de Longevidade, seguida da Renda e, por fim, da Educação, em todos os municípios. Em relação à Longevidade, todos os municípios apresentaram nota no IDHM na categoria “alta”, exceto Teresina, que apresentou nota “muito alta”. A situação da dimensão Educação é a mais preocupante, ao passo que sete municípios da RIDE apresentaram notas nesta dimensão na categoria “muita baixa” e outros sete na categoria “baixa”, apenas Teresina teve resultados melhores, estando na categoria “alta”.

Ademais, na escala intraurbana, percebemos que os melhores resultados estão nos municípios de maior contingente populacional (Teresina, Timon, União, José de Freitas e Altos), com destaque para a capital piauiense, município polo deste arranjo institucional, especialmente nas áreas mais densamente construídas ou urbanizadas dos territórios dos municípios. Entretanto, verificamos intensas desigualdades nestas mesmas áreas urbanizadas, com UDHs vizinhas com resultados bem distintos, que demonstra que o espaço urbano, além de um intenso poder de aglomeração, também concentra desigualdades.

Referências

AZEVEDO, Heloísa P; ALVES, Adriana M. Rides – por que criá-las? **Revista Geografias (UFMG)**, Belo Horizonte, 06(2), p. 87-101, jul./dez., 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno** – RIDE-DF, 2013a. Disponível em: http://www.mi.gov.br/regioes_integradas_df_rides . Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento** – RIDE Petrolina-Juazeiro, 2013b. Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento** – Ride da Grande Teresina, 2013c. Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC101.pdf. Acesso em: 04 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**: Florianópolis, Sorocaba, RIDE Grande Teresina, RIDE Petrolina-Juazeiro. Brasília: IPEA, PNUD, FJP, 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 05 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 07 maio 2017.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. A natureza das cidades: a abrangência e os limites da teoria urbana. **Revista Geografares**, p. 5-29, out./nov., 2018 (originalmente publicado em *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, issue1, p. 1-15, jan., 2015).

SILVA, Gabriel Rodrigues da. **Expansão urbana na RIDE da Grande Teresina: os efeitos territoriais da política habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2019a, 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019a.

SILVA, Gabriel Rodrigues da; FINATTI, Rodolfo; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Movimento pendular na RIDE da Grande Teresina: uma análise da dinâmica no aglomerado urbano. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18. ed., 2019, Natal. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: UFRN, 2019b. p. 1-21.

STORPER, Michael; SCOTT, Allen J. Debates atuais sobre a teoria urbana: uma avaliação crítica. **Revista Geografares**, p. 30-62, out./nov., 2018 (originalmente publicado em *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, issue1, p. 1-15, jan., 2015).

A EXPANSÃO URBANA E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS EM CAXIAS (MA): *análise sobre os projetos de habitação de interesse social*

André Wallace Balica Honorato

Leilson Alves do Santos

Lorran André de Moraes

O processo de urbanização mundial tornou-se uma realidade a partir da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII. Naquele momento, houve também a intensificação do êxodo rural, no qual o homem do campo em busca de melhores condições de vida mudou-se para os centros urbanos. Em decorrência disso, as cidades começaram a apresentar os primeiros problemas de organização de território, tais como: uso e ocupação do solo de forma desordenada, especialmente em áreas irregulares e, sobretudo, a falta de infraestrutura básica para suportar todo o contingente advindo das áreas rurais (SILVA, 2015). Junto a isso, veio a questão do aumento desordenado da população que gera problemas nos aspectos ambientais, sociais, econômicos, político-administrativos e estruturais de distintas ordens.

A falta de infraestrutura para atender o grande número de pessoas que se direcionavam para as cidades favoreceu as ocupações de áreas periféricas originando, por exemplo, favelas e vilas. Este fato provocou mudanças significativas na paisagem natural e resultou diversos impactos ambientais e sociais (SOUZA, 2013). Nessa conjuntura, o Plano Diretor das cidades tornou-se primordial conforme apontam Dallari e Ferraz (2010) e está previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001),

como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” atuando em conjunto com o Código Florestal (Lei nº. 12.651/2012) e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79). Estes instrumentos, incluindo o projeto urbanístico, atuam como ferramentas úteis na organização dos bairros, território e das cidades, consolidando um crescimento ordenado nos aspectos biofísicos, sociais, econômico e político-administrativos.

Para que essa política de desenvolvimento e de expansão urbana seja possível, é necessário que o Plano Diretor proponha diretrizes que guiem os gestores sobre o que deve ou não ser feito no território municipal, identificando e delimitando as áreas urbanas e rurais, e é importante também que trace as estratégias para o seu desenvolvimento, buscando assegurar os direitos fundamentais, a sustentabilidade e o atendimento pleno às demandas da população, oferecendo qualidade de vida para todos e fazendo com que a cidade cresça de maneira equilibrada (FARIAS; GOMES; MUSSI, 2011).

No Brasil, a urbanização se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, influenciada pela aceleração da industrialização que provocou uma dinamização nas cidades e resultou em uma grande concentração populacional e de serviços. Foi, a partir desse momento que, se instaurou nas cidades brasileiras a ideia de que o urbano representava o moderno, e o campo o atraso (SOUZA, 2013). No entanto, este processo ficou restrito às regiões Sul e Sudeste, sendo que esta última, se tornou o principal centro de atração da migração no país, devido a sua influência política e econômica.

Assim como ocorreu nos grandes centros urbanos, algumas cidades do interior do Brasil, também se tornaram atrativas, como por exemplo, a cidade de Caxias situada no Leste maranhense, que representa um importante polo econômico no comércio e nos setores de serviços para o Maranhão (ASSIS, 2012). Foi ao contar das duas primeiras décadas do século XXI, que a cidade apresentou um expressivo crescimento populacional e econômico procedendo assim a expansão de sua área urbana. Atualmente, Caxias configura-se como a quarta cidade mais importante do Estado do Mara-

não em termos de economia e a quinta com o maior número de habitantes, de acordo com dados do IBGE (IBGE, 2010; 2020).

Dessa forma, o presente texto teve como objetivo analisar o crescimento e a expansão da área urbana de Caxias (MA) e seus impactos ambientais, identificando eixos da expansão urbana e analisando os fatores contribuintes para este fenômeno no período de 30 anos, bem como relatar os prováveis impactos sociais e ambientais decorrentes da construção dos conjuntos habitacionais populares na cidade.

O fenômeno da expansão urbana é uma realidade em todo o mundo, e no Brasil, não é diferente, porém, ocorre de forma desorganizada. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos que identifiquem e analisem o potencial de expansão urbana das cidades a fim de propor um adequado planejamento do território e, conseqüentemente, minimizar possíveis impactos ambientais e sociais. Estas questões se fazem importantes, sobretudo, para cidades médias, como é o caso de Caxias (MA) que carece de estudos que apontem os elementos, fatores e as relações que esta cidade representa na porção Leste maranhense que a configura como um polo de atração populacional.

O crescimento urbano e suas implicações sociais e ambientais

A cidade é produto das relações sociais e o espaço urbano contido na mesma decorre da atuação dos diferentes agentes produtores do espaço, que condicionam o modelo de sociedade vigente, como nos evidenciam Milton Santos, Henri Lefebvre, Ana Fani Alexandri Carlos e Roberto Lobato Corrêa, dentre outros estudiosos da temática. Assim, o aumento da urbanização trouxe consigo diversos problemas de ordem social, política, econômica e ambiental, originando ocupações desordenadas, conflitos sociais e diminuição da cobertura vegetal, a impermeabilização do solo, erosão urbana, dentre outros (ALVES *et al.*, 2008; SALES, 2013).

Os centros urbanos, na maioria das vezes, se configuram com base na ineficiência das ações de planejamento e na conseqüente

falta de acompanhamento dos gestores públicos. Para Souza (2013), não há um limite entre área urbana e rural, sendo essa situação mais frequente nos países em desenvolvimento, pois nesses lugares é onde o crescimento desorganizado ocorre de forma mais acentuada. Para Monteiro *et al.* (2008, p. 5):

O crescimento das cidades nos países em desenvolvimento é dinâmico, diverso e desordenado – e utiliza cada vez mais espaço. Esse processo de crescimento urbano, fundamentalmente em zonas de transição entre o campo e cidade está sendo chamada de periurbanização.

A ocupação desordenada ocasiona uma série de fatores negativos para a cidade, uma vez que a população, na maioria das vezes, não tem acesso aos serviços básicos e adequados para uma boa qualidade de vida (SANTOS; LIMA, 2015). Monteiro *et al.* (2008, p. 2) reitera, ainda, que:

Esta sobreposição (ou coexistência espacial) faz com que situações de pobreza e vulnerabilidade social, presentes em muitas áreas periféricas e periurbanas, sejam agravadas por situações de exposição a riscos e degradação ambiental, tais como enchentes, deslizamentos de terra, poluição, contato com doenças de veiculação hídrica.

Com isso, uma ocupação urbana planejada proporciona harmonia entre as áreas ocupadas e áreas destinadas para a preservação (margens de rios e lagoas, topos de morro, etc.), com melhor qualidade de vida e segurança para a população. Este é um trabalho que deve ser realizado com uma equipe multidisciplinar, com auxílio de gestores e secretários do meio ambiente, infraestrutura e defesa civil para que haja a mitigação dos impactos ambientais.

As alterações feitas pelo ser humano no ambiente podem provocar impacto ambiental, positivo ou negativo, tais como: desmatamento de uma área de preservação ou a construção de um aterro sanitário. O impacto ambiental pode também ser de origem social, como a poluição visual e/ou poluição sonora. Nesse sentido, Sanches (2008) considera que o impacto ambiental sempre estará associado às ações que degradam a natureza e interferem no bem-estar da população de modo geral, como por exemplo,

a mortandade da fauna silvestre, após algum evento catastrófico de origem antrópica.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1986) traz uma definição mais abrangente para impacto ambiental, denominando-o como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultantes das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II – as atividades sociais e econômicas;
- III – a biota;
- IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V – a qualidade dos recursos ambientais.

O impacto ambiental atinge o espaço urbano como o todo, porém afeta com maior intensidade, geralmente, os espaços ocupados por pessoas de classes sociais com menor poder aquisitivo em detrimento daqueles locais, onde reside uma parcela mais abastada da população (GUERRA; ARAÚJO, 2012). Entretanto, os condomínios residenciais construídos em áreas afastadas do centro, por exemplo, acarretam impacto ambiental nos ecossistemas locais e transformam a paisagem, seja através das edificações, do desmatamento, da erosão e da poluição sonora e social. Dessa forma, é imprescindível que os gestores públicos direcionem esforços na promoção de áreas adequadas e equipadas para a expansão urbana, a fim de proporcionar a harmonia entre crescimento e bem-estar nas cidades.

Metodologia

Caracterização da área de estudo

A cidade de Caxias está localizada na porção Leste do estado do Maranhão, entre as coordenadas de 4°51'32"S e 43°21'2"W (Figura 1). De acordo com dados do IBGE (2020) sua população está estimada em 165.525 habitantes.

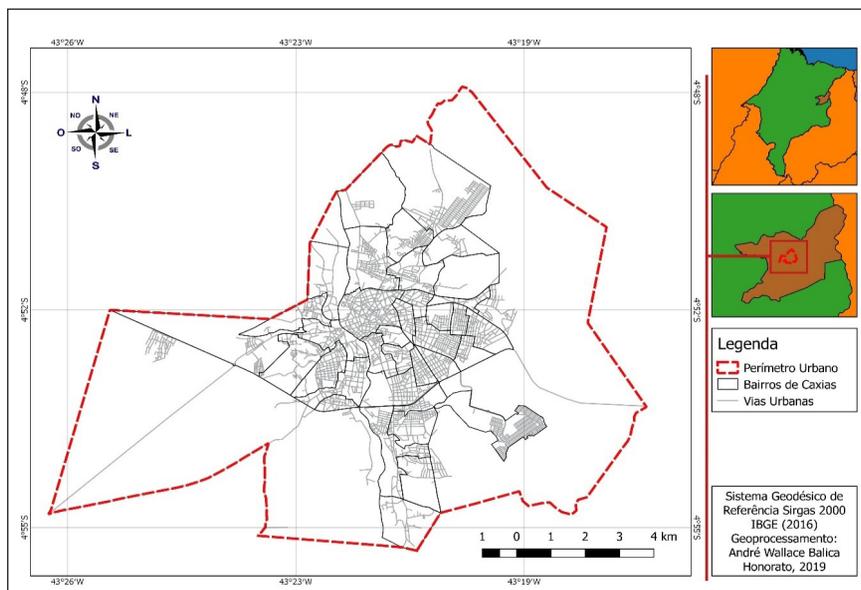
A cidade de Caxias (MA) é um importante centro político, cultural e populacional do Maranhão. A cidade tem uma arquitetura herdada do século XIX e início do século XX, no estilo português, no qual mantém conservado boa parte de seu patrimônio histórico e, é conhecida como “terra das águas cristalinas” (CAXIAS, 2017).

Quanto às riquezas seculares de Caxias, há a Companhia industrial caxiense, Forte e Memorial da Balaiada, Centro de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), praças Dias Carneiro, Gonçalves Dias e Dom Luís Marelim, as igrejas Catedral de Nossa Senhora dos Remédios, Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito, Santo Antônio de Pádua, Palácio Episcopal, cemitérios São Benedito e Nossa Senhora dos Remédios, Reserva Ecológica Inhamum, Parque Balneário Veneza e a Piscina do Ponte (CAXIAS, 2017).

Situada na Bacia Sedimentar do Parnaíba, Caxias apresenta feições geomorfológicas de planície fluvial e planálticas. A cidade é banhada pelo Rio Itapecuru, um dos mais importantes no processo de ocupação do Maranhão, além de ser também, a terceira maior bacia hidrográfica no território maranhense.

Os solos do município são constituídos por Latossolos Amarelos, Plintossolos Petricos, Argissolos Vermelho-Amarelo, Plintossolos Aluvico, Argissolos Acizentado, Neossolos Quartzarenico, Gleissolos, Neossolos Fluvicos, Luvisolos (ISAAC *et al.*, 2015). O clima é tropical quente e úmido, com chuvas concentradas entre os meses de dezembro a junho e o período seco de agosto a novembro, com pluviometria média na faixa de 1.100 a 1.500 mm/ano (ISAAC *et al.*, 2015).

Figura 1 – Mapa do Perímetro Urbano de Caxias – MA



Fonte: IBGE (2016). Organização e Geoprocessamento: André Wallace Balica Honorato (2019).

As formações vegetacionais são bem diversificadas, e incluem regiões de Cerrado, cerradões, matas de galerias ou ciliares, carasco ou matas secas, vegetação higrófila, vegetação de pequeno porte e áreas de transição entre esses ecótonos (ARAÚJO, 2012).

Procedimentos metodológicos

Realizamos, primeiramente, um levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros e dissertações a fim de fundamentar as discussões apanhadas neste trabalho. Elaboramos, ainda, um mapeamento preliminar, bem como observações *in loco* para confirmar ou refutar dados observados nas imagens analisadas. Após reunir todos os dados, analisamos as informações levantadas e desenvolvemos o mapeamento definitivo com uso de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. Para tanto, utilizamos imagens de satélite Landsat-5 (1988, 1998, 2008) e Landsat-8 (2018) adquiridas no United States Geologic Service – USGS.

O critério para a escolha das imagens dos meses julho a agosto, se deu por ser um período com escassez de chuva e, conseqüentemente, menor presença de nuvens sobre o município. Logo após, seguimos para o processamento dos dados no *software*:

- Processamento dos dados com as bandas do satélite em arquivo raster no *software* Qgis 2.18;
- Para termos uma visualização da área foi realizada a composição RGB, ditas falsas-cores, com o Landsat-5 com as bandas 543, e com o Landsat-8 com as bandas 654.

Logo após, fizemos um recorte com arquivo *shapefile* do perímetro urbano de Caxias, onde se localiza a área de interesse.

Para gerar a classificação de uso e ocupação do solo nos períodos 1988, 1998, 2008 e 2018, usamos uma ferramenta chamada “Semi-Automatic Classification Plugin” (SCP), feito *download* e instalado junto ao *software* Qgis.

Empregamos o *software* livre Qgis 2.18 para o processamento dos dados, fazendo a composição de bandas. Para o Landsat-5, usamos as bandas 543, e logo após aplicamos as cores RGB, as ditas falsas-cores e no Landsat-8, lançamos a composição de bandas 654, esse mosaico de bandas foi realizado para melhor visualização das áreas para o processamento das imagens, logo depois aplicamos a falsa-cor.

Resultados e discussão

Áreas de expansão urbana de Caxias (MA): uso e ocupação do solo

O município de Caxias (MA), cidade de porte médio, tem apresentado nos últimos 20 anos, um crescimento significativo, que pode ser atribuído a ampliação de cursos de nível superior tanto de graduação como de pós-graduação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e as diversas faculdades particulares; ao fortalecimento do comércio (chegada de um Shopping Center) e às indústrias, neste caso, representadas atualmente pela

fábrica de cervejas do Grupo Heineken, e demais indústrias que estão em processo de instalação no recente Parque Empresarial de Caxias; à melhoria de infraestrutura, como por exemplo, a construção do Hospital Macrorregional e a ampliação da rede privada de clínicas médicas especializadas.

Cabe destacar aqui, que a população flutuante aumentou com o crescimento do setor varejista e de outros setores de serviços (ISAAC *et al.*, 2015). O comércio varejista engloba supermercados, como o da Rede Carvalho, loja de departamentos, como o Armazém Paraíba, Magazine Luiza, Lojas Americanas, Lojas Riachuelo, Loja O Boticário, rede de farmácias e drogarias (Drogasil, Globo, Pague Menos, etc.), e do intenso comércio local. Além disso, Caxias se consolidou nos últimos anos como um polo universitário na região Leste maranhense. Este fato, tem evitado o deslocamento de centenas de estudantes para a capital do estado, São Luís, e/ou para a capital do Piauí, Teresina, fixando esse público na cidade, além de se tornar também atração para migração.

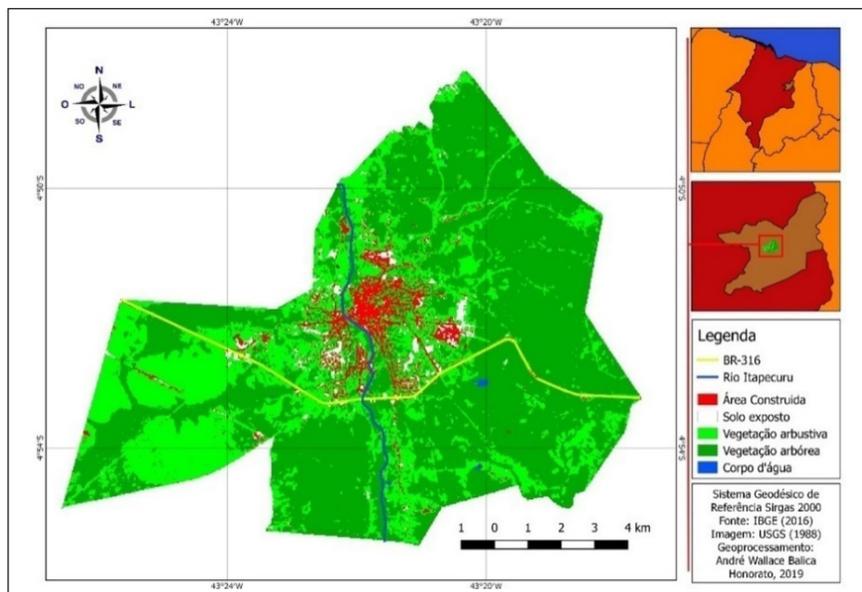
Araújo (2012) afirma que em Caxias, as principais atividades industriais são a extração de óleos vegetais, produção de bebidas, sabões, laticínios, móveis e produtos cerâmicos. O setor agropecuário apresenta um fraco desempenho econômico, onde na agricultura estão apenas culturas de subsistência, como o arroz, o feijão e o milho, enquanto que na pecuária destacam-se os rebanhos bovino, suíno, caprino e galináceo, porém com pequena produção, destinada essencialmente ao mercado local. Já o setor terciário é representado por atividades bancárias e pelo comércio, onde diversas atividades atendem às necessidades dos municípios vizinhos.

Além disso, Araújo (2012) acrescenta que em Caxias, a indústria da construção civil é o segmento mais importante, sendo responsável por mais de 48% dos postos de trabalho. Atualmente, o setor conta com a instalação de indústrias de cervejas, refrigerantes e água mineral, e de processamento de óleo de mamona.

No mapa do ano 1988 (Figura 2), é possível identificar grandes áreas verdes e pouco solo exposto, e uma menor área urbana. Nesse período Caxias não representava, ainda, um polo de atração.

O comércio e a indústria não eram muito atrativos, no âmbito de ensino superior possuía somente o *Campus* da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que oferecia poucas opções de cursos em nível de graduação. A cidade era apenas fornecedora de mão de obra para outras regiões do Brasil.

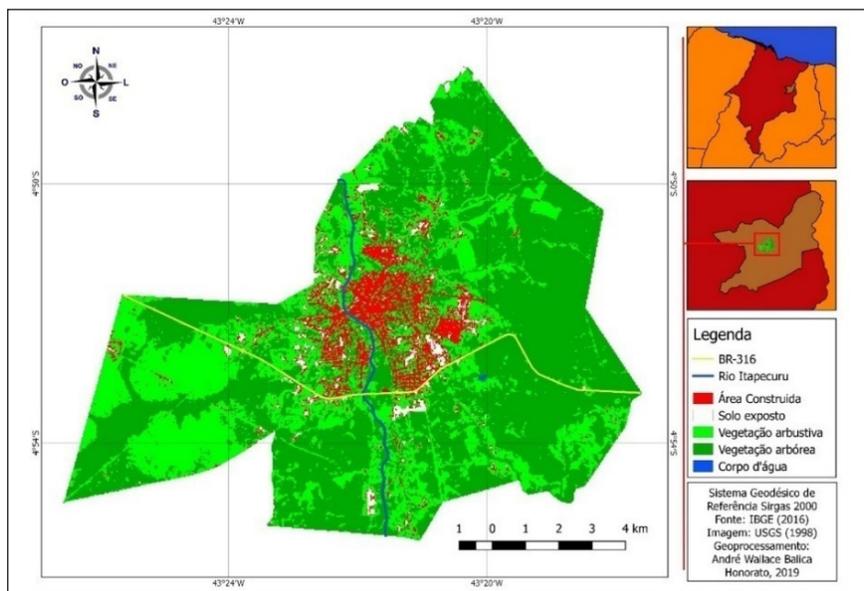
Figura 2 – Mapa de uso e ocupação do solo de Caxias (MA), 1988



Fonte: IBGE (2016). Organização e Geoprocessamento: André Wallace Balica Honorato (2019).

Analisando a imagem de 1998 (Figura 3), percebemos que houve um crescimento da área urbana, sobretudo, um adensamento na área central da cidade apresentando maior concentração de edificações. Todavia, ao mesmo tempo, observamos, também, aumento de solo exposto. Este fato pode ser atribuído tanto para as áreas reservadas como para a construção, que conseqüentemente ocasiona o desmatamento.

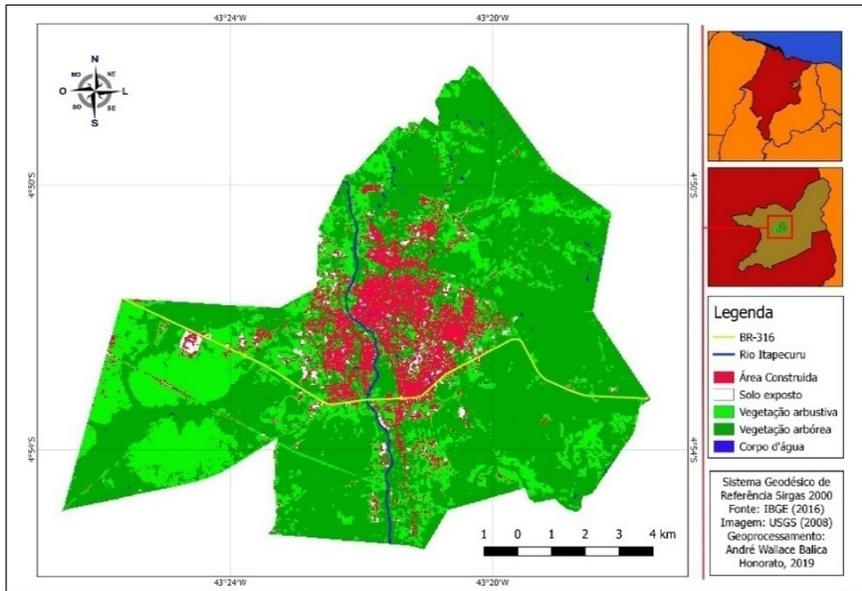
Figura 3 – Mapa de uso e ocupação do solo de Caxias (MA), 1998.



Fonte: IBGE (2016). Organização e Geoprocessamento: André Wallace Balica Honorato (2019).

Para o ano de 2008 (Figura 4), verificamos que houve um acentuado crescimento urbano em locais que antes eram de vegetação e solo exposto, mas que depois foi ocupado por residências, empreendimentos públicos e privados. A área urbana de Caxias começou a apresentar um considerável crescimento. Este fenômeno pode ser atribuído aos programas de habitação (Minha Casa, Minha Vida e facilidades no financiamento do imóvel pela Caixa Econômica Federal), bem como pela ampliação do ensino superior, o fortalecimento do comércio e da indústria.

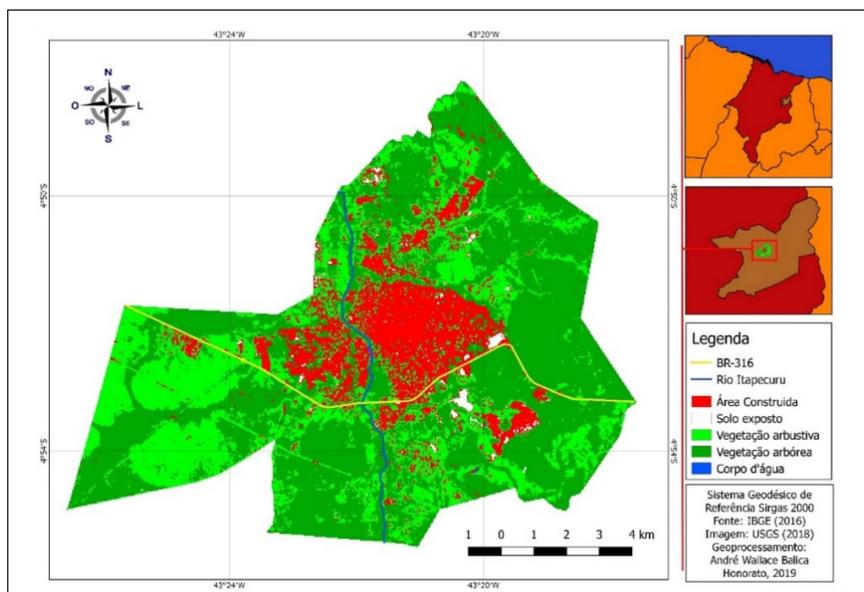
Figura 4 – Mapa de uso e ocupação do solo de Caxias (MA), 2008



Fonte: IBGE (2016). Organização e Geoprocessamento: André Wallace Balica Honorato (2019).

O mapa do ano de 2018 (Figura 5), mostra a área urbana de Caxias, havendo uma expansão nas direções Leste e Oeste, principalmente com a implantação do Bairro Vila Paraíso e o consequente aparecimento de ocupações no seu entorno, além de uma valorização em direção à Zona Norte da cidade.

Figura 5 – Mapa de uso e ocupação do solo de Caxias (MA), 2018



Fonte: IBGE (2016). Organização e Geoprocessamento: André Wallace Balica Honorato (2019).

Em relação à dinâmica demográfica do município de Caxias, Araújo (2012) cita que nos últimos 50 anos, a população da cidade passou por grandes transformações culturais, sociais, econômicas e ambientais. Para o autor, esse período foi marcado por grande mobilidade interna da população causada pela ocupação da Amazônia e da pré-amazônia maranhense, a construção de Brasília e o crescimento industrial da região Sudeste, transformada em polo econômico do país.

Ademais, o autor afirma que o crescimento da população absoluta de Caxias também foi influenciado, passando de 88.334 habitantes na década de 1970, para 139.756 habitantes em 2000, e para 155.129 habitantes em 2010. A população urbana cresceu quatro vezes de 1970 a 2010, e corresponde atualmente a 76,39% do total. Com uma área de aproximadamente 5.196,789 Km² e densidade demográfica atual é de 30,12 hab./km².

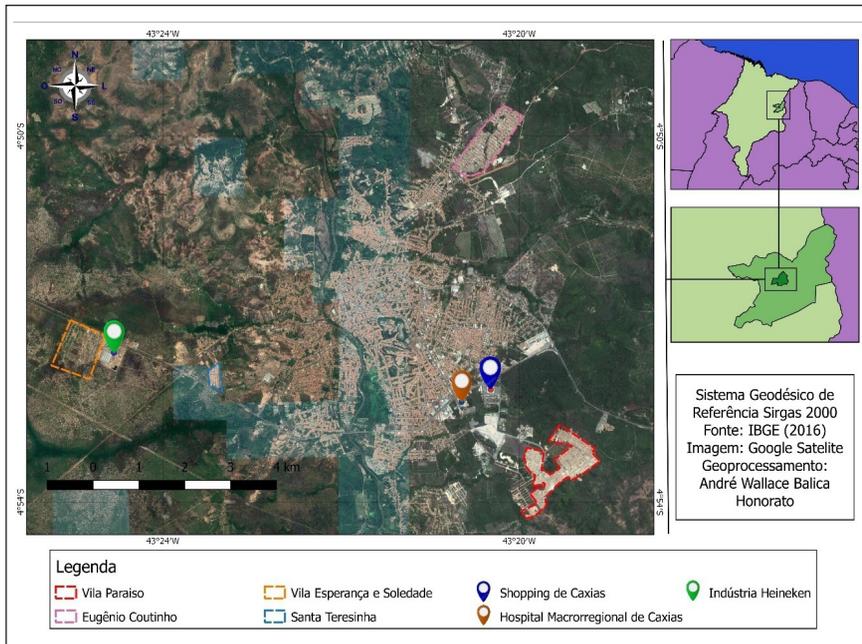
Assim, percebemos que ao longo dos anos, a variação da população da cidade de Caxias seguiu a tendência do processo global de urbanização das cidades.

Impactos ambientais decorrentes da urbanização em Caxias (MA)

Guerra e Cunha (2006) *apud* Molli (2008, p. 31), cita que o “impacto ambiental é o processo de mudança ocorrida a partir da intervenção antrópica no ambiente, [...] é a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente”.

A cidade de Caxias, como mostrado anteriormente, tem apresentado significativo crescimento da sua área urbana, sobretudo, impulsionado com a construção de conjuntos habitacionais populares situados em áreas periféricas, como o Conjunto Eugênio Coutinho, o Conjunto Santa Teresinha e o Conjunto Vila Paraíso, que são os três maiores empreendimentos habitacionais de origem popular instalados na cidade, e as demais áreas de ocupação irregular como é o caso da Vila Esperança (Figura 6).

Figura 6 – Mapa dos residenciais de Caxias (MA)



Fonte: IBGE (2016). Organização e Geoprocessamento: André Wallace Balica Honorato (2019).

O crescimento urbano em Caxias (MA), assim como na maioria das cidades brasileiras tem ocorrido de forma desorganizada e, já é possível citar e prever os impactos ambientais decorrentes desse processo. Notamos diversos pontos de solo exposto no Bairro Vila Paraíso, tais áreas estão destinadas a especulação imobiliária. O desmatamento contribui para o surgimento de processo erosivo, bem como dificulta a infiltração das águas pluviais que irão alimentar os aquíferos. Além de aumentar o desconforto térmico para a população que mora no entorno conforme evidenciado por Molfin (2008).

Verificamos, ainda, que o Residencial Vila Paraíso não contou com um projeto de arborização eficiente, uma vez que possui poucos exemplares vegetais nas ruas e áreas centrais do bairro, ausência de praças e de áreas verdes nas proximidades, e isso coopera para o aumento da sensação térmica e desconforto ambiental, atenuação sonora e diminuição da umidade relativa do ar.

Sabemos que a arborização é fundamental em toda e qualquer cidade, principalmente, devido às várias funções que desempenham. Conforme o CEMIG (2011), a arborização das cidades, possui extrema importância nos centros urbanos, sendo responsável por inúmeros benefícios nos aspectos ambientais adversos, bem como sob os aspectos ecológico, histórico, cultural, social, estético e paisagístico, auxiliando na qualidade de vida nas cidades e também na saúde física e mental da população.

Localizado no Bairro Pirajá, próximo a BR-316 e ao Corpo de Bombeiros, situa-se o conjunto Santa Teresinha. Observamos *in loco* que há semelhanças entre os impactos ambientais identificados em outros residenciais deste trabalho, como esgoto a céu aberto, solo exposto, desmatamento (Figura 7). Outro ponto que não passou despercebido foi a grande quantidade de lixo nas vias públicas e o esgoto a céu aberto (Figura 8).

Araújo (2012) declara que em Caxias, em 2008, os indicadores de serviços básicos apresentaram um bom desempenho quanto ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS), onde 74,18% das residências possuíam coleta de lixo, 56,88% esgotamento sanitário e 43,39% das residências usufruíam serviço de energia elétrica no ano de 2008.

Rocha *et al.*, (2019) em estudo no Riacho 3 em Caxias (MA) para identificar as principais ações antrópicas e fatores ambientais que contribuem para a sua deterioração, mostraram que o manancial que corre dentro da cidade se encontra em processo de degradação ambiental, causado pelas ações recentes de intervenções antrópicas no ambiente. Os autores, com essa pesquisa, chamam a atenção do poder público municipal quanto às necessidades de ações e medidas urgentes locais para reduzir os impactos no Riacho 3 e preservar o manancial.

Conforme Sales, Grigio e Silva (2013, p. 286), “a expansão urbana acelerada, sem planejamento e as pressões antrópicas sobre os recursos naturais tem provocado riscos como construções irregulares, falta de pavimentação e infraestrutura inadequada de ruas, saneamento básico deficitário, quando existe”.

Figura 7 – Resíduos sólidos encontrados nas proximidades do Bairro Vila Paraíso em Caxias (MA)



Fonte: Santos (2018).

Figura 8 – Representação *in loco* do Residencial Santa Teresinha em Caxias (MA)



Fonte: Santos (2018)

Na Zona Norte da área urbana de Caxias (MA), fica localizado o Conjunto Habitacional Eugênio Coutinho, construído em 2011. Este conjunto foi o primeiro empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida no município. Os principais problemas ambientais identificados foram a presença de resíduos sólidos nas vias públicas, a exemplo do entulho com sobras de construções e demais materiais em vários pontos do residencial, e alguns focos de queimadas, promovidos pelos próprios moradores para diminuir o lixo nos espaços ociosos.

Outro local que merece destaque é a Vila Esperança, localizada próxima à Fábrica Heineken, área que iniciou sua ocupação de forma inadequada (invasão) a partir do início da década de 2000. Atualmente, apesar da precariedade dos serviços públicos no local, já dispõe de escolas, energia elétrica, água encanada e unidade básica de saúde.

Um outro fator que merece destaque são as construções de residências com um padrão mais elevado na área, isto pode ser em decorrência do preço da terra ser mais barata do que em outras partes da cidade. E, assim como tem sido tendência em grandes centros urbanos, a população com maior poder aquisitivo procura morar em áreas distantes do centro das cidades em busca de maior tranquilidade e contato com a natureza.

Considerações finais

A cidade de Caxias (MA), apresentou um crescimento urbano significativo no período entre 1988 e 2018, com a expansão de bairros impulsionada pela indústria, como exemplo, a Heineken Brasil, que tem gerado muitos empregos diretos e indiretos, com os conjuntos residenciais originados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que trouxe oportunidade para as pessoas de baixa renda ter moradia própria. Outro elemento importante nesse processo foi a chegada de novas faculdades e a implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

É importante destacar que esse crescimento urbano também intensificou os impactos ambientais na cidade, considerando a redução de áreas vegetadas, acúmulo de resíduos sólidos em vias públicas, bem como o esgoto a céu aberto, o assoreamento das margens do Rio Itapecuru, desmatamento e o aparecimento de processos erosivos em áreas de solo exposto, dentre outros.

É recomendado um melhor planejamento urbano por parte do poder público, principalmente, através da atuação das secretarias municipais de meio ambiente, urbanismo e planejamento. Que sejam realizadas ações de replantio de árvores em alguns locais que apresentam solo exposto, a fim de amenizar as temperaturas e melhorar o conforto térmico, sobretudo, nos conjuntos habitacionais, assim como intensificar as campanhas de coleta de lixo, a fim de fortalecer as práticas de educação ambiental junto à população da cidade.

Referências

- ACADEMIA CAXIENSE DE LETRAS. **Cartografia Invisíveis**. Caxias, MA: Academia Caxiense de Letras, 2015.
- ALVES, C. D.; ALVES, H.; PEREIRA, M. N. Análise dos Processos de Expansão Urbana e das situações de Vulnerabilidade Socioambiental em escala Intra-urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., n. 20, 2008, In: **Anais** [...], 2008.
- ARAÚJO, F. A. S. **Geomorfologia aplicada à fragilidade e ao zoneamento ambiental de Caxias/MA**. 2012. 187 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2011.
- CAXIAS. **Riquezas de Caxias**. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico, Esporte e Juventude, 2017.
- CEMIG (COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS). **Manual de Arborização**. Belo Horizonte: CEMIG/Fundação Biodiversitas, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 001** de 23 de janeiro de 1986.
- DALLARI, A. A.; FERRAZ, S. (org.). **Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal nº 10.257/2001)**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- DONAT, L. M.; LÚCIO, T. L. **Utilização de técnicas de Sensoriamento Remoto para análise de crescimento da área urbana do município de Foz do Iguaçu – PR, nos anos de 1985 e 2011**. Academic Work, n. 11, SD, Earth Explorer, 2018. Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

FARIAS, V. O.; GOMES, D.; MUSSI, A. Q. (org.). **Estatuto da Cidade: desafios da cidade justa**. Passo Fundo: Ed. IMED, 2011.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas de Saneamento** – elaboração. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/caxias/panorama>. Acesso em: 05 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Divisão e geração de imagens**. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MENESES, P. R. T. A. (org.). **Introdução ao processamento de imagens de Sensoriamento Remoto**. Brasília, 2012.

MOLFI, P. R. **A urbanização e os impactos ambientais em Palmas: o caso do Jardim Aurenny III**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Interinstitucional) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

PAVANIN, E. V.; CHUERUBIM, M. L.; LÁZARO B. O.; NISHIYAMA, L. Geoprocessamento aplicado ao diagnóstico de uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do Córrego Guaribas em Uberlândia – MG. **Engenharia Civil IMED**, v. 3, n. 15, 2016.

PRENI, B. Z.; TRENTI, R. **Geotecnologias: discussões e análises a respeito da evolução dos sistemas global de navegação por satélite – GNSS**. 2015.

ROCHA, A. R. F. S.; GOMES, H. S.; JANSEN, R. C. S.; SOUSA, T. N.; SOUSA, D. H. S.; GOMES, G. S.; SILVA, G. S.; GASPAR, J. C.; ARAÚJO, M. F. V.; CONCEIÇÃO, G. M. Riacho 3: análise dos seus impactos ambientais, Caxias, Maranhão, Brasil. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, Macapá, AP, v. 2, n. 1, p. 72-80, 2019.

SALLES, M. C. T. **Análise das potencialidades e fragilidades da política urbana e ambiental do município de Mossoró (RN)**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais, Faculdade de Ciências Exatas e Naturais, Rio Grande do Norte, 2013.

SALLES, M. C. T.; GRIGIO, A. M.; SILVA, M. R. F. Expansão urbana e conflito ambiental: uma descrição da problemática do município de Mossoró, RN – Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 10, 2013.

SANCHES, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SANTOS, L. A. **4 fotografias color digitais**. Caxias (MA), 2018.

SANTOS, L. A.; LIMA, I. M. M. F. Parque Ambiental Lagoas do Norte: saneamento e conservação do ambiente entre os bairros Matadouro e São Joaquim, Teresina, Piauí, Brasil. **Caminhos da Geografia**, v. 16, n. 54, 2015.

SILVA, P. J. Uso e ocupação do solo urbano: uma análise dos impactos ambientais nas áreas de dunas no bairro de Felipe Camarão/Natal-RN. **HOLOS**, n. 13, 2015.

SOUZA, S. V. **Relação cidade-campo**: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN, Campina Grande, PB, 2013.

REDE DE INTEGRAÇÃO DE TERESINA: *análise da expansão urbana e da concentração populacional*

Eduarda e Silva da Cunha

Elayne de Silva Figueredo

Giovana Mira de Espindola

Nas últimas décadas, o Brasil tem sucedido um conjunto de mudanças em seu sistema urbano. Apesar de impulsionadas ainda nos anos de 1970, com a introdução da modernização agrícola e integração do campo ao ambiente urbano por meio de incrementos instaurados pelos pacotes tecnológicos da Revolução Verde¹, essas mudanças ainda perpetuam nos dias atuais, através de um dinamismo demográfico considerável, entre populações de zonas rurais e as de centros urbanos (ANDRADE *et al.*, 2011). Nesse sentido, o processo de urbanização brasileiro está relacionado às diversas etapas do desenvolvimento socioeconômico, às formas de poder existentes e a estratégica escolha de industrialização da economia (LODDER, 1977; CASTRIOTA, 2003).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a dinâmica demográfica das populações urbanas e rurais entre os anos de 1991 e 2010, continua a demonstrar, agora em ritmo mais intenso, a concentração demográfica urbana (MAIA; BUAINAIN, 2015). Em 2010, apenas 29.655 pessoas – o que representa 15,6% da população brasileira –, residia em áreas rurais, enquanto 84,4% (160.438 pessoas) residiam em áreas urbanas. Assim, o crescimento da concentração demográfica nos centros urbanos, e em especial, nas cidades médias, conforme aponta Maia e Buainain (2015), reafirma o

desencontro entre a disponibilidade, ocupação e a recriação da força de trabalho no campo, ao confrontar os diferentes níveis de crescimento das taxas de emprego e renda entre as áreas urbana e rural.

Corroborando com a concentração demográfica dos centros urbanos, introduzimos também a problemática da infraestrutura urbana, onde a falta de planejamento adequado, associado aos crescentes aglomerados populacionais – decorrentes da incapacidade de prever, aceitar e planejar com antecedência a inevitável expansão urbana –, demonstram a precariedade desse sistema (MOURA *et al.*, 2005). Assim, considerando o dinamismo demográfico das últimas décadas, algumas cidades pequenas passaram a se envolver em um ritmo de crescimento populacional superior ao observado, o que as caracteriza, na Literatura, como cidades médias.

Pelos critérios da Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), as cidades médias são aglomerações urbanas com população entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes. São também consideradas médias, as cidades que possuem localização privilegiada considerando sua centralidade, e que exercem um poder sobre os sistemas regionais ou nacionais em que estão inseridas, funcionando como polo de desenvolvimento físico, social e econômico (TERCEIRO *et al.*, 2018).

Dessa forma, a expansão de cidades médias parte principalmente da conseqüente migração de populações rurais em busca tanto da melhoria da qualidade de vida e oportunidade de emprego, quanto por bens comerciais e serviços, aliados às modernas formas de consumo, visto que o progresso técnico e as atuais formas de realização da vida econômica têm tornado esse processo cada vez mais global (SPÓSITO, 2006). Vale ressaltar que partimos também da definição de “cidades contemporâneas interiores”, conforme nos explicita Silva e Coelho (2017), ou seja, definimos cidades enquanto mercadorias, como um tipo de empresariamento urbano que recebe atribuições e responsabilidades, antes destinadas ao Estado-Nação, decorrentes da dualidade de coabitação da sua população. De um lado, está a parcela populacional que tem acesso a serviços, bens e infraestrutura que a cidade oferece, do outro, está a população que margeia a primeira realidade e usufrui da cidade de maneira limitada.

Assim, entender as relações existentes entre as cidades de um mesmo território, resulta da necessidade de compreensão das regiões de influência, conforme o fluxo e, a partir delas e até elas verificar como se desenham com outras cidades dentro de uma rede urbana. Constituído por origem de técnica ou política, e com existência relacionada a questões de poder, em uma rede urbana, os fluxos e os lugares que o conectam (também chamados de nós), ao tempo que possuem poder de expandir a rede urbana, possuem também poder de excluir conexões já existentes entre algumas cidades, conforme o poder de integração das relações sociais (DIAS, 2001; MOURA; WERNECK, 2001).

Em resumo, uma rede urbana é composta por regiões de influência, com fluxos bidirecionais de pessoas, bens e serviços entre si, com suas áreas rurais ou outras cidades. É também composta por um conjunto de organização de cidades e das várias dimensões dos centros urbanos, com base em suas relações dinâmicas no espaço-tempo (MOTTA, 1999; MOURA; WERNECK, 2001). Essas relações, muitas vezes delimitadas por agentes geradores e controladores de fluxos, são responsáveis pelo traçado das redes urbanas, como por exemplo, nos eixos da gestão pública, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Receita Federal, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Justiça Federal e o Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir disto, ajudando a traduzir a relação de influência entre as cidades brasileiras, destacamos a hierarquia entre os centros urbanos, segundo a extensão da área de influência direta que possui em sua e em outras regiões. A pesquisa referente às regiões de influência das cidades, divulgada pelo IBGE em 2007, é considerada a atualização das pesquisas desenvolvidas em 1978 e 1993, pela mesma instituição, e por isso, torna-se objeto de consideração particular neste trabalho.

Nesse estudo, o IBGE (2007), baseado na análise dos fluxos de bens e serviços entre as cidades, dividiu em quatro classes hierárquicas, os centros urbanos brasileiros, levando em consideração também a abrangência da rede urbana, nível populacional e relacionamentos, que são: *Metrópoles* (dividido em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole), caracterizadas por vastas extensões terri-

toriais de influência direta com outras regiões; *Capitais Regionais* (subdividida em A, B e C, conforme o nível populacional), com área de influência no âmbito regional; *Centros Sub-Regionais* (subdivididos em A e B de acordo com o nível populacional), com atividades de gestão de baixa complexidade; e *Centros de Zona* (dividido nos grupos A e B, de acordo com o nível populacional e relacionamentos com outras cidades), esse grupo é definido ainda conforme as cidades limítrofes e as atividades de gestão elementares.

Assim, buscando entender as similaridades dos contextos de expansão da malha urbana interligada a diferentes centros urbanos, como forma de caracterizar as intensidades envolvidas na busca por bens e serviços, daremos destaque neste trabalho à região de integração da rede urbana que parte da metrópole Fortaleza (CE), vai à *Capital Regional A Teresina*, e se difunde com as *Capitais Sub-regionais A*, de Campo Maior (PI), Caxias (MA) e Timon (MA).

Esse recorte espacial é delimitado, tendo em vista, Teresina como *Capital Regional A* e capital do estado do Piauí, e região com poder de influência, não só em seu território como também em municípios do estado vizinho, o Maranhão. Já as *Capitais Sub-regionais A* introduzidas neste trabalho, são inseridas diante do visível e contínuo fluxo de pessoas, bens e serviços entre elas em direção a Teresina. O que se supõe então, é a presença de uma rede urbana interligada e diretamente dependente entre si nesta região, pois conforme ressalta o IBGE (2007), residir em uma cidade e possuir vínculos com outra é uma realidade já existente nas grandes metrópoles brasileiras, e que agora será observada na rede urbana em estudo, considerando a hipótese de padrões comuns de expansão da malha urbana entre as cidades aqui delimitadas.

Nesse sentido, este estudo objetiva quantificar e comparar os padrões espaço-temporais de expansão da malha urbana em quatro cidades, ou seja, Teresina (PI), Campo Maior (PI), Timon (MA) e Caxias (MA), abrangendo dois períodos distintos, 1985 e 2015, por meio da utilização de imagens dos satélites Landsat e RapidEye, visando estimar mediante estes dados os níveis de integração da referida região. Os objetivos específicos deste estudo foram: I) mapear

dinamicamente os locais de expansão da malha urbana; II) quantificar padrões espaço-temporais de expansão da malha urbana; e III) destacar as tendências gerais de urbanização explícitas espacialmente através do padrão de crescimento das cidades e das mudanças temporais, permitindo uma discussão sobre os níveis de integração regional.

Metodologia

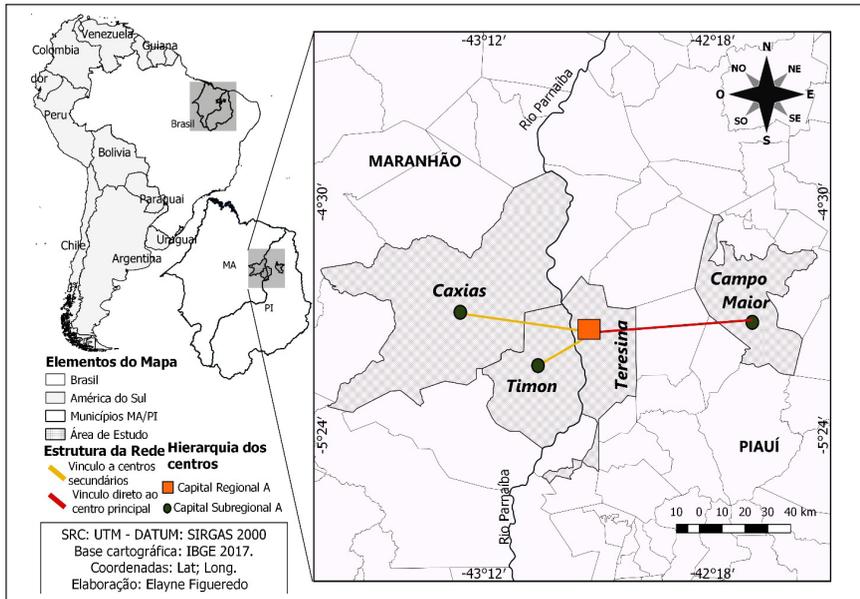
Área de Estudo

As cidades envolvidas nesta pesquisa dividem-se entre os estados do Piauí e Maranhão. No Piauí, estão situadas as cidades de Teresina e Campo Maior. Teresina, está localizada na Latitude 05°02' Sul e Longitude 42°49' Oeste, com 1.392 km², e é conhecida por ser capital do estado do Piauí e cidade piauiense mais populosa. A população total estimada era de 844.245 habitantes em 2015, sendo que, da área total do município, 17% é considerada urbana e 83% rural.

O município de Teresina apresenta clima tropical com dois períodos distintos: um quente e úmido, entre os meses de janeiro a julho; e outro, quente e seco, entre os meses de agosto a dezembro. A temperatura média é de 29° C com uma variação de pouco menos de 10° C entre o dia e à noite. A vegetação da região apresenta exemplares de Caatinga, Mata de Cocais e Cerrado, onde encontramos com frequência palmeiras de babaçuais e carnaubais (TERCEIRO *et al.*, 2018). Já Campo Maior, localizada na Latitude 04°49' Sul e Longitude 42°10' Oeste, possui 45.177 habitantes e extensão territorial correspondente a 1.699 km² (Figura 1) (IBGE, 2010).

No estado do Maranhão estão localizados o município de Timon e Caxias. Timon localizado na Latitude 05°05' Sul e Longitude 42°50' Oeste, é limítrofe à Teresina, possui 2.764,610 km², 185.619 habitantes, e é conhecido por compor a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE da Grande Teresina). Já Caxias, terceira maior cidade do Maranhão em extensão, e quinta mais populosa cidade do estado, está localizada na Latitude 04°51' Sul e Longitude 43°21' Oeste, com área de 5.150,667 km² e 118.534 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa de localização da rede de integração de Teresina



Fonte: IBGE (2017); Elaboração: Elayne de Silva Figueredo (2019).

Procedimentos Metodológicos

Mapeamento da expansão das malhas urbanas

Dividido em duas etapas, esse processo consistiu, inicialmente, na aquisição de imagens do satélite Landsat-5 para o ano de 1985, e Landsat-8 para o ano de 2015, todas com resolução espacial de 30 metros. As imagens foram adquiridas de forma gratuita no site do USGS, e a escolha da série Landsat deu-se pela disponibilidade temporal longa de cenas em seu catálogo de imagens. Na segunda etapa, realizamos a vetorização das malhas urbanas fundamentados nas imagens adquiridas, do *software Quantum GIS*.

Mapeamento do uso e ocupação do solo

Na fase seguinte, conforme a disponibilidade de imagens com baixo percentual de nuvens, foram obtidas figuras com resolução espacial de 5 m, a partir do satélite RapidEye do ano de 2014. Essas imagens foram adquiridas de maneira gratuita em um cadas-

tro prévio no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A escolha deste satélite foi baseada em suas especificações técnicas, dentre elas, a viabilidade de distinção dos alvos intra-urbanos.

Posteriormente, foram definidos os alvos de interesse, que são: *Recursos Hídricos, Pavimentação em Paralelepípedo, Pavimentação Asfáltica, Telhado Metálico, Telhado Cerâmico, Solo Exposto, Vegetação Rasteira, Vegetação Arbustiva e Vegetação Densa*, foram manipulados através do *software* SPRING no que se refere ao contraste, a segmentação (similaridade de 800 e área de pixel de 90), e o treinamento das amostras para classificação, classificação das imagens propriamente ditas, e edição matricial.

A classificação aplicada às amostras treinadas foi supervisionada por regiões utilizando o algoritmo de classificação *Bhattacharya*, com limiar de aceitação de 99%. Esse algoritmo afere “a distância média entre as distribuições de probabilidades de classes espectrais” (MENESES; ALMEIDA, 2012). Após a finalização dos procedimentos de classificação, seguimos para a etapa de confecção dos mapas com o resultado da classificação.

Aumento Anual (AA) e Taxa de Crescimento Anual (TCA)

Para integração dos dados secundários do Censo demográfico de 2010, fornecidos pelo IBGE (2010), a área de interesse foi dividida em células regulares de 100 m por 100 m (um hectare por célula), restando em cada célula, uma estimativa de população, e também, um estado como sendo ocupado ou não pela malha urbana mapeada nos devidos períodos de tempo. A partir disso, com a detalhamento do padrão espacial de áreas urbanas, calculamos, através das fórmulas 1 e 2, o espaço celular mapeado, a fim de adquirir dados que serviriam de subsídio para dois parâmetros quantitativos de comparação: o *Aumento Anual (AA)* e a *Taxa de Crescimento Anual (TCA)* das cidades (WU *et al.*, 2015).

$$AI = \frac{C_{end} - C_{start}}{d}$$

(1)

$$AGR = 100 \times \left[\left(\frac{C_{end}}{C_{start}} \right)^{\frac{1}{d}} - 1 \right]$$

(2)

Onde:

C_{end} = o número de células da malha urbana em 2015.

C_{start} = o número de células da malha urbana em 1985.

d = Período de tempo.

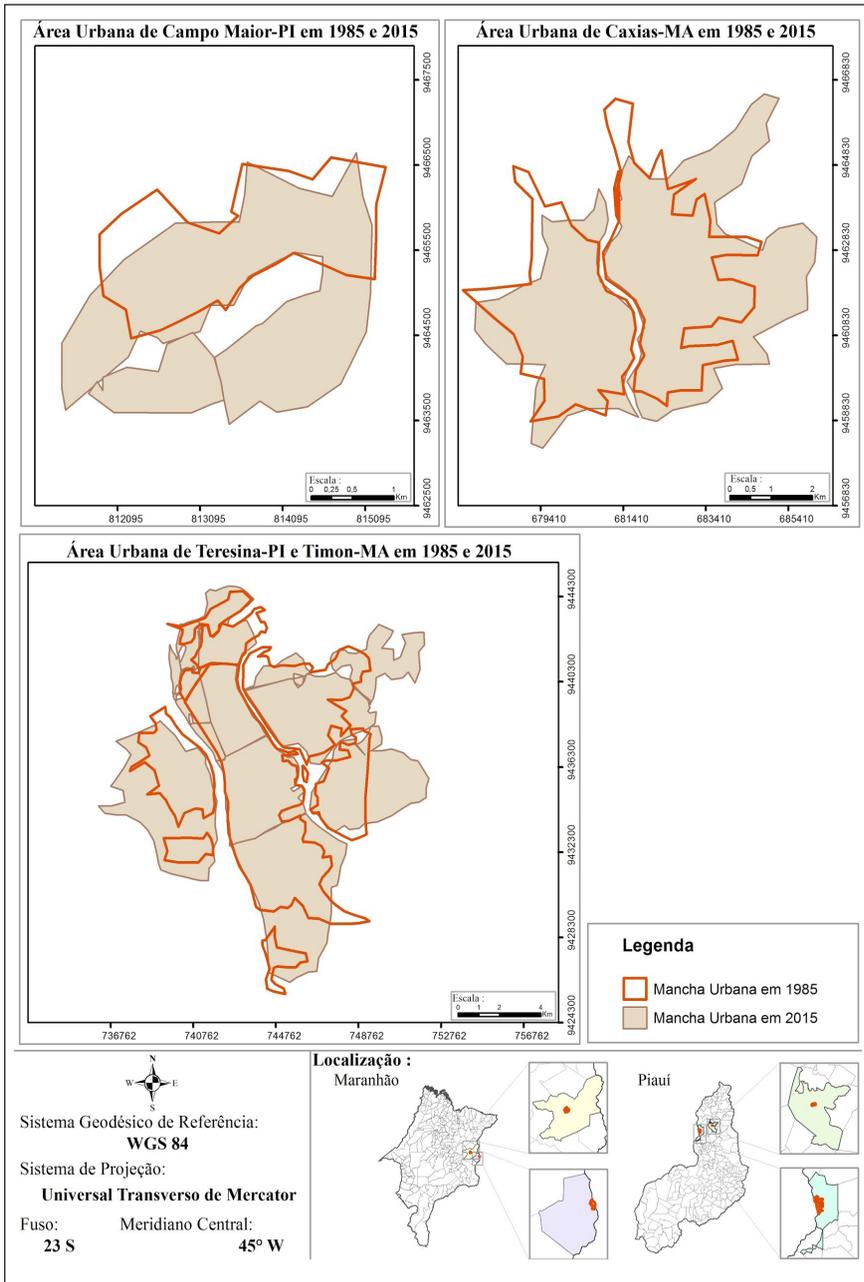
Resultados e discussão

Expansão da malha urbana no período de 1985 e 2015

Com a vetorização das áreas urbanas das cidades de Teresina, Campo Maior, Timon e Caxias nos anos de 1985 e 2015, foi possível mapear o quanto as zonas urbanas dessas cidades expandiram-se e em qual direção essa expansão se distribuiu nos últimos 30 anos. Na vetorização do território teresinense, a expansão da área urbana seguiu no sentido Leste e Sul do município. A peculiaridade desse crescimento deve-se a disponibilidade de áreas que podem ser ocupadas para essa finalidade, visto que o crescimento a Oeste e Norte deste município encontra-se limitado devido ao percurso do Rio Parnaíba (Figura 2).

Levando em consideração a delimitação do território de Timon, que a Leste se limita ao Rio Parnaíba, a sua expansão urbana (Figura 2) demonstra crescimento no eixo Oeste e Sul, e corrobora com a expansão de Teresina, sendo assim, Timon também cresce no sentido Sul. A cidade de Campo Maior, conforme demonstra a Figura 2, tem um crescimento expressivo da região Leste, Oeste e Sul da cidade, especialmente entre os anos de 1985 e 2015, apresentando uma expansão significativa na região que se concentrava próximo ao Açude Grande, no eixo Sul. No município de Caxias, o crescimento da malha urbana seguiu o eixo Leste e Oeste, sendo sua expansão notória ao Leste, enquanto no sentido Norte e Sul apresenta crescimento pouco expressivo (Figura 2). Nessa perspectiva, com exceção de Caxias que cresce no eixo Leste-Oeste, destacamos aqui, o padrão de crescimento e expansão das áreas urbanas das demais cidades no sentido Sul-Oeste.

Figura 2 – Mapa da evolução da malha urbana das cidades estudadas

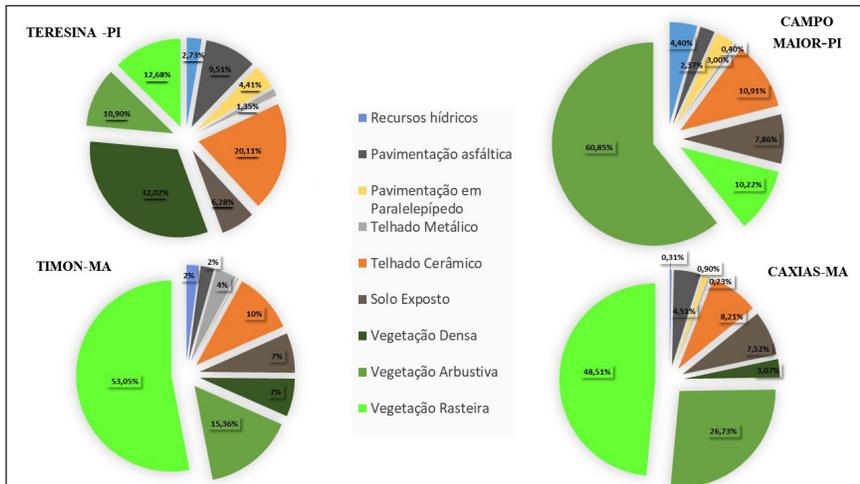


Base cartográfica: IBGE, 2017. Elaboração: Elayne de Silva Figueredo (2019).

Mapeamento do uso e cobertura da terra

Baseando-nos nas estimativas de percentual de frequência que cada classe aparece no mapa de classificação de uso e cobertura da terra em cada cidade (Figura 3), calculamos as estimativas da área ocupada em quilômetros quadrados (km²), por cada classe temática nas cidades estudadas. Em Teresina, apesar da predominância da classe de Vegetação Densa nos extremos da cidade, representando 32,02% da cobertura da terra, tem destaque também o percentual de 20,11% da classe Telhado Cerâmico nessa região, que auxilia na análise e espacialização das residências, dado que a maioria delas é coberta por esse tipo de telhado (Figura 3). Em Campo Maior, a Vegetação Arbustiva representa 60,85% da cobertura da terra municipal, os Telhados Cerâmicos representam 10,91%, enquanto o percentual de Telhado Metálico é 0,40%, que é mais utilizado em áreas comerciais. Assim podemos dizer que, considerando o telhado metálico, a representatividade de áreas comerciais nessa cidade é pequena (Figura 3).

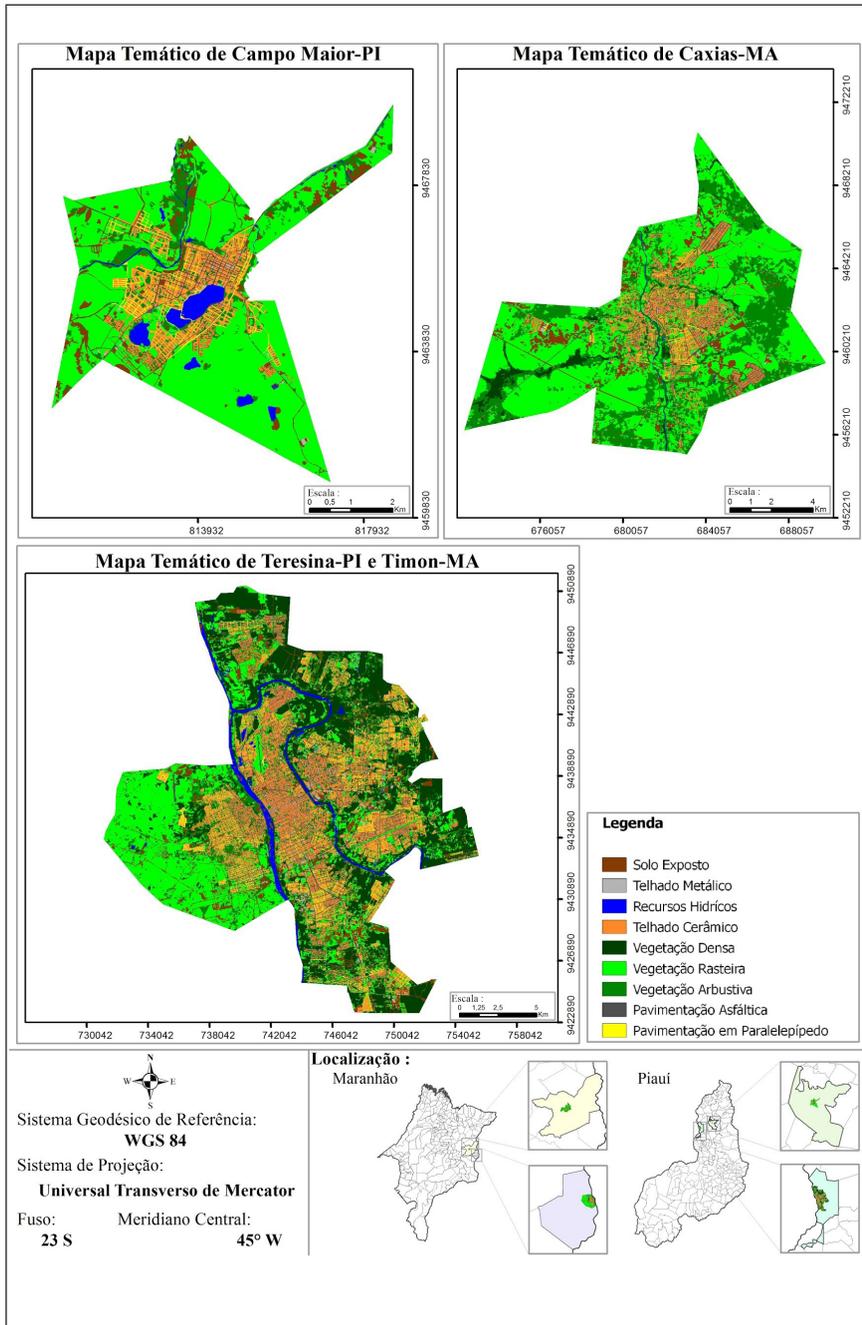
Figura 3 – Percentual das classes do mapeamento para os municípios em estudo



Fonte: Elaborado por Eduarda e Silva da Cunha; Elayne de Silva Figueredo; Giovana Mira de Espindola (2019).

Em Timon, a Vegetação Rasteira se sobressai na cobertura da terra, recobrando 53,05%, o Telhado Cerâmico alcança apenas 10,39%, o Telhado Metálico é encontrado em 0,21% sendo a menor cobertura de terra da cidade, indicando desse modo, que Timon não é uma cidade comercial (Figura 3). Na Figura 3, também é possível observar que em Caxias, a Vegetação Rasteira tem representatividade de 48,51%, a Vegetação Arbustiva encobre 26,73% da área do município, e o Telhado Cerâmico vem logo atrás com 8,21%, mostrando que após a vegetação de uma forma geral a maior representatividade do município está nas habitações. Portanto, considerando a área total das cidades, Teresina tem mais representatividade populacional, de acordo com a classe temática de Telhado Cerâmico, seguida de Campo Maior, Timon e Caxias. O mapeamento das classes de uso e cobertura de terra na Figura 4, evidencia as informações anteriormente citadas.

Figura 4 – Mapeamento do uso e ocupação do solo das cidades em estudo



Base cartográfica: IBGE, 2017. Elaboração: Elayne de Silva Figueredo (2019).

Densidade Populacional, Aumento Anual e Taxa de Crescimento Anual

A partir da realização dos cálculos matemáticos referentes ao Aumento Anual (AA) e Taxa de Crescimento Anual (TCA), envolvendo os dados secundários descritos na metodologia, chegamos aos resultados que se encontram na Tabela 1 e Tabela 2.

Da Tabela 1, podemos ressaltar que em todas as cidades estudadas, a TCA relaciona-se à valores superiores a 94%, o que significa, que se olharmos as cidades de maneira isolada, todas cresceram em ritmo acelerado, o que convém relacionarmos com a atividade da rede urbana na qual estão interligadas. Contudo, se olharmos os valores do TCA de cada cidade e associarmos a hierarquia da rede urbana onde estão inseridas, podemos observar através dos valores percentuais, por exemplo, que Teresina possui maior influência nessa rede, visto que seu crescimento é maior que as demais cidades. Outro fato relevante é o percentual de 95,36% relacionado à cidade de Caxias no Maranhão, que demonstra que a cidade cresceu mais que a cidade de Campo Maior (94,22%), e que possui um poder de influência superior nessa rede urbana. Enquanto Timon, por estar mais próxima de Teresina, e está já possuir forte poder de influência na rede urbana, tem menor percentual da TCA anual dentre as cidades pesquisadas.

Contudo, quando analisadas lado a lado levando em consideração a dimensão territorial para observar o crescimento anual, o Aumento Anual demonstra a discrepância entre o AA, na cidade de Teresina com as demais cidades. Se comparada com Campo Maior (11,4 ha) o crescimento médio anual de crescimento urbano de Teresina chegou a ser aproximadamente sete vezes maior (88,8 ha). Assim, o AA das cidades, segundo o estudo realizado segue a seguinte ordem decrescente: Teresina (88,8 ha), Timon (37,6 ha), Caxias (32 ha) e Campo Maior (11,4 ha).

Tabela 1 – Aumento Anual e Taxa de Crescimento Anual das cidades em estudo

| Cidades | Teresina | Campo Maior | Timon | Caxias |
|----------------|----------|-------------|-------|--------|
| AA (média/ano) | 88,8 | 11,4 | 37,6 | 32 |
| TCA (%) | 95,63 | 94,22 | 94,16 | 95,36 |

Fonte: Elaborado por Eduarda e Silva da Cunha; Elayne de Silva Figueredo; Giovana Mira de Espindola (2019).

Quanto à densidade populacional de Teresina, a capital possui densidade populacional que varia entre 1 a 100 hab./ha, sendo esse padrão distribuído em toda a cidade. Considerando o intervalo de 101 a 350 hab./ha, vimos surgir um novo padrão, pois observamos a concentração desse intervalo nas regiões periféricas da cidade. Tais resultados similares já haviam sido apontados e discutidos por Espindola *et al.* (2017) e Terceiro *et al.* (2018).

Em Campo Maior, foi verificado que tanto o intervalo de 1 a 44 hab./ha, como de 45 a 88 hab./ha, a densidade populacional está presente nos arredores do Açude Grande, enquanto que os valores maiores de densidade demográfica também estão concentrados nas zonas periféricas. Timon, assim como Teresina, possui densidade populacional de 1 a 100 hab./ha bastante distribuída na cidade. Considerando o intervalo de 101 a 347 hab./ha, Timon evidencia essa densidade próxima ao centro, e em alguns casos, em regiões mais afastadas do centro. Já em Caxias, a densidade populacional de 1 a 100 hab./ha também é distribuída em todo o município. A variação de 101 a 299 hab./ha ocorre em menor intensidade e também disseminada por toda a cidade (CUNHA, 2016). Assim, diante de todos os resultados expostos foi possível sumarizar a Tabela 2.

Tabela 2 – Resumo dos resultados

| Etapas | Síntese dos resultados | | | |
|--|--|---|--|---|
| | Teresina | Campo Maior | Timon | Caxias |
| Vetorização | Crescimento significativo Ao Leste e Sul Mais expressivo | Crescimento significativo Ao Leste, Oeste e Sul Mais expressivo | Crescimento significativo A Oeste e Sul Mais expressivo | Crescimento significativo A Leste e Oeste Mais expressivo |
| Uso e ocupação do solo | Vegetação Densa, Telhado Cerâmico, Pavimentação Asfáltica | Vegetação Rasteira, Telhado Cerâmico, Pavimentação em Paralelepípedo | Vegetação Rasteira, Telhado Cerâmico, Pavimentação em Paralelepípedo | Vegetação Rasteira, Vegetação Arbustiva, Telhado Cerâmico |
| Densidade Populacional | Alta | Média | Alta | Alta |
| Aumento Anual (km² /ano) | 88,8 | 11,4 | 37,6 | 32 |
| Taxa de Crescimento (%) | 95,63 | 94,22 | 94,16 | 95,36 |

Fonte: Elaborado por Eduarda e Silva da Cunha; Elayne de Silva Figueredo; Giovana Mira de Espindola (2019).

Em resumo, as cidades que apresentaram as maiores taxas de crescimento são as mesmas que apresentaram as maiores densidades populacionais, respectivamente, Teresina e Caxias. Entretanto, Timon e Campo Maior não possuíram esse mesmo comportamento, pois, Timon tem a terceira maior densidade populacional, mas, em contrapartida, a menor taxa de crescimento. Já Campo Maior que detêm a terceira maior taxa de crescimento possui a menor densidade populacional entre as cidades estudadas. Podemos dizer então que as mais altas taxas de densidade populacional de cada cidade se concentram nos locais periféricos de suas zonas centrais.

Considerações finais

Com base nos resultados encontrados, podemos observar que além da padronização da expansão da malha urbana nos quatro municípios estudados, direcionada ao eixo Leste-Sul, percebemos um modelo de expansão urbana colaborativa entre os municípios de Teresina e Timon, nos quais a expansão da malha urbana mapeada revela que Teresina está se expandindo como centro comercial, reafirmando seu poder de influência na rede de integração urbana em que está inserida como Capital Regional A. Enquanto Timon, com o percentual de 11,31% das classes de Telhado e 94,16% na Taxa de Crescimento Anual está se tornando uma cidade suporte de moradia para a população que busca por trabalho, bens e serviços em Teresina.

Além disso, o formato dinâmico de expansão da malha urbana no eixo Leste-Sul das cidades possibilita uma melhor compreensão das transformações que ocorrem entre os sistemas urbano e rural. Pois dentre os resultados obtidos neste trabalho, detectamos que as altas taxas de densidade demográfica estão relacionadas a regiões que estão distantes dos centros comerciais, e que se destinam em geral, à população de menor renda.

Assim, partindo dos resultados obtidos nas Figuras 2 e 4, entendemos que a rede de integração urbana de Teresina, possui uma característica padrão entre as cidades, sendo que Teresina, por ser a cidade com maior poder de influência dentro da rede, Figura

3, tem maior fragmentações de classes temáticas em seu território, enquanto os municípios de Caxias, Timon e Campo Maior apresentam fragmentação parecida entre suas classes temáticas, propondo que o crescimento urbano nas cidades de mesma hierarquia dentro das redes urbanas apresentam um mesmo padrão de expansão da malha urbana em seus territórios.

Outro ponto relevante é quando associamos os resultados apresentados na Tabela 2, onde Teresina apresenta níveis elevados que confirmam sua alta densidade populacional e a sua rápida expansão urbana. Caxias que apesar de possuir TCA de 95,36% e alta densidade populacional, possui AA médio de 32 ha por ano, o que a classifica entre os quatro municípios estudados com a terceira menor taxa. Assim, podemos afirmar que as taxas de TCA, AA e Densidade Populacional não são diretamente relacionados entre si, visto que cada taxa leva em ponderação um fator diferente.

Em posse destes resultados, buscamos discutir, por fim, que as redes de integração urbana apresentam padrões de crescimento que são associados e que podem ser quantificados e comparados, em nível de expansão da malha urbana e da infraestrutura, permitindo assim novas visões acerca das causas e consequências do desenvolvimento destes sistemas urbanos hierarquizados. Tais resultados corroboram com a noção da importância destas redes urbanas, que na prática, acabam funcionando com um ente que poderia ser considerado e estudo em sua totalidade. Na nossa visão, a contemporaneidade demanda que as cidades sejam analisadas, inseridas em suas redes de integração, pois investigações pontuais e unitárias das cidades perdem por considerar tais relações de dinamismo.

Notas

Ver Revolução Verde e a apropriação capitalista. ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI,

Rosângela Nasser. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, 2007. Que discute o processo de modernização agrícola, como a Revolução Verde e seus impactos no espaço geográfico em níveis mundial e brasileiro.

Referências

- ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; SERRA, Rodrigo Valente. **Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras**: a experiência do período 1980/96. Cidades Médias Brasileiras (Cap. 5). Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira**: redescobertas. Editora C/Arte, 2003.
- CUNHA, Eduarda e Silva da. **Expansão urbana em Teresina, Campo Maior, Caxias e Timon**: comparativo entre concentração populacional e asfáltica nas áreas periféricas das cidades. Monografia (Curso Engenharia Cartográfica e de Agrimensura) – Teresina, UFPI, 2016.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.143-162.
- ESPINDOLA, Giovana Mira de; DA COSTA CARNEIRO, Eduilson Lívio Neves; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Four decades of urban sprawl and population growth in Teresina, Brazil. **Applied Geography**, v. 79, p. 73-83, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA - IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LODDER, Celsius A. O processo de crescimento urbano no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, 1977.
- MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Márcio. O novo mapa da população rural brasileira. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 25, n. 5, 2015.
- MENESES, Paulo Roberto; ALMEIDA, Tati de. **Introdução ao processamento de imagens de Sensoriamento Remoto**. Brasília, 2012.
- MOTTA, Diana Meirelles da. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configuração atual e tendência da rede urbana. IPEA. v. 2. Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999.
- MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luísa Gomes Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 4, 2005.
- MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Zlotnik. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 100, 2001.

SILVA, Eugênio Ribeiro; COELHO, Ana Carolina Guilherme. **Estudo sobre cidades contemporâneas**. Natal, RN: Edufrn, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **World urbanization prospects: the 2014 revision, highlights**. v 1. New York, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interesalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006.

TERCEIRO, Amélya Djiullya Silva; Espindola, Giovana; CARNEIRO, Eduilson L. N. C. Paisagem urbana em Teresina: implicações da distribuição espacial da densidade populacional. **Gaia Scientia**, v. 12, n. 1, 2018.

WU, Wenjia; ZHAO, Shuqing; ZHU, Chao; JIANG, Jinliang. A comparative study of urban expansion in Beijing, Tianjin and Shijiazhuang over the past three decades. **Landscape and Urban Planning**, n. 134, 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES/AUTORES

ANTONIO CARDOSO FAÇANHA – Doutor em Geografia (UFPE), mestre em Geografia (UFPE), especialista em Nordeste: questão regional e ambiental (UFC), especialista em Sensoriamento Remoto (UNESP). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UECE). É professor de Geografia associado IV da Universidade Federal do Piauí e foi coordenador do Mestrado em Geografia (2011/2013 e 2017/2019) e do GERUR/CNPq.

E-mail: facanha@ufpi.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3900423657920514>

CLEONICE CARVALHO SILVA – Mestre em Geografia na linha de pesquisa Estudos Regionais e Geoambientais (PPGGEO/UFPI). Especialista em Geografia na área de Turismo e Meio Ambiente (UFPI). Licenciada em Geografia (UFPI), participa na condição de membro do Grupo de Pesquisa intitulado Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR/UFPI), vinculado ao CNPq.

E-mail: kleonyce.kleo@bol.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7320789581842079>

ORLEANDO LEITE DE CARVALHO DIAS – Mestre em Geografia (PPGGEO/UFPI). Graduado em Geografia (UFPI). Membro

do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR), vinculado ao CNPq/UFPI, onde desenvolve atividades relacionadas ao estudo das cidades e suas diferentes temáticas. Foi bolsista do Programa de Iniciação Científica do CNPq (2016-2017) e bolsista do Programa de Iniciação à Docência (2014-2016).

E-mail: orleandocarvalho@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8565203398400065>

SOBRE OS AUTORES

ADALGISO BARBOSA DE ARAÚJO NETO (*In memoriam*)

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, foi professor de Geografia da Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC-MA).

ANDRÉ WALLACE BALICA HONORATO – Graduado em Geografia no Centro de Estudos Superiores de Caxias, da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). Especialista em Ciências Ambientais e Conservação da Natureza pela Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP).

E-mail: andrebalica_2@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8603904267918672>

BARTIRA ARAÚJO DA SILVA VIANA – Doutora em Geografia pelo IGC/UFMG, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo (TROPEN/UFPI). Especialista em Pesquisa para o Ensino de Geografia e licenciada em Geografia (UFPI). Atualmente é professora efetiva da Coordenação do Curso de Geografia/UFPI, professora permanente do Mestrado em Geografia (PPGGEO/UFPI), membro dos grupos de pesquisa: GERUR (UFPI), GEODUC/NUPEG (UFPI), GAAE (UFPI) e Cidade, processos Urbanos e Políticas Públicas (IFPI), vinculados ao CNPq.

E-mail: bartira.araujo@ufpi.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6574888054660171>

CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor de Geografia na Universidade Federal do Piauí desde 1992, atualmente, exerce a direção e administração do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UFPI.

E-mail: carlossait@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0005025648896483>

CASSANDRA DE SOUSA CUNHA – Mestre em Geografia na linha de pesquisa Dinâmica territorial: campo e cidade (UVA-CE). Especialista em Planejamento Urbano e Gestão Socioambiental das Cidades (UFPI) e em Gestão Ambiental (CEUT). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (ICF) e participa como membro do Grupo de Pesquisa em Geografia, Docência e Currículo (GEO-DOC), vinculado ao PPGGEO/UFPI/CNPQ, na discussão sobre a temática urbana. Atualmente é arquiteta e urbanista do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

E-mail: cassandra@ifpi.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5038284106906147>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5862-5367>

DANNAEL JADSON RIBEIRO ALVES – Graduado no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), atualmente trabalha como professor substituto a serviço da Prefeitura Municipal de Teresina. Conta com experiência na produção e apresentação de trabalhos científicos com a temática teresinense. Dentre os vários temas de seu interesse dentro da ciência geográfica, está o das atividades econômicas, a exemplo da indústria do ramo alimentício.

E-mail: dannaeljadson@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9985363303683710>

EDUARDA E SILVA DA CUNHA – Especialista em Topografia e Sensoriamento Remoto (Unyleya) e pós-graduanda em Geoprocessamento: Fundamentos e Aplicações (IFPI). Possui graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura (UFPI), e atualmente é Engenheira do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI).

E-mail: eduardasilva01@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5375146681636971>

ELAYNE DE SILVA FIGUEREDO – Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente na linha de Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI). Trabalha com a temática de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento voltado aos estudos ambientais, e é graduada em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura (UFPI).

E-mail: elaynefigueredoo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3882599359083651>

FRANCISCO DE ASSIS VELOSO FILHO – É bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília (1979), bacharel em Economia pelo Centro Universitário do Distrito Federal (1985), mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1986) e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Professor aposentado da Universidade Federal do Piauí, é economista registrado no Conselho Regional de Economia, 22ª Região, Piauí, e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI).

E-mail: assisveloso@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7661414820168309>

FRANCISCO JEAN DA SILVA ARAÚJO – Mestre em Geografia na linha de pesquisa de Estudos Regionais e Geoambientais (PPGGEO/UFPI). Especialista em Geografia do Piauí (UESPI), graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UESPI), participa do Grupo de Pesquisa Estudos Regionais e Urbanos (GERUR/UFPI).

E-mail: jhearaujofpi@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2305548505315077>

GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA – Doutora e mestre em Sensoriamento Remoto (SER/INPE). Graduada em Engenharia Cartográfica (IME). Desde 2014, é professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura do Centro de Tecnologia. Atualmente é professora permanente do curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), e do curso de mestrado em Geografia (PPGCEO), ambos da UFPI. Atua ainda como professora colaboradora do curso de doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Rede PRODEMA, e do curso de mestrado em Arqueologia (PPGARq) da UFPI.

E-mail: giovanamira@ufpi.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0674714745081970>

GRACIELLY PORTELA DA SILVA – Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília. É graduada (2014) e mestre (2017) em Geografia pela Universidade Federal do Piauí. É membro do Grupo de Pesquisa de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR) UFPI/CNPq, tendo interesse em estudos sobre Organização interna das cidades, Planejamento urbano e regional, Cidades médias, Dinâmica populacional e Geoprocessamento.

E-mail: graciellyportela@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3283634465296146>

JUCIARA MARIA SANTANA DA SILVA – Licenciada em Geografia (UFPI), é especialista em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (IFRN). Pós-graduada em Geoprocessamento (IFPI), atualmente é professora celetista do Centro de Ensino de Tempo Integral Pedro Coelho de Resende – Boa Hora (PI).

E-mail: juciamari@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5410110834663826>

LEILSON ALVES DOS SANTOS – Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, e especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Piauí. É mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela Universidade Federal de Minas

Gerais e, atualmente, cursa o Doutorado em Geografia pela mesma universidade. Professor no Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA) e professor tutor no Curso de Geografia, modalidade à Distância, na UFPI, ministra aulas em cursos de pós-graduação (*latu senso*). É pesquisador no Grupo de Estudo: Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAEE/UFPI).

E-mail: leylson.santos@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0659476168110446>

LORRAN ANDRÉ MORAES – Bi-graduado em Biologia (UFPI/UESPI). Mestre em Biodiversidade, Ambiente e Saúde (CESC-UEMA), atualmente cursa o Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (REDE PRODEMA/ UFPI). Possui especialização em Biodiversidade e Conservação pela UESPI e em Gestão, Supervisão e Docência do Ensino Superior pela FAEME. É professor no curso de Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Maranhão (CESZD-UEMA).

E-mail: lorrانبio@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8479768402300921>

POLIANA SANTOS FERRAZ DE OLIVEIRA – Mestre em Geografia (UFPI/2019), possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia (UESPI/2013), especialização em Geografia e Ensino (UESPI/2015). Participa do Grupo de Pesquisa de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR) na linha de pesquisa de Estudos Urbanos da Gestão e do Planejamento, vinculado ao CNPq/UFPI, e Grupo de Pesquisa em Geografia Humana e Valorização do Espaço, vinculado ao CNPq/UESPI.

E-mail: ferrazpoliana35@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2085486390700716>

RAIMUNDO LENILDE DE ARAÚJO – Possui Pós-doutorado em Ensino de Geografia/Educação Ambiental, Doutorado em Educação Brasileira e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Especialista em Ensino de Geografia e graduado em Geografia –

Licenciatura (UECE). É professor efetivo, Classe Associado I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), lotado na chefia do Curso de Geografia (CCGO) e atividade profissional no Curso de Licenciatura em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia/Mestrado em Geografia. É líder do Grupo de Pesquisa em Geografia, Docência e Currículo (GEODOC), Geografia/UFPI/CNPq.
E-mail: raimundolenilde@ufpi.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7741473553613369>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>

RODRIGO DA SILVA RODRIGUES – Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2011-2013). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (2006-2009), é professor da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) em Teresina-PI, desde janeiro de 2010.
E-mail: rodrigo.geo.grafia@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9246010579912454>

SILVANA DE SOUSA SILVA – Doutora em Ciências – Geografia Humana (USP), mestre em Geografia (PPGGEO/UFPI), e licenciada em Geografia (UESPI). É professora do Instituto Federal do Pará (IFPA) e participa na condição de membro do Grupo de Pesquisa Estudos Regionais e Urbanos (GERUR-UFPI).
E-mail: silvana.silva@ifpa.edu.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3499290857776390>

VÂNIA VIEIRA LIMA – Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (PPGGEO). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.
Email: vl.vania05@gmail.com
lattes: <http://lattes.cnpq.br/5663664677129990>

SOBRE O LIVRO

Formato: 16x23 cm

Tipologia: Minion Pro

Número de Páginas: 311

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS



C&A ALFA COMUNICAÇÃO

Rua 14, Qd. 12, Lt. 21, St. Itatiaia III – CEP 74.690-390 – Goiânia-GO
editoraalfacomunicacao@gmail.com

[...] o livro nos presenteia com um conjunto de pesquisas sobre as cidades no Nordeste, em especial Teresina e outros centros urbanos no interior do Piauí e Maranhão. O uso das fontes ligadas diretamente ao planejamento urbano da cidade orienta o Estado como um agente central e um mediador dos outros agentes interessados na organização e na materialização das propostas que estão nos documentos como discursos. [...] Sem dúvidas, a leitura do livro permitirá aos estudantes, professores, geógrafos, urbanistas, engenheiros, historiadores e quem mais se sentir interessado, excelentes reflexões e provocações para mais análises e produções de conhecimento sobre as cidades e todos os desafios que urgem mais meditações para sua metamorfose em um produto coletivo mais acolhedor.

Raimundo Jucier Sousa de Assis



ISBN 978-65-89324-01-0